

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LEOCÁDIA INÊS SCHOFFEN

**HISTORICIZANDO A (DES)CONSTRUÇÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA EM SÃO LEOPOLDO: UM OLHAR SOBRE O PAPEL
DO CEPROL-SINDICATO, DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DAS
DIREÇÕES DE ESCOLA.**

São Leopoldo

2006

LEOCÁDIA INÊS SCHOFFEN

**HISTORICIZANDO A (DES)CONSTRUÇÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA EM SÃO LEOPOLDO: UM OLHAR SOBRE O PAPEL
DO CEPROL-SINDICATO, DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DAS
DIREÇÕES DE ESCOLA.**

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Educação ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Flávia Obino Corrêa Werle

São Leopoldo

2006

LEOCÁDIA INÊS SCHOFFEN

**HISTORICIZANDO A (DES)CONSTRUÇÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA EM SÃO LEOPOLDO: UM OLHAR SOBRE O PAPEL
DO CEPROL-SINDICATO, DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DAS
DIREÇÕES DE ESCOLA.**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Rio dos Sinos – UNISINOS**

Prof^a Dr^a Flávia Obino Corrêa Werle (Orientadora) – UNISINOS

Prof. Dr. Vitor Henrique Paro -USP

Prof^a Dr^a Berenice Corsetti - UNISINOS

Agradeco

Ao meu marido, Natal, pelo amor, carinho, companheirismo, cuidado, paciência e estímulo neste e em tantos outros momentos de nossa convivência.

À Natália, minha amada filha, que tantas vezes soube compreender a minha ausência, sem deixar de expressar seu desejo de ter-me brincando ao seu lado.

Ao meu pai, pela vida e exemplo de pesquisador.

À minha mãe, pela vida e presença marcante em momentos de aflição.

À minha querida orientadora, Prof^a Flávia Werle, pelo profundo respeito e confiança no percurso desta pesquisa, pela amizade revelada em gestos e palavras, pelas aprendizagens, pelo exemplo de pesquisadora, pelo olhar sempre atento.

À professora Berenice Corsetti, pelo apoio e escuta em momentos difíceis, pelo entusiasmo e comprometimento histórico com a educação, pelo seu testemunho militante, pelas sugestões no percurso da pesquisa.

À minha amiga Fata, pela solidariedade e partilha de saberes, leituras, reflexões, alegrias, dissabores, avanços, angústias, desconstruções, inquietações,... em tantos momentos, e que consolidaram uma relação de amizade imensurável.

À professora Maria Luíza, Secretária Municipal de Educação de São Leopoldo, pela sustentação de nossos princípios e compromissos educacionais, pelo suporte técnico e afetivo em tantos momentos de parceria.

Às minhas colegas de trabalho, pela tolerância na minha ansiedade, pelos “braços e abraços” e pelo “grasno” encorajador em meio a tantas dificuldades.

Às amigas Zelaide, Carlínia e Aretê, pela disposição constante em me ajudar nas transcrições das entrevistas e pesquisa bibliográfica e pelo carinho demonstrado.

À professora Noely Varella, pelo seu testemunho confiante na vida e na possibilidade de aprender e contribuir sempre e apesar das circunstâncias, pelo rigor e disposição na correção da dissertação.

À diretoria do CEPROL-Sindicato pelo empréstimo dos materiais de pesquisa.

Ao Gilberto, à Ivone, Neusa, Zita, Rosane, Ana Inés, Dirlei, Susana, Ana Catarina e Rosmari, pela disposição e riqueza de dados fornecidos nas entrevistas, pela amizade e confiança, pela ousadia e protagonismo na história que buscamos registrar, pela ética e compromisso com a categoria e com a educação municipal.

À todas as pessoas que, na sua singularidade, contribuíram para me constituir no que sou e no que sei.

RESUMO

Esta dissertação analisa as políticas educacionais implementadas em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil, no período de 1984 a 2004, no sentido de atender ao princípio da gestão democrática na escola pública. A articulação entre o Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL, o Executivo Municipal e as direções de escola constituiu-se no principal problema norteador da investigação. O texto analisa a eleição de diretores/as como um mecanismo da gestão democrática, conquistado pela categoria no ano de 1985 e retirado pelo Executivo em 2002. Isso demonstra que as políticas são processo, construção permanente e que sua formulação não se constitui em conquista assegurada. As articulações do movimento docente é que favoreceram a instituição de estratégias de democratização da gestão escolar na rede municipal. Todavia, as táticas de cooptação das lideranças escolares pela Administração, inseridas num contexto mais amplo de políticas, enfraqueceram o potencial organizativo do magistério junto ao seu Sindicato. Esta situação tornou-se solo fértil para que o mesmo governante em diferentes momentos tomasse posições contraditórias: primeiro concedendo o direito de escolha das direções e, depois, retomando para si o direito de indicá-las. O percurso metodológico da pesquisa valeu-se de diferentes instrumentos: um questionário aberto dirigido às professoras de uma escola da rede municipal buscando registrar o impacto da indicação da direção, transcorridos dezessete anos de eleição direta para esta função; análise de reportagens de imprensa, leis e outros documentos que pudessem auxiliar na reconstituição histórica do processo de organização da categoria e das políticas educacionais; entrevistas semi-estruturadas com os/as presidentes da entidade representativa do magistério municipal e lideranças históricas da categoria que exerceram a direção de escola, no período em estudo. Através de interlocutores teóricos como Vitor Paro, Paulo Freire, Miguel Arroyo, Jenny Ozga, Flávia Werle e Erasto Mendonça, entre outros, rompemos com a idéia de gestão democrática como execução de uma política. Ao compreender a inexistência desta dicotomia, assumimos a gestão democrática enquanto uma política, em processo e construção permanente e, portanto, sujeita a avanços e retrocessos em suas formulações. Nesse sentido, a análise das políticas educacionais pesquisadas, de uma perspectiva histórica, demonstra o quanto a história, a política e a gestão estão estreitamente vinculadas entre si. Mas, além disso, expressa claramente a sua relação com um contexto político, econômico e ideológico mais amplo, que transcende o espaço local e nacional, pois relaciona-se com o financiamento destas políticas.

PALAVRAS-CHAVES:

Políticas educacionais, gestão democrática, eleição de diretores/as e organização dos/as professores/as.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the implemented educational politics in São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brazil, from 1984 to 2004, following the contour of the principle of democratic management at the Public School System. The interwoven work among the Union for Municipal Teachers in São Leopoldo - CEPROL, the Municipal Executive Power and Public School Heading Boards constituted the main problem leading to this research. The text analyzes the election of school principals as a mechanism from democratic management, achieved by the category in 1985 and removed by the Executive Power in 2002. This demonstrates that politics is a process under permanent construction and that its formulation does not hold guaranteed assets. The woven work of the teaching movement favored the establishment of strategies for democratic School Management in the Municipal Network. However, the tactics for the cooptation of school leaders - involved in a wider political framework - by the Management weakened the organizational capacity of teachers together with their Union. This situation was a fertile soil for political leaders to take contradictory positions at different moments: first granting the right of choosing the School Heading Boards or, later, retaking for themselves the right to indicate them. The methodological course of this research used different instruments: an open questionnaire directed to the female teachers of a school from the Municipal Network so as to register the impact of the indication of their School Heading Board, right after seventeen years of direct election for this function; analysis of press news, laws and other documents that could assist in the historical reconstitution of the organizational process of the category and that of the educational politics; half-structured interviews with presidents, men and women, of the entity representing Municipal Teaching and with historical leaders of the category that had been previously elected for School Heading Boards during the period covered by this study. Through theoretical interlocutors as Vitor Paro, Paulo Freire, Miguel Arroyo, Jenny Ozga, Flávia Werle, Erasto Mendonça among others, we break up with the idea of democratic management understood as the execution of a piece of politics. When understanding the inexistence of this dichotomy, we assume the democratic management as a piece of politics undergoing the process of permanent construction and, therefore, subjected to the advancement and backwardness of its formulations. In this direction, the analysis of the researched educational politics from a historical perspective demonstrates how much history, politics and management are closely tied to one another. But, moreover, this analysis also expresses their neat relationship with a wider ideological, economic and political context that exceeds the local and national space, since it is clearly linked to the financial support of these politics.

KEY WORDS:

Educational politics, democratic management, election of School Principals and organization of teachers, men and women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O PERCURSO DE TRAJETÓRIAS QUE PERMEIAM E FUNDAMENTAM A PESQUISA	15
1.1. Minha história de vida e sua relação com o objeto de pesquisa.....	15
1.2. O percurso metodológico da pesquisa.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	31
2.1 . Tecendo alguns conceitos.....	31
2.2 . Neoliberalismo e educação.....	34
3. A PARTIR DE 1983: A ORDEM É (RE)DEMOCRATIZAR	42
3.1.1. A implementação do princípio constitucional.....	42
3.1.2. A eleição de diretores/as.....	44
3.1.3. A (des)continuidade legal da gestão democrática	47
3.2. Protagonizando a luta por democracia no Rio Grande do Sul.....	49
4. HISTORICIZANDO A RELAÇÃO ENTRE EXECUTIVO E MAGISTÉRIO, EM SÃO LEOPOLDO.	54
4.1. Situando o município de São Leopoldo.....	54
4.2. A onda democrática chega às políticas educacionais da cidade.....	56
4.3. “A alegria dura pouco! Porém, desistir da luta, jamais!”	64
4.4. Organizar-se já não basta: é preciso mobilizar para avançar.	68
4.5. 1990: um ano que deixou muitas marcas.....	76
4.6. Anos novos: problemas velhos	80
4.7. Há sinais de democracia no ar.	85
4.8. 2002: um ano marcado pelo golpe na democracia municipal	99
5. A ELEIÇÃO DE DIRETORES/AS COMO MECANISMO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO.	110
5.1. A trajetória dos processos eleitorais para direção das escolas municipais.....	110
5.2. Estratégias de cooptação e autoritarismo da Administração Municipal.....	120
5.3. De olho nos sinais dos tempos: os ventos estão soprando na contramão da História.	122
5.4. DIRETAS NÃO: o fim da eleição de diretores/as em São Leopoldo	127
5.5. Retomar a construção da Gestão Democrática nas Escolas Públicas Municipais.....	143
6. OS REFLEXOS DA PERDA DA ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETORES/AS NO INTERIOR DE UMA ESCOLA	148
6.1. Situando a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Emília de Paula.....	148

6.2. Situando a caminhada na escola	151
6.3. O impacto da(s) perda(s)	154
6.4. Situando a opinião das professoras, no impacto da convivência com uma diretora indicada.....	155
6.5. Reflexos pedagógicos e pessoais na E.M.E.F. Maria Emília de Paula	161
APONTANDO DEDUÇÕES	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
ANEXO I	182
Tabela I: Síntese dos Questionários	182
Tabela II: Síntese dos Questionários	183
ANEXO II.....	182
Tabela: Perfil dos Entrevistados	185
ANEXO III	182
Roteiro das Entrevistas	187
ANEXO IV	182
Relação das Escolas Municipais.....	189

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

ACPM: Associação dos Círculos de Pais e Mestres

ADIN: Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADUNISINOS: Associação dos Docentes da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

ASPA: Apoio, Solidariedade e Prevenção à Aids

CAP: Conselho Administrativo e Pedagógico

CEE: Conselho Estadual de Educação

CEPROL: Centro dos Professores Municipais Leopoldenses

CEPROL-Sindicato: Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses- CEPROL

CLIC: Centro Livre de Cultura

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas

CME: Conselho Municipal de Educação

CPERS: Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CPERS-Sindicato: Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CPM: Círculo de Pais e Mestres

CPML: Círculo de Pais e Mestres Leopoldenses

CRE: Coordenadoria Regional de Educação

DIEESE: Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos

E.M.E.F: Escola Municipal de Ensino Fundamental

EJA: Educação de Jovens e Adultos

FEEVALE: Centro Universitário FEEVALE

FGTAS: Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social

FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

IAPS: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores

IBAN: Instituto Brasileiro de Assessoria aos Municípios

IPC: Índice de Preços ao Consumidor

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS: Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
LG: Licença Gestante
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG: Organização Não-Governamental
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PHS: Partido Humanista Social
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE: Plano Nacional de Educação
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PT: Partido dos Trabalhadores
QPE: Quadro de Pessoal por Escola
SEE: Secretaria Estadual de Educação
SEMEC: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEMED: Secretaria Municipal de Educação
SINPRO: Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul
SMED: Secretaria Municipal de Educação
TCE: Tribunal de Contas do Estado
TJE: Tribunal de Justiça do Estado
UAB: União das Associações de Bairro
UCS: Universidade de Caxias do Sul
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGES: União Gaúcha dos Estudantes
ULBRA: Universidade Luterana do Brasil
UNDIME: União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICAMP: Universidade de Campinas
UNILASALLE: Centro Universitário La Salle
UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Canção Obvia¹

Escolhi a sombra desta árvore para
repousar do muito que farei,
enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera
Vive um tempo de espera vã.
Por isto, enquanto te espero
trabalharei os campos e
conversarei com os homens.
Suarei meu corpo, que o sol queimará;
minhas mãos ficarão calejadas;
meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;
meus ouvidos ouvirão mais;
meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti.
Não te esperarei na pura espera
porque o meu tempo de espera é um
tempo de que fazer.
Desconfiarei daqueles que virão dizer-me,
em voz baixa e precavidos:
É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar
É perigoso esperar, na forma em que esperas,
porque esses recusam a alegria de tua chegada.
Desconfiarei também, daqueles que virão dizer-me,
com palavras fáceis, que já chegaste,
porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
antes te denunciam.
Estarei preparando a tua chegada
como o jardineiro prepara o jardim
para a rosa que se abrirá na primavera.

¹ Texto escrito por Paulo Freire em Genéve, em março de 1971 (FREIRE, 2000).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a lançar um olhar sobre as políticas educacionais da rede municipal de São Leopoldo, no período de 1984 a 2004, resgatando o processo de organização dos/as professores/as e focalizando a eleição de diretores como uma estratégia da gestão democrática.

Conforme o título anuncia, há, nessa cidade, um processo de construção e de ruptura nas políticas educacionais que favorece ou dificulta a democratização da escola pública. Um exemplo é a escolha direta das direções das escolas, conquistada pela categoria em 1985 e retirada, pelo mesmo prefeito, em nova gestão, em 2002. O contexto e as articulações que propiciam este cenário e suas repercussões constituem o centro deste estudo.

O espaço de tempo histórico pesquisado possui relação com a instituição, implementação e retirada da lei de eleição direta para diretores/as, bem como o retrocesso à convivência com direções de escola indicadas pelo Executivo Municipal. Além disso, coincide com o período de organização do magistério municipal inicialmente criando uma Associação e posteriormente transformando esta em Sindicato.

Início trazendo as trajetórias que permeiam e fundamentam esta pesquisa: minha história de vida e o percurso metodológico.

A primeira objetiva situar o lugar de onde falo, que não é um lugar neutro, pois encontro-me fortemente vinculada à rede de ensino pesquisada. Como integrante do magistério municipal de São Leopoldo, desde 1987, vivenciei quase todo o período em estudo, acompanhando os movimentos de mobilização da categoria, ora como professora, ora como representante da escola no Conselho da entidade, ora como diretora ou ainda como sindicalista. Passei a integrar as diretorias do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses em 1990, afastando-me em 1999, após exercer a presidência na última gestão.

O desejo de registrar a caminhada dos/as professores/as municipais aliou-se à inquietação frente às diferentes situações do contexto, oriundas da arbitrariedade imposta

pelos Administradores bem como das progressivas dificuldades da categoria em reagir às mesmas. O texto, portanto, está encharcado de uma vivência num outro tempo histórico e conjuntural e expressa uma releitura de fatos e contextos, num outro momento da minha própria vida e da relação desta com as políticas educacionais da cidade.

A segunda trajetória refere-se ao percurso metodológico da pesquisa. Buscando identificar e analisar as ações do gestor público, do CEPROL e dos/as diretores/as nas políticas implementadas na área da Educação bem como seus reflexos na categoria, a pesquisa valeu-se de instrumentos como: questionário aberto; análise de reportagens da imprensa local; análise de leis federais e municipais vinculadas ao foco em estudo, documentos arquivados pelo Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL relacionados ao tema; entrevistas semi-estruturadas com os/as seis ex-presidentes do CEPROL e com quatro lideranças da categoria que exerceram, também, a direção da escola, por várias gestões, no período pesquisado.

Sigo situando o caminho teórico que embasa minhas concepções de política e do papel do Estado contextualizado na atualidade; das políticas educacionais que se inserem num contexto de influência que transcende o local e o nacional, na medida em que necessitam de financiamento internacional; de gestão democrática; de poder e outros elementos necessários para a análise do período histórico e político focado.

Na continuidade, passo a discorrer sobre a “onda democrática” que tomou conta do país, após o período de ditadura militar, e que impulsionou avanços nas políticas educacionais nas diferentes esferas. Analiso a implementação do princípio da gestão democrática no ensino público, lançando o olhar, especialmente, sobre a eleição de diretores/as como estratégia dessa gestão.

Busco historicizar as ações desencadeadas em São Leopoldo, na área da Educação, procurando identificar os/as atores/as envolvidos/as em cada momento. A reconstituição do processo de organização do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL e as articulações deste com o Executivo Municipal e com as direções de escola configuram o centro deste capítulo.

A partir deste resgate, lanço um olhar sobre a eleição de diretores/as nas escolas municipais, analisando suas normativas, a trajetória dos processos eleitorais, as estratégias de cooptação destas lideranças pela Administração e a perda desse direito, após dezessete anos

do seu exercício. Discuto, ao final, as possibilidades de (re)construção da gestão democrática nas escolas públicas municipais como um grande desafio posto aos atuais gestores.

No último capítulo identifico e analiso os reflexos da perda da eleição direta para diretores/as, no interior da escola onde atuei até o final de 2004. Para tanto, situo, num primeiro momento, a caminhada administrativa e pedagógica em curso, na escola, e o embate provocado pela Administração, ao impedir a realização da eleição, em 2002. No segundo momento, apresento a opinião das professoras, no impacto da convivência com uma diretora indicada. Finalizo esta parte apontando reflexos pedagógicos e pessoais percebidos na vida das profissionais envolvidas.

Concluindo esta dissertação, busco tecer algumas deduções possíveis a partir do estudo realizado, ciente de sua contextualidade e inconclusão.

Ao final, integram os anexos do trabalho, as tabelas resultantes dos questionários realizados com as professoras da E.M.E.F. Maria Emília de Paula, a tabela com o perfil das pessoas entrevistadas, o roteiro que norteou este instrumento de pesquisa e a relação atual das Escolas Municipais de São Leopoldo.

1. O PERCURSO DE TRAJETÓRIAS QUE PERMEIAM E FUNDAMENTAM A PESQUISA

Problematizar-nos a nós mesmos pode ser um bom começo, sobretudo se nos leva a desertar das imagens de professores que tanto amamos e odiamos [...] somos professores. Somos professoras. Somos, não apenas exercemos a função docente. [...] Carregamos angústias e sonhos da escola para casa e de casa para a escola. Não damos conta de separar esses tempos porque ser professoras e professores faz parte de nossa vida pessoal. É o outro em nós. (ARROYO, 2000, p.27)

Ao iniciar essa dissertação, considero importante explicitar de que lugar falo, porque por detrás daquilo que expressamos, há uma história que nos constituiu e que nos faz ser o que somos, pensar o que pensamos, legitimando a nossa fala. Como afirma Arroyo, não é possível separar nossa vida profissional e pessoal, quando assumimos a tarefa de ser educadores/as. Por isso, trago para o texto um pouco da minha trajetória de vida que se permeia com a trajetória das políticas educacionais de São Leopoldo.

1.1 Minha história de vida e sua relação com o objeto de pesquisa

Nasci em 1968, no interior do município de Montenegro, hoje Tupandi, RS. Lá, vivi com minha família, de pequenos agricultores, até os meus 14 anos de idade. Meu pai era, também, professor primário (agora aposentado), e minha mãe, do lar, conseguira frequentar a escola somente até a segunda série. Ambos haviam traçado o objetivo de assegurar o Ensino Médio aos dois filhos e às duas filhas. Com muito esforço, conseguiram garantir a concretude desse sonho. Somente minha irmã e eu conseguimos buscar e concluir o Ensino Superior, ambas em Pedagogia, o que muito orgulho trouxe aos nossos pais.

Cursei, da 1ª à 4ª série, numa escola pública municipal da qual meu pai era diretor e foi meu professor dois anos (1ª e 3ª séries). A escola, nesse período, acabou sendo uma extensão da minha própria família. Prevalecia, na formação, a valorização do estudo, a religiosidade, a exaltação da moral, da retidão e dos “bons costumes”, traços fortes na cultura alemã e interiorana.

De 5ª a 8ª série, percorri um trajeto de seis quilômetros, a pé, para chegar à escola mais próxima, que era dirigida por Irmãs Franciscanas. Outra vez, os valores vivenciados na família e na comunidade eram reforçados enquanto um outro mundo, com desigualdades sociais, econômicas e culturais, quando abordado, era algo muito distante e imutável.

Ao ingressar no magistério, vim para São Leopoldo, como interna no Colégio São José (também sob administração das Irmãs Franciscanas). Foi um período no qual vivenciei muitos choques culturais, situações de discriminação e de conflitos pela contradição entre o discurso e a ação. Mas foi, igualmente, um período marcado por aprendizagens que me deram suporte enquanto sujeito da minha própria história. Minha inquietude, diante das injustiças, por menores que fossem, aliada à ousadia de discutir e buscar novas práticas de vida, se opunha à estrutura na qual eu me encontrava.

Por isso, busquei nesse período, fora da escola, integrar-me em um grupo de estudos, de discussão coletiva e muita aprendizagem. Acredito que esse espaço tenha sido fundamental e decisivo na minha história pessoal. Ali, as angústias eram socializadas, as “verdades” questionadas e o comprometimento solidário afugentava o silêncio. Iniciava uma nova etapa na minha vida. Foi nesse período que entrei em contato com a literatura de Paulo Freire e Leonardo Boff, passando a fazer outra leitura do mundo, da educação e da teologia.

Saí do internato em outubro de 1986, quando ainda realizava o estágio do curso de Magistério. Embora meus pais insistissem muito para que eu retornasse à terra natal, minha decisão foi a de permanecer em São Leopoldo e, aqui, construir a minha história pessoal e profissional. Essa convicção me forçou a enfrentar a vida como milhões de brasileiros: em situação de extrema precariedade material e desemprego.

Participei do concurso público para o Magistério Municipal em janeiro de 1987, obtendo o quarto lugar na classificação. Em março desse mesmo ano, consegui um trabalho na pastoral junto à Paróquia Santo Inácio, Rio dos Sinos. Cabia-me, nessa função, animar e organizar a comunidade do Parque Campestre, onde passei a residir. Além de acompanhar o Clube de Mães e a Pastoral da Saúde, coordenar a catequese e o grupo de jovens, percebi que era necessário organizar a Associação dos Moradores, para que a comunidade tivesse amparo legal e pudesse encaminhar suas reivindicações, expressas cotidianamente. Havia, por exemplo, no loteamento, um prédio escolar (duas salas e banheiros) que fora construído e abandonado pelo poder público. O prédio estava sendo depredado pelos/as próprios/as moradores/as que não aceitavam que seus/suas filhos/as, quando conseguiam vaga, tivessem que se deslocar até o outro bairro através de uma avenida movimentada.

Comecei a refletir, com eles/as, a importância de vincular a fé com a vida e lutar pelos seus direitos. Foi assim que organizamos a Associação de Moradores, em 1987, abraçando a escola como bandeira e primeira luta.

Para minha grata surpresa, ao conseguirmos firmar o funcionamento de duas turmas de pré, no início de agosto de 1987, a comunidade, de forma incansável e determinada como vinha se posicionando, passou a reivindicar a minha nomeação para o atendimento de seus/suas filhos/as. Assim, sob pressão dos pais/mães, mas respeitando o concurso, fui nomeada em 10 de agosto de 1987. Assumi as duas turmas de pré, com extensão de carga horária, numa situação escolar extremamente precária: buscávamos água na vizinhança e fazíamos a limpeza e merenda (as mães e eu) em mutirão e rodízio. Mas a escola estava funcionando e a comunidade tinha a garantia de que, no ano letivo seguinte, poderia matricular seus/suas filhos/as ali, no mínimo em quatro turmas.

Foi dessa forma, lutando juntos, que conquistamos também um Posto de Saúde na vila e a ampliação do prédio escolar, que eu coordenava.

Em 1989, a escola deixou de ser anexo passando a denominar-se Escola Municipal General Mário Fonseca. Assumi, então, a direção do estabelecimento até 1991, quando deixei de participar das eleições para o cargo, por motivos de saúde. Elegemos uma colega que, traíndo a confiança do grupo e se aliando à Secretaria de Educação, colocou-me à disposição em março de 1992, numa atitude de perseguição política pela minha forma de atuar junto à comunidade e na defesa de seus interesses.

Fui transferida para a Escola Municipal Boa Saúde, cuja distância me obrigava a sair de casa duas horas antes de iniciar a aula. Porém, aprendi muito nessa escola: encontrei colegas que possuíam uma discussão mais avançada de educação e conseguimos desenvolver um trabalho em conjunto, exercitando reflexões e práticas coletivamente.

No mesmo período, eu já integrava a diretoria do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL, Gestão 1990/1993, como tesoureira da entidade. Percebi, cada vez mais, o quanto era preciso avançar como categoria e enfrentar a forma autoritária com que o poder público agia com os/as professores/as da rede. Era preciso modificar as leis para que injustiças e perseguições, como a que eu havia sofrido, não prejudicassem nem atingissem outros/as profissionais, dificultando sua atuação e inserção na realidade onde residiam.

Ainda em 1993, assumi a Licença para Exercício do Mandato Classista junto ao CEPROL-Sindicato. Na gestão seguinte, ocupei o cargo de vice-presidente e, de 1996 a 1999, presidi o Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses. Nas duas últimas gestões, procuramos estreitar as relações com a categoria, intensificando a visitação às escolas e oferecendo cursos de formação pedagógica e política aos/as profissionais da nossa rede e a outros/as interessados/as. Chegamos a realizar três Encontros Educacionais Integrados articulando os quatro Sindicatos de Professores existentes em São Leopoldo: SINPRO/RS (6ª Del.) - CEPROL - CPERS (14º Núcleo) e ADUNISINOS.

No período em que atuei no CEPROL-Sindicato, participei de diversas comissões: Comissão Paritária, responsável pela coordenação da Eleição de Diretores (três vezes); Comissão Paritária, responsável pela organização e eleição dos integrantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF); Comissão responsável pela elaboração do novo Plano de Carreira; Comissão que promoveu estudos relacionados à carga horária dos servidores municipais; e integrei, por dois mandatos, o Conselho Previdenciário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores (IAPS), exercendo a função de secretária desse coletivo.

Em 1995, nove anos após a conclusão do ensino médio, ingressei na UNISINOS, no curso de Pedagogia. Foram anos de aprendizagens e frustrações. Tive bons professores que me ajudaram a crescer pessoal e profissionalmente e outros que, pelo exemplo, me mostraram como jamais quero ser ou agir. Tive, também, colegas que me marcaram, discussões maravilhosas que nunca se esgotaram. Muitos saberes foram produzidos e (re)construídos na (con)vivência, nas relações estabelecidas, nos gestos quase despercebidos e involuntários... Saberes esses, nunca registrados por escrito, mas fortemente presentes no meu cotidiano e na memória.

No meu Trabalho de Conclusão do curso de Pedagogia, centrei meu foco de estudo no “disciplinamento escolar”, abordando a ideologia na educação e os mecanismos de reprodução ideológica dominante nas instituições escolares. Tentei analisar, também, as possibilidades para a construção de cidadania, nesses espaços.

Em 2000, ano em que concluí minha graduação, retomei minhas funções como professora junto às Escolas Municipais de Ensino Fundamental Maria Emília de Paula e General Mário Fonseca, atuando com turmas de pré e 1ª série, respectivamente.

Um duro golpe marcou minha vida profissional, em novembro de 2002, quando o Prefeito Waldir Arthur Schmidt (PMDB), a 48 horas do pleito, arguiu a inconstitucionalidade da Lei de Eleição Direta para Diretores das Escolas Municipais. Essa lei, de autoria do mesmo Prefeito, havia sido conquistada pela categoria durante um período de intensa mobilização, em 1985.

Não bastasse a categoria ter presenciado o Secretário de Educação (gestão 2001/2002) envolvido em corrupção, estava agora submetida a um retrocesso histórico com a indicação de cargos de confiança para conduzir administrativa e pedagogicamente as unidades escolares. Algumas manifestações deram sinais da indignação da categoria frente ao que estava ocorrendo. Todavia, esperava que a adesão a qualquer ato de repúdio, naquele momento, tivesse uma participação muito maior e um posicionamento efetivo dos/as professores/as municipais.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Emília de Paula, onde eu atuava, naquele momento, e onde tínhamos candidata de consenso, todas as colegas participaram, ativamente, das manifestações e tentativas de reverter a situação. Dado como fato consumado a indicação dos/das diretores/as, uma certeza pairava naquele grupo: a de que não havia, ali, alguém da confiança do Prefeito que pudesse ser indicado. Portanto, como consequência disso, viriam pessoas de fora para coordenar o trabalho administrativo e pedagógico daquela instituição educacional.

Sabíamos que um período muito difícil se aproximava. Porém, não imaginávamos que seria tão desastroso para a caminhada que vínhamos realizando naquele espaço escolar e, possivelmente, ocorria em tantos outros da rede municipal.

Ao final do ano de 2003, a supervisora da escola, sentindo-se pressionada pelas críticas constantes das professoras em relação a sua atuação, solicitou transferência de escola, deixando vaga sua função.

Por solicitação do grupo docente, aceitei o desafio de coordenar pedagogicamente aquele espaço, naquelas circunstâncias, enquanto iniciava o curso de Mestrado.

Essa experiência profissional, para mim, foi de grande aprendizado, especialmente no que se refere à mediação de conflitos e de relações entre as diferentes opiniões e posturas de pais/mães, alunos/as, funcionárias e, principalmente, professoras vinculados/as àquela escola.

Com a vitória da Frente Popular e Humanista nas eleições municipais, em outubro de 2004, constituída como oposição ao governo, os ânimos se acirraram no ambiente escolar, pois havia um compromisso, da chapa majoritária eleita, com o re-estabelecimento das eleições diretas para direção de escola.

Na composição da nova equipe da Secretaria Municipal de Educação, o meu nome foi apontado para assumir a Coordenação Pedagógica. Mesmo com o Mestrado em curso e ciente das enormes dificuldades e responsabilidades inerentes à função, era impossível furtar-me a aceitar mais esse desafio.

Ao situar o lugar de onde falo, trazendo presente minha trajetória, busco, no trabalho de dissertação, compreender melhor as articulações do CEPROL-Sindicato, diretores e Executivo durante o período da instituição e retirada da eleição direta para diretores, vista como estratégia da gestão democrática e, portanto, estratégia de política educacional da rede municipal de São Leopoldo.

1.2. O percurso metodológico da pesquisa

Ao explicitar os procedimentos metodológicos adotados na realização desta pesquisa, julgo importante retomar seus objetivos, quais sejam:

- identificar e analisar as ações do gestor público e do CEPROL durante o período da instituição e retirada das eleições diretas para direção das escolas municipais, buscando seus possíveis reflexos na categoria; e
- identificar e analisar o papel desempenhado pelos/as diretores/as das escolas municipais no processo de democratização da escola pública, em São Leopoldo.

Parti da hipótese de que os/as diretores/as tiveram uma atuação fundamental na organização do CEPROL e em diversos momentos de luta pela educação de qualidade e valorização profissional. Engajavam-se por sentirem-se comprometidos/as com quem os/as elegeu. Porém, sua representação passou a ser disputada pelas administrações municipais, enfraquecendo e/ou inibindo movimentos pela gestão democrática nas escolas públicas municipais.

Trago presente, também, que o espaço de tempo em estudo, 1984 a 2004, compreende o período entre a conquista da eleição direta para diretores/as nas escolas municipais e o advento de seu retorno, após a sua interrupção em 2002.

Dessa forma, com vistas a aprofundar a temática da eleição de diretores/as como estratégia da gestão democrática e alcançar as metas propostas, re-signifiquei alguns estudos realizados e percorri alguns caminhos investigativos que passo a descrever.

O interesse pela presente pesquisa vem acompanhando a minha trajetória profissional, no seu envolvimento com as políticas municipais, especialmente no período em que atuei junto ao Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses –CEPROL (1990 a 1999) Porém, aflorou com maior vigor quando, no ano de 2003, sufocadas pela tensão do ambiente de trabalho, uma colega e eu, decidimos retomar nossos estudos, no curso de pós-graduação em “Ação Supervisora e Letramento”, oferecido pela UNISINOS. Além de aprimorar nossos conhecimentos, era a oportunidade que se apresentava, naquelas circunstâncias permeadas pelo autoritarismo, de sair do espaço escolar para poder refletir e dialogar sobre ele.

Neste sentido, aproveitei a disciplina “Análise de Contexto”, em abril de 2003, para coletar dados da realidade, junto às colegas de trabalho. Vale lembrar que fazia um mês que o grupo convivia com a diretora e supervisora indicadas, quando solicitei a colaboração na pesquisa. Distribuí um questionário aberto sendo respondido livremente por 40% das profissionais da escola. Ao retornar, seu conteúdo foi tabulado para facilitar a análise dos registros feitos. As tabelas resultantes desse processo constituem o Anexo I deste trabalho.

Retomo, portanto, na presente pesquisa, parte desse material, com o objetivo de re-significá-lo enquanto o estudo de um caso, explicitando como o processo de retirada da eleição de diretores/as se refletiu no interior de uma escola da rede municipal, focando a E.M.E.F. Maria Emília de Paula, na qual atuava naquele período histórico.

Num segundo momento, dirigi-me à sede do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL, na busca de dados para a pesquisa. Olhei atentamente os 10 álbuns da entidade, que guardam o registro das fotos desde a organização dos/as professores/as até o momento atual. Selecionei algumas que foram introduzidas neste trabalho, ilustrando² momentos significativos aqui descritos.

Verifiquei, também, os boletins informativos da entidade e alguns livros de atas. Mais do que o conhecimento de seu conteúdo interessava-me a análise de suas entrelinhas: quem os elaborou, a quem se destinavam, qual o contexto que motivou sua existência, seus

² A inserção de fotografias no trabalho, não tem a intenção de serem exploradas como fonte de pesquisa e análise, mas apenas ilustrar momentos descritos.

possíveis objetivos, enfim, a busca de sua interpretação dentro das políticas educacionais em curso. Separei alguns destes materiais para reproduzir e arquivar, facilitando o retorno a eles, sempre que necessário.

Busquei, ainda, junto ao CEPROL-Sindicato, a cópia das seguintes Leis:

- Lei Municipal nº 2.991 de 05 de dezembro de 1985: Institui e regulamenta a eleição de Diretores nas Escolas Municipais.
- Lei Municipal nº 3.878, de 30 de agosto de 1993: Institui e regulamenta a eleição de Diretores nas Escolas Municipais.
- Lei Municipal nº 5.050, de 26 de dezembro de 2001: Estabelece o Plano de Carreira e Cargos do Magistério Público Municipal, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 1.680, de 13 de outubro de 1972: Cria o Conselho Municipal de Educação de São Leopoldo e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 3.603, de 18 de outubro de 1990: Dá nova redação ao Conselho Municipal de Educação.
- Lei Municipal nº 4.994, de 26 de outubro de 2001: Altera o parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Municipal nº 3.603 de 18 de outubro de 1990 – que dá nova redação ao Conselho Municipal de Educação.
- Lei Municipal nº 5.225, de 17 de março de 2003: Dá nova redação ao Conselho Municipal de Educação.
- Lei Municipal nº 4.715, de 27 de dezembro de 1999: Institui Projeto de Auxílio a professores do Ensino Fundamental do Município para obtenção, em nível superior, de curso de licenciatura, de graduação plena.
- Lei Municipal nº 4.910, de 17 de abril de 2001: Altera o artigo 2º da Lei 4.715/99, que institui Projeto de Auxílio a Professores da Rede Municipal de Ensino, para obtenção de graduação plena em cursos de licenciatura, em nível superior.
- Lei Municipal nº 5.089, de 05 de abril de 2002: Altera a Lei 4.715/99, com a redação dada pela Lei nº 4.910/2001, que Institui Projeto de Auxílio a Professores da rede Municipal de Ensino, para obtenção, em nível superior, de curso de licenciatura, de graduação plena.

Seu conteúdo foi objeto de análise posterior e integra esta dissertação, em diferentes momentos da escrita.

Além destas, foram pesquisadas, também, algumas leis federais, que embasam e norteiam as políticas educacionais traçadas no âmbito da nossa cidade. Trata-se da:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.
- Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Junto à entidade representativa dos/as professores/as, encontrei arquivada uma grande quantidade de reportagens de imprensa, recortadas, encadernadas e agrupadas por ano, quase na totalidade, do Jornal Vale dos Sinos. Comecei a pesquisa sinalizando as matérias que abordavam fatos vinculados à educação municipal. Destas, selecionei aproximadamente 500 reportagens que abordavam ações de política educacional, movimentos de organização e mobilização da categoria ou se vinculavam ao tema “eleição de diretores/as”. Foram 18 reportagens do Jornal Zero Hora, 05 reportagens do Correio do Povo, 15 da revista Rua Grande e as demais do Jornal Vale dos Sinos.

Este material foi reproduzido e encadernado para facilitar a pesquisa e cumpriu seu objetivo ao auxiliar na reconstituição histórica e cronológica dos fatos. A maior parte dessas reportagens tiveram suas informações inseridas no corpo do texto. Algumas mereceram destaque pela pertinência de seu conteúdo na pesquisa e, por isso, tiveram parte do seu texto reproduzido como citação. Estas últimas exigiram a busca de sua referência bibliográfica junto à Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, visto que havia sido recortada apenas a reportagem, tendo, ao lado, somente o registro da data de sua publicação.

Algumas reportagens não localizadas nos arquivos do CEPROL-Sindicato, exigiram, igualmente, pesquisa junto ao acervo da Biblioteca Pública Municipal, cuja tarefa teve a colaboração generosa de uma professora que lá atua.

Torna-se de extrema importância ressaltar o poder que tem a imprensa ao construir fatos, provocar convencimentos, relatar e omitir informações, expressar e legitimar posições e neutralizar outras. Paulo Freire (1996) afirma ser impossível a neutralidade da comunicação, visto que ela é sempre a “comunicação de algo, feita de certa maneira em favor ou na defesa,

sutil ou explícita, de algum ideal contra algo e contra alguém, nem sempre claramente referido.” (p 157).

Todavia, é igualmente necessário registrar que, junto à maioria da população, a imprensa se legitima e consolida sua credibilidade dialogando com o senso comum. Nesse sentido, ainda que aborde os acontecimentos, muitas vezes de forma parcial, apresenta-se, como um *documento público* e, portanto, aberto para leitura, análise e interpretação.

A coleta de dados utilizando as reportagens de imprensa como instrumento de pesquisa e de sua análise, favoreceu a percepção do quanto a forma como a informação é veiculada tem repercussões na opinião pública, acerca dos fatos. Este processo ficou evidenciado em muitos movimentos realizados pelos/as professores/as municipais e no rumo da política educacional traçada.

Mas, além disso, foi possível, também, estabelecer inúmeros confrontos entre os dados expressos nas reportagens e os relatos feitos por quem vivenciou os fatos “narrados” pela imprensa.

Reconstituído, cronologicamente, um panorama geral do que aconteceu na educação municipal, decidi realizar entrevistas semi-estruturadas com o/as ex-presidentes do CEPROL, bem como com algumas lideranças históricas da categoria, cuja participação destacada nos movimentos estivesse aliada ao exercício da função de diretora nas escolas municipais, por várias gestões, no período em estudo. As entrevistas objetivaram resgatar e documentar a história da (des)construção de políticas educacionais para a gestão democrática, a partir do depoimento oral de quem vivenciou esse processo, numa posição de liderança, seja sindical ou de grupo (direção de escola). Por isso, os sujeitos das entrevistas foram definidos como forma de acessar a compreensão do momento histórico em estudo.

Um contato telefônico externando as pretensões da pesquisa traduziu-se no primeiro passo. A disposição em contribuir foi imediata, em todos os contatos iniciais feitos, incluindo alguns agendamentos para a realização da entrevista.

Saliento, aqui, que houve autorização expressa no “Termo de Consentimento”, para o uso do próprio nome no desenvolvimento da pesquisa, por parte de todos/as os/as entrevistados/as.

Como já havia esboçado um resgate histórico dos principais acontecimentos, através das reportagens de imprensa, decidi realizar as entrevistas seguindo a cronologia das gestões

na presidência do CEPROL e, por último, dialogar com as demais lideranças. Assim sendo, constituíram-se dois grupos de entrevistados/as, que passo a apresentar:

a) Ex-presidentes do CEPROL

Através do contato com essas lideranças, busquei reconstituir e documentar a história de luta da categoria a partir do relato de atores que participaram, ativamente, dos movimentos pela democracia na rede municipal e, portanto, se apropriaram dessa história. Fazem parte deste grupo de entrevistados/as:

1. Professor Gilberto Sidnei dos Santos: Natural de Novo Hamburgo, Gilberto mora em São Leopoldo desde 1977. Formado em Pedagogia com especialização em Supervisão Escolar, fez sua Pós-Graduação em Gestão Escolar. Ingressou no Magistério Municipal em 07 de agosto de 1978, exercendo as funções de professor, diretor, vice-diretor e auxiliar de disciplina ao longo de sua carreira profissional. Foi diretor da E. M. E. F. Bento Gonçalves, da E. M. E. F. Zaira Hauschild e da E. M. E. F. Olímpio Vianna Albrecht. O professor Gilberto foi o primeiro presidente do CEPROL, na gestão 84/86 e reeleito para presidir o segundo mandato da entidade, na gestão 86/88. Aposentou-se no cargo de professor municipal em outubro de 2003 e atualmente, encontra-se no exercício da função de coordenador adjunto da 2ª Coordenadoria Regional de Ensino (CRE).

2. Professora Ivone Clara Witmann Klein: Natural de Gramado, lugar onde cursou o Magistério, Ivone mora em São Leopoldo desde 1967, ano em que ingressou no Magistério Municipal. Exerceu as funções de professora e auxiliar de disciplina junto às escolas municipais e foi diretora na E.M.E.F. Borges de Medeiros e na E.M.E.F. Salgado Filho. Presidiu o CEPROL durante a gestão 88/90, tendo participado da diretoria da entidade na sua primeira gestão, na função de primeira tesoureira. Aposentou-se no cargo de professora em 1994, afastando-se da categoria em 1995. Nessa condição, passou a militar no movimento popular, chegando a integrar a diretoria da UAB (União das Associações de Bairro) de São Leopoldo.

3. Professora Neusa Pivatto Müller: Natural de Caxias do Sul, passou a residir em São Leopoldo no ano de 1983. Com Licenciatura e Bacharelado em Sociologia, Neusa cursou a Pós-Graduação em Psicopedagogia. Integrante do Magistério Municipal desde 04 de abril de 1983, exercendo a função de professora, participou ativamente da elaboração do estatuto do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL, ou seja, do período de transformação da associação dos professores em sindicato. Integrou a

Comissão Provisória do CEPROL-Sindicato, de maio a setembro de 1990, quando assumiu a presidência da entidade, na gestão 90/93. Em 1998, exonerou-se do Magistério Municipal, assumindo trabalhos de assessoria ligados ao gabinete da Deputada Federal Esther Pillar Grossi. Em 2000, atuou como diretora de educação da diretoria de proteção especial da FGTAS³. De 2001 a 2003, atuou na SMED de Porto Alegre. Atualmente, exerce a função de secretária adjunta da Secretaria Municipal de Educação de Esteio.

4. Professora Zita Bortolini: Natural de Garibaldi, veio para São Leopoldo em 1983. Coursou o Magistério e formou-se em Licenciatura Plena em Português. Exerceu a função de professora e, no período de 1986 a 1987, foi diretora da E.M.E.F. Boa Saúde, que mais tarde foi anexada ao município de Novo Hamburgo. Presidiu o CEPROL-Sindicato na gestão 93/96. Professora municipal ingressa em 1983, integrou, também, a diretoria do CEPROL na gestão 1988/1990, exercendo a função de segunda tesoureira e, posteriormente, na gestão 1996/1999, ocupou a vice-presidência. Licenciou-se do último mandato por motivos de saúde, exonerando-se da categoria em 2000. Mudou-se para Curitiba (PR) e, atualmente, retornou ao nosso Estado, residindo em Garibaldi (RS).

5. Professora Rosane Rech Figueiredo: Natural de São Leopoldo, cursou o Magistério, Estudos Adicionais em Alfabetização e, atualmente, está concluindo o curso de Pedagogia. Participou, sempre e ativamente, do Conselho Representativo do CEPROL, assumindo como vice-presidente, na gestão 1988/1990. Foi presidente da entidade durante a gestão 1999/2002. Integrante da categoria desde 18 de março de 1985, exerceu as funções de professora, supervisora e diretora na E.M.E.F. Franz Louis Weinmann, onde continua atuando como professora alfabetizadora.

6. Professora Ana Inés Affonso: Natural do Uruguai, mora em São Leopoldo desde 1976. Coursou o Magistério e interrompeu o Ensino Superior em Educação Física. Ingressou no Magistério Municipal em 18 de maio de 1992, e exerceu as funções de professora e diretora na E.M.E.F. Dilza Flores Albrecht. Assumiu a presidência em 2002, na gestão 2002/2005. Porém, em 2004, licenciou-se para disputar uma vaga na Câmara Municipal, sendo eleita. Desligou-se da diretoria do CEPROL-Sindicato e, atualmente, encontra-se licenciada para exercer seu mandato de vereadora.

b) Entrevistas com algumas lideranças históricas da categoria.

³ FGTAS: Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social.

Aqui, o critério de seleção utilizado foi, além da participação destacada nos movimentos da categoria, o exercício da função de diretoras nas escolas municipais, por várias gestões, no período em estudo. Estas entrevistas pretenderam complementar às anteriores, no sentido de trazer o olhar de quem participou como categoria, como liderança dos grupos das escolas. Além disso, essas professoras já integravam a categoria em 1984 e a ela se mantêm vinculadas até hoje, possibilitando, desta forma, uma visão de todo o período em estudo, fundamental para a análise dos depoimentos. Integram este grupo de entrevistadas:

1) Professora Dirlei Caldeira Furlan: Natural de São Vicente do Sul, passou a residir em São Leopoldo no ano de 1975. Coursou o Magistério, ingressando na categoria, como professora municipal, em 18 de março de 1976. Exerceu a função de diretora na E.M.E.F. Otília Carvalho Rieth, no período de maio de 1979 a março de 1987, quando auxiliou no processo de organização dos/as professores/as e do CEPROL. Após, passou a atuar como professora, mantendo-se como liderança histórica da categoria ao participar ativamente de seus movimentos e mobilizações. Atualmente, integra a equipe da Coordenação Pedagógica da SMED, enquanto aguarda deferimento de sua aposentadoria, negada pelo IAPS, após ser apontada no TCE⁴ como irregular.

2) Professora Ana Catarina Brites Melo: Natural de São Borja, mora em São Leopoldo desde 1959. Coursou o Magistério, Estudos Adicionais em Ciências Físicas e Biológicas e Matemática interrompendo o Ensino Superior em Nutrição e Ciências Físicas e Biológicas. Ingressou no Magistério Municipal em 04 de março de 1983. No período de janeiro de 1990 a dezembro de 1999, exerceu a função de diretora da E.M.E.F. Rui Barbosa. Aposentou-se em um cargo em 2001, continuando como ativa em seu segundo cargo, assumido em 09 de março de 1992. Presença constante nos movimentos da categoria, Ana Catarina chegou a integrar a diretoria do CEPROL, como suplente, na gestão 1996/1999. Até início de 2004, Ana Catarina atuava como professora junto à E.M.E.F. Rui Barbosa. Após esta data, foi requisitada pela SMED para atuar na Coordenação Administrativa.

3) Professora Susana Beatriz de Oliveira: Natural de São Leopoldo cursou o Magistério, Jornalismo, Pedagogia com Especialização em Supervisão Escolar e Pós-Graduação em Psicopedagogia. Ingressou no magistério municipal em 08 de março de 1979, exercendo a função de professora. Sócia fundadora do CEPROL, participou ativamente de muitos movimentos da categoria, integrando a diretoria do CEPROL na gestão 1986/1988, como segunda tesoureira e, na gestão 1996/1999, como suplente. Foi diretora da E.M.E.F.

⁴ TCE: Tribunal de Contas do Estado.

Otília Carvalho Rieth no período de 1987 a 1999. Em 2000, foi convidada, pela Administração Municipal, a assumir a direção da E.M.E.F. Álvaro Luís Nunes, recém-criada, onde permaneceu, no exercício da função, até maio de 2005

4) Professora Rosmari Schmidt: Natural de General Câmara, reside em São Leopoldo desde 1978. Coursou Magistério, formou-se em Pedagogia e fez Especialização em Gestão da Educação. Integrante da categoria desde 08 de agosto de 1978, participou intensamente de muitos movimentos reivindicatórios, na função de professora, supervisora, diretora e secretária. Atuou na direção da E.M.E.F. Olímpio Vianna Albrecht, no período de 1983 a 1993. No ano de 1999, integrou a equipe da SEMEC e, em 2000, foi convidada pela Administração Municipal a assumir a direção da E.M.E.F. Castro Alves, após a anulação da eleição naquela escola. Atualmente, atua na supervisão da E.M.E.F. Jorge Germano Sperb.

A maioria dos depoimentos foi coletada numa sala da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, tendo em vista sua localização central e seu espaço que favoreceu a gravação e o diálogo sem interferências. Duas entrevistas foram realizadas na residência das pessoas e duas em seu local de trabalho. Dados complementares sobre o perfil dos entrevistados encontram-se no Anexo II.

As entrevistas foram todas realizadas pela pesquisadora, a partir de um roteiro pré-elaborado (Anexo III), e tiveram autorização para serem gravadas. Após, foram transcritas para possibilitar sua categorização e análise, totalizando 155 páginas. O texto oriundo de cada entrevista foi devolvido para seu/sua autor/a, afim de que procedesse à sua leitura, legitimando-o e/ou possibilitando alterações, em caso de necessidade. Este movimento provocou reações e reflexões diversas, desejos de reorganizar toda a fala, manifestações de satisfação e concordância com o exposto aliadas à vontade de aprofundar, retomar e/ou rever colocações feitas. Ou seja, a leitura da fala transcrita, trouxe presente um processo de rigor profissional, expresso no desejo de “correção” do próprio texto. Algumas entrevistadas chegaram a verbalizar que o riscaram tanto que, sentindo-se constrangidas com a auto-crítica, optaram em deixá-lo na íntegra autorizando-me a fazer uso do que julgasse importante para a pesquisa. A assinatura do documento de cessão de direitos da entrevista, com autorização expressa do uso do próprio nome foi solicitada e realizada após esse processo de leitura do texto oriundo da entrevista.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito a empolgação e emoção que se repetiu a cada entrevista. Havia uma carga emocional em cada depoimento que refletia sentimentos vivenciados nas diferentes situações descritas. A entrevista não se limitou a fala

dos fatos ocorridos, mas traduziu-se num momento em que os mesmos foram revisitados pelas lideranças entrevistadas, com empolgação, saudade, sofrimento, orgulho, expressos na forma de abordá-los e nas lágrimas que se permitiram rolar. Havia uma ansiedade de relatar cada passo, contar detalhes, explicar atitudes tomadas, estratégias utilizadas, ressaltando a garra, a união e a capacidade de mobilização que marcaram o movimento dos/as professores/as, especialmente na década de oitenta.

A maioria das entrevistas lembrou a importante contribuição do professor João Carlos Alves Rodrigues, Secretário Municipal de Educação no período em que se deu a organização e fundação do CEPROL. Sua marca não se deu pelo tempo em que permaneceu na titularidade da SEMEC, mas pela relação estabelecida com a categoria e pela postura adotada no encaminhamento das políticas educacionais, naquele período.

Houve consenso de que os anos noventa foram de declínio do movimento da categoria e que o sindicato iniciou o novo milênio demonstrando fragilidade em seu potencial organizativo. Este fator, percebido pelas administrações, tornou-se solo fértil para a retirada da eleição direta para diretores das escolas municipais. Tanto que a categoria demonstrou imensa dificuldade em reagir coletivamente a esta atitude tão autoritária. Lembrando o espírito presente nos anos 80, algumas pessoas entrevistadas afirmaram que, se a categoria estivesse com a mesma garra, teria fechado as escolas, ido pra rua, se mobilizado e criado dificuldades para que o ato se mantivesse.

Nesta forma de abordar, diferenciou-se o depoimento da professora Ana Inés, que ingressou no Magistério Municipal em 1992 e, portanto, não vivenciou a década de 80, tão marcante para os/as demais entrevistados/as. Esta lacuna histórica repetiu-se em outros momentos de sua fala.

O processo de transcrição das entrevistas contou com o auxílio de uma ex-bolsista da UNISINOS, com prática de gravação. Porém, marcaram-me diversas ocasiões em que esta pessoa expressou seu encantamento com o conteúdo e a riqueza dos depoimentos. Uma das fitas, segundo ela, demorou mais tempo para ser transcrita porque não conseguia permanecer na tarefa, diante do relato emotivo da entrevistada. Dizia ela: “Eu nunca havia vivenciado igual situação: de ter que parar de transcrever, dar uma volta para me acalmar antes de retomar o trabalho. O depoimento mexeu comigo e chorei muito durante a transcrição.” Esta fala revela o grau de impacto dos depoimentos na pessoa que realizou a transcrição. Vale lembrar que ela não conhecia o autor e as autoras das narrativas orais e foi procurada pela sua experiência, como bolsista, na tarefa de gravar.

Essa situação evidencia, como já foi mencionada, a dimensão dos depoimentos, que deixaram de ser meramente descritivos, mas estiveram permeados de um reviver, de um afetar-se de novo, de um sentir-se novamente feliz ou com uma grande frustração, apenas por relembrar aqueles momentos. Isso demonstra a profunda articulação existente entre o conteúdo de vida destes sujeitos e o conteúdo da história institucional. Ou seja, resgata o conteúdo, os afetos, as emoções daquele momento de criação do CEPROL e de organização da categoria, mas traduz igualmente momentos de vida destes/as profissionais.

Por isso, diante da extensão dos textos transcritos (em média 15 páginas cada entrevista) e riqueza de dados ampliada a cada releitura feita, optei em organizar uma tabela, tendo por base as principais questões levantadas no roteiro de entrevistas.

A análise do material empírico, decorrente dos depoimentos, concentrou-se especialmente em três focos: as ações do gestor público, a (re)ação da categoria e a atuação dos/as diretores/as das escolas.

De posse desse material, passei a reorganizar a escrita desta dissertação, mesclando os dados coletados através dos diferentes instrumentos já descritos, buscando dialogar com autores/as sempre que possível.

Por fim, cabe salientar que, na escrita do texto, exercitei o respeito ao gênero masculino e feminino, por uma questão ética e de coerência para comigo mesma. Assim como a educação não é neutra, também a forma da representação da linguagem escrita, que historicamente desconsiderou o feminino, explicita concepções e intencionalidade. Por isso, ao resgatar a trajetória de organização da categoria profissional que integro, feminizada em seu processo histórico, insisto, também pela forma da representação gráfica, na visibilidade da presença marcante e determinante de tantas mulheres que souberam posicionar-se em seu tempo e ocupar o seu espaço na história.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, diferentes atores ligados aos movimentos sociais e populares reivindicaram e continuam reivindicando escolas públicas, gratuitas, democráticas e de qualidade para todos. Se ainda necessitamos que essas bandeiras sejam levantadas, com certeza, é porque as instituições educativas ainda carecem da concretude de conceitos há tanto proclamados pelos mais variados aspirantes às funções e cargos públicos. O que falta realmente: vontade política dos gestores, viabilidade dos propósitos, compromisso e seriedade com as propostas divulgadas em campanha ou há objetivos que norteiam as ações na contramão dos discursos?

Pensar o espaço escolar, hoje, nos obriga a recorrer à dimensão histórica de luta e formulação acerca dessa instituição. Significa refletir sobre a escola que temos e que queremos. Se não nos servem as relações de poder verticalizadas, a gestão centralizada e centralizadora, a fragmentação de conteúdos, as práticas repetitivas que atrofiam a criatividade e impedem a autonomia, o currículo distanciado das reais necessidades dos sujeitos e desvinculado dos saberes fundamentais ao exercício da cidadania, nossas concepções devem nos mobilizar para a formulação coletiva de alternativas que se contraponham a modelos historicamente consagrados.

Nesse sentido, torna-se fundamental repensar a escola pública, sua democratização quanto ao acesso, produção e socialização do conhecimento, sua qualidade, sua autonomia e a efetiva participação na sua gestão. Mas, é imprescindível, nessa reflexão, lançar um olhar sobre as concepções de educação que permeiam as políticas que vêm sendo implementadas nos diferentes âmbitos.

2.1 - Tecendo alguns conceitos

Ao iniciarmos essa reflexão, julgamos importante explicitar a compreensão de alguns conceitos, pois é preciso pensar a educação como prática e política social, que se constrói historicamente no complexo das relações sócio-econômicas e culturais.

Para Jenny Ozga (2000) não há definições de política previamente acordadas e os pesquisadores nesta área distinguem-se bastante uns dos outros.

Há aqueles que o entendem como acções de um governo que visam a consecução de determinados objectivos. Eu encaro-o diferentemente, como algo mais abrangente, como um processo mais do que produto, envolvendo negociação, contestação ou mesmo luta entre diferentes grupos não envolvidos directamente na elaboração oficial da legislação. (OZGA, 2000 p.20)

Essa concepção de política “como um processo mais do que um produto” traz consigo a complexidade da sua formulação e materialização, as influências, divergências e/ou contestações presentes no contexto de sua elaboração, os objetivos a que se destinam, que muitas vezes são ou ficam ocultos pela multiplicidade de suas dimensões.

Stephen Ball (2001) compartilha dessa visão ampliando seu olhar para as dificuldades e/ou resistências na sua operacionalização.

A maior parte das políticas são frágeis, produtos de acordos, algo que pode ou não funcionar; elas são retrabalhadas, aperfeiçoadas, ensaiadas, crivadas de nuances e molduradas através de complexos processos de influência, produção, disseminação de textos e, em última análise, recriadas em contextos de prática. (BALL, 2001, p.102)

O autor evidencia possibilidades de distanciamento entre o contexto em que as políticas são pensadas, discutidas e produzidas e o contexto em que serão implementadas, onde as políticas podem ou não ser assumidas pelas pessoas. Torna-se necessário considerar sempre a probabilidade da resistência e não olhar de forma linear sobre sua produção. Lá, na prática, ela poderá ser interpretada e rearticulada, sofrendo modificações que destoam dos objetivos que lhe deram origem.

Pensar em políticas educacionais pressupõe compreender que elas se relacionam em maior ou menor grau, com a política. Para Jenny Ozga,

Não só não há uma definição clara de política educacional como não há linhas perfeitamente claras de demarcação entre política educacional e outras áreas de política social. Há imensas áreas de política social que levantam questões com implicações na educação. (OZGA, 2000, p.23-24)

Nesse sentido, a educação como uma política pública social, encontra-se situada no contexto temporal, cultural e espacial de concepção de Estado, sendo influenciada por seus

organismos, pela sociedade civil e por agências internacionais incumbidas da formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais.

Para João Barroso (2003) os estudos comparados sobre os modos de regulação estatal, no que se refere ao domínio da educação, têm evidenciado a existência de elementos comuns, apontando para uma problemática emergente no domínio das políticas educativas, ao nível internacional.

Embora no quadro do sistema público de ensino o Estado constitua uma fonte essencial de regulação, ele não é a única, nem, por vezes, a mais decisiva nos resultados finais obtidos. A diversidade de fontes e modos de regulação faz com que a coordenação, o equilíbrio ou a transformação do funcionamento do sistema educativo resultem mais da interacção dos vários dispositivos reguladores do que da aplicação linear de normas, regras e orientações oriundas do poder político. Mais do que falar de regulação seria melhor falar de ‘multiregulação’ já que as acções que garantem o funcionamento do sistema educativo são determinadas por um feixe de dispositivos reguladores que muitas vezes se anulam entre si, ou pelo menos, relativizam a relação causal entre princípios, objectivos, processos e resultados. Os ajustamentos e reajustamentos a que estes processos de regulação dão lugar, não resultam de um qualquer imperativo (político, ideológico, ético) definido *a priori*, mas sim dos interesses, estratégias e lógicas de acção de diferentes grupos de actores, através de processos de confrontação, negociação e recomposição de objectivos e poderes. (BARROSO, 2003, p.40)

José Willington Germano (1993) conceituou a política educacional como sendo:

“[...] o conjunto de medidas tomadas (ou apenas formuladas) pelo Estado e que dizem respeito ao aparelho de ensino propriamente escolar ou não/[...] Ela visa, essencialmente à reprodução da força de trabalho (mediante a escolarização e qualificação); à formação de intelectuais (em diferentes níveis); à disseminação da concepção de mundo ‘dominante’ com vistas a contribuir para a legitimação do sistema político e da sociedade estabelecida; [...] além da evidente regulação dos requisitos necessários ao funcionamento do sistema educacional.” (GERMANO, 1993, 101)

A autora Geni Ozga (2000) amplia a visão de política educacional estabelecendo relações entre as produzidas em nível macro e as gestadas no interior da própria escola, e, portanto, constituindo-se enquanto um processo que contribui para um projeto democrático de educação.

Percebemos, desta forma, que a compreensão das políticas educacionais pressupõe a reflexão e análise das concepções de Estado que sustentam as políticas econômicas internacionais, nacionais e locais e seus reflexos nos diferentes contextos.

2.2 - Neoliberalismo e educação

Para compreender essa relação que se estabelece do espaço macro até o micro, faz-se necessário retomar algumas concepções que embasam e norteiam a formulação das políticas sociais neoliberais, entre elas a educação.

De acordo com Almerindo Janela Afonso (2001), até um passado recente, as políticas educacionais expressavam uma ampla autonomia de decisão do Estado resultante das relações complexas e contraditórias com as classes sociais dominantes e sujeita às demandas das classes dominadas e de outros atores coletivos e movimentos sociais. Para o autor,

[...] ainda que, cada vez mais, haja indicadores que apontam para uma crescente diminuição dessa autonomia relativa, continua a ser necessário fazer referência ao papel e lugar do Estado-nação, mesmo que seja para melhor compreender sua crise actual e a redefinição do seu papel – agora, necessariamente, tendo em conta as novas condicionantes inerentes ao contexto e aos processos de globalização e transnacionalização do capitalismo. (AFONSO, 2001, p.16)

Esta redefinição do papel do Estado se insere em um movimento maior do capitalismo que, na tentativa de superar sua crise, estabeleceu como estratégias principais o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva.

Para a teoria neoliberal, o Estado entrou em crise especialmente por dois fatores: primeiro porque gastou mais do que podia para se legitimar, já que tinha que atender as demandas da população por políticas sociais, o que provocou a crise fiscal; e, segundo, porque ao regulamentar a economia, atrapalhou o livre andamento do mercado e o crescimento da propriedade privada, Prejudicado pelas políticas sociais.

Por isso, a redefinição do papel do Estado passa pela racionalização de recursos e esvaziamento do poder das instituições democráticas, visto que são improdutivas e permeáveis às pressões e demandas da população por políticas sociais.

Enquanto o liberalismo da época da burguesia nascente propôs os direitos do homem e do cidadão, entre os quais, o direito à educação, o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor que as liberdades públicas e democráticas, contestando a participação do Estado no amparo aos direitos sociais. Dessa forma, analisa Gentili (1995), a “modernização” em curso pretende reformar o Estado para transformá-lo em Estado mínimo, desenvolver a economia, fazer a reforma educacional e aumentar o poder da iniciativa privada transnacional, por meio do consenso ideológico.

Nessa lógica, as políticas sociais passam a ser consideradas como serviços não-exclusivos do Estado, incentivando-se a privatização. As políticas educacionais, por sua vez, deixam de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar à sua semelhança.

A natureza hegemônica do neoliberalismo se expressa na sua capacidade de convencer aos excluídos de que eles são responsáveis pela sua própria exclusão, que ela deriva de fatalidade natural ou, simplesmente, de má sorte.

O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive o êxito ou o fracasso social. [...] Se a maioria dos indivíduos é responsável por um destino não demasiado gratificante, é porque não souberam reconhecer as vantagens que oferecem o mérito e o esforço individuais mediante os quais se triunfa na vida. Há que se *competir*, e uma sociedade moderna é aquela na qual só os melhores triunfam. (GENTILI, 1995, p.133).

A educação é um campo de disputa de concepções e valores. Por isso, dentro desses princípios neoliberais, ela é extremamente importante porque legitima a desigualdade como resultado das escolhas individuais, uma vez que possibilita a todos às mesmas oportunidades e desenvolve a capacidade de elevação de renda individual. Portanto, numa sociedade equitativa que possibilita a igualdade de oportunidades, a desigualdade é eticamente justa, porque é produto de comportamentos individuais.

A concepção liberal postula que o ensino público funciona como fator democratizante da sociedade na medida em que oportuniza a todos os indivíduos igualmente o acesso ao conhecimento, possibilitando o desenvolvimento pessoal, a ascensão social e o poder econômico aos indivíduos desprivilegiados. Assim sendo, o fracasso escolar (repetência, evasão etc.) deve-se exclusivamente às características do indivíduo (imaturidade, desinteresse, problemas emocionais, estrutura familiar, entre outros), visto que todos são iguais perante o sistema escolar. (FREITAS, 1991, p.19).

Para Enguita (1993), a submissão a um tratamento igual de alunos que partem de posições extra-escolares desiguais,

[...] transforma-se em um tratamento decisivamente desigual, quer dizer, numa forma de perpetuar a desigualdade frente às oportunidades escolares. É essa combinação de igualdade e desigualdade real e não alguma delas em separado, o que caracteriza tanto a sociedade capitalista como a sua escola. (ENGUITA, 1993, p.247).

Ambos os autores citados expressam a estreita relação existente entre as concepções ideológicas de quem está no poder, o Estado, e o papel que este atribui à escola como instituição educativa do povo.

Resumindo poderíamos dizer que a política econômica neoliberal vem se materializando na redução da intervenção do Estado, na eliminação de programas destinados a criar oportunidades para todos, na abertura das fronteiras ao capital estrangeiro e às multinacionais, na privatização de empresas estatais e na redução de investimentos sociais.

Mudam-se, portanto, os valores e as concepções. Para os neoliberais, a democracia, por exemplo, não é princípio que assegure a participação efetiva de todos os cidadãos na sociedade, mas, simplesmente, “um sistema político que deve permitir aos indivíduos desdobrar sua inesgotável capacidade de livre eleição na única esfera que garante e potencializa a dita capacidade individual: o mercado. (GENTILI, 1995, p.130).

Por isso, é preciso estar atento/a para o perfil de quem expressa termos como o da democracia. Subjacente à palavra, está um conceito que pode ser oposto ao que ideologicamente defendemos. Como em tantas outras situações, é imprescindível a leitura do contexto, da posição que ocupa, dos princípios que norteiam o discurso e a ação de quem a pronuncia.

As políticas, especialmente públicas, traçadas e implementadas nos diferentes setores afirmam o caráter socialmente excludente desse sistema econômico. Pablo Gentili (1995), aborda a forma como os neoliberais concebem a educação:

[...] a grande operação política do neoliberalismo é transferir a educação da esfera da *política* para a esfera do *mercado* questionando seu caráter de *direito* e reduzindo-a a sua condição de *propriedade*. É neste marco que se reconceptualiza a noção de *cidadania* mediante uma revalorização da ação do indivíduo enquanto *proprietário*, ou bem enquanto indivíduo que luta por aceder e conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, responsável, dinâmico: o *consumidor*. (GENTILI, 1995, p.132).

Na lógica do autor, a educação deve ser adquirida ou “comprada” como qualquer outra mercadoria que está à disposição no mercado. E, por isso, é importante que haja diferentes graus de qualidade sendo oferecidos aos usuários para assegurar o seu direito de opção. Assim, novamente reforça a estratégia equivocada para quem não investe em um produto de melhor qualidade para seus filhos, afinal, há opções mais eficientes à disposição. Além disso, a educação deve ser incluída entre as necessidades básicas do orçamento familiar,

cabendo ao Estado apenas prover o ensino público para aqueles que já estão fracassados e sem ambição. E, para estes, não há razões para investir na qualidade da escola que frequentam. Aliás, no sentido de diminuir cada vez mais o financiamento da educação, incentiva-se às gestões a buscarem “padrinhos” junto às empresas de iniciativa privada, atribuindo o diferencial de qualidade oferecido à competência de quem gerencia o espaço educativo.

Segundo Pablo Gentili (1995), os neoliberais diagnosticaram, também, a crise do sistema educacional, apontando o Estado, o sindicato e a própria sociedade como os verdadeiros responsáveis por essa crise de qualidade. O primeiro, por ser ineficiente na gestão do sistema educacional, impossibilitando a criação de um mercado educacional; o segundo, por pressionar a presença do Estado na gestão, criação e controle das políticas públicas; e o terceiro, por incorporar e mostrar-se resistente a romper com comportamento vicioso logrado pelo Estado de Bem-Estar, onde o sentimento paternalista de provisão e a expressão do direito público, da gratuidade e do coletivismo são postas como eixos norteadores, em detrimento da competição e do esforço individual pela ascensão social.

Por isso, não podemos analisar as políticas educacionais, nos diferentes âmbitos, sem olhar para o contexto em que estão sendo propostas e implementadas. Elas não são, simplesmente, determinadas pelas mudanças que estão ocorrendo na redefinição do papel do Estado, mas são parte constitutiva dessas mudanças.

A educação exerce um papel relevante na formação da pessoa, de sua personalidade, seus valores, habilidades, seu comportamento individual e social. Por ser justamente nessa área que se enfrentam as diferentes visões de sociedade, os interesses de classe, de grupos econômicos, étnicos, etc. cada sistema de governo possui objetivos claros para a educação. Assim sendo, ela não é neutra, mas possui importância social, econômica, política e cultural.

Nossa história recente caracterizou-se por um Governo Federal com concepções neoliberais, segundo as quais se absolutiza o mercado em detrimento da vida das pessoas.

A avalanche de reformas educacionais e campanhas lançadas pelo governo federal, no período do presidente Fernando Henrique Cardoso davam a impressão que, finalmente, os governantes estavam preocupados com a educação e que o acesso de todos a esse direito estava garantido. Muitos/as educadores/as, inclusive, compartilhavam da idéia propagada pela elite dominante de que o governo estava fazendo sua parte. E, enquanto se ocupavam desse pensamento, não se davam conta de que, subjacente às políticas nacionais para a educação, haviam políticas internacionais que se materializavam na transferência da responsabilidade

pelo “fracasso escolar”, que não era mais do sistema que oferecia oportunidades iguais para todos, mas dos indivíduos que não conseguiam aprender.

Essa lógica de pensamento do governo federal, de concepção neoliberal, se estendeu na base de apoio que lhe dava sustentação, ou seja, se reproduziu e materializou as mesmas concepções nas diferentes esferas onde seu partido e/ou os aliados ocupavam cargos de gestor público.

Resumindo, poderíamos dizer que, com essa política, passou-se a discutir o processo de municipalização e privatização da educação, em que a lógica se resume em transpor para o sistema educacional, com valores especiais, as habilidades dos empresários, ou seja, os sujeitos precisam ser criativos, devem ter capacidade de inovar, de correr riscos. Assim, um sujeito educado não é um sujeito participativo, mas, ao contrário, aquele que compete igualmente para ter maiores benefícios e proporcionar maiores lucros às empresas em um mercado aberto.

Apesar da eleição de um outro projeto político, liderado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, o que se observa, em nível federal, é uma grande dificuldade de ruptura na trajetória em curso, nas diferentes áreas do governo. Os compromissos firmados pelos governantes anteriores precisam ser honrados, mesmo destoando das concepções de quem assumiu. Outro olhar permite perceber a falta de domínio sobre a máquina pública que, muitas vezes, leva à projeção de metas e objetivos durante a construção do programa de governo que, na prática, são de difícil concretização.

É preciso ter presente, também, que um governo faz parte de uma engrenagem macro, em que é necessário, por vezes, articular, desarticular, conceder, romper, limitar, negociar, recuar, se impor... cuidando para não perder de vista os princípios que motivaram a eleição de seu projeto. Isto sem falar na infundável capacidade de resistir às artimanhas e ciladas constantes do poder.

Ainda, cabe ressaltar a cadeia de ações que se desenvolvem a partir de uma decisão tomada em nível nacional, com repercussões nas diferentes instâncias estaduais e municipais. Os efeitos, ali, se materializam rapidamente ou em um processo mais demorado, em maior ou menor grau, dependendo da estrutura existente e, muitas vezes, da afinidade ideológica entre as distintas esferas de governo.

Em nível municipal, diversas ações desencadeadas, especialmente na área da educação, na gestão 2000 a 2004, seguiram a lógica das políticas neoliberais defendidas pelo

governo nacional, derrotado nas eleições de 2002. Apontaram para a privatização da escola pública, o desmantelamento de práticas pedagógicas avançadas construídas pelos/as educadores/as e o término de um espaço democrático conquistado pela categoria, de poder eleger os diretores das suas unidades escolares.

As ações governamentais, as práticas administrativas têm intrinsecamente uma intencionalidade, não são desencadeadas por acaso. Ao contrário, são componentes de projetos políticos, de cosmovisões, que induzem determinadas políticas e determinam práticas administrativas que se desenvolvem no interior do aparelho do Estado ou nas relações que se estabelecem com os diversos setores da sociedade. (AZEVEDO, 1995, p.35).

O que leva um administrador público a definir políticas educacionais que retrocedem na história, como é o caso da retirada das eleições diretas para diretores das escolas municipais? Seriam os movimentos que estavam acenando riscos da sua manutenção no poder local? Seria fruto da sua falta de reflexão sobre a dimensão de seu ato no interior das escolas? Seria uma atitude intempestiva provocada por algumas situações de conflito durante o processo eleitoral em curso? Ou, ainda, seria o temor de perder poder de ingerência nas instituições educativas ao ver eleitas diversas pessoas que não compartilhavam de suas concepções políticas?

É preciso lembrar, também, que o nosso país não possui, ao longo da sua história, uma forte tradição democrática. Tivemos, durante o período do Império e da República, uma história política em que os períodos democráticos eram intermediados entre longos períodos autoritários. Tivemos, também, uma ditadura de vinte anos, no período de 64 a 84. Somente a partir de 1984-85 que, com muitas dificuldades, o Brasil vai recuperando o seu sistema democrático representativo, com a idéia de que o cidadão é o indivíduo que decide, no ato da eleição, ou seja, o voto é seu instrumento de participação.

Assim como o Brasil é um país extremamente grande em sua extensão territorial, diferenciado na composição étnica e racial e heterogêneo em sua cultura, também as experiências democráticas variam muito, no que diz respeito a sua implantação e consolidação. Além disso, os avanços democráticos não são resultados de concessões unilaterais dos grupos dominantes, mas, também e principalmente, da organização, das lutas e das pressões dos setores populares, que exercem uma cidadania participativa, em diferentes locais nos quais se inserem.

Para Francisco Weffort (1995),

O processo de formação da cidadania se dá em todas as instituições e ambientes públicos dos quais as pessoas participam, se dá nos partidos políticos, se dá no ambiente da família, se dá no ambiente das igrejas, se dá nos contatos com a imprensa, se dá nos grandes embates institucionais e políticos. Enfim, se dá num cenário em que todos nós participamos. Mas é na escola onde, por excelência, ocorre o processo de formação da cidadania [...]. Uma escola da melhor qualidade é...uma escola ideal para influenciar o processo de formação de uma cultura político-democrática, a qual é essencial para consolidação da democracia no país. (p.90).

A democracia, portanto, não se dá espontaneamente assim como ninguém nasce democrata. Ela exige aprendizagem para o debate de interesses, o respeito à diversidade de idéias, o conflito de opiniões, a busca de consenso. Como afirma Edgar Morin (2003) “a democracia constitui a união entre a união e a desunião; tolera e nutre-se endemicamente, às vezes explosivamente, de conflitos que lhe conferem vitalidade” (p.109). Ou seja, para que a democracia ocorra, é imprescindível que se manifeste o conflito de idéias e opiniões, a diversidade de interesses, para que, por meio do debate e das eleições, se defina “o vencedor provisório das idéias em conflito” (MORIN, 2003, p.108).

Por isso, não há como idealizar a democracia utopicamente sem experimentá-la permanentemente. Ela precisa ser criada e cultivada pela prática política, ou seja, pelo exercício da participação ativa e da tomada de decisões nos mais diversos fóruns, já citados por Weffort. E, no exercício de envolvimento, de troca de opiniões, de busca de direitos, a democracia representativa vai sendo substituída pela consciência de uma cidadania participativa, forjada na prática cotidiana.

Por isso, este autor acrescenta que a abertura da escola à participação dos cidadãos é de fundamental importância na medida em que não educa apenas as crianças, mas cria comunidade e educa o cidadão que dela participa, tornando-se, assim, um agente institucional do processo de organização da sociedade civil. E, enquanto educa, aprende novas práticas, cria novas formas de se relacionar com os sujeitos do seu entorno, se qualifica na pluralidade de sua composição.

Embora São Leopoldo tenha vivenciado um retrocesso histórico e pedagógico no interior das escolas de sua rede, é preciso olhar para a história e tentar compreender a área educacional como um espaço de confronto de ideologias, de disputa das diferentes visões de sociedade e interesses de classe. É por isso que a neutralidade, na educação, é algo impossível. Como dizia Paulo Freire,

O que se coloca à educadora ou ao educador democrático, consciente da impossibilidade da neutralidade da educação, é forjar em si um saber especial, que

jamais deve abandonar, saber que motiva e sustenta sua luta: *se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode.* (FREIRE, 1996, p.126).

A partir dessa concepção, é preciso resistir às formulações e práticas que tentam nos arrastar na contramão da história. Essa resistência passa pela busca de aliados e construção de alternativas coletivamente.

Como nos lembra Miguel Arroyo (2000), é preciso resgatar nosso “ofício de mestre”.

Um olhar apenas centrado na história das políticas, das normas e dos regimentos, da divisão gradeada e disciplinar do currículo e do trabalho, da incorporação dos especialistas, da separação entre os que decidem, os que pensam e os que fazem, nos levará fácil e precipitadamente a concluir pela eliminação de qualquer das tradicionais dimensões e traços do ofício de mestre. Mas cabem outros olhares que pretendam ser mais totalizantes para perceber que os traços mais definidores de toda ação educativa resistiram e perduram. Há uma resistente cultura docente. (p.19)

Nessa perspectiva, a reflexão sobre o período da ditadura, aponta que ele foi um período que propiciou, contraditoriamente, o surgimento de formulação intelectual de oposição a esse regime. Formulações estas que possibilitaram avanços ao ser humano e, em particular, na área da educação, especialmente através das contribuições de Paulo Freire ao se contrapor à educação bancária.

A prática do/a educador/a não se restringe às atividades que executa em sala de aula. Ela precisa de referencial teórico que instrumentalize a ação pedagógica e o/a capacite a refletir e aprender com a própria prática. E este aprender, também depende de fundamentação, pois o olhar que se lança sobre a prática permitirá ampliar ou reduzir sua análise e compreensão. Como afirma Freire (1998), “O ensinante aprende primeiro a ensinar mas aprende a ensinar ao ensinar algo que é reaprendido por estar sendo ensinado” (p.28).

É preciso aprender a repensar e, na reflexão, aprender a agir com a convicção de que a nossa prática pode construir relações mais humanas, democráticas e solidárias no e a partir do espaço que ocupamos.

3. A PARTIR DE 1983: A ORDEM É (RE)DEMOCRATIZAR

O processo de abertura política no início dos anos 80, ao final de vinte anos do regime de ditadura militar no Brasil, trouxe para milhões de brasileiros/as, a esperança de dias melhores através da redemocratização do nosso país.

Para os/as educadores/as brasileiros/as, a década de 80 significou um período caracterizado pela criação de entidades próprias, ativação de sindicatos, realização de greves e exigência de maior participação na política educacional.

Aqui, no Rio Grande do Sul, os avanços se deram nesse movimento desencadeado nacionalmente. Foi nesse processo que, na greve de 1984, o Magistério Estadual conquistou a eleição de diretores/as.

Foi, também, nessa mobilização, que se conquistaram avanços significativos na Constituição Federal de 1988, entre os quais, a gestão democrática da escola pública. Esta passa a tornar-se um mandamento constitucional (Art. 206, inciso VI) que se materializa, de forma diferenciada, em cada Estado, município e/ou instituição educacional.

3.1.1 - A implementação do princípio constitucional

A partir de 1989, a luta pela democratização da educação, em nosso país, se concentrou em dois eixos básicos:

- a luta pela democratização do acesso à escola, defendendo a escola pública e gratuita de qualidade, em toda sua amplitude; e,
- a gestão democrática, buscando formas de participação como a eleição de diretores/as e a criação de conselhos escolares.

O primeiro refere-se à garantia do direito de acesso e permanência na escola. Não se resume apenas à conquista da vaga, mas à qualidade da educação nela oferecida. Esta deve assegurar efetivamente a todos/as “a informação necessária ao exercício pleno da cidadania,

possibilidade e condição para se colocar o Estado a serviço da sociedade civil”. (KRUPPA, 1994, p.125). A qualidade do ensino é indispensável para que a educação cumpra seu papel social e político. Vitor Henrique Paro (2001), afirma que “não é possível conceber uma educação pública de qualidade sem levar em conta os fins sociais da escola, o que significa, em última análise, educar para a democracia.” A recusa ou incapacidade de conceber ou pensar a educação como prática social, que se constrói no complexo das relações sócio-econômicas e culturais, tem levado à formulação de políticas educacionais que contribuem para a legitimação do sistema político e da sociedade estabelecida que aqui contestamos.

O segundo eixo refere-se à gestão democrática e participativa. Democratizar a gestão significa construir, de maneira participativa, um projeto de educação de qualidade social que promova o exercício pleno da cidadania. Pressupõe a reestruturação interna das relações de poder cristalizadas de forma hierárquica. Ou, como nos ajuda Severino Verza (2000),

Entenda-se a gestão democrática da educação, tanto em âmbito local, estadual e nacional, quanto à ação concreta das singulares escolas, como processo de superação de todas as formas de verticalização, a supressão de mecanismos e dispositivos de dominação, e a implantação de processos comunicativos, visando ao entendimento acerca das ações e propostas condizentes aos anseios democráticos, demandados pelos diferentes sujeitos sociais. (p.177)

Significa envolver todos os atores constituintes da comunidade escolar e, na medida do possível, também da comunidade local, no processo de elaboração e efetivação do Projeto Político-Pedagógico da instituição.

A construção da gestão democrática requer, portanto, o estabelecimento de mecanismos também democráticos, entre os quais a possibilidade de escolher a pessoa que irá coordenar o processo administrativo da escola.

A medida em que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade. Daí a relevância de se considerar a eleição direta, por parte do pessoal escolar, alunos e comunidade, como um dos critérios para a escolha do diretor de escola pública. Tal relevância fundamenta-se na necessidade do controle democrático do Estado por parte da população, no sentido do provimento de serviços coletivos em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade (PARO, 1996, p.25-26).

É evidente que a eleição, por si só, não garante a democratização e a melhoria de qualidade da escola. Tampouco, a existência e/ou conquista de uma lei que afirme a eleição direta configura uma garantia de que o processo efetivamente ocorra e que não haja

retrocessos na forma de provimento desse cargo⁵. Porém, o papel exercido pelo/a diretor/a, bem como sua postura, são fundamentais para estimular ou dificultar a implementação de práticas inovadoras, bem como assegurar a abertura ou não da escola à participação de toda a comunidade na sua gestão.

3.1.2. A eleição de diretores/as.

No início dos anos 90, a escolha dos/as diretores/as nas escolas públicas brasileiras, ainda configurava um quadro diversificado no que se referia à forma de escolha, tempo de gestão e critérios para a função.

As principais práticas de provimento do cargo se davam em três modalidades: por indicação, por concurso e por eleição. Para Mendonça (2000), estes mecanismos utilizados para definir a ocupação do cargo de diretor/a escolar “são reveladores das concepções de gestão democrática adotados pelos sistemas de ensino” (p.8).

O/A diretor/a escolhido/a através da prática de indicação ou livre nomeação pelo gestor público, geralmente resulta de pressões político-partidárias da respectiva cidade ou região ou, ainda, por indicações feitas pelos titulares da Secretaria de Educação. Erasto Fortes Mendonça (2000), analisa essa forma de provimento do cargo de diretor/a ao dizer:

O grau de interferência política no ambiente escolar que esse procedimento enseja permitiu que o clientelismo político tivesse, na escola, um campo fértil para seu crescimento. Para o político profissional, ter o diretor escolar como aliado político é ter a possibilidade de deter indiretamente o controle de uma instituição pública que atende diretamente parte significativa da população. Para o diretor, gozar da confiança da liderança política é ter a possibilidade de usufruir do cargo público. Estabelecem-se, desta maneira, as condições de troca de favores que caracterizam o patrimonialismo na ocupação do emprego. (p.8-9).

Nesse sentido, a indicação expressa um ato de uso autoritário do poder pelo/a governante na medida em que impõe à comunidade escolar alguém que não representa os interesses da mesma. Sua administração, portanto, carece da legitimidade necessária à gestão escolar. Conta com a confiança da hierarquia que o/a nomeou, mas não com a dos demais segmentos da comunidade que coordena.

⁵ No município de São Leopoldo, a Eleição de Diretores foi instituída em 1985. Porém, em 2002, o processo foi interrompido às vésperas da realização das eleições, motivado pela ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) da Lei, impetrada pelo Prefeito. No seguimento, após dezessete anos elegendo os diretores, as escolas voltaram a ser administradas por pessoas indicadas.

Para o autor, essa forma de provimento do cargo de diretor/a, baseia-se unicamente na confiança pessoal e política dos padrinhos e não na capacidade própria dos/as indicados/as, ficando a escola distante da ordenação impessoal que caracteriza a administração burocrática da instituição. Acrescenta, ainda, que sua exoneração segue a mesma lógica, quando se quebra a confiança política de quem o/a indicou. Por isso, se quiser manter-se no cargo, seu trabalho deve reproduzir a política de quem o/a nomeou, que geralmente não converge para os anseios dos/as usuários/as da escola.

Luís Fernandes Dourado (apud PARO, 1996), analisando a prática de indicação de diretores/as, aponta a ausência da participação e o autoritarismo ao se tomar o/a diretor/a como representante do poder executivo. Na sua opinião esta medida imobiliza “a abertura de canais legítimos de participação, na medida em que o/a diretor/a prescinde do respaldo da comunidade escolar, trabalhando, pois, numa situação em si, instrumentalizadora de práticas autoritárias”(p.14). Assim, a indicação como mecanismo de escolha da direção não se constitui nem pode ser compreendida como democratizadora da gestão da escola pública.

A segunda forma de escolha dos/as dirigentes escolares diz respeito ao provimento por concurso de provas e títulos, nomeando por ordem de colocação. Esta modalidade significa um avanço em relação à anterior, porém transforma a direção em estágio de carreira do magistério e mede a qualificação do/a candidato/a por uma avaliação escrita. Além disso, impede a comunidade escolar de opinar acerca de quem considera mais capacitado para conduzir os processos político-pedagógicos que se passam na dinâmica da instituição.

Vitor Henrique Paro (1996), ao discorrer sobre as modalidades de escolha dos/as diretores/as, estabelece um comparativo entre duas formas de nomeação: por indicação ou por concurso. Para ele, ambas prescindem do essencial ao exercício da função de direção: seu compromisso político com a comunidade escolar.

Nos sistemas em que o diretor é nomeado, seu compromisso político é com quem está no poder, porque foi quem o nomeou; nos sistemas em que ele é concursado, seu compromisso é também com quem está no poder, pois o concurso isolado não estabelece nenhum vínculo do diretor com os usuários mas sim com o Estado que é quem o legitima pela lei. Mas há uma diferença importante: quando há nomeação pura e simples, o aspecto político fica à mostra, provocando, especialmente em períodos de democratização da sociedade, descontentamento e mobilização dos prejudicados no sentido de superar a situação.(PARO,1996, p.24)

O concurso de provas e títulos busca aferir a competência técnica dos/as candidatos/as, mas não consegue avaliar sua capacidade prática no gerenciamento de

situações cotidianas nem sua liderança na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da escola. Assim, também a nomeação por concurso não pode ser interpretada como sendo um mecanismo de democratização da gestão do espaço escolar.

A terceira forma de provimento do cargo de diretor/a é sua eleição. Para Mendonça (2000), a escolha, através de um processo em que prevalece a vontade dos segmentos da comunidade escolar, manifestada no voto, “é o processo que melhor materializou a luta contra o clientelismo e o autoritarismo na administração da educação.” (p.9).

A eleição de diretores/as se difundiu, no território nacional, como uma das dimensões da gestão democrática, pois “o diretor constitui elemento chave para a mudança por via participativa e para a criação de um clima favorável ao ensino-aprendizagem, que evidentemente, não pode ser controlado por políticas nacionais e estaduais”. (GOMES, 1994, p.25).

A forma como é escolhido o/a diretor/a tem papel relevante na maneira como conduzirá as relações mais ou menos democráticas na escola, no grau de aceitação pelos demais envolvidos no espaço escolar, na maior ou menor eficácia com que promoverá a busca de objetivos e, também, nos interesses com os quais estará comprometido na busca dos mesmos (PARO, 1996).

Para Paulo Lopes (2000), a experiência que as eleições de diretores/as possibilita na escola pública pode ter um significado para além de uma gestão adequada da escola, pois

[...]ela é um aprendizado democrático de grande valor para a sociedade. As pessoas participam das eleições, têm clareza de suas possibilidades e apostam no processo como potencializador de uma escola de qualidade para todos. O que se precisa é fazer com que este processo se aperfeiçoe e que os candidatos assumam a função de educadores da escola na construção de uma sociedade democrática e da sociedade na construção de uma escola cuja qualidade seja a democracia. (p.15).

O processo eleitoral de escolha do/a diretor/a deve privilegiar o debate sobre o projeto de escola que se quer construir e as estratégias que se propõem para atingir os objetivos traçados. Deve, portanto, traduzir-se em um momento educativo e colaborativo na formulação de propostas e não resumir-se a ataques pessoais, artimanhas e jogos de disputa que se assemelham às campanhas político-partidárias. A similaridade entre as práticas eleitorais citadas em nada contribui para estreitar a relação entre os segmentos constituintes da comunidade escolar. Pelo contrário, favorece a instalação de um clima de animosidades, difícil de ser superado após o pleito, segrega indivíduos e/ou grupos e inviabiliza a unidade e

legitimidade necessária ao desempenho da função de coordenador/a do projeto político-pedagógico da escola. Conseqüentemente, não contribui para a qualificação da escola pública nem para a prática de sua função política e social já referida anteriormente.

É importante ressaltar que a eleição do/a diretor/a não significa que o clientelismo tenha deixado de exercer suas influências na escola, nem que as relações e posturas autoritárias estejam banidas desse espaço. Os limites dessa forma de provimento se evidenciam na prática, entre os quais a cultura tradicional da democracia representativa, delegando a outros as obrigações pertinentes ao cargo e eximindo-se da participação, organização do trabalho e cooperação na gestão. Segundo Paro (2001), este aspecto fica evidenciado na reclamação, por parte dos/as diretores/as, de que a eleição acaba significando “não a escolha de um líder para a coordenação do esforço humano coletivo na escola, mas muito mais uma oportunidade de jogar sobre os ombros do/a diretor/a toda a responsabilidade que envolve a prática escolar.” (p.67). Além disso, o corporativismo dos/as professores/as, que se sentem proprietários/as da escola e das discussões educacionais, dificulta e inibe a participação dos vários segmentos escolares e a própria descentralização do poder.

Dessa forma, a eleição não garante a participação e o envolvimento de todos como sujeitos na condução das ações, mas expressa a possibilidade de democratização da gestão na escola pública. Carlos Henrique Carrilho Cruz (1999), analisa o papel da equipe diretiva na promoção de avanços (ou retrocessos) no ambiente escolar, ao dizer:

Os que detêm o poder impõem determinadas visões sociais, possibilitam, facilitam, dificultam ou impedem a realização ou concretização de ações ou atitudes das pessoas[...].Dependendo de quem está no poder numa escola, por exemplo, certas práticas ou inovações, inviáveis em administrações anteriores, passam a ser possíveis. (p.65)

O papel que exerce o/a diretor/a, como coordenador/a do processo de gestão escolar, pode dificultar ou facilitar a implantação de procedimentos participativos de toda comunidade escolar, de exercício do aprendizado para a autonomia, para a liberdade e para a cidadania. Os conflitos e limites ainda presentes no processo de escolha só o exercício efetivo da democracia participativa poderá superar.

3.1.3. A (des)continuidade legal da gestão democrática

Esperava-se que a nova LDB, Lei nº 9394/96, regulamentasse de forma mais precisa

o princípio constitucional da gestão democrática do ensino público. Porém, segundo Paro (2001), além de “furtar-se a avançar” em aspectos importantes da gestão escolar, como a “reestruturação do poder e da autoridade no interior da escola”, deixou à iniciativa dos Estados e municípios a decisão de aspectos igualmente relevantes como a “escolha dos dirigentes escolares”(p.55).

Contudo, o que se percebe, na maioria das vezes, é a simples transcrição em nível estadual e municipal, dos princípios elencados na legislação nacional, sem apresentar reflexões e movimentos que sinalizem os meios através dos quais seja possível operacionalizar os objetivos propostos. Perde-se, dessa maneira, a oportunidade de assegurar avanços de forma legal para, num segundo momento, poder viabilizá-los na prática.

Assim, é fundamental compreender que a ausência de regras que apontem para uma mudança estrutural, na LDB, não significa a impossibilidade de organizá-las e implementá-las. As brechas na legislação nacional podem e devem ser ocupadas em nível estadual e municipal, promovendo avanços nas políticas educacionais de forma qualificada. Devem, portanto, impulsionar os/as governantes comprometidos/as com a gestão democrática a propô-las e materializá-las e/ou mobilizar a sociedade civil e os/as educadores/as, em especial, a lutarem pela sua conquista.

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, define entre seus objetivos:

[...] democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2001, p.6)

Esse princípio da participação na gestão escolar retorna ao texto da referida lei também nos objetivos e metas para os diferentes níveis da educação básica. Vejamos:

- Educação infantil:

16. Implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos. (BRASIL, 2001, p.13)

- Ensino Fundamental:

9. Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes. (BRASIL, 2001, p.19)

- Ensino Médio:

13. Criar mecanismos, como conselhos escolares ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, manutenção e melhoria das condições de funcionamento das escolas. (BRASIL, 2001, p.26)

Como podemos ver, o PNE, acena para a possibilidade de efetivar a gestão democrática descentralizando o poder. Aponta claramente para que se promova, nas demais esferas, não só a transcrição dos princípios já expressos, mas o debate e a construção de metas que assegurem, efetivamente e de forma colaborativa, os objetivos que propõem.

O PNE aborda a importância de rever a burocratização e a centralização na estrutura e gestão escolar apontando a gestão democrática como alternativa a ser implementada.

Ao falar do financiamento e gestão, o texto norteia a ação:

Deve-se promover a efetiva *desburocratização e descentralização da gestão* nas dimensões pedagógica, administrativa e de gestão financeira, devendo as unidades escolares contar com repasse direto de recursos para desenvolver o essencial de sua proposta pedagógica e para as despesas de seu cotidiano. [...] Finalmente, no exercício de sua autonomia, cada sistema de ensino há de implantar *gestão democrática*. Em nível de gestão de sistema na forma de Conselhos de Educação que reúnam competência técnica e representatividade dos diversos setores educacionais; em nível das unidades escolares, por meio da formação de conselhos escolares de que participe a comunidade educacional e formas de escolha da direção escolar que associe a garantia da competência ao compromisso com a proposta pedagógica emanada dos conselhos escolares e a representatividade e liderança dos gestores escolares. (BRASIL, 2001, p.74 -75).

O PNE, portanto, avança em relação a LDB, ao sugerir mecanismos de democratização da escola pública, em diversos níveis de gestão. Contudo, sua presença no texto como um princípio, um objetivo e uma meta a ser concretizada nas relações entre os sistemas, destes com as instituições e no interior de cada escola, não garante sua execução. Sua operacionalização nas diferentes esferas depende da vontade política dos/as gestores/as e da luta e das pressões da sociedade exigindo sua implantação. A gestão participativa, com a colaboração dos diferentes segmentos envolvidos com o espaço escolar exige uma outra postura frente à escola pública e nas relações de poder que a permeiam.

3.2. Protagonizando a luta por democracia no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a luta dos/as professores/as por “educação pública de qualidade, dignidade profissional e defesa intransigente da democracia” encontra-se

contemplada no firme propósito de sua entidade representativa, o CPERS⁶, desde o seu nascimento, em 1945 (CPERS, 1995, p.11).

Entre as principais lutas coletivas da categoria, travadas ao longo de sua história, constam:

- a organização do Estatuto e Plano de Carreira. A discussão iniciou em 1945 e consolidou-se até sua aprovação em 1954. Sua reformulação deu origem ao “Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul”, aprovado em 1974 e ainda vigente.
- a luta por aposentadoria aos 25 anos de exercício da profissão para mulheres e 30 anos para os homens. Iniciada em 1946, a conquista deste direito exigiu perseverança na luta, tendo em vista que foi assegurado e retirado em diversos momentos, no texto constitucional.
- a luta pelo e contra o Quadro de Pessoal por Escola. O QPE, assim chamado, era uma antiga reivindicação do Magistério Estadual e encontrava-se em discussão por uma comissão paritária SEE⁷/CPERS. Porém, arbitrariamente, em 1988, o Secretário de Educação implantou um QPE especial que provocou uma crise na rede estadual com proporções que motivaram uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Assembléia Legislativa e a destituição do Secretário originado especialmente pela pressão da categoria.
- a luta contra o calendário rotativo, implantado pela Secretária de Educação, durante o governo de Alceu Collares. Após gerar muita confusão, tumulto e revolta junto as comunidades escolares da rede estadual, especialmente ao final de 1992 e 1993, foi realizado um fórum em janeiro/94, que reuniu aproximadamente 400 pessoas da comunidade escolar, além da ACPM⁸, UFRGS⁹, Assembléia Legislativa, CPERS-Sindicato, Conselho Estadual de Educação (CEE). O fórum apontou para a “adequação do Calendário

⁶ CPERS: Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul. Tem sua origem no Centro dos Professores Primários Estaduais, fundado em 21 de abril de 1945. Em 1966 passou a ser chamado Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul. Nova modificação estatutária, em 1973, originou sua denominação de Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, unificando-se os professores do ensino primário com os do ensino médio. Transformou-se em Sindicato em 1989, assumindo a sigla CPERS-Sindicato, agregando os funcionários de escola na base da categoria. Por isso, sua denominação atual: Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

⁷ SEE: Secretaria Estadual de Educação.

⁸ ACPM: Associação do Círculo de Pais e Mestres.

⁹ UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Rotativo, de forma gradativa e autônoma, para um Calendário Único, procurando restabelecer em parte as relações democráticas nas escolas públicas gaúchas” (CPERS, 1995, p.29). Em outubro/95 o calendário rotativo foi suspenso pelo governador Antônio Britto.

- a eleição dos/as diretores/as das escolas. Assegurada por um decreto estadual, em 1966, essa conquista foi suspensa pelo Ato Institucional nº 5¹⁰. Passando a fazer parte da pauta de reivindicações, anualmente, a partir de 1979, o projeto de eleição de diretores/as para as escolas públicas estaduais, através de lista tríplice, foi aprovado em 1985. Após intensa participação no processo constituinte, foram assegurados a criação de Conselhos Escolares e o direito a eleição direta e uninominal, na Constituição Estadual de 1989. Durante a greve de 1991, o governador Alceu Collares cassou o direito de a comunidade escolar eleger seus/suas diretores/as, argüindo a inconstitucionalidade do parágrafo que tratava desse tema. Conforme registros do CPERS, “entraram em cena os/as interventores/as que deveriam seguir à risca a cartilha do governo do PDT. Com algumas exceções, foi implantado um regime totalitário nas escolas, onde o/a diretor/a mandava e os/as demais obedeciam. Os projetos pedagógicos foram sucateados.”. (CPERS, 1995, p.30) A Ação Direta de Inconstitucionalidade teve seu mérito julgado em fevereiro de 1999. Após muita pressão do CPERS-Sindicato, o governador Antônio Britto, em 1995, encaminha novo projeto ao parlamento gaúcho sob a forma de “Gestão Democrática do Ensino Público”. O projeto destoa das discussões realizadas pela categoria ao exigir curso para pré-candidatos/as, redução de mandato, campanha eleitoral reduzida ao preenchimento e divulgação de formulário de perguntas elaborado pela SEE, entre outros itens. De acordo com a professora Lúcia Camini¹¹, Secretária Estadual de Educação no período 1998-2002, o

¹⁰ O Ato Institucional nº 5, que durou até 1979, foi baixado pelo presidente Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968. O AI-5 “conferiu ao presidente da República poderes de fechar, provisória-mente, o Congresso e intervir nos Estados e municípios, nomeando interventores. Voltava a ter o direito de cassar mandatos e suspender direitos políticos, demitir ou aposentar servidores públicos. O AI-5 também suspendia a garantia de *habeas corpus* aos acusados de crimes contra a segurança nacional e de infrações contra a ordem econômica e social e a economia popular. A comunidade militar de informações ganhou forças e abriu-se um novo ciclo de cassações. Estabeleceu-se a prática de censura e a tortura tornou-se instrumento de política de Estado. (RUMO..., 1999, p.733).

¹¹ Os dados buscados junto ao CPERS não proporcionaram clareza sobre as modificações. Por isso, foi feito contato com a Secretária Estadual de Educação, naquele período, prof^a Lúcia Camini, que se prontificou a enviar as informações. O e-mail constando seu relato acerca dos acontecimentos durante sua gestão na SEE foi recebido em 16 de junho de 2005 e incorporado ao texto, tendo em vista a dificuldade de obter informações a respeito.

processo de eleição de diretores/as passou por muita discussão e embates no Governo de Olívio Dutra. Segundo seu relato, já em janeiro de 1999 o Governador encaminhou a alteração da lei de 1995, assegurando a todos/as o direito de candidatar-se sem necessidade de prévia seleção. No mesmo ano foi constituído um grupo de trabalho, composto pela SEE, CPERS, ACPM e UGES¹² para reformular a lei. O projeto resultante desta discussão foi encaminhado para a Assembléia Legislativa, mas acabou sendo retirado pelo Governo, pois as emendas acabaram por descaracterizar o projeto. Por isso, segundo a ex-Secretária, o processo eleitoral de 1999 foi encaminhado com base na lei de 1995. Em 2000, o grupo retomou os trabalhos encaminhando novo projeto em 2001. No entanto a Deputada e Secretária de Educação na gestão do Governo Britto, apresentou um substitutivo que acabou sendo aprovado em plenário, vetado pelo Governador Olívio e sancionado pelo presidente da Assembléia Legislativa, após derrubar o veto. Ainda de acordo com a professora Lúcia Camini, este projeto desrespeitou a construção da comunidade escolar e resultou em vício de origem, fato que motivou o Governador a argüir sua inconstitucionalidade, que até junho de 2005, não havia sido julgada no mérito. A ex-Secretária afirma que “os pontos principais que não contemplam os avanços desejados são: o voto universal, a possibilidade de recondução sucessiva do diretor ao cargo; a eleição somente do diretor, sendo o vice cargo de confiança do diretor”, quando o grupo de trabalho defendia a eleição por chapa. No entanto, a lei aprovada está em vigor e serviu de base para o processo eleitoral dos/as diretoresas das escolas estaduais, em 2003.

- diversas greves foram desencadeadas pela categoria na busca de direitos, de valorização profissional, da garantia de conquistas asseguradas em leis, mas desrespeitadas pelos governos.

O magistério demonstrou importante apoio para o retorno da democracia, sendo a primeira categoria do estado e a segunda do Brasil a entrar em greve após o golpe militar de 1964. O que estava em jogo em 1979 não era apenas o aumento salarial e a luta por dignidade profissional mas, sobretudo, o empenho pelo fim da ditadura e a defesa da Anistia. (CPERS, 1995, p.12).

¹² UGES: União Gaúcha dos Estudantes.

Dessa forma, o CPERS-Sindicato se inseriu, ao longo de sua história, nas lutas sociais pela (re)democratização da sociedade e de suas instituições, especialmente a escola pública. Sua organização em 42 Núcleos distribuídos em todo o Estado, seguramente contribuiu e motivou a criação de outras entidades representativas que se aliassem na construção de um novo projeto de sociedade, com relações democráticas e solidárias, contrapondo-se à sociedade capitalista.

Flávia Werle (1991), ao explicitar a experiência de eleição de diretores/as nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, afirma a importância da luta do magistério:

A eleição de diretores de escolas públicas de 1º e 2º graus parece ser, acima de tudo, o símbolo da luta que os professores dessas escolas iniciaram quando o Brasil saía de um regime totalitário, durante o qual não havia liberdade para a escolha democrática de líderes, e emergia um governo comprometido, no seu discurso, com uma democracia social [...] Nesta fase a consciência dos professores adquiriu uma força muito grande e eles perceberam que o seu grupo tinha força suficiente para pressionar o governo a realizar mudanças, dentre as quais a eleição de diretores. A consequência de tais pressões foi a criação de leis que normatizaram o processo de eleição nos três estados da região sul do Brasil (p.39).

Assim, a eleição de diretores/as, instituída no período imediatamente posterior às eleições presidenciais pós-regime militar, acabou materializando a luta pela democratização da educação.

4. HISTORICIZANDO A RELAÇÃO ENTRE EXECUTIVO E MAGISTÉRIO, EM SÃO LEOPOLDO.

Resgatar e registrar a organização do magistério municipal de São Leopoldo, através da reconstituição histórica das políticas educacionais constitui o objetivo deste capítulo. Faz-se necessário contextualizar o leitor, situando a cidade da onde falamos, para, depois, falar da conjuntura na qual se iniciou o movimento pela construção do Centro de Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL.

As lutas e conquistas que orgulham e emocionam até hoje, quem participou ativamente das intensas mobilizações por melhorias nas condições de seus profissionais e na qualificação da educação municipal são aqui escritas e descritas como registro de uma história protagonizada por diferentes atores.

Por fim, mas não só ao final, soma-se aos objetivos do presente texto, identificar e retomar os principais focos de articulação entre o CEPROL, o Executivo e os/as diretores/as das escolas municipais.

4.1. Situando o município de São Leopoldo.



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Foto tirada depois de 1936.

Fundada em 25 de julho de 1824, a Feitoria Real do Linho Cânhamo elevou-se à condição de Colônia Alemã de São Leopoldo, em 1846, conquistando vida política e administrativa própria. A cidade é o berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul.

São Leopoldo era o santo devoto da Imperatriz, Dona Leopoldina, a quem Margrave Babenberger Leopoldo III, governante austríaco durante 40 anos, conhecido como “um semeador de igrejas”, prestou homenagem.

Localizado na Encosta Inferior da Região Nordeste do Rio Grande do Sul, integra a região metropolitana, estando a 34 km da capital gaúcha, Porto Alegre. A cidade é cortada pelas rodovias BR 116 e RS 240. Situa-se a 26 metros acima do nível do mar, latitude 29,76028 e longitude 51,14722. O Município possui uma área de 103,10 km², dos quais 86,10 km² correspondem a área urbana e 17 km² são de área rural. A cidade está dividida em 24 bairros, com 198 vilas e loteamentos.

Faz divisa com os municípios de Novo Hamburgo, Portão, Canoas, Sapucaia do Sul, Gravataí e Estância Velha.

Seu clima é subtropical, com variação muito significativa de temperatura, ocorrendo frentes frias e quentes numa alternância semanal. Apresenta um acidente geográfico que é o Morro do Paula e é atravessado pelo Rio dos Sinos.

São Leopoldo conta com duas instituições de Ensino Superior: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e a Escola Superior de Teologia –EST, sendo que a primeira figura entre as maiores universidades particulares do Brasil.



Fonte: www.saoleopoldo.rs.gov.br

De acordo com os dados disponíveis na página eletrônica da Prefeitura Municipal de São Leopoldo¹³, o Município possui 207.888 habitantes, dos quais 101.187 são homens e 106.701 são mulheres. Desse total, 138.563 estão cadastrados como eleitores/as. Segundo o censo de 2000, a cidade possui um índice de 4,78% de analfabetos/as e a expectativa de vida ao nascer, de sua população, é de 69 anos.

De acordo com os dados do Censo Escolar do INEP¹⁴ de 2004, os números, na área da educação, apontam para 21.412 alunos/as, distribuídos nas 41 escolas da rede municipal¹⁵ sendo 33 escolas de Ensino Fundamental, 7 de Educação Infantil e uma escola de Artes. Os 26 estabelecimentos estaduais atendem 22.280 alunos/as e as 14 escolas particulares¹⁶ totalizam 6.293 educandos/as.

Torna-se importante registrar o nome dos prefeitos que estiveram à frente da administração municipal, especialmente no período em estudo, 1984 a 2004. São eles:

- em 1982: Olímpio Sérgio Albrecht (PDT)
- de 1983 a 1988: Waldir Artur Schmidt (PMDB)
- de 1989 a 1992: Olímpio Sérgio Albrecht (PDT)
- de 1993 a 1996: Waldir Artur Schmidt (PMDB)
- de 1997 a 2000: Ronaldo Feijó Ribas (PMDB)
- de 2001 a 2004: Waldir Artur Schmidt (PMDB)

Em outubro de 2004, a população de São Leopoldo aposta num outro projeto para a cidade, com propósitos de ampliar a democracia participativa. Elege a Frente Popular e Humanista liderada por Ary José Vanazzi (prefeito - PT) e Alexandre Roso (vice-prefeito – PHS), interrompendo um ciclo de administrações e alternâncias do PDT e PMDB.

4.2. A onda democrática chega às políticas educacionais da cidade.

Segundo o relato das pessoas entrevistadas, a situação vivenciada pela categoria, no início da década de 80, era de uma realidade muito difícil pessoal e profissionalmente. O

¹³ www.saoleopoldo.rs.gov.br

¹⁴ http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2004.asp?metodo=1&ano=2004&UF=RIO+GRANDE+SUL&MUNICIPIO=Sao+Leopoldo&Submit=Consultar < Acesso em 27/04/2006>

¹⁵ No Anexo IV do presente trabalho, encontra-se uma relação dos atuais estabelecimentos de ensino da rede municipal com endereço e telefone.

¹⁶ Nas escolas particulares não estão incluídas as profissionalizantes, cursos de idiomas e pré-vestibulares.

salário era muito baixo¹⁷ e havia professores/as que não conseguiam pagar a passagem de deslocamento até a escola. As condições de trabalho, enfrentadas nos diferentes espaços escolares municipais, eram péssimas: chovia dentro das salas; as classes e as cadeiras eram precárias; o material escolar era da pior qualidade e escasso, sendo adquirido, com muito sacrifício, através das contribuições dos/as pais/mães ou arrecadações em promoções organizadas pelo CPM. A Administração Municipal pouco se envolvia com os problemas das escolas.

Não havia concurso, naquela época. Os/As professores/as entravam, como diziam, por “QI” (Quem Indica), em que um bilhete de um vereador ou a referência de alguém influente se tornava a garantia de ingresso. Havia, também, um quadro de recursos humanos muito escasso, faltando professores/as e funcionários/as nas escolas. A categoria era regida pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e, portanto, ninguém tinha estabilidade na função que ocupava. Os/As professores/as municipais estavam desprovidos/as de um plano de carreira que regesse sua vida funcional. Sua “valorização” profissional, por parte do poder público, só se fazia visível quando da oferta de um churrasco pela passagem do Dia do Professor.

Os/As diretores/as das escolas municipais eram indicados/as pela Administração e muitos/as desempenhavam sua função com forte autoritarismo, o que tensionava o ambiente escolar. Faziam jus ao “cargo de confiança” a eles/as atribuído, sendo quase considerados/as como “os espiões da Secretaria de Educação”. Outros estabelecimentos eram dirigidos por pessoas com posturas mais democráticas, avançando na discussão e troca de experiências profissionais, o que favorecia a relação interna entre os/as docentes e destes/as com a comunidade escolar.

De acordo com os dados coletados através das entrevistas, o Magistério Municipal vinha acompanhando a luta do CPERS, cujo 14º Núcleo se situava em São Leopoldo. Admirava o movimento e também almejava uma entidade organizativa, que pudesse representá-lo e expressar suas reivindicações. Chegou-se a pensar na filiação ao Centro dos Professores Estaduais, mas a legislação e a realidade divergiam e as soluções pareciam estar em um âmbito tão próximo, que se entendeu não ser o melhor encaminhamento.

¹⁷ Para compreender melhor a dimensão do salário baixo e a insatisfação dos/as professores/as municipais, registramos que, em janeiro de 1983, um/a professor/a percebia Cr\$ 35.070. Após dois anos e dois meses de lutas e mobilizações, o salário pago a estes profissionais era de Cr\$ 700 mil, ou seja, 1696% a mais. (Jornal Vale dos Sinos, 10 de maio de 1985).

Além disso, os ventos da (re)democratização do País influenciavam e propiciavam a organização dos/das professores/as municipais. Alguns movimentos incipientes, realizados entre 1980 e 1982, acenaram para a nova administração municipal que assumia em 1983, sobre a disposição da categoria. Percebendo esse processo, o novo Prefeito Waldir Arthur Schmidt e seu vice, Hardi Leichtweis, ambos do PMDB, possibilitaram a participação da categoria na escolha do Secretário de Educação, através de uma lista tríplice. Buscando acertar o melhor nome, muitas trocas de informações foram feitas, tanto entre os/as professores/as da própria rede como com os da rede estadual. O escolhido pela categoria e que acabou sendo conduzido ao cargo, foi o professor João Carlos Alves Rodrigues, conhecido pela sua atuação junto ao CPERS.

A rede municipal de ensino, naquele momento, contava com 24 escolas, atendendo sete mil alunos/as, com cerca de 450 professores/as.

A nova equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), coordenada pelo professor João Carlos, foi conquistando a categoria e se destacou por colocar-se a serviço da educação municipal. Passou a realizar reuniões sistemáticas com as direções de escola, organizou palestras e debates sobre temas pertinentes, enfim, implementou uma dinâmica que auxiliou no despertar de um desejo enorme de fazer diferente, de se unir para buscar valorização profissional, melhores condições de trabalho e aplicação de verbas públicas na educação.

Mas como fazer? De que forma iniciar um movimento que pretendia conquistas tão importantes? Será que a categoria corresponderia positivamente, se integrando na luta? Estas e tantas outras perguntas começaram a povoar os pensamentos de diretores/as e de outras lideranças das próprias escolas. Para todas elas, havia a certeza numa resposta: “O caminho se faz caminhando”. Era preciso iniciar, aproveitar o momento propício de lutas em todo o país, apostar no coletivo e na ânsia por melhorias que estava em cada pessoa.

Iniciou-se, então, uma maratona de atividades incluindo reuniões, encontros e visitas às escolas com o objetivo de convidar e incentivar a participação. Havia uma forte determinação de fazer a história, de construir uma entidade que congregasse a categoria e seus anseios, que pudesse expressar e reivindicar com mais força. Conforme a professora Dirlei, uma das diretoras que liderou o início da organização do Magistério Municipal, o grupo trabalhava “sem se preocupar com tempo, com hora, com dia [...] se reunia no tempo que dava, no espaço onde era possível”. Ela descreve, com muita propriedade, esse momento histórico:

Na medida em que nós fomos participando das reuniões com a Secretaria, foi despertando um desejo e nós fomos nos unindo, ponderando, vendo o que foi dito, o que foi levantado, as possibilidades. E acho que a gente soube ocupar aquele espaço, aquele tempo, aquele espaço de tempo, trabalhando intensamente. Iniciou por um grupo de diretores, mas que depois foram sendo agregados os colegas professores. Mas iniciou por um grupo de diretores, tanto que nós fazíamos visitas. Um grupo de diretores visitava as escolas: a gente combinava, fazia um roteiro. [...] aquelas colegas que não participavam a gente mandava bilhetinho, mandava dizendo que tinha sido registrada a ausência, que era importante a presença. Não foi um grupo de todas as direções envolvidas da mesma forma, mas teve um número significativo que se envolveu. (Dirlei)

O depoimento, além de reforçar a influência da equipe da SEMEC, revela as lideranças que deram o pontapé inicial no movimento da categoria: um grupo de diretores/as, aos quais se somaram lideranças das escolas e outros/as professores/as da rede. Aponta, também, para uma postura mais democrática de algumas direções de escola que, apesar de serem indicadas para a função, ouviam seus grupos e se dispunham a lutar pela melhoria profissional e do espaço físico que coordenavam. Esta prática é confirmada no depoimento da professora Susana, sócia-fundadora do Centro dos Professores Municipais Leopoldenses (CEPROL), quando relata as lembranças de sua vivência, desse período:

Na época, eu era professora e me lembro que tinham diretores. Me lembro da Dirlei que era um das que encabeçava a coisa, do Gilberto, [...] e tinha outros professores também junto. Eu me recordo mais da Dirlei porque eu trabalhava na escola dela, e ela passava todas as coisas pra gente e a gente discutia na escola. [...] a gente queria, a gente deu força porque a Dirlei fazia parte dessas discussões e ela as trazia para a escola. A gente discutia, tanto que participamos dessa parte de fundação. Eu me lembro que depois teve assembleias pra discutir [...] Não sei como era nas outras escolas, mas lá a gente sempre discutiu porque a Dirlei sempre teve essa prática de discussão. (Susana)

Embora já esteja evidenciado, vale ressaltar, dada sua importância neste trabalho, que não houve o envolvimento de todos/as os/as diretores/as no processo de organização da categoria. Há registro de alguns/as que se posicionavam contrários/as ao movimento e inclusive dificultavam a participação de seus/suas professores/as, como expressa a professora Ana Catarina, uma das lideranças da época:

As pequenas discussões começavam nas escolas onde a gente, muitas vezes, tinha que enfrentar a própria direção para se organizar. As lideranças, dentro das escolas, começaram a se assumir. Eu acho que foi aí que começaram a formar os movimentos de grupo e passar de uma escola pra outra. (Ana Catarina)

Apesar dos ventos favoráveis, em nível nacional, com a formação de uma consciência de direitos, o início da organização do Magistério Municipal foi demorado e

difícil, com alguns duvidando, outros indiferentes, diretores/as incentivando e outros/as se opondo ao movimento. Perpassava, na categoria, um sentimento de medo de represálias, motivado por um período histórico de muita repressão e ditadura militar. O risco de demissões explicava o receio de se expor e a insegurança no que podia acontecer.

A professora Rosane, ex-presidente da entidade, recupera imagens gravadas em sua memória ao falar de suas impressões acerca dos primeiros movimentos de organização:

Eu tinha muita curiosidade para ver quem eram as pessoas que estavam organizando. Então eu lembro das reuniões na Biblioteca Pública Municipal, lembro da imagem das pessoas, o João Carlos, a Dirlei, a Deca, a Miriam, o Moisés, pessoas que já estavam no magistério há algum tempo. Eu lembro daquela movimentação, daqueles discursos, a movimentação das pessoas conversando e eu queria saber o que estava acontecendo. [...] no começo, eu só participava de longe. Naquela época, as reuniões eram para organizar o sindicato [...], as pessoas estavam ali, tinha muita gente envolvida. Tinha gente que era antiga, tinha gente que era nova, tinha gente de todas as áreas, de todas as escolas, tinha diretoras das escolas também envolvidas. (Rosane)

Dessa forma, por curiosidade, por entendimento da articulação necessária ou por convicção, as pessoas foram se aproximando. Como explica o primeiro presidente do CEPROL, professor Gilberto, a crise individual apontou, como única saída, a organização coletiva. O processo organizativo foi, aos poucos, estabelecendo uma dinâmica de discussão que começava na escola, era trazida por um representante da mesma para a reunião do Conselho Representativo¹⁸ e as decisões maiores eram submetidas à Assembléia Geral. A movimentação de grupo começava a surtir efeito. Aos poucos, as Assembléias lotaram, a escola participava em peso demonstrando garra e uma vontade enorme de ver os sonhos se tornarem realidade.

A idéia, portanto, da criação de uma associação dos/as docentes vinha se firmando, na medida em que a mobilização da categoria acontecia. A importante parceria do professor João Carlos, Secretário Municipal de Educação, assumindo uma posição de interlocutor entre a categoria e a Administração foi fundamental naquele período. O professor Gilberto, em seu relato, lembra das vezes em que o titular da SEMEC conseguiu levar o Prefeito para as Assembléias Gerais e levar a coordenação do movimento a com ele discutir. Reconhece que, se ele não estivesse ali, o Magistério não teria as aberturas que teve para que o processo de organização ocorresse.

¹⁸ O Conselho representativo do CEPROL era constituído por um representante do corpo docente de cada escola, eleito pelos seus pares e tinha caráter consultivo e deliberativo.

Inúmeras reuniões foram realizadas durante os anos de 1983 e 1984, envolvendo as lideranças do Magistério Municipal, o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretário de Educação. Em alguns momentos, especialmente de Assembléias Gerais, a categoria respaldava os anseios expressos pela coordenação do movimento, demonstrando força através da participação de aproximadamente 90% dos/as professores/as. As principais reivindicações referiam-se à conquista de um piso salarial de 3 salários mínimos, à implantação do Plano de Carreira do magistério público municipal e refeições estendidas à classe.

Todavia, a categoria preocupava-se com a melhoria da qualidade da educação e, por isso, exigia, também, sua participação em todos os assuntos referentes ao magistério e o aumento para 25% do orçamento destinado à Educação.

Essa pauta demonstra uma preocupação dos/as docentes e, especialmente, das lideranças que conduziam seu processo organizativo, com as políticas educacionais da cidade e a disposição em participar da sua formulação.

Em 10 de outubro de 1984, ocorre a fundação oficial do Centro de Professores Leopoldenses - CEPROL. Seu símbolo é apresentado pela coordenação do movimento, numa assembléia geral. Os participantes, além de aprová-lo, definem que sua cor terá o verde da esperança.



Em 07/12/1984 o Magistério Municipal elege a primeira diretoria do CEPROL (Gestão 84/86), assim constituída:

Presidente: Gilberto Sidnei dos Santos
 Vice-Presidente: Beate Einsfeldt
 1ª Secretária: Maria Rosélia Marcelino da Silva
 2ª Secretária: Jussara Bins Etges
 1ª Tesoureira: Ivone Clara Witmann Klein
 2ª Tesoureira: Rosane Dewes



Fonte:
CEPROL-Sindicato

Foto:
Gilberto Sidnei
dos Santos

A imprensa local também registra esse momento histórico da organização dos/as professores/as municipais. Segundo a reportagem da Revista Rua Grande (ADMINISTRAÇÃO..., 1984, p. 14), 1984 foi um ano marcado pela ampla participação do

magistério e da comunidade nas questões educacionais de São Leopoldo. A reportagem fala de uma relação democrática do Executivo com o magistério que resultou em avanços significativos, tais como: piso mínimo de dois salários, elaboração do Plano de Carreira, eleição de diretores/as em cinco escolas municipais e criação do Centro de Professores Municipais Leopoldenses -CEPROL. Além disso, doze novas salas de aula foram construídas com verba do município que definiu, para o ano seguinte, o destino de 20% do orçamento público para a Educação.

No início do ano de 1985, a diretoria consegue a cedência de uma sala no prédio da antiga sede da UNISINOS, favorecendo sua organização e servindo de referência para os momentos de necessidade da categoria. As dificuldades em termos de estrutura física, no local designado para ser a sede, também aparecem no relato da professora Susana:

A gente saía da escola e ia direto do lado da prefeitura, em cima, numa sala da UNISINOS, onde era a sede. A gente ia para lá, só tinha uma máquina de escrever, tínhamos que ligar de orelhão, não tinha secretária, não tinha ninguém. A gente que tinha que fazer as coisas, não ficava ninguém, a sede não ficava aberta durante o dia, íamos aos sábados para lá para fazer as coisas.[...] E tudo no amor à camiseta. Não é que nem agora que tem tudo, que tem carro, fax, e-mail, agora as coisas são muito mais fáceis. Mas, naquela época, a coisa era bem difícil. Penso também, que as pessoas eram bem mais unidas. (Susana)

Ali, naquele espaço, passaram a realizar-se as reuniões da diretoria e dos departamentos internos criados, com o Conselho Representativo e com os/as diretores/as, organizando uma estrutura administrativa e de vínculo orgânico com a sua base. As reuniões sistemáticas com os/as diretores/as, naquele período, tinham como objetivo unificar a intervenção junto ao poder público. Como afirma o professor Gilberto, a entidade mantinha um intercâmbio com as direções, para que ninguém ficasse ou agisse isolado. Ou seja, realizava discussões com os/as representantes das escolas e com as direções, buscando sempre alinhar no mesmo caminho.

Eventualmente, a diretoria elabora um boletim informativo para a categoria, divulgando, principalmente, suas ações e as prioridades de luta. Os primeiros exemplares são reproduzidos em número reduzido, sendo encaminhado um exemplar por escola, com recomendação de circulação entre os/as docentes. Mas estas e outras dificuldades não impedem que a organização e a luta avancem.

O primeiro Plano de Carreira do Magistério Municipal¹⁹, que passou a vigorar a partir de 1º de maio de 1985, regularizava a profissão de professor e visava sua valorização, ao estabelecer:

- níveis de habilitação de acordo com a formação do professor, possibilitando promoção;
- níveis salariais de acordo com a titulação;
- formas de ingresso através de processo seletivo público;
- remuneração básica para o regime de 22 horas semanais;
- regime de 22, 33 ou 44 horas semanais com remuneração correspondente, aos especialistas em educação e direções de escola;
- férias de 60 dias;
- possibilidade de gozo da Licença Gestante (LG) a partir do parto;
- política salarial com correção semestral pelos índices do INPC²⁰.

A comissão responsável pela elaboração do plano foi nomeada pelo Prefeito e coordenada pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, professor João Carlos Alves Rodrigues, tendo a participação de representantes dos/as professores/as, funcionários/as, secretários/as, assessoria jurídica e um vereador de cada bancada do Poder Legislativo.



Fonte:
CEPROL-Sindicato.

Foto:
São Leopoldo, 28 de agosto
de 1984, Salão Nobre da
Prefeitura Municipal –
Comissão do Plano de
Carreira.

¹⁹ No Rio Grande do Sul, os professores estaduais iniciaram a discussão de seu Plano de Carreira em 1945, conquistando sua aprovação em 1954.

²⁰ INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

O projeto passou por inúmeras reuniões e assembléias, algumas com a presença do Prefeito e Secretário de Educação, culminando com a aprovação, por unanimidade, na Câmara Municipal. Destaca o Jornal VS²¹, de 10 de maio de 1985:

E foi somente através do exercício democrático com grande sensibilidade e disponibilidade do Executivo, professores e políticos que se conquistou o Plano de carreira para o magistério leopoldense. (PLANO...,1985, p.5)

4.3. “A alegria dura pouco! Porém, desistir da luta, jamais!”

Em 08 de julho de 1985, após dois anos e cinco meses à frente da SEMEC, o professor João Carlos é exonerado. Sob manifestações públicas de protesto à atitude do Prefeito e solidariedade ao ex-secretário, vindas de diversas entidades (CEPROL, 14º Núcleo do CPERS, Sindicato dos Jornalistas, CLIC²²) e de vereadores da própria bancada governista, a Administração nomeou o professor Roque Reinaldo Brand para assumir a Secretaria de Educação.

Na nota oficial datada de 10 de julho de 1985 e intitulada “O Magistério Inconformado”, os/as professores/as manifestam seu repúdio à atitude unilateral do Prefeito ao efetuar alterações na equipe de trabalho da SEMEC sem consultar a categoria, conforme compromisso assumido em abril de 1984, “de que todas as decisões que envolvessem o setor educacional seriam, antes de mais nada, discutidas com a classe”(PROFESSORES...1985, p. 4).

Os motivos que levaram à substituição do titular da SEMEC, segundo nota oficial à imprensa, do Sr Prefeito, seriam suas “manifestações públicas de descontentamento com setores da Administração Municipal” (SCHMIDT, 1985, p. 4). O ex-secretário havia de fato ido à imprensa, em 03 de julho de 1985, falar do isolamento imposto a SEMEC por setores da Administração Municipal, principalmente as Secretarias de Obras, Serviços Urbanos e do Planejamento.

Porém, as reportagens da imprensa local apontam outro motivo provável: João Carlos era candidato à presidência do PMDB da cidade na disputa com outra chapa, capitaneada pelo Vice-Prefeito Hardi Leichtweis. A convenção do partido aconteceria no domingo seguinte à demissão do Secretário. (EXONERADO..., 1985, p. 5).

²¹ VS: Jornal Vale dos Sinos.

²² CLIC: Centro Livre de Cultura.

Segundo as reportagens, o ex-secretário integrava um grupo de pensamento progressista dentro do PMDB junto com diversos vereadores, entre os quais André Mendonça da Silva e André de Alexandri. O primeiro chegou a romper com a Administração Municipal em solidariedade ao professor João Carlos e o segundo, líder da bancada do PMDB na Câmara de Vereadores, publicou uma carta expressando sua admiração com o trabalho desenvolvido por João Carlos, criticando a atitude do Prefeito e afirmando a existência de uma crise na Administração Municipal. Em contrapartida, a chamada “ala tecnocrática” da administração Waldir, composta por boa parte do secretariado, apoiava a candidatura Hardi não só para a presidência do partido na cidade como também, a deputado estadual nas eleições do ano seguinte.

Fica evidente, a interferência do jogo político-partidário presente nas definições das políticas educacionais da cidade, naquele momento, na medida em que influenciaram a troca do titular da Secretaria de Educação. O fato foi percebido, na ocasião, por uma jornalista que publica o seguinte texto:

[...] os jogos políticos são traduções de jogos de interesse, na maioria das vezes não muito claros para a população que, via voto, delega poderes aos políticos. E esta população... fica à margem destes interesses. Quem perde é a comunidade, principalmente quando pessoas capazes dentro dos seus setores, que comprovadamente desenvolvem bons trabalhos, terminam afastadas destas atividades de uma hora para outra. Enquanto isto, nos bastidores do poder, avolumam-se lutas, divergências, atritos e vence quem se estabelece por forças desconhecidas [...] Mas aterrissando deste vôo filosófico, encontro São Leopoldo vivendo, novamente, um clima político tenso na área da administração municipal e do partido que, atualmente, é governo. Infelizmente, por causa disto, mais um bom secretário do município precisa ser exonerado, deixando a Semec órfã de toda uma idéia de trabalho no terreno da educação. (HENN, 1985, p. 2)

O episódio da exoneração do Secretário Municipal, que se pautava por uma estreita e respeitosa relação com o CEPROL e com toda a categoria, foi alvo de manifestações públicas de repúdio e inconformidade com a atitude do Executivo e de solidariedade à equipe que deixou a SEMEC.

O professor João Carlos Alves Rodrigues, além de incentivar a criação do CEPROL, mantinha uma postura intransigente na defesa dos/as professores/as e da educação, bem como assumia a luta pela melhoria salarial da categoria. Essa forma de atuar é destacada e também responsável pela sua substituição, como sugere o próprio líder da bancada do governo, vereador André de Alexandri, num texto publicado na imprensa local, em que afirma:

A sua liderança, como é do seu temperamento, ia se consolidando aos poucos, através da sua fala pausada, o seu respeito pelo ouvir, a sua disposição para discussão e reflexão, e por fim, pelas suas decisões sempre tomadas em colegiado com a categoria. [...]. O que sempre irritou seus adversários é de que ele nunca abria mão de suas posições em defesa dos professores e da educação. Nos seus últimos dias no governo municipal, João Carlos vinha sendo pressionado a demitir professores, pois usavam o argumento que o “baque” financeiro do Plano de Carreira havia sido muito grande. João Carlos sabia que não era verdade, e disse textualmente na frente de vários secretários: “Enquanto eu for secretário de Educação, não demitirei um só professor”. A frase ficou gravada. Era necessário derrubar o professor. E fizeram. A administração está em crise (ALEXANDRI, 1985, p. 4).

A divergência entre a prática adotada pelo professor João Carlos e os objetivos da Administração Municipal, também, fazem parte da leitura da realidade expressa pela professora Dirlei em sua entrevista. Ela, que vivenciou esse período como diretora e liderança do CEPROL, afirma:

[...] eu me reporto lá para 1983 para lembrar de uma pessoa que foi um marco na história do magistério. Porque ele possibilitou, ele trouxe, e acima de tudo, me reporto a ele pelo respeito que eu tenho pela ética, pela coerência do discurso do professor João Carlos. Tanto que ele não conseguiu ficar lá por muito tempo, porque ele poderia ter negociado, ter permanecido, se o cargo para ele fosse importante. Ele abriu mão, porque ele viu que estava contra aquilo que ele acreditava. Na verdade, o executivo não tinha um projeto para a educação. E o projeto trazido por ele, não serviu para o Executivo, porque era um projeto que trabalhava a democracia, a autonomia. Ele abriu mão, então, daquele cargo em função de algo maior, da coerência. (Dirlei)

O depoimento acima explicita a relação estabelecida pelo professor João Carlos e sua equipe e o quanto foi doloroso para a categoria perdê-lo à frente da SEMEC e ver interrompida uma caminhada rumo à democratização da escola pública em São Leopoldo. Mas, sua passagem deixou marcas nos integrantes da categoria, especialmente em suas lideranças. Uma delas, a professora Rosmari, em seu relato, afirma que “no curto espaço de tempo que esteve na Secretaria, ele conseguiu, não digo mobilizar, mas semear realmente algumas questões, algumas sementinhas, que depois foram germinando e brotando nas escolas nas quais ele teve espaço pra entrar e dialogar”.

Dado como fato consumado a troca de Secretário, a categoria se concentrou em assegurar os avanços conquistados e exigir a continuidade do trabalho junto à equipe que estava assumindo a SEMEC, liderada pelo professor Roque Brand. Por isso, a participação dos/as docentes era expressiva, em cada momento (assembléia, reunião, ato público) convocado pela sua entidade.

Seguiu-se, na esfera municipal, um período de desconforto e insegurança sobre os rumos das políticas educacionais. Contudo, o Magistério Municipal compreende como sua, e assume a tarefa de continuar a luta pela democratização do espaço escolar.

Por isso, a eleição direta para diretores/as nas escolas municipais é instituída e regulamentada ainda em 1985, através da Lei 2.991 de 05 de dezembro de 1985, após passar por ampla discussão na categoria.



Fonte:
Jornal Vale dos Sinos

Foto:
“Momento histórico na luta pela valorização da classe: Prefeito Waldir autoriza as eleições para diretores das escolas municipais.”
(ELEIÇÕES..., 1985, p.4)

Em março de 1986, o Prefeito decide desativar, por decreto, a Escola Municipal Bento Gonçalves, no Morro do Paula, exigindo um posicionamento firme, especialmente da entidade representativa dos/as professores/as, pelo seu compromisso com a educação. A justificativa para a extinção eram os custos financeiros, visto que a escola atendia poucos alunos. CEPROL e CPERS emitem nota pública conjunta de inconformidade e repúdio pela decisão e dirigem ofício aos vereadores com apelo à reabertura da escola.

O movimento dos/as professores/as pela manutenção daquele espaço educativo, assegurando condições de estudo para as crianças daquela comunidade periférica, prevaleceu sobre a vontade do Prefeito, que acabou reabrindo a escola.

Nesse período histórico, muitas foram as conquistas que resultaram da intensa mobilização do magistério: a organização do CEPROL, o plano de carreira, a eleição de diretores, melhorias salariais significativas, o ingresso por concurso público e melhorias no espaço físico das unidades escolares.

Essas conquistas demonstram um profundo envolvimento dos/as professores/as da rede municipal com as políticas educacionais. Isso revela, como afirma Jenny Ozga, o quanto...

Os professores são construtores de política: influenciam fortemente a interpretação que se faz das directivas governamentais e envolvem-se em questões políticas quer em nível nacional das directivas formais, quer ao nível informal, na arena das relações professor-aluno. (OZGA, 200 p.22)

A normativa legal não ocorre por determinação unilateral do poder público, mas é fruto de muita discussão junto àqueles que vivenciam o contexto no qual será implementada. Mas, além disso, são conquistas, resultantes de um coletivo que se organizou com determinação, lutando com muita garra e persistência para que elas saíssem do desejo e fossem legitimadas pela força da lei. O esforço não era apenas de um grupo que dirigia o CEPROL, mas era do conjunto da categoria que respaldava a ação de suas lideranças, tanto nos momentos de mobilização quanto na efetiva discussão de suas proposições.

4.4. Organizar-se já não basta: é preciso mobilizar para avançar.

Porém, sem a força aliada na defesa dos interesses da categoria por parte do Secretário de Educação, os avanços, especialmente salariais, exigiram da categoria movimentos mais duros e sofridos. Em agosto de 1986, realizou uma “Operação Tartaruga”²³ que culminou com a sua primeira greve em setembro do mesmo ano, por 33 dias, com adesão de 95% dos/as profissionais.



Fonte:
CEPROL-Sindicato

Foto:
1ª Greve do Magistério
Público Municipal
set./1986

Em seu depoimento, o professor Gilberto, que presidia o CEPROL naquele período, revela estratégias utilizadas pela categoria, durante o movimento:

Nós íamos numa audiência com o Prefeito, não era eu e tu, três ou quatro pessoas. Era a comissão toda. Cada escola tinha seu representante. Antes de nós irmos para a audiência, passávamos primeiro no CEPROL. Fazíamos uma reunião para discutir o

²³ “Operação tartaruga” era o nome dado ao movimento de pressão exercido pelo magistério que consistia na dispensa dos/das alunos/as uma hora mais cedo, a cada dia letivo. Estas horas eram recuperadas ao término do movimento reivindicatório.

que íamos falar e como íamos falar. Preparávamos toda a fala e quem ia falar. Como eu estava na presidência, era eu e mais duas ou três pessoas que falavam. E por que fazíamos isso? Não era questão de autoritarismo, era para a gente não desviar do assunto. Porque às vezes a gente acaba, numa conversa, dizendo coisas que não deve. O pessoal ficava nos policiando se estávamos seguindo o roteiro e cochichava “Não é por aí”. Os outros ficavam como ouvintes, mas ouvintes atentos e nós transmitíamos aquilo que a gente tinha decidido em grupo. Isto acontecia em cada audiência. Se a audiência era às 10 horas, às 9 nós já estávamos reunidos. O pessoal estava na praça, em frente à Prefeitura, e os representantes de cada escola estavam lá discutindo o que nós iríamos dizer. A gente estava super preparado, super organizado. Quando nós chegávamos na audiência, eles puxavam seus argumentos, nós puxávamos os nossos. E nós tínhamos pais e crianças na mobilização. (Gilberto)

Esta citação expressa o vínculo estreito da direção do CEPROL com sua base e a grande preocupação com a democracia interna e, portanto, com as decisões coletivas. Os representantes traziam a posição de seu grupo escolar, socializavam na reunião do Conselho e decidiam a forma de intervenção da diretoria. Mas, além disso, acompanhavam suas lideranças na audiência para dar força a sua fala e testemunhar sua fidelidade às decisões tomadas. Embora nenhum depoimento dos/as entrevistados/as aborde, fica evidenciado, nessa dinâmica, um processo intenso de formação de novas lideranças da categoria.

Aparecem, também, ao final da fala acima transcrita, grandes aliados/as, buscados/as pelo magistério, nesse primeiro movimento grevista: os pais/mães e alunos/as.

A professora Zita, liderança e ex-presidente da entidade, explicita como se dava o envolvimento de outros segmentos da comunidade escolar nas manifestações públicas dos/as professores/as municipais:

A comunidade, pelo menos na escola onde eu trabalhava, lá no Boa Saúde, ela também participou, ela também se posicionou em relação aos professores. Isso era um ponto muito positivo para a gente e para levar adiante o movimento. Nós fazíamos reuniões com os pais para explicar o que estava acontecendo. Então o poder Executivo, embora deixou-nos amargar durante 33 dias, ele sentiu a força que o magistério tinha, inclusive começou a ceder em alguns requisitos. (Zita)

O apoio da comunidade escolar merece destaque, sendo, inclusive, mencionado nas reportagens da imprensa local. Sua participação, especialmente dos Círculos de Pais e Mestres das escolas (CPMs), não ficou restrita à presença física nas manifestações públicas, mas se traduziu em assumir a luta dos/as professores/as, em um efetivo envolvimento, buscando intermediar e viabilizar as soluções para o impasse junto ao Executivo. A presença marcante dos/as pais/mães agregando-se à mobilização dos/as docentes, origina a idéia de criar o

Círculo de Pais e Mestres Leopoldenses (CPML²⁴), que começa a ser implementada em junho de 1987 e resulta na formação da Comissão Provisória da entidade, em junho de 1988.

Várias entrevistas mencionam o fato, havendo leituras diferenciadas sobre os motivos que dificultaram sua continuidade. Para a professora Ivone, que atuava na diretoria do CEPROL, nesse período, a Administração Municipal articulou lideranças suas junto às comunidades e tentou infiltrar pessoas para “desmontar o miolo” que vinha se estruturando com muita força. Já a professora Susana, que chegou a participar do CPML, como diretora, entende que a representação de pais acabou deixando de comparecer às reuniões, o que desmotivou o grupo. Os encontros eram realizados à noite, fora do horário de trabalho, porém, nem sempre favoreciam a todos, além de exigirem muita disposição e o deslocamento dos seus integrantes. Independente das razões que impediram a consolidação da entidade, sua existência constitui-se num marco na organização dos/as professores/as e na sua relação com as comunidades escolares.

A professora Zita fala, também, que o Executivo amargou o Magistério durante 33 longos dias de greve. Refere-se, ao usar essas palavras, às represálias e formas de pressão exercidas pela Administração Municipal, para que houvesse o retorno às atividades. Entre elas, destacamos a retenção do salário dos/as professores/as grevistas e a demissão de 12 professoras. O professor Gilberto, que presidia o CEPROL, naquele período, lembra, com muita propriedade, de como a categoria se posicionou frente aos atos do Prefeito:

A gente não tinha estabilidade. Eu me lembro que numa de nossas greves, 12 pessoas foram demitidas, 12 contratos novos. O que eu quero te mostrar é o tamanho da nossa força. [...] Nós tínhamos conversado, eu levei para a assembléia e, naquela vez, mesmo que nós ganhássemos os dois salários mínimos e meio, nós acrescentaríamos na pauta a readmissão das 12. Se nós ganhássemos os dois e meio salários não voltaríamos sem que as 12 fossem readmitidas. E nós conseguimos readmitir as doze colegas. O Prefeito ficou indignado, não queria, mas pela nossa mobilização, dos diferentes segmentos da sociedade, dos políticos, dos vereadores, nós conseguimos readmitir essas pessoas de novo. Isso demonstra o espírito de luta. (Gilberto)

A repetição de idéias que aparece no relato é fruto de uma grande emoção que acompanhou o entrevistado ao reviver esses momentos. Além disso, expressa o orgulho de ter conseguido reverter a situação imposta, das doze demissões. As articulações feitas na busca de aliados envolveram diversos setores da sociedade entre os quais a comunidade escolar, a

²⁴ O CPML era constituído de representantes de pais/mães que integravam a diretoria do CPM das escolas e representantes dos/as diretores/as das escolas municipais. Ambos eram eleitos/as pelos pares, numa reunião articulada pelo CEPROL, que oferecia sua sede para abrigar as reuniões da nova entidade.

imprensa local, os vereadores dos diferentes partidos, políticos influentes e vinculados à cidade e a imprensa que percebeu a força da categoria e cobria cada movimento realizado durante a greve. Certamente, o temor de um desgaste junto à opinião pública se constitui em forte indicativo dos motivos que levaram o poder executivo a recuar em relação às demissões.

Mas a fala do professor Gilberto remete a uma outra reflexão: o que leva os/as professores/as recém-contratados/as a participarem do movimento grevista, cientes dos riscos pela falta de estabilidade?

Uma das explicações possíveis refere-se ao espírito de luta que contagiou a cada integrante da categoria e impulsionou a crença no movimento coletivo feito, segundo o professor Gilberto, no peito, na raça e na união.

Os depoimentos das professoras Zita e Rosane são fundamentais para compreender a situação:

Tinha muitos diretores que eram a peça principal na participação das escolas. Tanto que onde os diretores participavam ativamente da luta pela mudança, pelas conquistas, as escolas eram fechadas nessas épocas de greve. A participação era 100% porque a cabeça-chave, certamente, pela discussão que havia com o grupo, essas escolas fechavam, elas iam pra rua mesmo. E a participação dos diretores foi tão importante que os diretores que não tinham essa mentalidade, continuavam trabalhando nas suas escolas e, muitas vezes, proibindo que 3 ou 4 professores, da sua escola, participassem dessas lutas. (Zita)

O próprio diretor convidava: “Vamos lá, Fulana, eu também vou, vamos lá, não tem problema. Hoje em dia, não é assim, não precisa ter medo”. Porque tinha algumas pessoas que tinham muito medo, um medo de ouvir histórias de prisão, de bater, de represália, de demissão, alguns tinham até medo de morrer. Havia um convencimento: “Vamos junto, vamos todo mundo junto, a gente é mais forte, quanto mais gente estiver, melhor. A nossa diretora também vai”. A gente ouvia muito esse tipo de coisa. Eu acredito que muitas pessoas acabaram sendo influenciadas por essas atitudes. Na primeira escola em que eu estava, isso não existia, porque a diretora era muito radical, e até hoje é, no sentido de se posicionar contrária ao movimento do sindicato, à democracia. Isso que ela tinha sido eleita. Ela não aceitava e era muito severa com as coisas: não ia, e se pudesse dificultar minha ida em tal reunião, ela fazia. Já na segunda escola, a diretora era meio que levada pelo grupo. (Rosane)

Ambos os depoimentos revelam a influência que algumas direções de escola exerciam sobre seus grupos encorajando, especialmente os/as colegas mais inseguros/as. Trata-se, novamente, dos/as diretores/as que tinham uma participação mais ativa junto ao CEPROL e fomentavam o debate nas suas escolas.

Mas aparece, também, uma outra situação em que o grupo “leva” a diretora a aderir ao movimento. Aqui, a relação é igualmente democrática, na medida em que há discussão e a própria direção se submete à decisão de seu corpo docente.

Porém, volta a ser expressa a posição contrária de algumas diretoras que tentavam impor sua decisão ao grupo e, vendo-se contrariadas por algumas lideranças da própria escola, dificultavam sua participação, chegando a persegui-las pelas suas atitudes. Ao dizer “Isso que ela tinha sido eleita!”, a professora Rosane aponta para um dos problemas da gestão escolar que não se assegura com a eleição direta para diretor/a: a coerência da postura do/a diretor/a eleito/a com os princípios do processo que a conduziu ao cargo, ou seja, o exercício democrático.

Tentando analisar e responder ao questionamento feito acima, acerca dos motivos que mobilizaram inclusive professores/as recém-contratados/as a aderirem à greve, percebe-se uma grande probabilidade de que os/as mesmos/as assumam correr os riscos, caso se sintam fortemente apoiados/as, se estiverem lotados/as numa das escolas em que a diretora participa ativamente ou adere respeitando a decisão do seu grupo. Porém, é igualmente possível imaginar que o mesmo não ocorreria em outro contexto, pois dificilmente se colocariam numa situação de confronto com a própria direção.

De qualquer forma, vale retomar que a categoria contava com 95% de adesão ao movimento. Esse fator, trabalhado nas discussões da própria escola, ao reforçar que “quanto mais gente estiver, melhor”, certamente foi fundamental para o convencimento de cada professor/a. A força estava no coletivo que inspirava segurança e certeza de seu compromisso com cada colega que aderiu ao movimento. Foi por isso que, mesmo tendo conquistado o ingresso por concurso público e avançado na proposta salarial, a greve só foi encerrada após a readmissão dos/as educadores/as e sua reintegração ao mesmo local de trabalho.

Ao final daquele ano, marcado na lembrança de tantos/as docentes pela história vivenciada, mais precisamente no dia 05 de dezembro de 1986, a categoria elege a segunda diretoria da entidade (Gestão 86/88), com a seguinte nominata:

Presidente: Gilberto Sidnei dos Santos
 Vice-Presidente: Maria Rosélia Marcelino da Silva
 1ª Secretária: Simone de Azevedo
 2ª Secretária: Raquel Mobarack
 1ª Tesoureira: Ingrid Catarina Vieira Reuwaat
 2ª Tesoureira: Suzana Beatriz de Oliveira



Fonte:
CEPROL-
Sindicato

Foto:
Gilberto S.
dos Santos

Em 1987²⁵, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura estava sendo coordenada pelo ex-vereador e advogado André de Alexandri.

Como já foi discorrido anteriormente, nesse ano, o CEPROL trabalhou intensamente na organização do CPML, buscando aprofundar sua relação com a comunidade escolar.

Em outubro de 1987, as escolas municipais preparam a segunda eleição de diretores/as. Quem coordena a discussão e orienta a categoria acerca do processo é o CEPROL. Nas situações em que ocorrem animosidades em alguns grupos, a entidade é chamada para uma discussão e se encarrega, inclusive, de apaziguar as desavenças. O CEPROL administra e assume a responsabilidade pela condução do processo eleitoral por entender sua importância numa dimensão histórica e social. Isto fica explícito na afirmação do professor Gilberto, quando declara:

As eleições de diretores das escolas, eu me lembro como se fosse hoje. Quando a gente discutiu o processo democrático das escolas, nós queríamos a participação de todos na escolha da direção. Tinha um objetivo bem claro: era fazer da escolha dos diretores das escolas, uma escola para a prática democrática, ou seja, como nós estávamos saindo de um período de ditadura, a idéia era fazer da escola, uma escola da democracia, onde os alunos, os pais, os professores e os funcionários aprendessem a escolher uma pessoa. Essa foi a idéia para que pudessem entender e trazer para os demais setores da sociedade. Então, foi por isso que a gente lutou. (Gilberto)

Esta concepção, que fundamenta a atuação da entidade, é reveladora do seu compromisso político com a mudança estrutural da sociedade e com as conquistas que realiza ao longo de sua história. A publicação da lei de eleição direta para diretores/as foi importante porque traduziu, de forma legal, a vontade da categoria. Porém, era preciso acompanhar o processo em cada escola para que o exercício da democracia fosse assegurado e, portanto, a lei cumprisse o propósito de sua formulação.

Nesse mesmo período, assume a pasta da SEMEC, a professora Flávia Noshang Machado que, rapidamente, conquista a confiança da categoria através de sua postura participativa e voltada à realidade educacional de cada escola e do município.

Por isso, em janeiro de 1988, quando surgem boatos de sua substituição no cargo, provocam imediata reação da entidade representativa dos/as docentes. Os motivos, conforme reportagens veiculadas na imprensa local a partir de 14 de janeiro de 1988, eram pressões

²⁵ 1987 foi o ano em que passei a integrar o Magistério Municipal, após ter participado do segundo processo de seleção por concurso público para preenchimento deste cargo.

políticas da bancada governista, que queria alguém de destaque no partido (PMDB) assumindo a SEMEC.

Além de audiências com o Prefeito para externar sua posição contrária a mais uma mudança na Secretaria de Educação, o CEPROL mobiliza também a entidade representativa das comunidades escolares (CPML). A reportagem do Jornal Vale dos Sinos, de 14 de janeiro de 1988, sintetiza a posição conjunta tirada numa reunião entre CEPROL e representantes de CPMs:

Professores e pais de alunos esperam que não haja mais interferência político-partidária na Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A rotatividade de secretários, segundo avaliação do encontro, tem prejudicado sobremaneira os rumos da educação da rede municipal de ensino [...] "Educação é para educadores", explica o presidente do CEPROL. "Ela está tentando fazer um trabalho voltado para a educação. Para nós, não interessa qual a bandeira partidária da Secretária, desde que isto não influencie nos seus projetos, se considerarmos que a educação deva ser prioritária" (PAIS..., 1988).

Encaminhando suas convicções de forma conjunta, CEPROL e CPMs, agendam reuniões com a bancada governista e com o Prefeito, resultando na permanência da professora Flávia Noshang Machado, como titular da SEMEC.

As discussões salariais geram impasse nas negociações e forçam a realização de dois meses de “operação-tartaruga”, culminando com uma greve de 6 dias pelo repasse do IPC (Índices de Preços ao Consumidor).

Em 06 de dezembro de 1988, a diretoria do CEPROL é renovada, novamente com chapa única, para a Gestão 1988/1990. Os integrantes da nova diretoria são:

Presidente: Ivone Clara Witmann Klein
 Vice-Presidente: Rosane Figueiredo Kern
 1ª Secretária: Maria do Carmo Santa Rosa
 2ª Secretária: Kátia Regina Roth
 1ª Tesoureira: Marisa Allgayer
 2ª Tesoureira: Zita Bortolini



Fonte:
CEPROL-Sindicato

Foto:
Ivone Clara W. Klein

A equipe que assume, dá continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado nas gestões anteriores reforçando a organização dos departamentos (social, cultural e esportivo) e das reuniões ordinárias mensais com o Conselho Representativo e com as direções de escola.

Em seu depoimento, a professora Zita, integrante da diretoria nesse período, expressa os objetivos que norteavam a sistemática de reunir os/as diretores/as junto ao CEPROL:

[...] nós fazíamos reuniões com os diretores. A entidade tinha a preocupação da escola caminhar de um modo mais leve, mais democrático. Tinha a preocupação de ter dentro de cada escola o melhor líder, a melhor liderança para trabalhar com o seu grupo. Então, a gente promovia essas reuniões pra discussões dentro do sindicato, para que algumas diretoras/es se atinassem pras mudanças dentro das escolas. Sutilmente, a gente fazia um trabalho de formação [...] Como nós tínhamos bons diretores, também eles nos ajudavam a fazer esse tipo de comentário, a fazer esse tipo de discussão. (Zita)

Evidencia-se, novamente, na fala da ex-presidente, o profundo compromisso da entidade com a qualidade da educação municipal e com a democratização da gestão escolar. Embora houvesse pessoas, desde a sua criação, defendendo sua concepção assistencial, sempre predominou seu caráter organizativo, representativo e reivindicatório. Havia uma convicção, especialmente nos integrantes das suas diretorias, de que a entidade tinha se constituído para cumprir um papel histórico e organizativo e não exercer o assistencialismo. Todavia, houve uma sensibilidade no sentido de buscar estabelecer alguns convênios, para beneficiar seu quadro de associados que, ainda na década de 80, chegou a 85% do total dos/as professores/as municipais.

Além disso, a diretoria implementa o Boletim Informativo, com circulação bimestral, enviando 2 exemplares para cada escola, dadas as dificuldades financeiras da entidade.

No período, 1988-1989, houve, também, um inchaço populacional na cidade. Eram muitos migrantes chegando, iludidos, em busca de melhores condições de vida. As escolas, por consequência, acabaram padecendo com a situação não projetada pelas administrações. Como lembra a professora Ivone, que presidia o CEPROL, na época, foi um tempo muito difícil, primeiro com todos os espaços ocupados e superlotados. Depois, passou-se para um estágio de três turnos, com três horas/aula em cada um. Segundo ela, as crianças que estudavam no turno intermediário, entre 11 e 14 horas, foram bastante prejudicadas em sua aprendizagem, especialmente nos meses de calor intenso e dias de escassez de merenda escolar.

Para auxiliar na compreensão dessa situação, torna-se importante retomar e atualizar os dados apresentados na descrição do movimento em 1984. Lá, a rede municipal contava com 24 escolas atendendo, aproximadamente, sete mil alunos/as. Em 1989, conforme a reportagem da imprensa (SCHERER, 1989, p. 47), os mesmos 24 estabelecimentos de ensino, atendiam, aproximadamente, 10 mil alunos/as.

Os reflexos desse contexto também foram percebidos no processo de organização da categoria, visto que o número de professores/as aumentou rapidamente e diminuíram as

possibilidades de espaços para discussão coletiva nas escolas em face da necessidade de cumprimento da carga horária anual dos/as alunos/as.

Com a eleição do Prefeito Olímpio Sérgio Albrecht, a partir de 01 de janeiro de 1989, a Secretaria Municipal de Educação passa a ter uma nova titular: Marlene Albrecht Peterson. Entre as metas apresentadas para a área educacional, a prioridade é "Nenhuma criança sem escola". Para atender esse objetivo, a Administração Municipal autoriza o imediato reinício das obras de ampliação e novas construções paralisadas. Algumas são concluídas em sistema de mutirão, pelos moradores, nos finais de semana (POZZA, 1989).

A troca na administração municipal não favoreceu a negociação da pauta de reivindicações da categoria. Novamente, na discussão salarial, o impasse só foi resolvido depois de deflagrada mais uma greve do Magistério Municipal, que durou somente 3 dias, dada a grande adesão dos/as professores/as e conseqüente temor de um desgaste político já em seu primeiro ano de mandato. Com o movimento, a categoria conquistou o piso salarial de 2,5 salários mínimos nacional.

Em outubro de 1989, a partilha de uma torta em comemoração ao quinto aniversário do CEPROL.



Fonte:
CEPROL-Sindicato.

Na foto a diretoria e o professor João Carlos Alves Rodrigues.

4.5. 1990: um ano que deixou muitas marcas.

A discussão da pauta de reivindicações de 1990 acirrou os ânimos entre categoria e Executivo. O magistério exigia o cumprimento da política salarial (garantida pela Lei 3498/89) de reposição da inflação pelo IPC. O Prefeito não admitia pagar esse índice, sob

hipótese alguma, alegando que o IPC havia “morrido” e que os salários estavam congelados a partir do novo plano econômico implantado pelo presidente da república Fernando Collor de Mello.

Na Assembléia de 07 de maio de 1990, em meio à discussão salarial, o Magistério Municipal toma duas importantes decisões.

A primeira, diz respeito à criação do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses - CEPROL²⁶. A nova entidade, denominada de CEPROL-Sindicato, passa a ser conduzida por uma Comissão Provisória encarregada de registrar o estatuto aprovado e organizar a eleição da diretoria. Enquanto isso, as negociações com o Prefeito eram desenvolvidas de forma conjunta entre a diretoria que vinha atuando e a Comissão Provisória eleita na Assembléia, integrada pelos/as seguintes professores/as:

Cristina Rabelo
Gilberto Sidnei dos Santos
Glória de Fátima Waitbrecht
Simone Valdete dos Santos
Neusa Pivatto Müller
Maria Teresinha Bach

A segunda decisão dessa Assembléia foi paralisar as atividades a partir de 11 de maio de 1990, deflagrando greve por tempo indeterminado. As principais reivindicações referiam-se ao cumprimento do repasse do IPC e a eleição de diretores/as nas seis escolas novas.

O movimento grevista marcou, de forma especial, todos/as os/as professores/as que dele participaram. Foram notas oficiais publicadas na imprensa pelo Executivo e pelo magistério, atos públicos, passeatas, sessões na Câmara, reuniões envolvendo vereadores e pais/mães de alunos/as, intransigência nas negociações. O Prefeito mandou cear as escolas e recolher o livro-ponto para que o mesmo fosse riscado pela equipe da SEMEC²⁷. Adotou a posição de não receber os representantes da categoria, nem negociar o impasse, enquanto perdurasse a greve. O CEPROL entrou com um pedido de *impeachment* do Prefeito que foi acolhido pela Câmara de Vereadores por 19 votos favoráveis e um contrário. A partir dessa atitude, a negociação ficou mais tensa. O Prefeito conseguiu revogar, na Câmara, a Lei de reposição pelo IPC, sob protesto da categoria e manifestações públicas de pais/mães de alunos/as, via imprensa.

²⁶ Por força da Constituição Federal de 1988, a partir 1989, o CEPROL forma uma comissão responsável pela discussão de sua sindicalização. Quando criado oficialmente, 13 de setembro de 1990, o Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses adotou como nome abreviado “CEPROL-Sindicato”.

²⁷ Em 1990, a sigla da Secretaria Municipal de Educação voltou a ser SEMEC.

A cena da Câmara de Vereadores, lotada pela categoria acompanhando a sessão, é lembrada, com emoção, pelo professor Gilberto, em sua entrevista:

Nós choramos aquela vez que perdemos o INPC, na época em que o Olímpio era prefeito, na Câmara de Vereadores. Nós choramos quando nós vimos o Mário D'Ávila, o Palharini votando contra nós, depois de um almoço, onde eles tiveram os seus ganhos. Nós choramos. Jogamos moedas neles, aquela vez. A Câmara lotada. Nós sabíamos que o INPC era um índice que jamais ia desaparecer, podia mudar uma letra ou outra, mas ia continuar e eles diziam que era ilegal, que iria desaparecer. Aí eles foram lá e votaram contra nós. Você sabe o que é a categoria inteira descontente e sua grande maioria estar chorando? Nós ficamos com tanta raiva que jogamos moedas neles e dizíamos: "Peguem estes trocados". E por que fazíamos isso? Porque a grande maioria estava ali junto, era a força. (Gilberto)

Além disso, o Prefeito suspendeu o pagamento do salário dos/as grevistas, deixando, em situação de penúria, inúmeras famílias. Num gesto de muita solidariedade e companheirismo, os/as colegas que tinham condições de auxiliar, contribuíam arrecadando dinheiro ou alimentos junto aos parentes e vizinhos. Os donativos eram socializados nos momentos de concentração.

Como se não bastasse, o Executivo envia ao Legislativo um projeto de alteração da Lei de Eleição de Diretores, propondo demissões por ato administrativo. Isso aconteceu porque, entre as lideranças do movimento, estavam vários/as diretores/as e, outros/as tantos/as, tinham aderido à paralisação, estimulando ou apoiando os seus grupos. Novamente, a comunidade escolar se faz presente. Por força da categoria e intermediação do CPML, o projeto é retirado pelo Executivo.

A continuação do movimento se torna inviável pelas circunstâncias e pressões exercidas pela Administração e obriga o recuo da categoria retirando o pedido de cassação do Prefeito. Mesmo insatisfeito, mas vencido pelo desgaste físico, emocional e financeiro, o Magistério Municipal encerra a sua mais longa greve: 34 dias.

No saldo da mobilização, estavam: a conscientização e o fortalecimento da categoria, o compromisso do pagamento dos dias parados, o respeito ao movimento sem consequências de represálias e/ou demissões, reintegração de uma professora demitida, a formação de uma comissão paritária, composta por dois integrantes do CEPROL, dois da SEMEC, dois do CPML e presidida pelo consultor jurídico da Prefeitura, para qualquer decisão relativa à alteração na legislação do setor educacional. Em termos salariais, conquistou-se um índice de 10,63%, quando se buscava 25,65%.

Em meio ao tumulto da greve e extrema dificuldade financeira do CEPROL, agravada pelas exigências e demandas do movimento, a entidade é contemplada com o sorteio de uma moto, na promoção realizada pelo Jornal Vale dos Sinos, entre os seus assinantes. Um alento: Alguém tinha olhado com compaixão para a situação da categoria. Um alívio: agora, a entidade dispunha de um bem que possibilitaria quitar as dívidas contraídas.

Em 13 de setembro de 1990, o CEPROL registra, oficialmente, sua nova razão social: Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL. Ao final do mesmo ano, 07 de dezembro de 1990, elege sua nova diretoria, para a gestão 1990/1993, com a seguinte composição:

Presidente: Neusa Pivatto Müller
 Vice-Presidente: Iri Jacobus
 1ª Secretária: Maria Teresinha Bach
 2ª Secretária: Simone Valdete dos Santos
 1ª Tesoureira: Leocádia Inês Schoffen
 2ª Tesoureira: Áurea de Fátima Rocha
 Suplentes:
 Rosângela Kiekow da Rosa
 Rosane Nunes
 Serenita Maria Mariotti



Fonte:
 CEPROL-Sindicato
 Foto: Neusa P. Müller

O momento de transformação do Centro de Professores para Sindicato é referenciado de forma polêmica nas entrevistas.

Alguns depoimentos apontam essa passagem como motivadora de um processo de desagregação da categoria, na medida em que o CEPROL, através de suas lideranças, abandonou o espírito e a história de “guerreiro” e de lutas que vinha tendo. Avaliam que perdeu muito, a essência do/a professor/a se interessar pelas questões da categoria, de discutir, de ter um vínculo estreito com sua base. Citam, ainda, falas proferidas e outras situações que desrespeitaram profundamente sua história, como a supressão da data de fundação do CEPROL na carteira de sócio/a, substituindo-a pela data de oficialização do sindicato. Referem o fato como “tentativa de apagamento da história”. Entendem que as lideranças passaram a ter outra concepção e outra postura, marcada pela vinculação político-partidária, afastando colegas e deixando de aglutinar seus representados, de forma geral.

Outros relatos, porém, expressam que houve dificuldade, por parte da categoria, de assimilar o processo de transformação em Sindicato, apesar de sua exigência constitucional. As razões estariam ligadas ao preconceito de sindicato, vinculando-o à baderna e ao radicalismo, situações impróprias à classe dos/as professores/as. Acrescentam que as bandeiras de luta passaram a ser outras, na medida em que as reivindicações iniciais haviam

sido atendidas. Lembrem, também, que a década de 90 reflete uma conjuntura do País desfavorável pelo alto índice de desemprego, o que provocou enorme crise no movimento sindical como um todo, atingindo, obviamente, o CEPROL.

Independente da leitura do fato em si há um consenso de que a transformação do CEPROL em CEPROL-Sindicato marca alterações no processo de organização do Magistério Municipal, evidenciando significativa redução na participação dos/as professores/as.

Ainda no mesmo ano, a UNISINOS solicita a desocupação da sala que servia de sede ao CEPROL. Esta situação inusitada surpreende seus dirigentes que, diante das precárias condições financeiras da entidade, buscam, junto ao Executivo, um espaço público ocioso para abrigá-la. Após muita insistência, o CEPROL-Sindicato consegue a cedência de uma sala nos Altos da Estação Rodoviária, para instalar-se e continuar seu trabalho organizativo e reivindicatório.

Desta forma, o ano de 1990 termina deixando muitas marcas em quem o vivenciou como integrante do Magistério Municipal. A transformação da sua Associação em Sindicato, o pedido de *impeachment* do Prefeito, as sessões tensas na Câmara de Vereadores, a solidariedade no gesto dos/as colegas assegurando o suporte para a permanência de todos/as no movimento, a participação ativa de pais/mães posicionando-se como aliados/as e mediadores/as do conflito, o alívio financeiro da entidade ao ser contemplada com o sorteio da moto, a eleição de uma nova diretoria e a mudança da sede do CEPROL são marcas que até hoje emocionam as lideranças que protagonizaram esta história.

4.6. Anos novos: problemas velhos

O ano de 1991 é marcado pela passagem do regime celetista dos/as servidores/as municipais para o regime estatutário. A decisão pelo regime jurídico único, exige a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores (IAPS) que passa a recolher os percentuais que eram direcionados ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O FGTS é eliminado e surgem outras vantagens: aposentadoria integral, diversos tipos de licença (prêmio, saúde, gestante, amamentação, adoção, exercício de mandato classista, afastamento por doença em pessoa da família, interesse, acompanhamento do cônjuge), pagamento integral das férias, quinquênio de cinco por cento, entre outras. Porém, a discussão gera polêmica e insegurança nas categorias (servidores/as e professores/as). O Executivo contrata os serviços técnicos do IBAM (Instituto Brasileiro de Assessoria aos Municípios)

para auxiliar na elaboração do Estatuto dos Funcionários Municipais e do Plano de Carreira do Magistério, porém, os trabalhos carecem de transparência e agilidade.

Paralelo à discussão do Estatuto dos Servidores Municipais, o CEPROL-Sindicato integra-se no Comitê de Defesa da Escola Pública, junto com o CPERS e algumas entidades não-governamentais. O objetivo do Comitê é realizar um Censo Escolar nos principais bairros da cidade com vistas a apontar, para a SEMEC e a 2ª Delegacia de Ensino, as carências de vagas constatadas através dos dados coletados e exigir a ampliação da oferta educacional nos pontos mais críticos.

Diversas são as ações judiciais impetradas pelo CEPROL-Sindicato nesse período, representando seus associados, na defesa de direitos legalmente instituídos e violados pelo Município. Trata-se, para exemplificar, da equiparação salarial dos/as professores/as inativos/as com os/as ativos/as, da liberação do FGTS, do vínculo trabalhista e equiparação salarial dos contratos emergenciais dos/as professores/as cedidos/as ao município pelo Estado.

A proposta relativa ao orçamento municipal para o ano seguinte é motivo de preocupação para os dirigentes sindicais. No debate, o CEPROL-Sindicato analisa os cortes para o setor de pessoal e a redução de investimentos na educação. Participa de sessões na Câmara de Vereadores fazendo uso da tribuna para reivindicar inversão nas prioridades apontadas pelo Executivo, no projeto. A intervenção é motivada pela crescente desvalorização salarial da categoria, fruto da reposição sempre parcial da inflação, nos índices de reajuste.

Em setembro do mesmo ano, o CEPROL-Sindicato chama para si, novamente, a responsabilidade de encaminhar a eleição de diretores nas escolas municipais. Reúne os/as diretores/as e os/as representantes das comissões eleitorais das escolas com o objetivo de orientar o processo. A eleição ocorre em 31 escolas, ficando excluída do processo a Escola Municipal Edgard Coelho, por ainda não possuir portaria de funcionamento.

No mesmo período, uma liminar impede as eleições para diretores/as nas escolas estaduais. A inconstitucionalidade da Lei de Eleição de Diretores é encaminhada pelo Governador Alceu Collares e acolhida por unanimidade pelo Judiciário. O ataque à democracia e à participação da sociedade é repudiado pelo CPERS que recebe apoio e solidariedade do CEPROL-Sindicato.

Antes de findar o ano, no mês de outubro, o projeto de Estatuto dos Servidores passa a ser apreciado pela categoria e pela Câmara de Vereadores. Expresso através da Lei

Municipal nº 3.729, passa a vigorar a partir de 31 de dezembro de 1991, instituindo oficialmente o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de São Leopoldo.

Com a aprovação do Estatuto dos Servidores, as diretorias dos Sindicatos, tanto dos/as professores/as como dos servidores/as, passam a ter direito a requisitar para o exercício do mandato classista, até três de seus integrantes. Inicialmente, esse direito, expresso na lei, concretiza-se com a liberação do/a presidente de cada entidade. Com o passar do tempo, a cobrança insistente viabiliza a licença dos/as demais.

Quanto ao trabalho pedagógico, no ano de 1991, a SEMEC “incentiva”, para não dizer impõe, a implantação do construtivismo na rede municipal. Não há processo de formação e discussão que resulte no convencimento da proposta e conseqüente adesão, por parte dos/as professores/as. A proposta acaba sendo propagada pela SEMEC e, depois, “assumida” pelos/as docentes, como mais um “modismo” educacional e para fugir do estigma de ser “tradicional” e ultrapassado/a na sua prática pedagógica.

A manchete do Jornal VS, de 23 de março de 1992, retrata a situação da categoria ao iniciar o ano de 1992: “Professores municipais sem motivação para trabalhar”. Diz a matéria:

“Recebendo o equivalente a um salário mínimo e meio como piso, com as escolas e salas de aula mal cuidadas e sem perspectiva de reformulação do plano de carreira, o magistério municipal retornou às aulas desanimado. O CEPROL-Sindicato avalia como tumultuado o início do ano letivo nas escolas do município. O concurso para admissão de novos professores teve vários problemas e o salário é considerado muito baixo pela categoria” (SANTOS, 1992, p. 7).

A aprovação de apenas 90 novos/as professores/as para uma demanda de 250 vagas é vista com preocupação pelo Sindicato que encaminha as provas aplicadas pela SEMEC, para análise de professores/as especializados/as na área. Os pareceres comprovam o que a entidade e os/as professores/as vinham afirmando: faltou objetividade e clareza na elaboração das questões. Além disso, os testes duplicaram a exigência: a resposta correta e o discernimento dos erros de português impressos. A situação levou muitos/as candidatos/as reprovados/as a pedirem revisão da prova, estimulados/as pela entidade, o que resultou em mais 34 aprovados/as.

Ao final de 1991, os/as diretores/as eleitos/as foram empossados/as sem que ocorresse uma solenidade oficial como acontecia nos outros anos. Por isso, em 03 de abril de 1992, o CEPROL-Sindicato reúne as novas direções das escolas para um momento de confraternização e posse formal. Aproveita a oportunidade para discutir, com elas/as, a

situação do Plano de Carreira do magistério. Durante o ano anterior, uma comissão integrada por um/a representante sindical, um/a diretor/a, um/a professor/a, com licenciatura plena, e representantes da SEMEC, acompanhados/as por um representante do setor de Recursos Humanos da Prefeitura e do IBAM, haviam elaborado um projeto que foi enviado às escolas e aprovado pela categoria. Porém, o mesmo foi desconsiderado e vetado pelo Executivo ao encaminhar outra proposta a Câmara de Vereadores. Além de desrespeitar o processo de discussão e elaboração da Comissão, o Prefeito não abriu possibilidade para apresentação de emendas ao projeto, retirando o mesmo antes da votação e provocando um novo impasse com o magistério.

Por isso, além de reafirmar a importância do processo eleitoral que escolheu os/as diretores/as das escolas e comemorar a conquista, era preciso discutir formas de mobilizar a categoria para lutar pelo seu Plano de Carreira e melhorias salariais. A integração entre as novas direções e a entidade teve o caráter de aproximar e fortalecer o trabalho de forma unificada.

Em maio de 1992, novo concurso é necessário para suprir as 122 vagas na rede municipal de ensino. Desta vez, 292 novos/as professores/as são aprovados/as no processo de classificação. Entre eles/as, muitos/as buscam a sua regularização dentro da carreira, ou seja, submetem-se ao concurso público, para saírem do quadro em extinção e se efetivarem no regime estatutário.

O piso básico da categoria, nesse período, era o mais baixo de toda a região do Vale dos Sinos, ficando, inclusive, abaixo do salário mínimo nacional. Esse fator aumentou o clima de insatisfação por parte dos/as professores/as e suas dirigentes, bem como as pressões por definições acerca do Plano de Carreira e reajuste.

A intransigência do Executivo Municipal ficou novamente explícita ao enviar à Câmara, seu projeto de Plano de Carreira para o Magistério. Não houve aceitação, sequer das emendas prioritárias propostas pela categoria, mesmo após inúmeras tentativas via Comissão de Educação da Câmara e audiências mediadas pela técnica do IBAM. Em Assembléia Geral, o Magistério definiu encaminhar as 18 emendas para todas as bancadas do Legislativo, para serem propostas pelos vereadores durante a apreciação do projeto. Elas objetivavam contemplar, entre outras, as seguintes questões: piso salarial, carga-horária dos/as diretores/as, com remuneração adequada, remuneração adicional para atuação com classes especiais e remuneração dos/as estagiários/as. Porém, apenas a bancada do PT apresentou as emendas da categoria.

Dessa forma, sob protesto e para o descontentamento dos/as professores/as, representados/as de forma massiva na sessão, o projeto foi aprovado pela maioria dos Vereadores. Os parlamentares municipais da bancada governista e aliados justificaram seu voto contrário às emendas apresentadas na Sessão, acusando o Magistério de ter partidarizado a questão (WARTCHOW, 1992, p. 5).

As negociações frustradas sobre o Plano de Carreira, acrescidas pela preocupação com as perdas salariais provocadas pela inexistente política de reajuste e pelas condições precárias de trabalho enfrentadas pelos/as profissionais das escolas municipais, continuaram gerando um clima de insatisfação e tensão constante na rede.

Em julho de 1992, o CEPROL-Sindicato, sensibilizado pelo anseio da categoria, despreparada para atuar na proposta da SEMEC, passa a investir na sua formação, promovendo uma palestra com o tema “Construtivismo: Teoria & Prática”, abordado pela então Secretária Municipal de Educação de Porto Alegre, Esther Pillar Grossi. Em novembro de 1992, outra palestra é promovida pela entidade, abordando a “Avaliação escolar: teoria e prática”. A palestrante convidada é a professora Maria Celina Melchior, da FEEVALE.

Em seu depoimento, a professora Neusa, presidente do CEPROL, no período, reforça os motivos que levaram o CEPROL a investir no processo de formação da categoria. Ela afirma:

[...] a gente foi ao encontro das necessidades dos professores, na questão da formação, já que a Secretaria não oferecia grandes cursos de formação, não tinha uma formação significativa pra rede. Aí, meio que o sindicato substituiu essa função que é da Secretaria, não que não seja do sindicato, mas não é obrigação do sindicato trabalhar com a formação sistemática, continuada do professor, para o trabalho em sala de aula. Também tem a função de trabalhar a formação, mas em outro âmbito. E nós assumimos um pouco isso [...] atendendo também a solicitação da rede. Acho que é um marco importante quando se sai da reivindicação salarial, da reivindicação de eleição, da reivindicação de concurso, para algo de uma compreensão mais ampla. Bom, nós estamos trabalhando com os alunos, o que nós estamos trabalhando, como estamos trabalhando. Foi preciso mudar essa relação, trabalhar um pouco mais a formação, porque isso ficava muito ao encargo de cada professor. Cada um buscava a sua formação, dependendo de suas condições financeiras e do seu desejo. Mas a discussão, a busca da formação, de forma mais coletiva, de tornar público e de reivindicar que isso é um direito e de que este direito tem que ser reivindicado junto ao poder público é mais recente. (Neusa)

Percebe-se, pela fala transcrita, que a entidade passa a se preocupar com a qualidade da educação num outro âmbito. Já não se trata de reivindicar mais professores/as, funcionários/as, condições físicas e materiais de trabalho, mas investir também na reflexão da prática docente. A sistemática foi ampliada nas diretorias seguintes e, paralelo, iniciou-se um

movimento de reivindicação de auxílio-universitário para favorecer a atualização e a qualificação da rede.

Ainda em julho de 1992, passa a ser discutido, pela Câmara de Vereadores, o Estatuto do Instituto de Aposentadoria e Pensões. Há dúvidas sobre o destino do dinheiro descontado dos/as servidores/as para fins de aposentadoria e pensão, desde a instituição do regime jurídico único, em dezembro de 1991. Os valores deveriam ter sido aplicados numa conta especial para serem repassados ao Instituto, assim que este fosse criado. Mas a Secretaria da Fazenda não confirma a existência do fundo, apenas assume estar administrando o dinheiro. O fato levanta suspeita de que o montante dos recursos tenha caído na vala comum e tenha sido gasto pela Administração, o que é confirmado, meses depois, após pressão da entidade sindical.

Ao final do ano, passado o período eleitoral que reconduziu à Administração Municipal o ex-prefeito Waldir Arthur Schmidt, o CEPROL-Sindicato reúne os/as diretores/as das escolas para elaborar um relatório apontando os principais problemas que existiam nos estabelecimentos de ensino, como a falta de vagas, de material escolar e a carência de merendeiras e faxineiras. O relatório é apresentado ao Prefeito eleito em um encontro que objetiva, também, incluir a discussão sobre o Secretário de Educação a ser nomeado.

4.7 – Há sinais de democracia no ar.

Em março de 1993, o novo Prefeito encaminha à Câmara um projeto de reajuste que recupera o piso de 2,5 salários mínimos para o Magistério, mantendo, para os meses seguintes, a reposição da inflação pelo INPC.

A Secretaria Municipal de Educação, com a alternância de partido na Administração, recebe novo titular: o professor Delmar Moehlecke.

No mesmo mês, o CEPROL-Sindicato reúne-se com a Secretaria Municipal de Educação para discutir as alterações necessárias na Lei de Eleição de Diretores. Fica definida uma comissão responsável pela reformulação da mesma, integrada por representantes do CEPROL-Sindicato, da SEMED²⁸, dos/as diretores/as e representantes da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores.

²⁸ Com a mudança de governo, a Secretaria Municipal de Educação altera sua sigla para SEMED.

Ainda na audiência com o Secretário, os representantes do Sindicato obtiveram a promessa de que poderão participar das reuniões de diretores e supervisores de escola. Também terão direito à voz na formulação do processo pedagógico, assim como em cursos e eventos que a Semed venha a promover. Neusa²⁹ comenta que isto é inédito na história da administração leopoldense (WARTCHOW, 1993a, p. 3).

Em abril, a existência de dois regimes volta a gerar polêmica. Enquanto o Prefeito parte em defesa do regime celetista por entender que o regime estatutário inviabilizará administrativamente o município, o Magistério, através da sua entidade, decide tomar posição firme na defesa do regime estatutário.

Em julho de 1993, a comissão responsável pela reformulação da Lei de Eleição de Diretores conclui seus trabalhos. Antes de ser encaminhada à Câmara, o CEPROL-Sindicato submeteu a nova redação à apreciação da categoria. A Lei 3878 entra em vigor em 30 de agosto de 1993 e embasa o processo eleitoral que culmina com a escolha das novas direções, em 02 de novembro de 1993.

Nesse ano, diferentes situações tumultuam os/as docentes da rede municipal. Entre elas, o remanejamento dos/das professores/as promovido pela SEMED, à revelia da categoria; as más condições na estrutura física das escolas; a eleição de diretores/as; a eleição da nova diretoria do CEPROL-Sindicato, num processo de disputa com a participação de três chapas; e a falta de diálogo com o Prefeito para discussão da pauta de reivindicações da categoria que, sem conquistar avanços nas discussões junto ao Secretário de Educação, realiza manifestações públicas e paralisações, com todos/as os/as professores/as vestidos/as de preto, externando seu pesar (luto) e sua insatisfação, em pleno período de transição entre as diretorias do Sindicato.

Ao final do ano, assume a nova direção da entidade representativa do Magistério (Gestão 93/96), eleita em 26 de novembro de 1993. Integram a nova equipe do CEPROL-Sindicato:

Presidente: Zita Bortolini
 Vice-Presidente: Leocádia Inês Schoffen
 1ª Secretária: Valderes Dávila
 2ª Secretária: Simone Valdete dos Santos
 1ª Tesoureira: Joelma Rosalva da Silva
 2ª Tesoureira: André Lino Becker
 Suplentes:
 Mara Lúcia Dias
 Tânia Acléia Kayser
 Solange Cristina Seben
 Magna Magalhães Carlotto



Fonte: Arquivo pessoal.
 Foto: E → D: (em pé) André, Joelma, Simone, Valderes, Leocádia e Zita. (agachadas) Tânia, Mara, Magna e Solange.

²⁹ Neusa, aqui referida, é a presidente do CEPROL-Sindicato, nesse período.

O dia 16 de dezembro de 1993 marca a data em que o Governo do Estado cortou as eleições diretas para direção escolar e nomeou interventores para administrar os estabelecimentos. Ao completar dois anos nessa situação, o CPERS-Sindicato chama a categoria para realizar atividades junto às comunidades escolares em todo o Rio Grande do Sul, com o objetivo de discutir as consequências do ato. A reportagem do Jornal Vale dos Sinos traz a avaliação de integrantes das diretorias dos núcleos da entidade:

[...] este autoritarismo levou ao fim da democracia dentro dos estabelecimentos de ensino, impôs o calendário rotativo, o arrocho salarial dos trabalhadores em educação, a perseguição a professores e alunos. [...] Além do lado administrativo, as questões pedagógicas são atingidas pelo autoritarismo (WARTCHOW, 1993b, p. 56).

No mesmo período, em nível municipal, tomam posse os/as novos/as diretores/as das escolas na presença do Vice-Prefeito, Secretário e equipe da SEMED e representantes do CEPROL-Sindicato. A reportagem do Jornal Vale dos Sinos salienta que, durante a solenidade de posse, foi necessário deixar de lado o clima de descontentamento entre magistério e Executivo por causa dos baixos salários dos/as professores/as. “Democracia, desafio, responsabilidade e trabalho foram palavras que mereceram destaque nos discursos.” (WARTCHOW, 1993c, p. 40).

A partir do ano seguinte, a nova diretoria retoma a sistemática de reunir as direções das escolas, por compreender ser essencial o estabelecimento desse vínculo e, também, por perceber que era preciso unificar o grupo de diretores/as. Com a ampliação do número de escolas na rede e o processo de eleição de diretores/as ter sido recém-concluído, havia necessidade de oferecer um espaço onde pudessem se encontrar, trocar ansiedades e dificuldades e pensar, coletivamente, formas de encaminhar possíveis soluções para os problemas comuns.

A importância das reuniões é ressaltada nos depoimentos das professoras Susana, diretora da E. M. E. F. Otília Carvalho Rieth, e Ana Catarina, diretora da E. M. E. F. Rui Barbosa, quando dizem:

Nas reuniões de diretores do sindicato, a gente já se organizava para ver como é que a gente iria chegar na SEMEC depois, numa reunião de diretoras. Havia uma união maior de diretores. [...] A gente fazia as reuniões, tinha uma organização e eles percebiam e nos ouviam. (Susana)

Eu lembro dos anos 90, quando eu estava na direção, a gente, como diretores, tinha uma reunião mensal dentro do Sindicato pra discutir os problemas em geral, problemas das escolas, problemas diretamente com a administração, problemas de funcionários. E esta reunião não tinha um caráter convocatório. Era reunião ordinária em que a gente colocava em pauta nossas preocupações. Nunca se fez

segredo ou discriminação: tem reuniões da chefia, tais diretores. A reunião era do grupo de diretores que se reuniam no Sindicato para discutir os problemas da época, que envolviam todas as escolas. E se conseguiu muita coisa, eu tive muito apoio do Sindicato, especialmente nos primeiros anos. O espaço era dos diretores. Muitas tomadas de decisões saíam dessas reuniões: eram formadas comissões, aí se ia até o Secretário fosse o caso, ou até o Prefeito, sempre com o apoio do Sindicato, com a orientação do Sindicato. (Ana Catarina)

Em ambos os relatos, aparece o objetivo da entidade atingido, ou seja, buscar o fortalecimento do grupo para que houvesse ações conjuntas junto à Administração. As duas ex-diretoras citam, também, as articulações e a organização que faziam, nas reuniões, preparando sua intervenção para as realizadas junto a SEMEC.

A professora Ana Catarina expressa claramente que as reuniões não eram secretas e o convite era para todos/as os/as diretores/as, sem discriminação. Susana, por sua vez, afirma que a Administração percebia que havia uma organização prévia e unidade na proposição das direções, o que favorecia o atendimento das suas reivindicações. Ou seja, para a Administração ficava mais difícil se contrapor às propostas apresentadas conjuntamente.

É importante ressaltar a forma como se posicionam em relação às reuniões no Sindicato: a professora Susana usa a frase “A gente fazia as reuniões” e a professora Ana Catarina utiliza as expressões: “a gente colocava em pauta nossas preocupações”, “A reunião era do grupo de diretores que se reuniam no Sindicato” e “O espaço era dos diretores”. A pauta, portanto, era construída com os/as diretores/as, a partir das angústias que traziam em relação aos espaços que administravam. O Sindicato, ali, cumpria o papel de oferecer o espaço e coordenar os trabalhos, auxiliando na leitura dos fatos e no encaminhamento das questões levantadas. Mas, além disso, os/as diretores/as se sentiam à vontade na sede do CEPROL-Sindicato, se sentiam parte da categoria por ele representada e havia uma relação de confiança e companheirismo com sua diretoria, situações que, mais tarde, começam a ser quebradas.

A discussão salarial, em março de 1994, resultou numa polêmica aprovação de um projeto de reclassificação em que funcionários de cargos em comissão (CCs) tiveram aumentos, em média, de 136%, enquanto que, para o Magistério, o piso ficou abaixo dos 2,5 salários mínimos pedidos pela categoria e prometidos em campanha pelo Prefeito Waldir Schmidt. Aos/Às professores/as, que estavam desempenhando suas funções em sala de aula, foi concedida uma gratificação de 40% do salário, paga de acordo com a assiduidade, ou seja, a cada falta, mesmo justificada, perder-se-ia 20% da gratificação. A entidade representativa dos/as professores/as municipais força a incorporação da gratificação. O Prefeito se nega a

negociar com o CEPROL-Sindicato colocando, como intermediários, os Secretários da Administração e Educação. Porém, chama os/as diretores/as das escolas para discutir o assunto, num movimento de deslegitimar a entidade sindical.

O episódio é lembrado pela professora Susana, diretora no período, quando afirma:

Eu me lembro que uma vez eu exigi numa reunião de diretores a presença do CEPROL. Depois pensei: “Mas que loucura, eu não sei como não me botou pra rua”. Eu exigi, na presença do Prefeito na reunião, porque ele iria tratar um assunto de salário e eu me indignei, eu disse: “Negativo, aqui pras diretoras não vai ser tratado salário, eu exijo a presença do CEPROL aqui, porque ele que é nosso representante”. E o Prefeito mandou chamar.

A posição tomada pela professora Susana, em plena reunião dos/as diretores/as com o Prefeito Municipal, revela sua relação com a entidade. A clareza de papéis e defesa da entidade exigindo seu respeito suscitou uma reação imediata e espontânea da qual ela própria se surpreendeu depois. Sua fala, certamente, teve eco junto a outros/as diretores/as, tendo em vista que o Prefeito acabou cedendo e chamando o CEPROL. Todavia, é possível pensar que, se a Administração chegou a propor essa discussão na reunião com as direções de escola, foi porque percebeu que havia espaço e divergência nas posições dessas lideranças em relação à sua entidade representativa ou um vínculo político que aproximava alguns/as diretores/as da Administração Municipal.

Percebendo o descaso do poder público, especialmente da Secretaria Municipal de Educação, com a formação profissional, o CEPROL-Sindicato passa a implementar uma sistemática de espaços de atualização e qualificação, denominados “oficinas pedagógicas”, além de palestras. Esses encontros servem, também, para estreitar a relação do Sindicato com os/as professores/as, que representa.

Assim, integrando as atividades que marcam a comemoração dos dez anos de existência do CEPROL, a diretoria organiza, nos dias 9 e 10 de setembro de 1994, em parceria com o CPERS-Sindicato (14º Núcleo), SINPRO³⁰ e ADUNISINOS³¹ o I Encontro

³⁰ SINPRO: Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul. Fundado em 1938, realizava tarefas assistenciais até o final da década de 70. A partir de 1979, a categoria passou a exigir uma atuação mais comprometida com a luta dos professores. Atualmente o SINPRO busca consolidar-se como Sindicato-Cidadão, com a idéia de que o professor não é apenas um objeto da educação. Aliada à luta pela remuneração digna, preocupa-se em trazer novas informações pedagógicas e culturais que possam ajudar o professor no desempenho de seu papel histórico e transformador da sociedade.

³¹ ADUNISINOS: Associação dos Docentes da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Fundada em 1978 com o objetivo de promover a união dos docentes e contribuir para a formação da consciência profissional, a exemplo de outras entidades, a ADUNISINOS assumiu a luta da classe trabalhadora.

Educacional Integrado abordando o tema: “Construção do conhecimento e interdisciplinaridade: contribuições para uma nova perspectiva curricular”. A atividade é aberta com a exibição de um vídeo produzido com os demais sindicatos, contando a história do movimento sindical no País e a história dos quatro sindicatos dos/as trabalhadores/as em educação, com sede em São Leopoldo.

Também fazendo parte das comemorações, no dia 17 de setembro, ocorre o 1º Campeonato Esportivo do CEPROL. Os professores organizam times nas escolas e participam dos jogos de vôlei. Há premiação para os vencedores e para a melhor torcida. Finalmente, em outubro de 1994, mês do aniversário, a diretoria organiza um concurso de desenho entre os/as professores/as com o propósito de escolher a estampa das camisetas alusiva aos dez anos da entidade. Realiza, também, um chá com as educadoras aposentadas e um grande jantar-baile, no qual são homenageados/as os/as sócio/a-fundadores/as e integrantes das diretorias.



Fonte:
CEPROL-Sindicato.

Na foto, da E → D, os/as homenageados/as:
Prof. João Carlos Alves Rodrigues, Dr. Alberto Varriale (assessor jurídico do CEPROL), professoras sócias-fundadoras, ex-presidentes, componentes das diretorias e pais integrantes da diretoria do CPML.

A aproximação da categoria, a comemoração das conquistas realizadas, a confraternização e o reconhecimento às pessoas que participaram ativamente da busca de uma educação municipal de maior qualidade são os objetivos dos eventos.

Com a reforma geral na estação rodoviária, a Prefeitura solicita a desocupação do espaço cedido para a sede do CEPROL-Sindicato e comunica não haver outro local público disponível. Mesmo enfrentando sérios problemas financeiros, a entidade aluga uma sala comercial³² para continuar seu trabalho.

O mês de fevereiro inicia com o pedido de demissão do cargo de Secretário Municipal de Educação, pelo professor Delmar Mohelecke (PSB). Entre os motivos divulgados, estão as discordâncias políticas a seu respeito. Já no dia seguinte, 02 de fevereiro de 1995, é nomeada para assumir a titularidade da Secretaria, a professora Iara Timotéo da

³² A nova sede passa a localizar-se na Rua 1º de Março, 708, sala 405, Centro – São Leopoldo.

Costa, declarando-se “compromissada com o PMDB”. A mesma exercia, desde 1993, a chefia do setor de Administração Escolar da SEMEC. Em seu discurso de posse, a nova Secretária garantiu “gerenciar as questões da educação com critérios bem definidos de transparência, baseados nos princípios da democracia” (REI, 1995, p. 3).

Diálogo e avanços marcam a negociação salarial da categoria, em maio de 1995. A discussão foi realizada pelo Vice-Prefeito Ronaldo Ribas que, além de reconhecer as perdas salariais da categoria, se dispôs a reunir-se, de forma incansável, com a diretoria do Sindicato, no intuito de chegar a um índice de consenso. A garantia do índice de perdas inflacionárias, um aumento real e o estabelecimento de uma política salarial com reposição periódica da inflação configuraram-se como resultado dessa abertura à negociação.

Em 15 de julho de 1995, a diretoria promove o Arraial do CEPROL. A atividade que inclui um jantar-baile, com sorteio de brindes e premiação para a melhor caracterização de “caipira”, tem por objetivo favorecer a diversão e a integração da categoria.

Também, no mês de julho, a diretoria organiza um curso de dois dias sobre “Matemática Sindical” com o objetivo de qualificar seus dirigentes, especialmente para os momentos de negociação salarial. O curso foi aberto à participação das lideranças da categoria e foi ministrado pelo economista do DIEESE³³, Ricardo Franzói.

A diretoria busca, também, a cada ano, ampliar o acervo da biblioteca da entidade e a oferta de convênios para os/as associados/as do Sindicato e seus/suas dependentes. Esses convênios abrangem diferentes serviços, tais como: psicologia, fonoaudiologia, nutrição, óticas, academias, lojas, livrarias, locadoras, dentistas, etc. com descontos na apresentação da carteira de sócio/a do CEPROL.

Em outubro, nos dias 9, 10 e 11, realiza, em parceria com os demais sindicatos dos/as trabalhadores/as em educação da cidade (CPERS, SINPRO e ADUNISINOS), o II Encontro Educacional Integrado e Olhares sobre o Futuro 2.

O ano de 1996 inicia com uma grande polêmica em torno do IAPS. O Conselho Previdenciário autoriza, por maioria, a compra de um terreno no centro da cidade. Não bastasse o rombo provocado pela aquisição nos cofres do IAPS, o diretor do Instituto articula com o Prefeito, um “acerto de contas” entre o IAPS e a Prefeitura. Na negociação, a Prefeitura, ao invés de pagar a dívida, dá para a autarquia dois prédios em ruínas e tombados

³³ DIEESE: Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sócio-Econômicos.

pelo IPHAE³⁴: o Castelinho e a antiga Câmara de Vereadores. Ainda, encaminha à Câmara de Vereadores um projeto que obriga o IAPS a reformar os prédios e cedê-los, gratuitamente, por 12 anos, ao Legislativo Municipal. Após muita pressão, a gratuidade é retirada do projeto e substituída pela sugestão de pagamento de aluguel pelo seu uso.

Preocupados com as alterações decorrentes da reforma constitucional, especialmente na área administrativa, previdenciária e educacional, CEPROL e CPERS promovem, em 17 de maio de 1996, um debate sobre o assunto, convidando, para a discussão, o Deputado Federal Miguel Rossetto.

Com o tema central “A alegria de ensinar e aprender”, os quatro sindicatos de trabalhadores/as em educação com sede em São Leopoldo (CEPROL, SINPRO, CPERS e ADUNISINOS) organizam o III Encontro Educacional Integrado. A atividade inicia com uma palestra no dia 07 de junho de 1996 e continua com a realização de oficinas nos dias 8, 15 e 21 de junho de 1996.

Dando continuidade aos espaços de formação, o CEPROL promove três oficinas pedagógicas nos meses de junho e julho de 1996. Matemática, Estudos Sociais e Educação Artística são as áreas oferecidas a partir de um levantamento prévio dos anseios da categoria.

Em 30 de setembro de 1996, o CEPROL-Sindicato elege sua nova diretoria para a gestão 96/99. Eis a nominata da chapa única eleita:

Presidente: Leocádia Inês Schoffen
 Vice-Presidente: Zita Bortolini
 1ª Secretária: Gilce Maria Antonina Ritter
 2ª Secretária: Glória de Fátima Waitbrecht
 1ª Tesoureira: Sandra Maria Martins Lisbôa
 2ª Tesoureira: Andrea Helena Petry
 Suplentes:
 Dorotéia Scheid
 Sandra Lanzoni
 Sílvia Maria Kunrath
 Suzana Beatriz de Oliveira
 Ana Catarina Brites Melo
 Neusa Marlene Siqueira



Fonte: Arquivo pessoal.
 Foto: da E → D: Andréa, Sandra Lisbôa, Sandra, Susana, Zita. Ana. Dorotéia. Leocádia. Sílvia. Gilce e Neusa

Dando continuidade à sistemática de reuniões mensais, tanto com o Conselho Político Sindical³⁵, com os/as diretores/as das escolas, em setembro, pauta a orientação acerca

³⁴ IPHAE: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

³⁵ Após a transformação do CEPROL em CEPROL-Sindicato o Conselho Representativo passou a denominar-se de Conselho Político Sindical, mantendo a mesma estrutura e atribuições.

do processo de eleição de diretores/as. Visita, também as escolas, esclarecendo dúvidas e auxiliando na resolução de conflitos.

Ainda, no mesmo período, o CEPROL-Sindicato consegue realizar mais um sonho perseguido por muito tempo: compra um carro zero (Corsa Wind), possibilitando estreitar ainda mais a relação com a sua base, intensificando suas visitas às escolas.

Em maio de 1997, a Câmara Municipal promove um Seminário de Educação com o objetivo de discutir a aplicação e reflexos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Representantes do 14º Núcleo do CPERS, CEPROL, ADUNISINOS, SINPRO e SEMEC participam massivamente do debate sobre as mudanças na legislação educacional.

Também no mês de maio, o CEPROL inicia as Oficinas Pedagógicas de Artes, Estudos Sociais e “Criativando” - Produção de Texto. Os encontros se estendem até 16 de julho de 1997, quando a entidade reúne todos/as os/as participantes dos encontros de formação para uma confraternização e entrega dos certificados.

Ainda no mesmo mês, a Câmara de Vereadores aprova um projeto do Executivo reduzindo as alíquotas de contribuição ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais (IAPS) de 18% para 5% por parte da Prefeitura e de 9% para 5% dos/as servidores/as. O projeto gera polêmica e manifestações de insatisfação e preocupação com o futuro do IAPS. A entidade representativa dos/as professores/as emite nota pública sob o título “A falência programada do IAPS” (SCHOFFEN, 1997, p. 12).

Visando a integração das categorias e a comemoração do Dia do/a Professor/a, no dia 15 de outubro de 1997, o CEPROL, o SINPRO e o CPERS organizam uma grande “Festa da Educação”. A atividade inicia com uma Sessão Especial da Câmara de Vereadores, deslocada para o local da festa, em homenagem a Paulo Freire e a todos/as os/as educadores/as. Após, um jantar-baile, com música ao vivo e sorteio de brindes, anima o evento.

Diante da procura massiva pelas oficinas pedagógicas oferecidas pelo CEPROL-Sindicato, a entidade promove duas “Oficinas de Alfabetização” nos meses de setembro a novembro de 1997 e uma “Oficina de Dança” nos meses de outubro a dezembro. Os encontros são dirigidos à categoria que representa, mas se abrem aos/as profissionais das demais redes de ensino. As oficinas, na sua maioria, são ministradas por/pelas profissionais da

própria rede, buscando valorizá-los/as por sua qualificação e/ou por suas práticas inovadoras e/ou diferenciadas apontadas pela própria categoria.

O ano letivo de 1998 inicia com a relação tensa entre CEPROL e SEMEC. O motivo é a denúncia feita pelo Sindicato sobre irregularidades nas extensões de carga horária concedidas a profissionais da categoria prejudicando e desrespeitando os/as educadores/as que aguardam, aprovados/as em concurso, seu ingresso na rede municipal de ensino.

Em maio de 1998, o CEPROL-Sindicato reinicia as atividades de formação profissional. A abertura se dá em 16 de maio de 1998, com a palestra “A exclusão social em educação e sua relação com a avaliação”, proferida pelas professoras da UNISINOS Mari Margarete Foster e Maria Clara Bueno Fischer. Quatro oficinas dão seguimento ao objetivo de promover o aperfeiçoamento e atualização da prática pedagógica dos/as profissionais: “Reinventando a educação”, ministrada pelo professor Everton Rodrigo dos Santos e pela professora Simone Valdete dos Santos; “Oficina de Alfabetização”, ministrada pela professora Almerinda Cecília Pacheco Bonez, ambas realizadas no primeiro semestre; e duas “Oficinas de Recreação”, ministradas pelo professor Darci Orso, em outubro e novembro de 1998.

Algumas polêmicas marcam o ano de 1998. Uma delas gira em torno da aplicação do FUNDEF na educação municipal que, no mínimo, contribuiu para agilizar a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, no mês de outubro. A outra surgiu a partir da cobrança pública do aluguel da Câmara de Vereadores por parte do Conselho do IAPS. O prédio, tombado como patrimônio histórico e de propriedade do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores, havia sido reformado em 1997 e alugado pela Câmara. Porém, a mesma só pagara o primeiro mês, estando inadimplente há quase um ano. A maior crítica era a falta de respeito para com os/as servidores/as municipais, já que a Câmara mantinha, em dia, o aluguel de um prédio particular ocupado antes daquele do IAPS. A cobrança pública do Legislativo Municipal acerca do aluguel atrasado resultou na elaboração, pelos vereadores, de um projeto de lei para extinguir o Instituto Previdenciário. Contudo, o projeto não chegou a ser votado.

Em outubro de 1998, a diretoria do CEPROL-Sindicato inicia um processo de pesquisa que objetiva buscar o perfil da categoria com vistas a qualificar o trabalho de sua entidade. Dos 780 questionários entregues, retornaram 224, ou seja, quase 30% do total distribuído. Além de levantar dados gerais sobre a categoria (idade, nível de instrução, tempo no magistério, situação de moradia, renda familiar, etc.), foram coletadas as expectativas

profissionais, as concepções sobre participação, organização social, liderança na escola e no Sindicato. Os dados coletados foram sistematizados pela direção do Sindicato e, no início do ano seguinte, sua síntese divulgada para as escolas e analisada em reuniões da categoria.

O ano de 1999 já inicia tumultuado pela votação do novo Plano de Carreira do Magistério Municipal. Sua reformulação foi pensada por uma comissão, integrada pela Procuradoria do Município, representantes das Secretarias de Administração e Educação, diretoras de escola e CEPROL-Sindicato. Elaborada e encaminhada para avaliação da categoria, a nova proposta sofreu críticas duras, especialmente acerca da redução do percentual de difícil acesso e número de escolas com direito a esta gratificação. A decisão dessa correção no Plano de Carreira, unânime na comissão, gerou polêmica entre os/as professores/as. Porém, ficou assegurada a redistribuição dos valores no salário de todos/as os/as integrantes da categoria. Apesar dessa situação, houve vários avanços na discussão do novo Plano de Carreira que merecem destaque: período de férias estendido para 45 dias anuais e a redução da jornada de trabalho de 22 para 20 horas semanais, sendo 16 horas em sala de aula e 4 horas atividades.

Em 15 de maio do mesmo ano, o CEPROL-Sindicato, no auditório da antiga sede da UNISINOS, retoma sua sistemática de formação com a “Palestra de Abertura das Oficinas Pedagógicas de 1999”. O tema abordado, “O professor educando num mundo em crise”, foi proferido pelo sociólogo e professor da UNISINOS, Solon Eduardo Annes Viola. Antes da palestra, um grupo de teatro, formado por alunos/as da rede municipal, apresentaram uma peça, criada especialmente para auxiliar na reflexão do tema proposto.



Além de professores/as de São Leopoldo, o encontro contou com a participação de professores/as dos municípios de Canoas, Sapucaia, Cachoeirinha, Porto Alegre, Feliz, Bom Princípio, São Sebastião do Caí, Portão, Estância Velha, Araricá e Campo Bom.

Posteriormente à atividade, iniciam-se várias oficinas pedagógicas, também abertas à participação de outros municípios e outras redes de ensino, dada a procura pelos espaços de formação.

Também no mês de maio, a categoria, reunida em Assembléia Geral, define sua pauta de reivindicações. Entre os itens da pauta surge, pela primeira vez, a busca de um auxílio universitário.

Também em 1999, o CEPROL-Sindicato avança na estrutura de seu patrimônio conquistando sua sede própria³⁶. É interessante registrar que as diretorias mantinham uma prática de reunir, trimestralmente, o Conselho Fiscal eleito em Assembléia Geral, para prestação de contas e fechamento do movimento financeiro da entidade. Com base nesses dados, era elaborado um balancete trimestral, sintetizando as receitas e despesas, assinado pela presidente, tesoureira e integrantes do Conselho Fiscal e, após a apresentação no Conselho Político Sindical, encaminhado para as escolas. A sistemática assegurava transparência na movimentação do dinheiro da entidade, possibilitando a todos/as os/as associados/as acompanharem o gerenciamento. Em caso de aquisições maiores, como o carro e a sede, houve consulta à categoria e aprovação em Assembléia Geral. As despesas de menor valor eram decididas pelo Conselho Político Sindical.

O segundo semestre inicia com a organização de mais um processo de eleição de diretores/as. O CEPROL-Sindicato insiste, em suas reuniões com a categoria, que haja democracia e profissionalismo no pleito. O processo transcorre com tranquilidade na maioria das escolas. Todavia, onde há disputa, os ânimos se alteram, por vezes necessitando do acompanhamento ou até mesmo da interferência da Comissão Paritária, responsável pela condução do processo eleitoral em nível municipal. Pela primeira vez, ao final do processo, as posições divergentes na Comissão Paritária, se dividem ao meio no impasse acerca da eleição numa das escolas. A definição é delegada para a instância hierarquicamente superior, ou seja, para o Executivo Municipal. Este decide anular a eleição nomeando a diretora. Voltaremos ao episódio mais adiante.

Em setembro de 1999, a entidade representativa dos/as professores/as elege sua nova diretoria, num pleito que contou com a participação de duas chapas. A posse da nova direção se dá no mês de novembro, na festa em comemoração aos 15 anos do CEPROL. Integram a nova equipe do sindicato, gestão 1999/2002, as seguintes profissionais:

³⁶ A sede localiza-se no centro da cidade: Rua 1º de Março, 113 –sala 802, São Leopoldo.

Presidente: Rosane Rech Figueiredo
 Vice-Presidente: Sandra Maria Martins Lisbôa
 1ª Secretária: Elis Regina Andrade Xavier
 2ª Secretária: Geovana Teresinha Tavares
 1ª Tesoureira: Elisabeth Andrade de Souza
 2ª Tesoureira: Cláudia Cordeiro Klenner
 Suplentes:
 Ereni Terezinha Schumann
 Angelita Fernanda Teixeira Lucas
 Zaira Carina Cornéli



Fonte: CEPROL-Sindicato.
 Foto: da E → D: Geovana, Elisabeth, Sandra Almeida,
 Rosélia, Ereni, Elis, Rosane e Sandra Lisbôa.

O ano de 2000 inicia com boas notícias: os/as professores/as municipais podem usufruir do auxílio universitário³⁷ e o novo Plano de Carreira está em fase conclusiva de reelaboração. Em junho, seu novo projeto é encaminhado à Câmara de Vereadores, onde permanece por mais de doze meses.

Como se trata de um ano com eleições municipais, no dia 31 de agosto de 2000, o CEPROL-Sindicato promove e convoca os/as professores/as para participarem de um encontro com os candidatos a prefeito de São Leopoldo. O objetivo é conhecer suas propostas para a área da educação e realizar um debate sobre as mesmas.

No mês de setembro, iniciam três oficinas pedagógicas promovidas pela entidade: matemática, ciências e teatro. A palestra de abertura, proferida pela psicóloga Marli Blankenheim, aborda o tema: “Aprender a ser: propósito de uma educação libertadora”. Outro encontro de formação, com a mesma palestrante, encerra as oficinas pedagógicas em 25 de novembro de 2000, trazendo para discussão “A subjetividade feminina”.

Também em novembro, a diretoria organiza um jantar dançante com a animação do conjunto “Musical Reprise”. A atividade se apresenta com o objetivo de favorecer a integração entre a categoria e seu Sindicato, num momento de descontração e alegria.

O pleito municipal de outubro de 2000 reconduziu ao cargo o ex-prefeito Waldir Artur Schmidt. O mesmo havia declarado e documentado em campanha o compromisso de que o Secretário de Educação seria escolhido pelos/as professores/as, a partir de nomes indicados pelos partidos aliados a sua candidatura. Assim que os nomes foram definidos, o CEPROL-Sindicato se encarrega de promover um debate com os/as candidatos/as a SEMEC,

³⁷ Lei Municipal nº 4.715, de 27 de dezembro de 1999, institui Projeto de Auxílio a Professores do Ensino Fundamental do Município, para obtenção, em nível superior, de curso de licenciatura, de graduação plena. São requisitos para obter o auxílio: estar atuando em sala de aula, não dispor de curso universitário, ter concluído o estágio probatório e faltar no mínimo dez anos para a aposentadoria. As despesas decorrentes da lei correrão por conta de verba do Salário-Educação.

para oportunizar o conhecimento das propostas de cada um/a. Em dezembro, a categoria elege o vereador e professor Fernando Henning para liderar a pasta da educação leopoldense.

Assim, o ano de 2001 inicia repleto de expectativas quanto às políticas educacionais e à relação da SEMEC com o Magistério Municipal. A Administração inova ao instituir os “Espaços de Formação Continuada aos/às professores/as da rede municipal”, trazendo o professor Miguel Arroyo para uma palestra de abertura do ano letivo. A temática proposta é “Educação Inclusiva: a escola diante do diferente”.

Outro fato que marca o ano letivo de 2001, é o início do processo de ampliação das séries finais nas escolas municipais, que até então, vinham atendendo somente até a 5ª série. A instalação da 6ª série ocorre em oito escolas, objetivando a implantação gradativa das demais séries, nos anos seguintes. Integram o Programa de Seriação as escolas: E.M.E.F. Olímpio Vianna Albrecht, E.M.E.F. Dilza Flores Albrecht, E.M.E.F. Zaira Hauschild, E.M.E.F. Castro Alves, E.M.E.F. Salgado Filho, E.M.E.F. Otília Carvalho Rieth, E.M.E.F. João Belchior Marques Goulart e E.M.E.F. João Carlos Von Hohendorff.

O auxílio universitário volta a ser assegurado aos/às profissionais ampliando-se, pela modificação do texto legal, a possibilidade de obtê-lo. Pela nova lei³⁸, já não está restrito a quem atua em sala de aula, mas pode ser usufruído por quem estiver em efetivo exercício na rede municipal.

Em maio, o Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses abre suas já tradicionais “oficinas pedagógicas”, atendendo a solicitação da categoria: artes e dança. Em setembro, mais um espaço oportuniza “A arte de criar com jornal”.

Em 19 de outubro de 2001, o CEPROL-Sindicato promove um jantar dançante para comemorar a passagem do Dia do/a Professor/a.

No mesmo mês, o Magistério Municipal é surpreendido com um projeto substitutivo do Plano de Carreira, elaborado por uma equipe da Secretaria de Educação e encaminhada ao Prefeito. Apesar de ver desconsiderado todo o trabalho de estudo e elaboração feito de 1996 a 2000, quando o projeto foi encaminhado à Câmara de Vereadores, a categoria exige a possibilidade de discussão do projeto e encaminha emendas à nova Comissão, integrada por representantes da administração (1), da SEMEC (2), diretoras (2) e CEPROL (2). Apesar dos esforços realizados, todas as sugestões do Magistério não foram acatadas pela comissão do

³⁸ Lei Municipal nº 4.910, de 17 de abril de 2001: Altera o artigo 2º da Lei nº 4715/99, que institui Projeto de Auxílio a Professores da Rede Municipal, para obtenção de graduação plena em curso de licenciatura, em nível superior.

Plano de Carreira, retrocedendo em relação ao projeto anterior que contemplava, por exemplo, a eleição direta para diretores/as das escolas de Educação Infantil. O novo projeto é encaminhado à Câmara pelo Executivo e lá aprovado por maioria, originando a Lei nº 5050, de 26 de dezembro de 2001.

4.8. 2002: um ano marcado pelo golpe na democracia municipal

O ano de 2002 inicia com aproximadamente 20 mil alunos/as matriculados/as nas 41 escolas da rede municipal. Entre as prioridades definidas com os/as diretores/as, está a segurança e a capacitação para trabalhar com alunos/as portadores/as de deficiência. Na palestra de abertura do ano letivo, promovida pela SEMEC, a pedagoga catarinense Clarisse Leal fala sobre “Uma abordagem subjetiva do professor”. A SEMEC expressa, também, seu objetivo de diminuir os índices de reprovação escolar que, no ano anterior, ficaram em 17%.

Pelo terceiro ano consecutivo, os/as professores/as municipais, atuantes no ensino fundamental, podem usufruir o auxílio universitário³⁹ para buscar sua qualificação. O convênio é firmado com a UNISINOS de São Leopoldo, FEEVALE de Novo Hamburgo, UNILASALLE e ULBRA, ambas de Canoas.

Em março de 2002, a Secretaria Municipal de Educação anuncia a aquisição de 60 computadores para a instalação de laboratórios de Informática em seis escolas: E.M.E.F. Salgado Filho, E.M.E.F. Maria Edila Schmidt, E.M.E.F. Borges de Medeiros, E.M.E.F. Castro Alves, E.M.E.F. Emílio Meyer e E.M.E.F. Paulo Couto. Até então, somente a E.M.E.F. Irmão Weibert possuía os equipamentos para aulas dessa área.

Também no mesmo mês, a SEMEC inicia um ciclo de estudos tendo como eixo a temática: “Da construção da identidade do educador ao cotidiano docente”.

O mês de junho de 2002 inicia com forte polêmica na cidade de São Leopoldo. Na Câmara de Vereadores, os vereadores do PT denunciam suborno na eleição da presidência da casa legislativa, em 1998. A apresentação de fitas cassete, como provas dos indícios de fraude, gera a instalação de uma Comissão Especial de Inquérito para apurar a compra de votos na eleição da Presidência do Legislativo Municipal, em 1999. A situação se agrava

³⁹ Lei Municipal nº 5.089, de 05 de abril de 2002: Altera a Lei 4.715/99, com a redação dada pela Lei nº 4.910/2001, que institui Projeto de Auxílio a Professores da Rede Municipal de Ensino, para obtenção, em nível superior, de curso de licenciatura, de graduação plena. Há uma reescrita do texto modificando-se quanto às despesas decorrentes da lei que correrão por conta de dotação orçamentária própria da educação e não mais de verbas do Salário-Educação.

quando o Vereador Alexandre Roso (PHS) entrega à Promotoria Pública fitas de vídeo que flagram distribuição de dinheiro para vereadores no ano de 2000. A denúncia, divulgada no Jornal Vale dos Sinos em 12 de julho de 2002, envolve nove vereadores, entre os quais Fernando Henning, Secretário Municipal de Educação. Apurações feitas posteriormente envolvem mais três, totalizando 12 legisladores envolvidos. O escândalo de corrupção na Câmara de Vereadores tem repercussão em outros jornais do Estado e vira manchete em rede nacional de televisão. Em 15 de julho de 2002, o Prefeito Waldir Schmidt demite quatro vereadores ocupantes de Cargos em Comissão, incluindo o titular da SEMEC. A assessora jurídica da SEMEC, Carmen Renée Herlin Ritter, assume a pasta no lugar de Fernando Henning.

Em 19 de julho de 2002 a Câmara de Vereadores aprova, por unanimidade, a instauração de uma Comissão Processante para avaliar a cassação dos nove vereadores envolvidos no escândalo da propina e suborno.

Neste mesmo dia, cerca de 300 professores/as municipais vestem-se de preto e saem pelas principais ruas da cidade empunhando cartazes protestando contra a situação salarial e o envolvimento do Ex-Secretário de Educação no escândalo das fitas. Vale lembrar que a categoria havia participado da escolha de Fernando Henning e, portanto, sentia-se traída pela confiança depositada.

Em agosto do mesmo ano, passados dois meses do dissídio, a relação entre o Executivo e o Magistério tensiona novamente, pois a Administração não recebe a entidade representativa dos/as docentes para negociar suas reivindicações: 12,5% de perdas salariais, 10% de ganho real, convênio médico, manutenção do auxílio-universidade e vale alimentação. O desrespeito para com a categoria e as constantes ameaças geram indignação, mas, as dificuldades de mobilização, forçam a aceitação de um índice inicialmente rejeitado de 9,48%.



Fonte: CEPROL-Sindicato

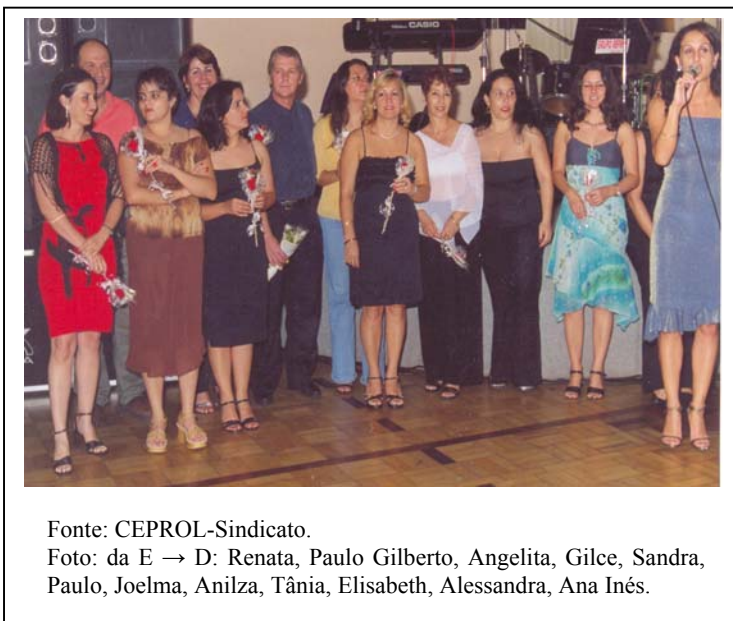
Assembléia Geral do
Magistério Municipal 2002

Dificuldades na mobilização:
o Auditório da antiga sede da
UNISINOS, que superlotava em
outros períodos, agora é grande
demais para acolher os
participantes.

Neste mesmo período, é lançado o Fórum em Defesa da Ética e Contra a Corrupção em São Leopoldo, como resposta aos escândalos envolvendo parlamentares leopoldenses. Entre as entidades que aderiram ao Fórum está o CEPROL-Sindicato.

No dia 18 de setembro de 2002, o Magistério Municipal elege a nova diretoria do CEPROL-Sindicato. Duas chapas participam do pleito, sendo eleita a seguinte nominata, para a gestão 2002/2005:

Presidente: Ana Inés Affonso
 Vice-Presidente:
 Angelita Fernanda Teixeira Lucas
 1ª Secretário: Paulo Gilberto Klein
 2ª Secretária: Renata de Matos
 1ª Tesoureira:
 Sandra Maria Martins Lisboa
 2ª Tesoureira:
 Gilce Maria Antonina Ritter
 Suplentes:
 Tânia Córdova
 Paulo Ricardo de Assis Spinoza
 Joelma Rosalva da Silva
 Alessandra de Ávila
 Anilza Lioni Borges da Silva
 Rosane Rech Figueiredo



Fonte: CEPROL-Sindicato.

Foto: da E → D: Renata, Paulo Gilberto, Angelita, Gilce, Sandra, Paulo, Joelma, Anilza, Tânia, Elisabeth, Alessandra, Ana Inés.

Um mês depois, em 18 de outubro, a Secretaria Municipal de Educação lança o Serviço Especializado de Inclusão (SEI), para atendimento de alunos/as da rede municipal que apresentam dificuldades especiais de aprendizagem. O objetivo é oferecer suporte ao processo de educação inclusiva na rede regular de ensino, através de profissionais da psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia, assistência social e fisioterapia. Porém, no interior das escolas, a infra-estrutura física, material e de profissionais qualificados, ainda se mantém deficiente para atender os/as alunos/as com necessidades especiais.

Nesse mesmo período está em curso o processo de eleição direta para diretores/as das escolas municipais, culminando na retirada deste direito às vésperas do pleito. Reuniões com os vereadores, com a Secretaria Municipal de Educação, com o Conselho Político Sindical, manifestações em frente à Prefeitura, foram alguns movimentos feitos pela diretoria do CEPROL-Sindicato, buscando reverter a suspensão das eleições nas escolas. Abordaremos este episódio, de forma mais aprofundada, no seguimento do presente trabalho.

Em 16 de dezembro de 2002, pela primeira vez na história política de São Leopoldo, seis dos doze vereadores acusados de terem participado de corrupção e suborno no ano de

2000, são cassados. Outros quatro renunciaram e dois tiveram sua situação encaminhada ao Ministério Público, visto que não foram diplomados na legislatura em curso.

O ano letivo de 2002 se encerra, em 20 de dezembro, com a posse das diretoras indicadas pelo Prefeito Municipal.

Uma palestra de motivação, ministrada pelo especialista em treinamento de desenvolvimento de pessoal, Márcio Kühne, no início do ano letivo seguinte, foi programada pela Secretaria Municipal de Educação para minimizar o clima tenso na maioria das escolas municipais, sob a coordenação administrativa e pedagógica de uma equipe da confiança do Prefeito.

No ano de 2003, a rede municipal atendia 20.225 alunos/as, em 29 estabelecimentos e contava com 1265 professores/as. Várias escolas foram ampliadas para atender a demanda crescente e cercadas “para evitar o contato com o ambiente externo”. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é ofertada em quatro escolas, atendendo 855 alunos.

O CEPROL-Sindicato também abre seus trabalhos com uma palestra motivacional, em 25 de março de 2003, com a psicóloga Marli Blankeinhein. No mesmo encontro, apresenta as metas para o ano, com prioridade para a retomada urgente do processo de eleição de diretores/as.

Preocupada em auxiliar seus interventores a terem êxito em seu trabalho, a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a UNDIME⁴⁰ e a UCS⁴¹, organizam um curso de capacitação para Gestores Escolares, com início em 20 de março de 2003. Os encontros mensais se estendem até o final do ano. Mesmo com o permanente apoio e investimento na formação das direções das escolas, em muitos estabelecimentos ocorrem manifestações de protesto e críticas por parte da comunidade escolar ao trabalho realizado. Em outras, os pais iniciam um movimento pela ampliação das séries finais.

Em 27 de março de 2003, a Câmara de Vereadores aprova, em regime de urgência, um reajuste de 58% no salário dos vereadores. Depois do escândalo das fitas, o aumento, tachado de abusivo e imoral, dificulta a recuperação da imagem e credibilidade do Legislativo. Esta atitude revoltou muitos munícipes, entre os quais a presidente do CEPROL-Sindicato, Ana Inés Affonso, que decidiu ajuizar ação popular na Justiça contra o aumento.

⁴⁰ UNDIME: União dos Dirigentes Municipais de Educação.

⁴¹ UCS: Universidade de Caxias do Sul.

Em abril de 2003 a entidade representativa dos/as professores/as municipais organiza o Comitê Municipal em Defesa da Escola Pública e Democrática, com o objetivo prioritário de retomar a eleição direta para diretores/as nas escolas municipais. Agregam-se, ao comitê, diversas entidades e representantes de algumas comunidades escolares.

Neste mesmo mês, lança, também, sua página eletrônica⁴² possibilitando acompanhar suas ações e metas na defesa da classe, notícias locais, estaduais e nacionais.

A SEMEC decide intensificar o processo de formação dos/as professores/as municipais. Neste sentido, realiza encontros com docentes que atuam com ensino religioso, bibliotecas escolares e projetos de arte e dança. Também renova o convênio com as quatro universidades, assegurando um auxílio para os cursos de licenciatura.

Em maio, a equipe da SEMEC inicia sua nova proposta de descentralização, através de visitas às escolas, permanecendo entre das 9 horas às 15 horas, para conversas com equipe diretiva e professores/as, bem como orientar procedimentos administrativos e pedagógicos.

No dia 05 de maio de 2003 o Tribunal de Justiça do Estado (TJE) julga inconstitucional a Lei Municipal nº 3.878, que regulamentava a eleição de diretores/as nas escolas da rede municipal de São Leopoldo, cancelando de vez este processo democrático.

O CEPROL-Sindicato aproveita o momento para ampliar a discussão da democracia nos estabelecimentos municipais de educação e na comunidade leopoldense, propondo um Ato-Show de lançamento oficial do Comitê em Defesa da Escola Pública e Democrática, incluindo diversas atrações musicais e teatrais. Porém, às vésperas do ato acontecer, a coordenação do Comitê é comunicada que o ato previsto na esquina das ruas Independência e Conceição, não mais poderia acontecer. O Prefeito havia entrado com liminar na Justiça, cassando a utilização da via pública para o ato de lançamento do Comitê. Mesmo assim, a coordenação realiza ato simbólico, na calçada.



Fonte:
CEPROL-
Sindicato.

Foto:
Lançamento do
Comitê Municipal
em Defesa da
Escola Pública e
Democrática.

⁴²Página eletrônica do CEPROL-Sindicato: www.ceprolsindicato.hpg.com.br

Aumenta a indignação e revolta com as atitudes autoritárias do Executivo que, não satisfeito em impedir a comunidade escolar de eleger seus dirigentes, impede também a livre manifestação de entidades congregadas na luta por uma escola pública e democrática.

Neste clima, o dissídio coletivo de 2003 inicia com um profundo desrespeito à entidade sindical, que sequer é recebida pelo Executivo para apresentar a pauta de reivindicações da categoria. Para completar e acirrar ainda mais os ânimos, alguns dias antes de anunciar sua proposta de reposição salarial, o Executivo encaminha à Câmara de Vereadores, projeto de lei que altera o Estatuto dos Servidores Municipais, no que tange à liberação para exercício do mandato classista. Segundo a proposta, a remuneração dos/as licenciados/as passaria a ser de responsabilidade da entidade, além de reduzir de três para dois o número de integrantes liberados por entidade. A proposta acaba sendo retirada.

Em meio às discussões e tensionamento, a SEMEC convoca os/as docentes para uma palestra com o Secretário Estadual da Saúde, Osmar Terra, desenvolvendo o tema “Inteligência Emocional”.

A insatisfação toma conta também dos demais servidores, ligados ao Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, especialmente quando o Executivo, em 17 de junho, anuncia o índice de 3% de reajuste.

Ana Inés Affonso, presidente do CEPROL-Sindicato naquele período, lembra deste momento, em sua entrevista, ao afirmar:

Esse governo nos desrespeitou de várias formas: nos tirou a eleição, não recebia o sindicato, não negociava, nunca sentou com o sindicato na mesa, a gente nunca viu o prefeito. Nós protocolávamos o pedido de audiência, nunca recebia resposta. Foi um conjunto de coisas que culminou com a proposta dos 3%. Havia também uma situação junto ao funcionalismo que estava inflamado, indignado com a Administração com várias coisas. A proposta de 3% chegou como uma afronta, como quem quer acabar com a gente. (Ana Inés)

As diretorias dos dois sindicatos, professores/as e municipais/as, decidem fazer uma assembléia unificada, em 17 de julho de 2003, para discutir a situação. Antes da assembléia, o Prefeito já saiu anunciado que não cederia na proposta apresentada, mesmo que se posicionassem pela greve e ameaçou que, caso isso acontecesse, não aceitaria reivindicação de pagamento dos dias parados. A assembléia unificada, com a presença massiva de funcionários/as e pouca participação de professores/as, deflagra greve por tempo

indeterminado, a contar de 22 de julho. Outra decisão tomada foi realizar um protesto em frente ao local onde aconteceria o lançamento da tradicional São Leopoldo Fest.

Torna-se necessário registrar que, historicamente, o CEPROL-Sindicato era quem assumia uma posição de maior enfrentamento com a Administração e que o Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais sempre fora liderado por pessoas que buscavam aliar-se aos governantes da cidade, descartando a greve como forma de buscar o atendimento de suas reivindicações. Porém, neste episódio, pela primeira vez, os/as funcionários/as estavam dispostos/as a lutar por melhores salários forçando sua direção a cumprir as deliberações tomadas na Assembléia. Essa situação fica evidenciada na fala da professora Ana Inés Affonso, que liderava o Magistério na ocasião, quando afirma que...

[...]o funcionalismo se rebelou contra o seu Sindicato. Quando propôs aquela greve não foi de comum acordo com a sua direção. Contou com o apoio da direção do CEPROL, que já não tinha base, naquele momento, para poder ter um enfrentamento mais forte. Mas a base do movimento foi o funcionalismo que não tinha o apoio da sua direção. Acabou que a direção de um sindicato, que historicamente, peleava, brigava, mas que estava com a sua base amedrontada, com medo e muitas, inclusive, já cooptadas, com a base do funcionalismo que estava indignada, mas que tinha uma direção que segurava. Foi uma mistura, coisa muito louca. O CEPROL dirigindo uma greve que, praticamente, o pessoal das obras que segurou.

Acuado, com medo das perseguições, represálias, constrangimentos; desacreditando na própria força e na capacidade de reverter mais esta imposição; e sofrendo coação em serviço, por parte das diretoras indicadas, apenas 76 dos 1.162 integrantes do Magistério Municipal aderem à greve. A professora Ana Inés, que presidia o CEPROL-Sindicato, comenta esta situação em seu depoimento:

Naquele momento a participação das pessoas nas Assembléias já era pequena. [...] a categoria já não vinha mais, já não discutia mais nada, os representantes das escolas já não vinham às reuniões do Conselho Político Sindical. Nós achamos que a gente deveria unificar forças [...] uma questão que nunca se conseguiu: o funcionalismo e o magistério se unirem em torno de uma luta. Ela se deu com uma participação pequena do magistério [...], mas foi um momento em que estas pessoas e muitas outras, que eu sei que não fizeram a greve de forma efetiva, ficaram lá na escola, algumas até chorando quando a gente ia lá, elas choravam e parecia que queriam estar conosco, mas tinham medo, não tinham coragem, iam perder a ECH, o projeto [...]. Ela foi uma resposta a um conjunto de desrespeitos, um “não” para a administração por conta do que tinha feito com o magistério. (Ana Inés)

Esta greve teve muitos momentos marcados pela presença da brigada militar nos locais de concentração dos manifestantes, incluindo atos de violência física, além do

tensionamento e pressão psicológica. Nos últimos dias, o movimento ganhou força com a adesão dos médicos do Hospital Centenário.

Depois de 22 longos dias, em Assembléia unificada, realizada no dia 12 de agosto, os/as servidores/as municipais em greve aceitaram a proposta da Prefeitura de 3% a partir de agosto mais abono de R\$ 40,00 de julho a dezembro, que seria incorporado ao salário a partir de janeiro/04.

A cultura afro-brasileira, abordada pela Lei 10.039/2003, foi o tema do terceiro encontro de formação dos professores municipais promovido pela SEMEC, em setembro de 2003. O evento contou com a participação da Cia de Teatro Liberdade, ligada à UNICAMP, de São Paulo.

Uma sessão solene na Câmara de Vereadores, em 22 de outubro de 2003, marca a posse dos 12 integrantes do Conselho Municipal de Educação, cuja legislação municipal existia, mas nunca fora implementado. É interessante registrar que a primeira Lei criando o Conselho Municipal de Educação de São Leopoldo (Lei nº 1.680/72), data de 13 de outubro de 1972. Esta foi alterada pela Lei nº 3.603, de 18 de outubro de 1990. Mais uma década transcorre sem efetivação e sua legislação recebe nova redação através da Lei nº 4.994 de 26 de outubro de 2001. Somente em 2003, após outra reformulação, originando a Lei nº 5.225 de 17 de março de 2003, ocorre, finalmente, a nomeação dos integrantes do Conselho Municipal de Educação.

Ainda no mês de outubro, o Prefeito Waldir Schmidt assinou, perante a Promotoria de Justiça, um termo de compromisso de ajustamento de percentual devido à Educação. O Tribunal de Contas havia constatado que, em 1998, apenas 19,21%, dos 25% obrigatórios da receita do município, foram aplicados no ensino. Os 5,79% restantes, conforme termo assumido passam a ser repostos em parcelas anuais de 1,5% a contar do exercício de 2003. A justificativa apresentada pelo ex-prefeito, Ronaldo Ribas, foram as dificuldades decorrentes do primeiro ano de implantação do FUNDEF⁴³.

Buscando o apoio de outras siglas partidárias nas eleições municipais que se aproximam, o Prefeito Waldir Schmidt, em 05 de abril de 2004, nomeia a vice-presidente do PDT, Eda Braum, como titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Leopoldo. Durante a posse, realizada na Câmara de Vereadores, a diretoria do CEPROL-

⁴³ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério foi instituído pela Lei nº 9.424, em 24 de dezembro de 1996.

Sindicato ficou, do lado de fora, empunhando uma faixa de protesto que dizia “Educação não é moeda de barganha”. O protesto, mesmo que solitário, repercutiu na imprensa local.



Fonte: CEPROL-Sindicato

Foto:
À esquerda, a Presidente do CEPROL-Sindicato, Ana Inés e, à direita, a Vice-Presidente, Angelita.

A partir de maio de 2004, a SEMEC, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e o ASPA⁴⁴, começa o projeto Sexualidade na Escola, com o objetivo de divulgar conhecimentos sobre saúde sexual e reprodutiva junto à comunidade escolar. A ênfase do programa está na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, da Aids e de uma gravidez indesejada, em adolescentes em situação de vulnerabilidade social e inclui escolas municipais e estaduais.

Durante o ano de 2004, várias obras de ampliação e reforma de prédios escolares são inauguradas, entre as quais as E. M. E. F. Paulo da Silva Couto (18/09) e Álvaro Luís Nunes (1º/10).

No dia 10 de setembro de 2004, o Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses promove debate com os candidatos a Prefeito de São Leopoldo, com transmissão pela TV UNISINOS, no auditório da antiga sede da UNISINOS. O público superlotou o espaço, para acompanhar e ouvir as propostas de administração da cidade, especialmente no que se refere ao tema central do evento: as políticas educacionais.

Neste mesmo mês, nos dias 14, 15 e 16, o CEPROL-Sindicato promove uma oficina de dança contemporânea com o bailarino e professor Mauro Schneider. A iniciativa cultural é oferecida aos/as professores/as da rede e público em geral.

⁴⁴ O ASPA (Apoio, Solidariedade e Prevenção à Aids) é uma ONG (Organização Não-Governamental) com sede em São Leopoldo.

Em 03 de outubro de 2004, a Frente Popular e Humanista rompe um ciclo de 12 anos de administração do PMDB, derrotando o Prefeito Waldir Schmidt. Ary José Vanazzi (PT) e Alexandre Roso (PHS) são eleitos Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente.

Dois dias após a eleição, em entrevista ao Jornal Vale dos Sinos, o Prefeito eleito anuncia a retomada das eleições diretas para diretores/as nas escolas municipais, ao declarar:

O meu primeiro ato de governo é devolver as eleições à comunidade escolar. Dia 2 ou 3 de janeiro farei um decreto determinando estas eleições, organizando dentro do calendário escolar e dentro de métodos de escolhas. Vou devolver estas eleições em janeiro. (Eleição..., 2004, p.3)

Durante ao ano de 2004, quatro escolas da rede municipal se integram ao Programa Escola Aberta, oportunizando diferentes atividades e oficinas durante o final de semana, no espaço escolar.

Ao final do ano, o Comitê Municipal em Defesa da Escola Pública e Democrática encaminha ao Conselho Municipal de Educação (CME), um projeto de lei visando a retomada das eleições diretas para diretores/as nas escolas municipais. Respeitando este processo, o prefeito eleito Ary Vanazzi, numa visita ao CME, em dezembro, reforça seu compromisso de encaminhar à Câmara de Vereadores, já em janeiro, projeto sobre o pleito escolar.

Ao finalizar este capítulo, retomamos, para sistematizar, os principais tópicos do período histórico estudado.

Em primeiro lugar, foi possível identificar fases diferenciadas em termos de organização e capacidade de mobilização dos/as professores/as municipais.

A década de 80 foi marcada pela intensa participação da categoria no processo de discussão e luta por políticas públicas que contemplassem não só melhorias salariais e na organização de sua vida funcional, mas também os espaços físicos de trabalho e a qualidade da educação. Movimentos de gestão democrática eram vivenciados através da discussão e participação efetiva na elaboração de políticas, como no exercício da eleição direta para diretores/as das escolas.

O período em que ocorreu a transformação do CEPROL em Sindicato, início dos anos 90, marca alterações no processo de organização do Magistério Municipal, evidenciando, progressiva redução na sua participação, especialmente nos momentos de mobilização coletiva. Torna-se necessário considerar que a década de noventa, reflete um

período de crise no movimento sindical, em nível nacional, pela conjuntura vivenciada, principalmente com o agravamento do desemprego, resultante de ajustes da política econômica neoliberal, em curso.

Diante dessa situação e da falta de investimento do poder público na formação profissional da categoria, o CEPROL-Sindicato passa a redimensionar sua ação, utilizando a estratégia da qualificação política e pedagógica como forma de articulação com sua base e desta com o poder público. Buscando sair do isolamento provocado pelo contexto, articula-se com os demais sindicatos dos/as trabalhadores/as em educação da cidade (CPERS, SINPRO e ADUNISINOS). Sofre, a cada processo de renovação da diretoria, a ofensiva da Administração Municipal que tenta ganhar a entidade como aliada de seu projeto político, demovendo-a de seu caráter reivindicatório.

Resistindo bravamente, mas enfraquecido em sua base representativa, o CEPROL-Sindicato inicia o novo milênio buscando reencontrar seu potencial organizativo para avançar junto às exigências de um novo tempo histórico. Porém, as adversidades de uma cultura autoritária arraigada na mente dos/as governantes, aliadas ao temor de perder o seu domínio na cidade, colocam a entidade num enfrentamento quase impossível de lograr êxito diante das circunstâncias: reconquistar a eleição direta para diretores/as das escolas municipais, retirada pelo Prefeito, em 2002.

Resumindo, ressaltamos que as lideranças que conduziram a entidade representativa do Magistério Municipal, desde sua origem até os dias atuais, não restringiram a luta à questão salarial, mas à melhoria da educação. Demonstraram preocupação com as políticas educacionais da cidade e disposição, em diferentes momentos, para participar de sua formulação. Lutaram pela qualidade da educação e contribuíram com a formação política e pedagógica de seus/as profissionais. Mobilizaram em favor da democratização da escola pública e exercitaram a democracia nas suas instâncias de discussão e deliberação.

Infelizmente a conjuntura, em seus diferentes âmbitos e contextos, impediu que a categoria mantivesse o mesmo espírito, a mesma garra, o mesmo comprometimento coletivo que manifestou na infância do CEPROL. Todavia, manteve firmeza aos princípios e a coragem necessária para enfrentar as crises e intempéries que se apresentaram na adolescência. Quiçá possa, ao atingir a maioridade, olhar para sua história e, ao orgulhar-se de sua trajetória, resgatar valores perdidos e continuar protagonizando a luta pela valorização profissional e pela qualidade da educação municipal.

5. A ELEIÇÃO DE DIRETORES/AS COMO MECANISMO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO.

Pensar em implementar a gestão democrática na educação pressupõe estabelecer mecanismos que favoreçam o exercício desse princípio. Entretanto cabe ressaltar que esses mecanismos não são estabelecidos de forma definitiva, podendo sofrer alterações na medida em que são submetidos à prática. Essa situação está evidenciada na análise temática que ora iniciamos.

Em São Leopoldo, muito antes de ser incluída no texto constitucional, a categoria assumiu para si a luta pela democratização da escola pública.

Esse capítulo recupera a trajetória dos processos eleitorais para escolha do/a diretor/a nas escolas municipais, analisa as leis que os regulamentaram, aborda o papel histórico exercido pelo CEPROL e as diferentes articulações que desembocaram na suspensão da eleição direta, pelo mesmo Prefeito que a instituiu, após dezessete anos de exercício e aprendizado.

Busca, também, através da interlocução com as pessoas entrevistadas, identificar os motivos que levaram o Executivo Municipal a tomar essa atitude e analisar as consequências desse ato para o conjunto da categoria.

Por fim, projeta as possibilidades de retomar a construção da Gestão Democrática nas Escolas Públicas Municipais.

5.1 - A trajetória dos processos eleitorais para direção das escolas municipais

De acordo com o depoimento da professora Dirlei, diretora da E.M.E.F. Otília Carvalho Rieth, no período de 1979 a 1987, no início da década de 80 não existia eleição de diretores/as nas escolas municipais. Porém, em algumas se fazia, todos os anos, uma prévia e uma eleição interna, como era o caso da escola que ela coordenava.

A professora Rosmari, que assumiu a direção da E.M.E.F. Olímpio Vianna Albrecht em 1983, reafirma a existência dessa prática ao dizer que, quando assumiu a função, já havia uma escuta de quem o grupo indicava para exercer o papel de liderança no espaço escolar. É importante lembrar que a professora Rosmari atuava como docente na escola coordenada pela professora Dirlei até 1982 e, por mudança de endereço residencial, conseguiu sua transferência para a E.M.E.F. Olímpio Albrecht, na qual assumiu a direção no ano seguinte. Seu depoimento, portanto, traz a leitura da prática evidenciada nas duas escolas.

Todavia essas professoras reafirmam a divergência na posição e postura dos/as diretores/as ao manifestarem que não possuem o registro de que outras escolas procediam da mesma forma. Pelo contrário, expressam a contestação e questionamento dessa sistemática adotada, por colegas que também exerciam a direção. A fala da professora Dirlei explicita isso:

Eu me lembro que, na época, quando as colegas contavam que a gente fazia isso, outras colegas diretoras diziam: “É uma loucura, daqui a pouco surge uma que quer”. E eu pensava: “E daí, se isso acontecer é porque está na hora da mudança.” Mas eu não tenho informação de que outras escolas também faziam esse processo. (Dirlei)

Percebe-se, nessa transcrição, a concepção de poder atribuído à função. Algumas lideranças escolares o entendiam como temporário, legitimado e construído coletivamente, e outras, o expressavam através de uma postura autoritária e possessiva dessa função, o que impede sua democratização na medida em que a direção estaria se expondo ao risco de perder o poder.

Em sua fala, a ex-diretora Dirlei incorpora a pluralidade de posicionamentos e a visibilidade de opiniões conflitantes que um ambiente de debate democrático expõe, ou seja, os grupos estavam construindo as argumentações frente à questão da eleição do/a diretor/a e os compromissos de cada uma das posições.

De qualquer forma, fica evidenciado que o movimento de articulação em torno da idéia de organizar uma entidade representativa dos/as professores/as municipais e lutar pela eleição direta para diretores/as das escolas não é abraçada pelo conjunto de diretores/as, mas por um grupo deles/as, ousado e convicto.

A primeira lei, instituindo e regulamentando a eleição direta para diretores/as das escolas municipais⁴⁵, foi assinada pelo Prefeito Waldir Artur Schmidt, em 1985. Entre outras determinações, a lei estabelecia:

- voto secreto e uninominal, sendo proibida a representação;
- eleição por um Colégio Eleitoral formado por todos os/as professores/as e funcionários/as da escola e mais uma representação de pais/mães e alunos/as, equivalente a um terço do quadro docente;
- para ser eleito/a, o/a candidato/a deveria obter 50% dos votos mais um;
- em caso de não haver candidato/a na escola, o Colégio Eleitoral convidaria um membro do Magistério Municipal, estranho à escola;
- o período de administração do/a diretor/a equivalente a 2 anos, a contar do último dia letivo do ano da eleição, considerado o dia da posse, permitida a participação no processo eleitoral consecutivo;
- a vacância poderia ocorrer por conclusão do mandato, renúncia, aposentadoria, falecimento ou destituição;
- em caso de vacância, exceto de conclusão do mandato ou destituição, assumiria a direção o/a secretário/a da escola, sendo professor/a, e, no impedimento deste/a, o membro do Magistério com maior tempo de serviço;
- a destituição do/a diretor/a só poderia ocorrer após sindicância em que lhe fosse assegurado/a o direito de defesa;
- o Colégio Eleitoral seria formado em assembléia geral, convocada por edital;
- para a primeira eleição, excepcionalmente, o Colégio Eleitoral seria formado na primeira semana de dezembro, para, já na segunda semana, proceder-se à eleição do/a diretor/a;
- a primeira eleição para diretor/a das escolas municipais, bem como a posse dos/as eleitos/as, ficou prevista para ocorrer até o final do ano letivo de 1985;
- os casos omissos seriam resolvidos por uma Comissão Paritária, formada entre SEMEC e CEPROL.

⁴⁵ Lei Municipal nº 2.991 de 05 de dezembro de 1985.

Esta lei expressa um avanço significativo no processo de escolha dos/as diretores/as escolares que, até então, eram indicados/as pelo Executivo Municipal. Todavia a participação majoritária no processo de escolha e, portanto, com poder de decisão, é reservada aos/as professores/as. Os segmentos pais/mães e alunos/as participam com uma representação quase insignificante, de um terço do quadro docente.

Torna-se importante destacar que, mesmo não tendo definida numericamente a composição da Comissão Paritária⁴⁶, há um espaço instituído para o CEPROL, o que demonstra o reconhecimento e importância da sua atuação junto às políticas educacionais.

Percebe-se, também, no que se refere ao primeiro processo eleitoral, que a discussão estava consolidada na categoria que aguardava somente o instrumento legal para a escolha. Assim, na mesma semana em que a lei foi aprovada, já se formou o Colégio Eleitoral para, na semana seguinte, proceder à eleição do/a diretor/a.

A lei, portanto, preocupa-se, especialmente, com a efetivação das eleições e previsão de situações de vacância da direção, ou seja, estabelecer as linhas gerais do processo e mandato.

Conforme nota da imprensa, datada de 11 de dezembro de 1985 (ESCOLAS..., 1985, p. 6), mesmo antes de o Prefeito sancionar a lei aprovada pela Câmara de Vereadores, os/as professores/as municipais já se preparavam para as eleições, com campanha promovendo o nome dos/as candidatos/as, deflagrada nas 24 escolas da rede. A maioria foi definida por consenso junto aos grupos antes mesmo de aprovada a lei, sendo que o processo eleitoral apenas assegurou sua legitimidade oficial na função.

A primeira eleição de diretores/as é lembrada, com carinho, na entrevista da professora Neusa, que participou do movimento de organização da categoria como liderança da escola. Ela revive o momento histórico ao dizer:

Eu lembro que a primeira vez que teve eleição de diretores, foi uma grande festa. Você poder construir junto com a escola uma liderança e delegar a essa liderança, momentos de decisões. Ela participa das reuniões com o poder público, com a Secretaria, com a Prefeitura, você dá o direito, delega a esta pessoa representá-la. O primeiro momento da eleição ele é muito bem entendido. As primeiras eleições, elas são muito bem entendidas de que o diretor é um cargo de confiança. Não havia um entendimento de que ele era um cargo de confiança da comunidade. Isso vem depois. Mas ele é um cargo de confiança dos professores e funcionários, mais dos

⁴⁶ A Comissão Paritária é responsável pela condução do processo eleitoral nas escolas municipais, sendo soberana nas decisões. Mesmo antes da lei estabelecer numericamente sua composição, ela é integrada por dois representantes da SEMEC e dois do CEPROL.

professores, porque o funcionário não é entendido como um ser educador, como agente da educação. Foram muito ricos os primeiros processos. (Neusa)

Aparece aqui uma idéia, difundida nacionalmente e presente na conquista da eleição direta em São Leopoldo, do exercício democrático representativo, em que a participação se dá apenas pelo voto. Mas aparece também, claramente, a concepção que interessava de fato na luta, de ver o/a diretor/a como “cargo de confiança” não do poder público, mas da comunidade. Seu vínculo e compromisso devem ser com quem o elegeu, especialmente com os/as professores/as, num entendimento corporativo que permeia aquele período. Embora, como assinala, tenha ocorrido avanço na compreensão da representação da comunidade escolar, sabe-se que as práticas concretas evidenciadas nas relações cotidianas demonstram o quanto falta aprofundar essa concepção.

Contudo, vale salientar a expressão utilizada pela ex-presidente acerca do primeiro processo eletivo como “uma grande festa”, fruto de muito esforço, luta e determinação de lideranças que souberam aproveitar a abertura política e fazer história nessa cidade.

Em 1987, o magistério, pela segunda vez, escolhe seu/sua diretor/a, pelo voto direto de um Colégio Eleitoral. Algumas escolas realizaram prévias para escolherem os nomes que disputariam a preferência dos/as eleitores//as, embora isso não fosse uma determinação legal. Nesse processo, a grande maioria dos/das diretores/as tentou a sua reeleição.

O presidente do CEPROL, no período, professor Gilberto Sidnei dos Santos, conforme nota da imprensa (ESCOLAS...,1987, p. 6), expressa ter sentido um grande interesse por parte dos/as professores/as, funcionários/as, alunos/as e principalmente de pais/mães, em participar do processo de escolha dos/as diretores/as. Na nota, Gilberto manifesta intenção de buscar a alteração da lei até o próximo momento eleitoral.

O pleito de 1989 é chamado pela entidade dos/as professores/as, que organiza reuniões para retomar a lei e elaborar o calendário eleitoral junto com representantes da categoria. A maioria das escolas realiza prévias para decidir as candidaturas. A escolha acontece com disputa em diversas escolas, encerrando com tranquilidade. As lacunas da lei voltam a ser identificadas, renovando-se a intenção de, passado o pleito, reformular a legislação.

Em setembro de 1991, o CEPROL-Sindicato reúne, novamente, os/as diretores/as das escolas municipais para discutir o encaminhamento do processo eleitoral para direção de escola. Posteriormente, reúne, também, as comissões eleitorais para orientar e organizar o

cronograma da eleição em curso. Esta ocorre, sem maiores confrontos, em todas as escolas, exceto numa que havia sido recém-criada e, por isso, ainda não estava em condições legais para participar do pleito. A defasagem da lei em relação à realidade vivenciada nas escolas da rede municipal reaparece e exige maior envolvimento da Comissão Paritária, responsável pela resolução dos casos omissos no documento legal. O processo se encerra com o firme propósito de organizar uma comissão que se responsabilizaria pela elaboração de uma nova proposta de normatização da escolha das direções de escola, a partir das dificuldades enfrentadas no decorrer dos pleitos.

A cada eleição que se realiza, torna-se evidente o acirramento nas disputas para a função de diretor/a e a necessidade de contemplar situações da prática no texto legal. Enquanto a primeira eleição, realizada em 1985, traduziu-se numa “grande festa”, os processos que se sucederam em 1987, 1989 e 1991, começaram gradativamente a se distanciar dos objetivos iniciais, de tornar a escola um espaço de aprendizado da prática democrática. Era preciso ampliar a participação, oxigenar os processos e concluí-los sem as manifestações separatistas que começavam a prejudicar e tensionar a gestão.

Porém, apesar da intenção e das lacunas e/ou falhas reiteradamente percebidas na Lei 2.991, de dezembro de 1985, só em 1993, é formada uma comissão com o objetivo de aperfeiçoá-la. A comissão é integrada por duas diretoras de escola, duas representantes do CEPROL-Sindicato, duas da Secretaria Municipal de Educação e representantes da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores.

A nova redação originou a Lei nº 3.878, de 30 de agosto de 1993. As principais alterações efetivadas foram:

- a representação de alunos/as e pais/mães passa a ser de 50% do total de professores/as da escola;
- todo/a professor/a, integrante do corpo docente da escola, pode concorrer desde que tenha concluído o estágio probatório e atenda às demais exigências do Estatuto do Magistério Municipal;
- o/a candidato/a deve possuir habilitação, que cubra a seriação oferecida pela escola ou comprometer-se na busca desta habilitação no primeiro ano de sua gestão;

- caso não haja candidato/a na escola e o Colégio Eleitoral não consiga convidar alguém estranho à mesma, o/a diretor/a será indicado/a pelo Secretário Municipal de Educação, com mandato até a próxima eleição;
- o Colégio Eleitoral⁴⁷ deverá estar constituído 30 dias antes da eleição;
- o processo eleitoral é deflagrado em setembro com a escolha da Comissão Eleitoral⁴⁸ e concluído em novembro, com a realização da eleição;
- os recursos deverão ser encaminhados à Comissão Paritária, formada por dois membros da Secretaria Municipal de Educação e dois do CEPROL-Sindicato, no prazo de dois dias úteis, a partir da divulgação do resultado da eleição;
- o período de administração do/a diretor/a será de três anos, a contar da posse (último dia letivo daquele ano) sendo-lhe admitido participar do processo eleitoral consecutivo;
- em caso de vacância ou licença de qualquer natureza, assumirá a direção da escola o/a Supervisor/a e, no impedimento deste/a, o/a professor/a mais antigo/a da escola;
- a destituição do/a diretor/a somente poderá ocorrer após Processo Administrativo em que seja assegurado o direito de defesa;
- na criação de escolas novas, o/a diretor/a será indicado/a pelo Secretário Municipal de Educação para um mandato de seis meses, ao término do qual será convocada eleição num período de 10 dias. Neste caso, a eleição se dará em Assembléia Geral, composta de professores/as e funcionários/as da escola;
- os casos omissos na lei serão resolvidos pela Comissão Paritária que será soberana em suas decisões.

A nova redação mantém a eleição através de um Colégio Eleitoral, ampliando a participação dos segmentos pais/mães e alunos/as. Estende, também, o processo eleitoral em um mês e o mandato de dois para três anos. Prevê encaminhamento de recurso nas situações de conflito e insatisfações que vinham sendo mediadas e decididas pela Comissão Paritária. Esta tem legalizado o número de seus integrantes (quatro) e sua soberania nas decisões acerca do processo de eleição de diretores/as. Todavia, não foi prevista, na ocasião, a possibilidade

⁴⁷ O Colégio Eleitoral, que elegerá o diretor, será formado por todos/as os/as professores/as e funcionários/as da escola e mais uma representação de pais/mães e alunos/as, equivalente a 50% do quadro docente.

⁴⁸ Comissão Eleitoral, conforme a lei era composta por três professores/as, eleitos/as pelos pares.

de haver posições discordantes suscitando empate nas votações da Comissão Paritária, fato que mais tarde se evidenciou.

Como a rede estava sendo ampliada, com a construção de mais escolas, foi inserida uma normatização para os casos das escolas recém-criadas.

Além disso, a nova lei estabelece critérios para concorrer à direção e prevê procedimentos em caso da inexistência de candidatos/as. Essa situação é apontada pela professora Neusa, presidente do CEPROL-Sindicato, no período, ao dizer:

Quando o professor reivindica, está bem organizado - e aqui entra de novo a crise de 90 - percebe que ele tem direitos, ele elege a pessoa que de fato representa aquele intento. Mas aqui não há mais sequer a eleição da pessoa que o representa. A discussão é quem vai assumir aquela escola, porque aquele posto ninguém mais quer. Em muitas escolas foi assim. [...] Alguém se dispôs a assumir aquela escola, porque são muitos rolos para resolver, são muitos problemas para resolver e acaba, inclusive, perdendo direitos também. Essa não é uma crise só municipal, essa é uma crise estadual também. (Neusa)

De fato, a crise, a qual se refere a entrevistada, na citação acima, faz parte de um contexto mais amplo de globalização internacional que atinge o país, com consequências para diversas áreas e setores da sociedade, tornadas visíveis pelo alto índice de desemprego, entre outros.

Essa situação passa a refletir-se fortemente no movimento sindical e no processo de organização das categorias, não sendo exceção a do magistério municipal. Mas, para além disso, o depoimento da professora Neusa manifesta o vínculo existente entre a consciência de cidadania participativa na busca dos direitos através da reivindicação coletiva e a sua tradução no cotidiano escolar e no exercício da eleição de diretores/as. Ou seja, na medida em que enfraquece o movimento coletivo, fragiliza também o enfrentamento das situações no âmbito escolar onde se assume a direção, muitas vezes, por iniciativa pessoal e postura individualizada.

Esse processo é igualmente vivenciado nas escolas estaduais, no final da década de oitenta e foi analisado através de um estudo feito por Castro, Werle, Garcia e Tetelbom (1992). Segundo a pesquisa, “os professores reconhecem que é uma grande dificuldade encontrar alguém que queira se candidatar à direção” (p.13), dadas as condições precárias física e financeiramente, em que se encontrava a escola pública.

O que se apresenta, no entanto, não é só a dimensão e gravidade dos problemas a serem enfrentados, mas a ausência de um grupo que se proponha a buscar soluções coletivamente.

De qualquer forma, a possibilidade da inexistência de candidatos/as à direção é uma realidade concreta e que, por isso, se insere no texto da nova legislação municipal.

Porém, ela traz consigo uma mudança de conotação desse lugar, que já não é ocupado pela liderança de um grupo, mas por alguém que se dispõe a enfrentar as dificuldades em que se encontra aquele espaço educacional, alguém que ambiciona a função pelo “poder” conferido ou, ainda, pela remuneração que lhe acrescenta ao salário. Independente das razões que motivam a assumir a função, a situação, certamente, provoca alterações profundas na forma de conduzir a gestão escolar e força a direção a buscar alternativas para suprir as carências físicas e materiais para o funcionamento da instituição.

Por outro lado, é possível pensar, também, que pode ter acontecido uma desresponsabilização e um descomprometimento entre os diferentes segmentos da comunidade escolar para com seu representante e vice-versa, uma vez que o/a diretor/a pode não ser liderança do grupo.

A professora Neusa, em seu depoimento, reflete acerca da situação e das mudanças que foram acontecendo ao longo dos processos eleitorais, em São Leopoldo:

E quem vai ocupar aquele lugar não é mais o líder daquele grupo, mas sim é a pessoa que gosta de um cargo, que gosta da questão do “poder”. [...] Bom, muitos diretores são eleitos, não como líderes. Então, se tem, num primeiro momento, um diretor que representa a vontade do grupo e que leva as reivindicações do grupo. Na segunda década, você tem um diretor que não entende muito bem qual é a função dele, que não é líder, mas é eleito, e o que é solicitado pelo poder executivo ele leva como lei para dentro da escola. Não se discute mais a questão da liderança, se discute muito mais como dar conta da prática do dia-a-dia. (Neusa)

Além de reforçar a discussão anterior, a fala acrescenta o conflito que se estabelece no ambiente escolar, na medida em que a direção é eleita, mas, diante da falta de liderança, acaba confusa em seu papel e, por vezes, assume a postura de um/a diretor/a indicado/a. Ou seja, há uma inversão no papel da direção: de representante da comunidade escolar, de confiança das escolas, para executor do que o governo diz. Esse equívoco de interpretação também pode ter ocorrido porque os/as professores/as e a comunidade escolar como um todo, deixaram de ter uma postura mais participativa e que se configurasse enquanto um suporte

coletivo para as adversidades do cotidiano escolar. Esqueceram que “a união faz a força” em qualquer circunstância, o que pode ter prejudicado a continuidade da postura da direção enquanto sua legítima representante. Segundo a professora Neusa, esse contexto

[...] fragiliza alguns processos eleitorais, muito complicados, e que são entendidos, como não fazem muita diferença eleger. Até porque não se elegia mais um líder de fato. Então não fazia diferença quem estava lá. Eu me lembro muito bem, que alguns professores colocavam: “Não faz mais diferença eleger diretores ou não”. (Neusa)

Todavia, volta a aparecer aqui, e é extremamente importante ressaltar, que esta não era a realidade vivenciada em todas as escolas municipais. Em muitas delas, apesar das condições precárias, houve lideranças que se dispuseram a enfrentar as dificuldades junto com a comunidade escolar, como demonstra o depoimento da professora Ana Catarina, diretora da E.M.E.F. Rui Barbosa, no início da década de 90:

[...] tinha colegas que eram grandes profissionais, que lideravam. A gente sentava e pegava junto, pegou a escola a zero e em três anos, dentro da realidade possível na época, a gente tinha feito grandes aquisições e construído um grupo. Nunca estive sozinha, eram colegas participativos, foram muito importantes para minha vida, me deram muitos exemplos, gente nova começando a carreira, mas foram um apoio enorme. [...] vivemos anos de glória, neste período. Foi crescimento em todos os setores dentro da escola e uma confiança muito grande que a gente teve na comunidade. Resolvemos problemas, como grupo, que há anos vínhamos sentindo, tipo agressão, violência, arrombamento. Nós abrimos a escola, chamamos a comunidade e expusemos a situação [...] A gente pegou uma época que nem telefone tinha dentro da escola. Tinha algum problema, tinha que ir até a casa de uma professora da escola, que morava perto, pra telefonar. São lembranças maravilhosas que eu levo para a minha carreira, tanto no campo profissional como para a minha vida, foram anos de glórias que a gente teve na administração, democrática mesmo, dentro do magistério municipal. (Ana Catarina)

A fala remete a uma postura democrática de exercício do poder e da função de diretor/a, uma função que era assumida em toda sua responsabilidade e desafio. A humildade com que aceita a ajuda de colegas novos/as na categoria manifesta sua relação de permanente diálogo com o grupo. As enormes dificuldades foram enfrentadas coletivamente, podendo ser apontados avanços significativos ao final da gestão. De forma muito tranqüila, assegura que nunca esteve sozinha e que houve crescimento nos diferentes setores da escola. Todos os segmentos foram chamados a colaborar para melhorar aquele ambiente. E a abertura da escola para a participação na solução dos problemas conquistou a confiança na direção, legitimando sua liderança. Decorrente desse processo torna-se visível, em toda a citação, um sentimento de profunda satisfação com o seu trabalho como diretora da escola.

Portanto, esta é uma situação que se contrapõe à anterior, na medida em que cumpre o seu papel de diretora eleita e comprometida com a comunidade escolar que a legitimou na função.

Os pleitos que se seguiram, com base na legislação de 1993, apontaram novas dificuldades e necessidades de retomada e adequação às realidades vivenciadas. A efetiva participação da comunidade escolar precisava ser ampliada tanto nas gestões como nos processos eleitorais.

A cada momento de disputa de direção, os ânimos se acirravam no interior das escolas, as discussões ultrapassavam os limites das propostas para a gestão e a retomada de um clima harmônico e de um trabalho coletivo, após o pleito, transformava-se num dos grandes desafios do/a diretor/a eleito/a.

5.2 - Estratégias de cooptação e autoritarismo da Administração Municipal.

A professora Rosane, liderança da categoria e diretora da E.M.E.F. Franz Louiz Weinmann, no final da década de 90, faz uma análise de um outro movimento que foi acontecendo, intencionalmente e articuladamente na sua opinião, e que provocou um afastamento dos/as diretores/as tanto do seu papel junto à comunidade escolar como do CEPROL-Sindicato. Inicia lembrando da participação ativa de um grupo de diretores/as na organização do CEPROL e nas mobilizações da década de 80. Salienta a influência que os/as diretores/as exerciam sobre seus grupos com seu posicionamento firme e destemido, em favor das reivindicações da categoria. E aponta:

Os governos, daquela época, eles enxergaram isso, porque os primeiros embates foram muito fortes. [...] eles tentaram de uma forma bem dura, com ameaças, com represália, com demissões, corte de salário, com portão fechado e cadeado, com palavrão, com perseguição, com várias coisas, enfraquecer o movimento. Mas o magistério não desistiu, pelo contrário, resistiu e avançou. E, na medida que isso foi acontecendo, eu acho que a estratégia deles mudou. Penso que a estratégia deles modificou a partir da greve mais longa, em 90. Aí eles tentaram fazer o outro lado, que é trazer pro lado deles as chefias: tentar que a diretora se enxergasse como diferente, como alguém superior, como alguém que fosse um aliado do governo. (Rosane)

Questionada sobre as formas que a Administração teria utilizado para colocar em prática essa estratégia, a professora Rosane responde apontando diferentes situações evidenciadas, especialmente a partir da segunda metade dos anos 90:

Uma minoria de diretoras tentava se posicionar nas reuniões, porque a Secretaria era muito forte, no sentido de anular algumas lideranças e não permitir que a gente fizesse trocas. Me parece que antes as diretoras tinham mais espaço nas reuniões. Depois piorou ainda mais porque foram organizados grupos. A Secretaria dividiu os diretores, não eram mais chamados todos juntos. Separava por mini-grupos para que os assuntos fossem colocados nos grupos e para que não houvesse a discussão do todo. As diretoras reclamavam muito, mas acabaram aceitando. A forma como a Secretaria tratava os diretores, por um lado apenas como receptores de ordens, que deviam ser acatadas e, por outro, meio que engrandecia com os que tivessem uma posição diferente, pois aquilo era um status, muito importante. Chegavam em algumas pessoas, que reclamavam, mas aceitavam após serem convencidas da importância. Além disso, faziam alguns carinhos, alguns presentinhos, convites para jantas, aniversários, algumas coisas assim e que funcionaram. Era uma coisa de dois lados e a pessoa ficava meio perdida. [...] E eu penso que funcionou, porque foi muito forte. O fato de ter dividido, com certeza foi estrategicamente, pensando quais os grupos a serem formados. [...] Depois que dividiram aquele grupo, como que tu vai inserir um diretor como ele é, como colega de classe? Ele não se vê mais assim. Ele é diferente, tem uma carreira. (Rosane)

O relato contundente feito pela ex-presidente lembra que, na década de 80, os/as diretores/as se reuniam no CEPROL, participavam como igual. A relação estabelecida com eles/elas era de colegas, apesar de estarem exercendo uma função diferente. Essa situação sofre alterações na década de 90, quando foram se distanciando aos poucos, como se fizessem parte de outra classe, não porque as pessoas que assumiram cargos tivessem esse desejo, mas por estratégias que foram sendo implementadas sem deixar transparecer sua intenção.

A Administração foi modificando a forma de se relacionar com os/as diretores/as e de tratar a escola, beneficiando, por vezes, com obras e recursos materiais, as coordenadas por pessoas que foram se aproximando dos/as governantes e correspondendo aos seus convites. A professora Rosane, em outro momento da entrevista, afirma que não se sentia na obrigação de aceitar e comparecer nos eventos e outros convites que recebia, pois mantinha com a SEMEC uma relação profissional. Acrescenta que sua ausência nunca foi cobrada pela Administração. No entanto, revela que existia uma forte cobrança das próprias colegas de escola, pelo seu posicionamento, como se temessem prejuízos à escola decorrentes da atitude de sua direção. Isso leva a pensar que, no caso de ser outra professora a coordenar aquele grupo escolar, possivelmente tivesse outra postura e, quem sabe, sido enredada pelas artimanhas do poder.

Como visualizaram que havia espaço na categoria e em suas lideranças, para disputar consciências e versões e conquistar aliados/as, a Administração Municipal foi avançando nos seus objetivos traçados: dividiu as direções de acordo com seu posicionamento, e passou a tratar cada grupo da forma como “merecia”. As lideranças que teimavam em questionar eram humilhadas frente ao grupo ou ignoradas para que não “atrapalhassem” mais a reunião que, na

verdade, se transformou em espaço de comunicações e recados, sem oportunidade para discussões acerca dos problemas e das angústias das escolas.

Quem atuava na escola, como professor/a, também foi atingido/a pela forma autoritária de conduzir as reuniões. Muitos/as diretores/as acabaram reproduzindo em seus ambientes a forma como eram tratados/as pelo poder público.

Esse período, referenciado pela professora Rosane, coincide com aquele em que há um enfraquecimento na participação dos/as diretores/as nas reuniões organizadas no CEPROL-Sindicato. A professora Ana Catarina reforça a idéia ao lembrar das reuniões dos/as diretores/as na sede da sua entidade e analisar a década de 90:

Quando se tomava uma decisão era pro grupo todo, não era aquela coisa de separatismo que aconteceu depois, e que matou muita coisa daquela união do grupo todo. Depois de um tempo, 1997, 1998, por aí, começaram aquelas reuniões por grupos de escola, aí o pessoal foi perdendo o hábito de se reunir com o sindicato e perderam o valor da união. [...] as diretoras começaram a ter medo de se reunir porque eram vigiadas. O sindicato começou a ser um ponto negativo, na visão de Secretaria, como interferência. Aí o pessoal começou a se afastar e se perdeu muito com isso, porque aí começaram os atendimentos do “quem chora mais, mama”.
(Ana Catarina)

A fala da ex-diretora remete a dois momentos bem distintos que marcam o período histórico e determinam suas mudanças: o primeiro, onde os/as diretores/as se reúnem e se unem para conquistas coletivas; o segundo, onde já não há mais união, nem reunião de todo o grupo, e as conquistas passam a ser individuais e reivindicadas isoladamente, no gabinete da Secretária de Educação. Certamente, é por este contexto, que muitos/as colegas afirmam já não fazer diferença eleger a direção da escola, como mencionava a ex-presidente Neusa em sua fala.

Por isso, a importância de assegurar o processo democrático da eleição conquistado pela categoria em 1985, bem como fortes apelos à conduta ética, democrática e profissional tanto durante os processos eletivos como na gestão, foram temas de inúmeros boletins informativos do CEPROL-Sindicato.

5.3 De olho nos sinais dos tempos: os ventos estão soprando na contramão da História.

O boletim informativo do CEPROL-Sindicato, relativo ao mês de março de 1999, aborda, entre outros assuntos, um que merece destaque: “Eleição de Diretores”. Nele, a

diretoria retoma como se deu a conquista deste direito e chama a todos/as os/as educadores/as que integram a classe, à luta pela manutenção da eleição direta. Essa matéria foi inserida no boletim devido aos “boatos sobre um possível retrocesso a nomeações”.

No segundo semestre, inicia-se o novo pleito nas escolas municipais. Porém, ao final do mesmo, numa delas, na E.M.E.F. Castro Alves, a eleição foi anulada. Nesta escola, havia duas candidatas sendo que uma delas, de oposição à gestão anterior, foi eleita com a diferença de apenas um voto. A disputa acirrada já havia exigido o acompanhamento e a intervenção da Comissão Paritária em alguns momentos do período eleitoral. Proclamado o resultado, a diretora, candidata derrotada, encaminhou recurso à Comissão Paritária que, após ampla discussão e análise do processo, se dividiu no posicionamento acerca do mesmo. As integrantes do CEPROL-Sindicato consideraram improcedente o recurso e as representantes da SEMEC o acataram parcialmente. Restou encaminhar a situação para o Prefeito Municipal que ouviu os diferentes argumentos das integrantes da Comissão. Todavia, utilizando como pretexto o tumulto provocado com o conflito entre as adversárias, o Prefeito anulou o resultado das urnas, alegando: “Não posso admitir que posições partidárias prejudiquem o objetivo da eleição nas escolas, que é educar os alunos” (ANULADA...,1999, p. 5).

Mesmo recebendo críticas por parte do CEPROL-Sindicato e da própria imprensa, através de editorial, por estar agindo contra o que dispunha a Lei de Eleição de Diretores, o Prefeito indicou a diretora daquela escola. Em seu editorial, intitulado “Democracia para valer”, o Jornal Vale dos Sinos se manifesta:

Faz parte da democracia a divergência, o protesto contra resultados e até a famosa boca de urna, mas sempre se espera uma decisão de magistrado da autoridade competente. O raciocínio de que a educação não deve ficar de refém de confrontos partidários até se admite, mas a lição maior de todo esse processo é justamente a democracia e a forma inteligente que se escapa das armadilhas próprias da apresentação de idéias tão diferentes. O Prefeito viveu na oposição durante o regime militar, sabe da própria experiência o que representa a perda de um direito. Quando se propõe a democracia, ela precisa ser de verdade, e não como um menino que, perdendo o jogo, resolve levar a bola para casa. Se o pleito tem irregularidades, que se anule o processo e se repita a eleição (DEMOCRACIA...,1999, p. 2).

O Jornal Vale dos Sinos, ao registrar sua opinião, conseguiu expressar o sentimento que perpassava na categoria e faziam parte das intensas argumentações da diretoria do CEPROL-Sindicato. Era inadmissível a posição tomada pelo Executivo diante das divergências que se apresentaram no transcorrer do processo. Ele próprio havia sido democraticamente eleito, após um período de disputa ideológica acirrada junto aos/às

eleitores/as da cidade, incluindo práticas eleitoreiras questionáveis do ponto de vista ético. Mas sua vitória fora respeitada, tanto por quem o diplomou quanto pela oposição, derrotada pelo resultado das urnas.

Por isso, a atitude autoritária do Prefeito provocou insatisfação e revolta, especialmente junto aos/às dirigentes sindicais, que viram desrespeitado não só o grupo envolvido mas o conjunto da categoria. No entanto, não houve, naquele momento histórico, possibilidade de reverter a situação.

A professora Rosmari, que assumiu como diretora indicada a E.M.E.F. Castro Alves, após a anulação da eleição, fala da experiência em sua entrevista. Naquele período, ela atuava na SEMEC e disse ter recebido com surpresa o convite da Administração. Conversou com o Prefeito, questionando se tinham pensado nela para administrar a escola ou “servir de enfeite”, enquanto a diretora derrotada continuaria mandando. Respondendo, o Prefeito teria assegurado sua autonomia para coordenar a instituição até março, abril, quando seria realizado novo processo eleitoral. Afirma que foi um ano sofrido, mas muito rico, pois pôde ver todos os lados na escola e muita “sujeira” circulando nos bastidores. Acrescentou não ter entendido por que a eleição foi se arrastando e não se concretizou no prazo previsto, o que ocasionou a sua permanência, como diretora, durante todo o ano. Todavia, assegura que, se tivesse ocorrido novo pleito no primeiro semestre, a candidata vencedora não teria repetido sua vitória em apenas um voto, mas teria disparado na urna.

Um fato que merece registro refere-se à surpresa da professora Rosmari ao ser questionada se poderia haver alguma relação entre essa intervenção e a retirada das eleições em 2002. Confessa não ter pensado nisso, mas, de imediato, reflete na possibilidade de ter sido um ensaio. A hipótese a perturba tanto que retorna ao assunto mesmo abordando outra questão.

A indicação se prorrogou até abril de 2001, quando, junto com outra escola recém-criada, foi aberto o processo eleitoral com mandato até final de 2002. Convém registrar que a outra escola recém-criada era a E.M.E.F. Santa Marta, para a qual foi convidada a assumir a direção a candidata vencedora da E.M.E.F. Castro Alves no processo de 1999. Com ela, um número significativo dos/as professores/as que a apoiaram naquele pleito, foram transferidos/as para o novo estabelecimento, deixando o caminho livre para que a diretora derrotada da E.M.E.F. Castro Alves, pudesse reassumir a direção e disputar, com a vitória garantida naquela escola. Convém acrescentar que a E.M.E.F. Castro Alves é o único

estabelecimento público que possui três piscinas, construídas numa parceria público-privado e que, seguidamente era citada, pela Administração, como referência entre as escolas da rede municipal.

Face aos acontecimentos e reiterados problemas apresentados, com agravantes a cada novo pleito, torna-se evidente que todos os setores envolvidos com a Educação Municipal (Administração, SEMEC, CEPROL-Sindicato, categoria) estavam cientes da necessária reformulação da Lei 3.878, de 30 de agosto de 1993. Porém, faltava iniciativa e determinação, tanto do Sindicato quanto dos/as gestores/as, para efetivar a discussão da realidade vivenciada nos processos eleitorais e legitimar as alternativas dali decorrentes, através da alteração na normativa existente. Esta atitude certamente teria contribuído não só para evitar e/ou diminuir os intensos impasses na escolha dos/as diretores/as como também para aprofundar o debate da eleição enquanto um mecanismo da gestão democrática.

Assim sendo, a mudança na regulamentação só tomou as vias da efetivação, transcorridos nove anos de sua vigência e às vésperas do quarto pleito baseado na mesma. Além disso, ocorreu por iniciativa da Administração Municipal, dada a necessidade de ajustamento legal à nova LDB e ao novo Plano de Carreira.

A alteração que estava sendo proposta pela SEMEC, em 2002, não contou com a efetiva participação do Magistério Municipal e tampouco foi submetida à avaliação da categoria. Com a justificativa da urgência face à proximidade do processo eleitoral, foi elaborado um projeto de lei, que chegou a ser encaminhado para a Câmara de Vereadores. Entre as principais modificações, previa:

- eleição direta e uninominal de diretor/a e vice-diretor/a⁴⁹ através de chapas, pela Comunidade Escolar, entendida como sendo: um dos/as pais/mães ou responsáveis legais dos/as alunos/as, alunos/as maiores de 12 anos, professores/as e servidores/as lotados/as e em exercício na unidade escolar;
- critérios para candidatar-se: graduação em Pedagogia ou em curso com o compromisso de conclusão até 2007; conclusão do Estágio Probatório, em atividade docente; não tenha sofrido pena disciplinar no triênio anterior ao pleito; atenda as demais exigências do Plano de Carreira;

⁴⁹ O novo Plano de Carreira (Lei nº 5.050), publicado em 26 de dezembro de 2001, cria, através do Art. 62, a função gratificada de vice-direção para as escolas de Ensino Fundamental, com mais de 700 (setecentos) alunos.

- em caso de não haver candidato/a na escola, o/a diretor/a e vice-diretor/a serão indicados/as pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, para um mandato de 6 meses, prorrogável por igual período, quando será aberto processo eletivo;
- em caso de chapa única não atingir 50% mais um dos votos válidos, o/a diretor/a e vice-diretor/a serão indicados/as pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, seguindo o item anterior;
- a validade da eleição exige a participação de, no mínimo, 25% de pais/mães /alunos/as e 50% de professores/as/servidores/as. Caso um dos segmentos não atingir o percentual de participação exigida, haverá nova votação em 15 dias;
- o resultado final respeitará a proporcionalidade de 50% para o segmento pais/mães/alunos/as e 50% para o segmento professores/as/servidores/as;
- o início do processo eleitoral na primeira quinzena de outubro e a eleição na quarta sexta-feira de novembro;
- a Comissão Eleitoral será integrada por 2 professores/as e um/a representante do Círculo de Pais e Mestres (CPM);
- a Comissão Paritária será composta por 2 integrantes da SEMEC, 2 do CEPROL-Sindicato e um/a representante da ACPM (Associação dos Círculos de Pais e Mestres – em Comissão Provisória);
- em caso de licença ou vacância, assumirá a direção o/a vice-diretor/a, no impedimento deste/a o/a supervisor/a e, na impossibilidade deste/a, o/a professor/a da escola com maior tempo de serviço no Magistério Municipal.

Tendo em vista que o processo eleitoral já estava se iniciando, o projeto, que não havia sido discutido pela categoria, não foi compreendido nem aceito no interior das unidades escolares. Resistindo à sua imposição, o Magistério nem se dispôs a analisar seu conteúdo, posicionando-se pela retomada e amadurecimento de suas proposições somente para o pleito seguinte.

Assim sendo, o projeto de lei nem chegou a ser apreciado pelo Legislativo. Contrariada nas suas intenções, a SEMEC decidiu encaminhar o processo de escolha dos/as diretores/as de acordo com a legislação em vigor.

Denota-se, nesse processo, o quanto a norma legal da escolha das direções de escola, não contemplava as necessidades da prática na sua implementação. Suas lacunas, diante da realidade, acabavam prejudicando os objetivos que lhe deram origem, de tornar a escola um espaço de exercício e aprendizagem da democracia. Além disso, o próprio Executivo descumpru a lei ao ver derrotada uma candidata vinculada à sua base de alianças políticas e impor uma diretora indicada naquela comunidade escolar. A categoria, por sua vez, não consegue reagir coletivamente para evitar o avanço na desconstrução desse mecanismo de gestão democrática na rede municipal.

5.4. DIRETAS NÃO: o fim da eleição de diretores/as em São Leopoldo

Todas as escolas de ensino fundamental da rede pública municipal de São Leopoldo preparavam-se para mais um pleito. Os/As docentes de cada unidade escolar elegeram sua Comissão Eleitoral responsável pela condução do processo, enquanto o CEPROL-Sindicato e a SEMEC, designavam seus membros para integrarem a Comissão Paritária, responsável pelo processo eleitoral como um todo e pela resolução de questões omissas na Lei.

Como ocorre em todo e qualquer momento de disputa de idéias e projetos, novamente em algumas (3 das 35 escolas), surgiram atritos, excessos e inobservância dos prazos legais pela comissão eleitoral da escola, que necessitaram da intervenção da Comissão Paritária. Todavia, somente em uma das Escolas (Escola Santa Marta), o processo eleitoral se interrompeu sem ser retomado em tempo hábil, pois houve empate na Comissão Paritária, quando da votação acerca da reabertura do mesmo.

Assim, em 34 escolas, já estava constituído o Colégio Eleitoral, com representação de pais/mães ou responsáveis pelos/as alunos/as; representação de alunos/as de 4ª, 5ª e 6ª séries; professores/as e funcionários/as lotados/as e em exercício na unidade escolar. Cabe lembrar que a escolha da representação dos segmentos pais/mães e alunos/as foi realizada pelos pares, em Assembléia Geral, com ampla divulgação. Ressalto esse fato para demonstrar que havia um envolvimento de toda a comunidade escolar no processo da eleição de diretores/as e que o cancelamento deste atingiu, não só as pessoas que se candidataram, as comissões eleitorais, enfim, o Magistério, mas toda a comunidade escolar.

Como já foi referido acima, faltando 48 horas para a realização do pleito, o Magistério Público Municipal, bem como toda a comunidade leopoldense, em 07/11/02, foi surpreendida pela atitude do Prefeito Municipal que entrou com ação na justiça para

suspender as eleições. Os argumentos da Prefeitura, apresentados ao público, para a arguição da inconstitucionalidade da Lei 3.878, de 30 de agosto de 1993, davam conta de que as disputas internas incluíam questões político-partidárias e brigas pessoais e/ou de grupos, gerando um clima nocivo ao ambiente educacional. Porém, na Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Procuradoria do Município sustentou que a escolha dos/as diretores/as das escolas era prerrogativa do Prefeito, portanto, eles/as eram cargos de confiança.

Em seu depoimento, a professora Rosane, que ainda presidia o CEPROL-Sindicato naquele período, pois já havia outra diretoria eleita, a entidade foi alertada uma semana antes do corte acontecer sobre essa possibilidade. Reuniu-se com a diretoria eleita e discutiram com o jurídico a situação. Disse que todos/as sabiam que se tratava de uma concessão, de que se o Prefeito quisesse tirar a eleição direta, poderia fazê-lo. Mas “era inconcebível tamanho retrocesso e uma atitude tão autoritária de um governante, em pleno século XXI”.(Rosane)

A decisão do Executivo surpreendeu a todos. “É inacreditável que ele busque na Justiça caracterizar a inconstitucionalidade de uma lei de sua própria autoria”, declarou a presidente do CEPROL-Sindicato, Rosane Rech Figueiredo, qualificando como autoritária e retrógrada a atitude do Prefeito, conforme reportagem do Jornal Vale dos Sinos, de 08 de novembro de 2002 (JUSTIÇA...2002,p.3).

Na mesma reportagem, a presidente eleita, mas ainda não empossada do CEPROL-Sindicato, Ana Inés Affonso, chama a atenção para a postura do Executivo em relação ao Magistério e ao ensino na rede municipal. Diz a nota da imprensa:

Ela cita a redução de pessoal, diminuição da carga horária da supervisão escolar de 40 para 20 horas semanais nas escolas com até 300 alunos, o fim dos estudos de recuperação em turno paralelo para melhorar o desempenho dos estudantes e a redução do auxílio universidade para professores de 12 créditos por ano para apenas dois. “Há um movimento deliberado da administração municipal de reduzir conquistas dos professores e o custo da educação, gerando tensão na categoria” conclui (JUSTIÇA..., 2002, p. 3).

Também nesse dia, o Jornal Vale dos Sinos publica um *a pedido* do CEPROL-Sindicato no qual a entidade “vem a público manifestar o seu repúdio à atitude autoritária e antidemocrática” do Prefeito Municipal. No texto, a entidade manifesta sua concepção acerca do ocorrido:

Com esta atitude, a Administração Municipal tira de toda a comunidade escolar, pais, alunos, funcionários e professores o sagrado direito de escolha [...] dá nítida mostra de não compreender que divergências de idéias, discussões e defesas acirradas de opiniões fazem parte de todo e qualquer processo verdadeiramente democrático. Baseado em fatos isolados, sem identificá-los publicamente, descumpra palavra empenhada, retira o direito do voto da comunidade escolar e lesa a democracia em seu mais importante e sagrado princípio, usurpando o direito de escolha do cidadão (FIGUEIREDO, 2002, p. 10).

Portanto, a entidade representativa dos/as professores/ municipais argumenta, principalmente, que a discussão e o conflito de idéias fazem parte do processo democrático que, na maioria das escolas, transcorria com tranqüilidade. Ao cobrar o descumprimento da “palavra empenhada”, o CEPROL-Sindicato refere-se ao compromisso reafirmado publicamente, em sua campanha eleitoral, de manutenção da eleição de diretores/as.

A manifestação pública da Secretária Municipal de Educação, Carmen Renée Herlin Ritter, faz o contraponto ao afirmar:

“A lei que instituiu as eleições, em 1985, quando Waldir Schmidt foi Prefeito pela primeira vez, teve como objetivo democratizar a gestão nas escolas. Fugiu desse propósito quando se tornou motivo de agressões, desrespeito e cerceamento da liberdade. O Prefeito buscou restabelecer as condições para que as escolas cumpram sua missão principal, a aprendizagem” (CRUZ, 2002, p. 32).

A fala da Secretária generaliza uma situação ocorrida em alguns estabelecimentos e desconsidera o exercício democrático como parte integrante da aprendizagem escolar. Além dessa fala registrada, em diversas reuniões, a titular da SEMEC expressou sua concepção de que a educação deve se manter apolítica. Percebe-se que este discurso é utilizado intencionalmente num momento em que os interesses da Administração estão sendo ameaçados ou atacados publicamente. Denota-se, neste contexto, o quanto as políticas educacionais estão sujeitas aos interesses e/ou concepções de quem está no poder, evidenciando ser impossível a neutralidade na educação.

Os motivos da suspensão das eleições diretas foram pautados pelas pessoas entrevistadas na presente pesquisa. De forma geral, a proximidade das eleições municipais e o momento de fragilidade em termos de organização e capacidade de mobilização da categoria foram apontados como os pilares fundamentais para a atitude tomada pelo Executivo.

O primeiro fica evidenciado na fala da presidente do CEPROL-Sindicato, Rosane Rech Figueiredo, ao dizer:

Penso que o Executivo da época, o Waldir, tinha noção de que a caminhada dele, como chefia, como liderança político-partidária já estava declinando. [...] Eu penso que ele tinha certeza que a esquerda iria conseguir, na próxima eleição, se estabelecer e que eles iam perder o comando da cidade. [...] Uma estratégia pra tentar virar isso, foi cancelar as eleições e indicar seus preferidos, seus colaboradores. [...] teriam 41 redutos, incluindo as escolas de educação infantil que sempre foram indicadas, pra fazer sua campanha política e tentar frear esse caminho que o PT vinha fazendo na cidade e que esse prefeito sabia que a maior parte do magistério, inclusive do funcionalismo, já tinham definido a sua opção.

Conforme o texto explicita, para ela, assim como para outros/as entrevistados/as, o crescimento da oposição política na cidade, em função do desgaste político dos/as governantes, motivado por inúmeros fatores, forçou a busca de estratégias de manutenção do seu projeto na Administração Municipal.

Somado a essa situação, aparece, tanto em reportagens da imprensa local quanto nos depoimentos orais, um desejo do Poder Público Municipal perseguido em vários momentos de eleição da diretoria do CEPROL-Sindicato: a cooptação dessa entidade representativa, tendo seus/suas dirigentes como aliados/as da Administração e defensores/as de suas políticas junto à categoria.

Nas eleições do CEPROL, a administração organizou uma chapa para disputar a entidade, lembra? Tinha diretoras e outras pessoas articuladas pela Secretaria de Educação. Todos sabiam que aquela chapa era da SEMEC, identificada com a Administração. [...] Naquela época, antes da eleição do CEPROL, muitos diretores se posicionavam, influenciavam, inclusive incentivavam os professores a irem nas assembléias, a participarem do sindicato, a reivindicarem seus direitos. A Administração, politicamente, entendeu que precisava diminuir essa influência, cooptar o sindicato, para não ter esse inimigo que batia direto na Administração. Como ela disputou e não conseguiu, terminou com a eleição e colocou diretores indicados, para que eles tivessem essa influência. (Ana Inés)

De fato, a análise histórica demonstra diversos processos eleitorais do Sindicato com participação de mais de uma chapa. E quem vivenciou o período em estudo, acompanhou ou até presenciou as articulações de nomes, feita por integrantes da Administração, especialmente no período de composição e inscrição de chapas aos pleitos. Sem dúvida, a frustração de mais uma derrota imposta pela categoria na eleição da direção da sua entidade é um elemento importante a ser considerado na análise da conjuntura.

O terceiro aspecto apontado é referenciado em vários depoimentos, como podemos observar a seguir, e lança um olhar sobre a situação da categoria:

Eles aproveitam o momento de fragilidade da rede, de instabilidade da rede e percebem o caminho meio que aberto para poder tomar uma atitude. É claro que a organização sindical é outra, as crises são outras, é um movimento que está frágil, não só em São Leopoldo, mas repito, ele é frágil, estadual, nacional também e são vários fatores que se somam. (Neusa)

Esta fala evidencia, principalmente, a influência do contexto mais amplo no processo de desorganização da categoria.

Contribuiu a desmotivação, o enfraquecimento do grupo, dos diretores como grupo. Isso facilitou para que a administração pudesse impor mais as idéias e limitar as reivindicações e os direitos da categoria. O grupo todo foi se desmotivando até o ponto de conseguir cancelar uma coisa garantida que era ter uma eleição. Tem culpa da Administração? Tem, mas eu acho que mais culpa cabe a participação da própria categoria. Ninguém estraga uma coisa que realmente está boa. Se ela é perfurada e porque ela tinha pontos fracos, e eles souberam aproveitar. (Ana Catarina)

A fragilidade na atuação coletiva dos/as professores/as e diretores/as é percebida, reforçada e explorada intencional e ofensivamente pela Administração Municipal.

O pessoal se queixa: “O Waldir terminou com a eleição”. Eu digo: não foi o Waldir que terminou, fomos nós que terminamos com a eleição. [...] havia uma pré-disposição de acabar com o processo eleitoral, só não sabiam como. Nós dissemos como com as nossas atitudes.[...] A gente não sabe escolher, escolhe conforme os interesses particulares, não com os interesses da comunidade. Escolhe para benefícios individuais em detrimento ao coletivo. Penso que isso motivou, ou melhor, deu força para que eles tomassem essa atitude. Por isso que eu digo que a culpa é nossa. (Gilberto)

A falta de profissionalismo e espírito coletivo são os principais aspectos assinalados neste texto do professor Gilberto.

As três últimas falas, acima transcritas, assumem as dificuldades que a categoria vinha demonstrando no exercício da democracia a cada pleito. Os ataques pessoais, o jogo de interesses e benefícios pessoais em detrimento de um projeto coletivo, a falta de maturidade e profissionalismo no debate da educação municipal, bem como a incapacidade de analisar o contexto e das diferentes ações que vinham sendo executadas pela Administração, certamente contribuíram para a retirada das eleições diretas, direito conquistado pela categoria em 1985.

A maioria dos/as entrevistados/as mencionou a possibilidade da construção estratégica deste momento de suspensão das eleições diretas, por parte da Administração Municipal, como podemos comprovar nas falas que seguem:

Nós temos plena ciência que não foi de um momento para outro. Isso foi um processo construído, intencionalmente construído. Não houve percepção de que esse processo estava sendo construído. (Neusa)

[...]eles foram tentando atingir a categoria através dos contratos em cada escola, de cada direção, um deles foi separar os grupos, fazer reuniões das escolas por grupos, [...] aí começa a haver diferenciação dos grupos. Penso que através disso, eles começaram a atingir os pontos fracos, a se infiltrar dentro da consciência de democracia tentando retornar a imposição ao ponto de conseguir cancelar a eleição de diretores. (Ana Catarina)

Eu acho que foi uma coisa que foi caminhando lentamente, bem planejado, muito bem organizado, parece que houve uma mente diabólica arquitetando tudo isso. [...] Não digo que é um ser humano, sentado historicamente planejando. Mas é um plano, muito bem elaborado, de estratégia pra interceptar pessoas, pra desmobilizar, pra que não haja discussão, pra que não haja avanço. Pra mim, é isso: um plano de estratégias pra desunir a classe. (Rosane)

Reaparece, nestes depoimentos, mesmo que de forma oculta, a força da categoria e a importância dos/as diretores/as enquanto lideranças na sua organização. Por isso, a intencionalidade da ação expressa, é centrada na cooptação sutil das equipes diretivas, enquanto estratégia de desmobilização da classe e de enfraquecimento de sua entidade representativa.

O “descuido”, por parte da direção do CEPROL-Sindicato que, por um lado não conseguiu perceber os movimentos e, por outro, amenizou sua intervenção, tanto na formação dos/as diretores/as quanto na efetiva responsabilização pelo seu processo de escolha, foram outros fatores apontados. As falas, abaixo transcritas, reforçam esta percepção.

O CEPROL deixou de lado o seu papel social e transferiu totalmente pro município a responsabilidade do processo eleitoral. Quando deveria ter acompanhado, continuado com aquela discussão, com aquela caminhada íntima entre o CEPROL e a escola. Acho que faltou isso. O município assumiu a eleição. A entidade esqueceu dos professores, esqueceu que a responsabilidade da eleição não era do prefeito. Era nossa como categoria. Foi uma conquista nossa. (Gilberto)

Não estou culpando a direção do sindicato, não estou culpando nada. Acho que foi um processo de desgaste. [...], mas acho que, como nós assumimos a eleição de diretores, em muitos momentos, como se fôssemos governo, para mantê-la, eu acho que houve um processo de distração quanto a esta construção do processo de liquidação da eleição de diretores, de extinguir a eleição de diretores, que não foi de um momento para outro. (Neusa)

As falas, tanto do professor Gilberto quanto da professora Neusa chamam a atenção para o fato de que os processos eleitorais para direção de escola, vinham sendo conduzidos historicamente pelo CEPROL-Sindicato. Ao dizer que a “responsabilidade da eleição não era do Prefeito”, mas “nossa como categoria”, Gilberto expressa uma concepção de cidadania participativa, onde não basta conquistar a Lei, mas é preciso responsabilizar-se pela sua

efetivação. Essa mesma fala pode ser analisada, também, enquanto uma concepção de política pública, na medida em que a Lei não assegura a intencionalidade que lhe deu origem, nem é garantia da continuidade de seu processo. Seguindo o mesmo raciocínio a professora Neusa diz que “nós assumimos a eleição de diretores [...] como se fôssemos governo, para mantê-la”, incluindo-se como co-responsável pelo cumprimento da norma legal que a categoria ajudou a construir. Todavia, ao dizer “como se fôssemos governo” concebe que a responsabilidade de conduzir o processo de execução da lei é dos/as governantes.

A “distração” ou desresponsabilização da diretoria quanto ao processo de “liquidação” ou extinção da eleição de diretores/as, abordado nas citações acima, pode ser interpretado como o reflexo das dificuldades conjunturais de se manter e sustentar objetivos coletivamente traçados e conquistas arduamente realizadas em outro contexto, com outros sujeitos envolvidos, independente da vontade de suas lideranças. Essa afirmação se pauta na conjuntura local, nacional e internacional, bem como em questões específicas como o alto índice de rotatividade presente no Magistério Público Municipal, suscitando em seus integrantes, lacunas históricas acerca do seu processo de organização. Além disso, faltava uma formação política que auxiliasse na compreensão de inúmeros fatores nos quais o Sindicato se encontrava imerso. Como afirma a própria Neusa, na sequência de sua entrevista, “Em muitos momentos nós acreditamos que éramos incapazes de dirigir o sindicato e não era essa a questão, até porque trabalhávamos muito para isso”. O que faltava, acrescenta, era o entendimento e as condições de responder às mudanças, nos diferentes âmbitos.

Desta forma, fica evidenciado, pelas diferentes falas, que não há um culpado, nem tampouco um único aspecto determinante para o retrocesso democrático provocado pela atitude do Prefeito, mas um conjunto de situações, postas num contexto, que culminaram neste ato deflagrado.

No dia 08 de novembro, o CEPROL-Sindicato realiza reunião extraordinária do Conselho Político Sindical para avaliar o impacto da medida nas escolas e definir ações.

Um dos encaminhamentos desta reunião foi a realização de um ato público, em 09/11/2004, seguido de uma caminhada até a Secretaria Municipal de Educação, em repúdio à decisão do Executivo. Antes da manifestação, o assunto foi a pauta de uma reunião no gabinete do Prefeito, com a participação do Prefeito em exercício, Secretária de Educação, CEPROL-Sindicato, Comissão Paritária e uma comissão de vereadores. Nesta reunião, segundo a presidente do CEPROL-Sindicato, professora Rosane, a Secretária de Educação

declarou que o processo de interrupção das eleições será uma “lição de cidadania aos professores”.

Como interpretar esta fala da Secretária, se a categoria e a comunidade escolar, tinham perdido o direito político de escolha de seus/suas representantes nas escolas? Ora, a lição de cidadania se dá no exercício dos direitos de cidadão/ã, na reflexão permanente acerca do processo realizado, no debate crítico das dificuldades e situações apresentadas, na busca de alternativas para qualificar os instrumentos de gestão democrática, mas jamais impossibilitando o que lhe é pressuposto.

A frágil reação coletiva da categoria também foi analisada pelo/as entrevistado/as desta pesquisa. De forma unânime, esperavam uma posição mais participativa, de união e de luta para reverter a situação.

O primeiro presidente do CEPROL, professor Gilberto, avaliou que, se este ato tivesse ocorrido na década de 80, a categoria teria fechado as escolas e ido para a rua. Acrescenta que, se a categoria tivesse mantido a mesma garra de outrora, dificilmente o Prefeito Waldir ousaria tomar tal atitude.

A professora Ivone, sucessora de Gilberto, não conseguiu compreender o que aconteceu com a categoria. Disse ter pensado que o pessoal fosse lutar quando os/as docentes ficaram pasmos/as e paralisados/as. Acredita que o desconhecimento da trajetória de luta pela eleição, e outras, protagonizadas pela categoria possam ter influenciado no medo que se instalou.

Para a ex-presidente do Sindicato, professora Neusa, o fim da eleição de diretores/as gerou na rede uma grande dor só percebida quando os/as indicados/as já estavam dentro das escolas.

A professora Zita, que presidiu o CEPROL-Sindicato na década de 90, esperava que o magistério tivesse fechado imediatamente as escolas e se dirigido à frente da Prefeitura. Ficou surpresa ao assistir, mesmo distante, a categoria imobilizada, sem lutar, sem forçar um movimento que envolvesse toda a comunidade escolar.

A professora Rosane, presidente no período em que a suspensão aconteceu, lembrou que coincidiu com o período de transição da diretoria do CEPROL-Sindicato. Como havia vivenciado a década de 80, de intensa mobilização diante da atrocidade dos administradores, criou no seu imaginário, uma expectativa de que a categoria faria uma grande mobilização,

numa reação imediata, à altura do direito tirado. Porém, a conjuntura não era a mesma e os/as professores/as tiveram posturas diferenciadas. Detalhou o que sentiu, ao dizer:

A gente ouvia os comentários das pessoas, posições divergentes, algumas expressando revolta, outras desânimo, descrença. Mas a verdade é que não aconteceu esse grande movimento. Não sei o que houve, acho que foi tudo muito bem costurado, essa política de engessar, de trancar todo o mundo. Parece uma coisa que foi muito bem elaborada. Não pode ser por acaso que a gente ficou desta forma. E algumas pessoas que eram daquela época nem ao menos apareceram. Conheço pessoas que estavam desde a criação do CEPROL, que estiveram em discussões, em brigas feias com o executivo, com a Câmara no tempo dos vereadores “cestinhas”, depois os “traidores da educação”. [...] Aquelas pessoas, colegas, estão na categoria e não estavam indignadas. [...] eu sentia dores no corpo, quando a gente foi pra rua. [...] e senti dores na alma. Aí tu olha pra trás e não vê nem aquelas que sempre falam e se fazem presentes. Elas também não estavam ali. Neste momento, além de difícil, a solidão também é grande.

A professora Ana Inés, presidente eleita, mas inda não empossada na ocasião, foi a única entrevistada que não participou, como integrante da categoria, da história do CEPROL nos anos 80, visto que ingressou, na rede municipal, somente em 1992. Disse que o fato da eleição ter sido derrubada naquele momento deixou-a surpresa e chocada. Lembrou que uniram as duas direções, em exercício e eleita, para somar esforços na tentativa de aglutinar a categoria, sem ter êxito neste objetivo.

A gente foi pra frente da Prefeitura, esperneou, gritou e aquele grito não teve eco.[...] Foi uma atitude tão sórdida e que não teve argumento que nos convencesse. [...] Um fato desses, com todos os agravantes que nós tínhamos, com tudo o que a gente sempre defendeu como educador, a liberdade, a democracia, com tudo o que a gente trabalha na escola, a gente elege o líder da turma, elege o CPM, elege a Associação de Bairro, todos os motivos do mundo a gente teria para estar na rua, movimentar mais, ter uma força mais consistente. Eu esperava, sim. A direção do CEPROL pediu muito, puxou muito para que as pessoas viessem, mas não surtia efeito nas pessoas. Repercutiu de forma forte, como um alicerce que cai num lugar, cria um buraco. As pessoas caíram e ficaram no silêncio. O medo tomou conta, a raiva e o medo se confundiam, muita gente adoeceu, muita gente entrou em depressão. [...] Eu esperava mais e me frustrei bastante com a falta de visão de classe, de politização. A gente se sentiu, enquanto direção do CEPROL, muito sozinha nesta luta. (Ana Inés)

A emoção sofrida da professora Dirlei, que participou ativamente da construção do CEPROL e da primeira Lei de Eleição de Diretores, ao relembrar da notícia do corte em 2002, revelou seu profundo comprometimento com a educação municipal. Disse que, mesmo afastada da categoria, foi procurada por diversas colegas que buscavam dividir sentimentos, angústias e preocupações. Lembrou do contexto em que foi conquistada a eleição direta para

diretores/as, que incluiu luta, dor, choro e exigiu posicionamento firme. Por tudo isso, lamentou o magistério não ter se unido e lutado para reverter a situação, bem como ter colegas que ao invés de assumirem a reflexão da necessidade de elegerem outro/a diretor/a preferiram que o Prefeito o fizesse. Desabafou, dizendo:

Eu acompanhei pelo jornal, pelos colegas que chegavam e era como se uma parte da gente tivesse sido arrancado do nosso corpo. A dor era física, como se tivesse sido retirado um pedaço de uma forma agressiva.[...] Eu ouvi de tudo. Ouvi aquela dor que rasgava o peito e que eu partilhava dela, mesmo distante. Vi muitas de peito partido, sangrando realmente e outras achando que não tinha importância, que não estava bom mesmo, que era muito melhor assim. [...] Vi com preocupação, não tanto pelo ato, como pela reação de algumas, de parte da categoria, de achar que estava bom assim. (Dirlei)

A fraca participação dos/as professores/as nos momentos de protesto foram comentados também pelas ex-diretoras Ana Catarina, Susana e Rosmari. Para elas, a passividade e apatia, demonstradas pela categoria e a rápida aceitação da imposição de diretores/as foi influenciada pela desunião e desmotivação da categoria, bem como pelo enfraquecimento do grupo de diretores/as e do próprio Sindicato.

O impasse criado na educação municipal, pelo cancelamento das eleições, ficou evidenciado e registrado nos diversos meios de comunicação (rádio, TV, jornais, revistas, boletins informativos e outros).

No dia 13 de novembro, o Prefeito Waldir Schmidt assina portaria determinando a instauração de um Processo Administrativo Disciplinar para investigar a conduta da diretora da E. M. E. F. Otília Carvalho Rieth, que teria feito declarações desrespeitosas ao Poder Público Municipal, numa reunião com os/as professores/as da escola. A diretora é afastada, dando início ao processo de indicação de diretores/as, antes mesmo do término do ano letivo. Pais, mães e alunos/as da escola organizam uma manifestação de protesto contra o afastamento da diretora, o que é desdenhado pelo Prefeito.

Mais alguns dias se passam para, em 18 de novembro de 2002, outra diretora ser destituída do cargo. Trata-se da diretora da E. M. E. F. Santa Marta, única escola onde o processo eleitoral havia sido interrompido sem ser retomado antes do cancelamento das eleições diretas, pelo Executivo Municipal. Vale lembrar que a diretora desta escola foi a candidata vencedora, mas não empossada, na E.M.E.F. Castro Alves, no pleito de 1999. Justificando sua destituição, o Executivo alegou somente que tratava-se de uma “criadora de casos nas escolas”. Desta forma, o Prefeito indica a segunda diretora da rede municipal.

No outro dia, 19 de novembro, anuncia que as diretoras das escolas Gusmão Britto e Irmão Weibert permanecerão no cargo para não haver problemas de interrupção de atividades administrativas, visto que eram candidatas únicas.

Mais dois dias se passam, e outro anúncio de permanência no cargo é realizado: as diretoras das escolas Emílio Meyer e Clodomir Vianna Moog. Ambas eram candidatas únicas à eleição.

Em 22 de novembro de 2002, o CEPROL-Sindicato convoca o Magistério Municipal, pais/mães e alunos/as para um ato público na Câmara de Vereadores protestando contra a destituição das diretoras das escolas Otília Rieth e Santa Marta, cobrando uma audiência com o Prefeito, prometida desde 08 de novembro e exigindo o cumprimento da Lei Orgânica Municipal que prevê a eleição de diretores/as pela comunidade escolar. A presença massiva de manifestantes inviabilizou a votação do orçamento para 2003, pelo barulho dentro e fora do plenário.

No dia 26 de novembro, mais duas diretoras, das escolas Castro Alves e Osvaldo Aranha, que disputavam como candidatas únicas, têm anunciado a garantia da permanência nos cargos.

É importante ressaltar esta estratégia utilizada pela Administração Municipal após a suspensão das eleições diretas. Uma semana depois, destitui uma diretora identificada com o partido de oposição, aguarda mais cinco dias e destitui outra da mesma linha ideológica e, a partir do dia seguinte, passa a anunciar, com um espaçamento de alguns dias, as diretoras que permanecerão no exercício da função. A justificativa, a cada anúncio se repete: eram candidatas únicas nas suas escolas e, portanto, sua indicação não causa interrupção no trabalho administrativo da instituição. Contudo, este critério não se mantém em outros estabelecimentos nos quais, mesmo havendo candidatura única, são indicadas pessoas alheias ao grupo para a direção. Além disso, ao proceder à indicação de candidaturas únicas na disputa do pleito interrompido, a Administração explicita que sua argumentação ao arguir a inconstitucionalidade de lei de eleição de diretores/as, servia apenas a casos pontuais e que, ao invés de enfrentá-los na sua especificidade, preferiu desconstituir um processo de forma generalizada. Esta situação reforça a idéia da existência de outros interesses na atitude tomada.

Ao final do mês de novembro, inicia uma avalanche de textos no Jornal Vale dos Sinos, escritos por pessoas da comunidade leopoldense, manifestando sua opinião acerca do

processo e da suspensão da eleição de diretores/as. Enquanto alguns acusavam o CEPROL-Sindicato de posicionar-se de forma equivocada, desrespeitosa antiética e irresponsável, outros lançavam um olhar mais amplo refletindo sobre as condições perversas de trabalho impostas aos/as profissionais da educação, a incoerência ao falar da escola como espaço democrático tomando atitudes autoritárias, o jogo de interesses na educação e o abuso de autoridade.

Optamos em incorporar, pela relevância de seu conteúdo, o texto escrito por um pai de alunos da rede municipal e educador, expressando a sua percepção sobre o momento vivenciado nas escolas de São Leopoldo.

Des... educação

CÉSAR DO NASCIMENTO

VS 13/11/2002

Segundo Paulo Freire "... não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes".

Hoje precisei me abrigar no colo de Paulo Freire porque não suportei mais a violência. Sou pai de alunos da rede municipal de São Leopoldo e, também, educador. Fui, então, duplamente violentado pelas últimas decisões do prefeito dessa cidade, respaldadas pela sua secretária de Educação (ou seria deseducação?).

Estou perplexo! Entro na escola de meus filhos e vejo o semblante abatido das pessoas que são responsáveis pelo seu tempo de alegria na escola. Percebo que a violência sofrida nos últimos tempos as fez perder a coragem de falar de sua utopia, vivenciá-la e lutar por ela.

Senhora secretária, pergunto-lhe com todo o direito de pai, educador e, sobretudo, cidadão: até onde vai o direito dos poderosos de intervir violentamente nas práticas democráticas construídas pelas comunidades escolares, impedindo-nos de escolher diretores, intimidando e ameaçando professores com os famosos "inquêritos disciplinares", eliminando projetos e demolindo os projetos pedagógicos construídos coletivamente?

Essas suas práticas, senhora secretária, reportam-nos ao tempo da ditadura militar, quando o AI-5 perseguia quem possuía posições que divergiam dos interesses dominantes.

Existe uma distância enorme entre o legal e o moral, nestes casos. São Leopoldo, infelizmente, vem demonstrando, através de seus poderes, que não conhece essa diferença. Aqui, as atitudes imorais dos poderosos são camufladas sob a pseudolegalidade. Mas falar de moral e ética num lugar onde ladrões têm mandato protegido seria hipocrisia.

Fico pensando se as pessoas que têm atuado como testas de ferro das barbáries que têm acontecido conseguem andar nas ruas, ir ao supermercado e encarar seus vizinhos nos olhos. Imagino, também como justificam essas atitudes para seus filhos. Como suportam o olhar das crianças que assistem a seus desatinos de forma indefesa, sabendo que, enquanto o Brasil vive a mais autêntica fase de deseducando, destruindo suas utopias na medida em que as afastam das práticas que as favorecem.

Leia Paulo Freire, secretária! Pense que tudo isso que seus interesses estão causando a nossos filhos poderia ser impingido aos seus. Enteneça-se! Seja gente! Respeite as pessoas e, sobretudo, as diferenças! Não esqueça que os cargos são efêmeros, mas os danos podem ser irreversíveis para ambos os lados. O trem da história pára em todas as estações.

EDUCADOR

Este texto revela o sentimento de perplexidade de um pai de alunos de uma escola municipal, diante da atitude do Prefeito e do posicionamento ferrenho da Secretária de Educação acerca da suspensão das eleições de diretores/as. Sua preocupação aumenta na medida em que visualiza a dimensão dela decorrente apontando a destruição dos “projetos político-pedagógicos construídos coletivamente”, o clima de violência e ameaça sobre os/as docentes com ‘inquéritos disciplinares’ e a eliminação de “práticas democráticas construídas pelas comunidades escolares”. Sua percepção se fundamenta no “semblante abatido das professoras” da escola onde estudam seus filhos a quem falta “coragem de falar de sua utopia, vivenciá-la e lutar por ela”. Esta fala demonstra que este pai conhecia o ambiente escolar e, certamente, participava das discussões ali realizadas. Da mesma forma, acompanhava a aprendizagem de seus filhos e conhecia as concepções de seus/as professores/as. Tinha consciência de que a eleição de diretores/as era um instrumento importante de educação para a democracia e sua interrupção poderia acarretar “danos irreversíveis” tanto na vida dos/as integrantes da comunidade escolar, como na história de quem detinha o poder na cidade.

Infelizmente, as diversas e intensas manifestações, por mobilização da categoria ou por artigos livremente encaminhados e publicados na imprensa local, não foram suficientes para sensibilizar o Prefeito Municipal e a Secretária Municipal de Educação e Cultura, no sentido de reverem sua atitude ao imporem tamanho retrocesso na história dos/as profissionais da educação de São Leopoldo e da comunidade escolar como um todo.

A retomada das eleições de diretores/as nas escolas municipais, foi pauta de diversas reuniões de uma comissão integrada pela presidência da Câmara de Vereadores, CEPROL-Sindicato, SEMEC e vereadores. Os trabalhos objetivavam aprofundar e reformular a Lei julgada inconstitucional e realizar as eleições até abril de 2003. Infelizmente a comissão foi se esvaziando em suas reuniões e o alcance de seus objetivos se distanciando.

No dia 20 de dezembro de 2002, em seu gabinete, o Prefeito Waldir Schmidt empossa as 35 diretoras das escolas municipais de ensino fundamental de São Leopoldo. Das 35, 18 foram reconduzidas ao cargo e 17 são novas na função.

Em seu depoimento, a presidente do CEPROL-Sindicato neste período, professora Ana Inés, fala das dificuldades enfrentadas pela ausência de um critério que balizasse as indicações. Algumas diretoras permaneceram, outras foram pessoas sem liderança expressiva, mas que haviam se candidatado em alguma escola, e outras, ainda, nem eram do Magistério Municipal. Ana Inés analisa esta situação ao dizer:

Alguns grupos até não foram tão lesados, a diretora que concorria foi a indicada. Então, lá, naquela realidade, o mundo não havia acabado, lá estava tudo normal. Em outras tinha duas candidatas e uma delas foi indicada e a outra ficou no grupo ou pediu e saiu. Ali foi ruim, mas não foi tudo aquilo. Em outras, a candidata única não foi indicada e foi trazido alguém de fora. Foi o caso do Franz, do Olímpio, do Maria Emília e mais algumas outras. As reações foram diversas e, neste sentido, acredito que a Administração conseguiu também abafar uma reação. Eles tomaram uma ação de acabar com a eleição, mas o que eles colocaram no lugar não seguiu uma regra geral para todos. Houve um pano quente em muitos lugares. A pessoa que era candidata foi indicada e o grupo ficou feliz. (Ana Inés)

Esta estratégia utilizada pela Administração certamente influenciou muito no posicionamento dos/as professores/as e até mesmo da comunidade escolar. Esse fato, aliado aos sucessivos anúncios de manutenção de algumas diretoras, logo após a suspensão do processo eleitoral, conforme o histórico anteriormente registrado, contribuíram significativamente para acomodar muitos grupos e inviabilizar um movimento unitário para reverter o processo de indicação.

Não bastasse, as ofensivas da Administração destituindo duas diretoras, ainda no mês de novembro, provocaram medo de represálias e insegurança, paralisando muitos/as educadores/as.

Foi neste clima de tensão, nervosismo e instabilidade que os/as professores/as municipais, realizaram a avaliação de seus/suas alunos/as, elaboraram o panorama escolar para o ano seguinte e encerraram as atividades pedagógicas do ano letivo de 2002.

Em 31 de maio de 2003 é lançado oficialmente o Comitê Municipal em Defesa da Escola Pública e Democrática, em São Leopoldo. A bandeira principal do comitê, liderado pelo CEPROL-Sindicato, é a eleição de diretores/as das escolas. Além disso, busca formas de aumentar a participação da comunidade escolar no cotidiano da instituição, ampliar a oferta de vagas e o número de escolas no município.

Em 21 de outubro de 2003, pais/mães, estudantes, professores/as e funcionários/as elegem os/as novos/as diretores/as das escolas estaduais. A grande participação e mobilização dos diferentes segmentos da comunidade escolar se tornam mais um reforço na pressão pelo retorno do processo, também nos estabelecimentos de ensino da rede municipal.

Com a efetivação do Conselho Municipal de Educação, em 22 de novembro de 2003, o Prefeito Waldir Schmidt, propõe a este grupo a elaboração de um projeto de lei para encaminhar ao Legislativo Municipal, visando a retomada das eleições diretas nas escolas da rede. Mesmo estando em fase de estruturação, o CME aceita a proposta do Executivo. Porém,

na continuidade dos trabalhos, o projeto de lei, se elaborado, não chegou à Câmara de Vereadores para apreciação e votação.

Segundo a professora Ana Inés Affonso, presidente do CEPROL-Sindicato no período que sucedeu a suspensão da eleição de diretores/as, a retomada deste processo tornou-se o único objetivo perseguido em sua gestão (2003 e 2004).

A professora Rosane, presidente da entidade sindical em 2002, avalia a postura das colegas que assumiram como indicadas dizendo que, inicialmente, parecia que todas eram da absoluta confiança da Administração Municipal e a ela se submeteriam. Porém, depois, foi possível visualizar que nem todas...

[...] estavam totalmente de acordo. Mas eu não sei se a Administração sabia quem estava de acordo ou se também não sabia, ou não tinha o controle. [...] Existiram algumas diretoras que simplesmente não concordaram, ficaram na administração das escolas, trabalharam não concordando, e não fizeram também muita coisa.[...] Houve, por exemplo, um movimento da Prefeitura, de algumas pessoas da SEMEC, obrigando os diretores, a usar adesivo no carro, durante a campanha. E uma diretora, que eu sei, disse “Não”. Argumentou que ela era diretora indicada porque ela também estava no grupo e ele quis que ela permanecesse. [...] Mas que nunca ninguém da Administração tinha obrigado a usar adesivo no carro e que ela não colocaria. Ela permaneceu e agora, em 2005, ela foi eleita [...] Essas pessoas talvez tenham ludibriado a Administração, ou o Executivo não teve tempo, ou não tinha pessoal suficiente. Isso me conforta mais: acreditar que a Administração não tenha encontrado o número de pessoas suficiente para por nas escolas pra executar essa tarefa.

Esse depoimento, reiterado em outros depoimentos, demonstra que algumas diretoras que permaneceram na função o fizeram pensando unicamente em continuar seu trabalho na escola, sem levar em conta a dimensão do que sua atitude representava para o conjunto da categoria. Tampouco imaginavam a consequência e o peso que significava ser indicada como “cargo de confiança” da Administração Municipal.

Ao afirmar sentir-se mais confortada pensando que a Administração pudesse não ter encontrado pessoas em número suficiente para implementar seus objetivos, a professora Rosane refere-se a postura profissional de algumas diretoras indicadas que descumpriram ordens de quem as escolheu para esta função, rompendo com uma lógica desta forma de escolha. Por isso questiona-se se essas pessoas ludibriaram a Administração ou foram escolhidas pela carência de lideranças assumidamente comprometidas com seu projeto político.

Nesse sentido, foi muito interessante e relevante ouvir o relato da professora Susana, que já era diretora e permaneceu como indicada pelo Prefeito. Ela disse não ter se sentido “uma pessoa indicada, partidária, cargo de confiança”, mas tinha consciência que “se abrisse a boca para falar muitas coisas, podia ser tirada.” E conclui dizendo que “daí era o meu trabalho que estava em jogo [...] e eu não queria perder aquilo.”

Na continuidade de seu depoimento, a professora Susana estabeleceu um comparativo entre os períodos vivenciados, como diretora eleita pela comunidade escolar e indicada pela Administração. Discorrendo sobre essa sua experiência, afirmou:

Quando foi acabada a eleição, daí que piorou, porque daí a gente não podia dizer nada, tinha que ficar engasgado o tempo todo, tinha que engolir sapo o tempo todo e não podia dizer nada. Nesses dois anos tinha que dizer “amém” pras coisas e às vezes até fazer coisas contra a tua vontade, contra os teus princípios, não ilegalidades, mas era coagida a fazer: ou tu fazia ou tu caía fora. [...] A gente era obrigada, tinha aquelas coisas de campanha, a gente foi obrigada a fazer aquilo, porque se a gente não fizesse a gente sabia o que podia acontecer. E isso aí foi uma das coisas terríveis pra muitas, pode-se dizer uma grande maioria se sentiu muito mal, muito incomodada com essa questão, porque a gente nunca tinha feito, nunca, por nenhum governo, a gente foi obrigado a agir assim. Eu achei horrível isso. (Susana)

Transparece nessa fala, que algumas direções, como é o caso da ex-diretora Susana, imaginavam poder continuar desenvolvendo o seu trabalho, durante o período da indicação, da mesma forma como se eleita fossem. E que só foram percebendo o grau de comprometimento com a Administração, resultante desse processo, na medida em que esta exigia fidelidade e o cumprimento de determinações vinculadas ao alcance de seus objetivos.

Os reflexos da indicação de diretores/as na vida pessoal e profissional, decorrentes do período de 2002 a 2004, inseriu-se no foco da pesquisa, através do relato das pessoas entrevistadas. Todas abordaram os enormes prejuízos que a interrupção de um processo democrático de escolha trouxe para os/às profissionais da rede municipal e as seqüelas profundas que continuarão a existir por muito tempo. Vejamos algumas falas:

Tem todo um desconforto construído, uma falta de confiança e um desestímulo completo no trabalho, resultante de muitas brigas, de muitas intrigas e conflitos intensos nas escolas. (Neusa)

[...] nesses dois anos, as escolas funcionaram, cada uma, de qualquer forma. Aí que eu vejo que conseguiu ficar pior do que era antes, porque antes a gente tentava, fazia um esforço e ainda conseguia alguma coisa. Mas parece que piorou ainda mais. Cada escola ficou num mundo isolado, com seu problema, com a sua dificuldade. (Rosane)

A gente notava que as colegas não podiam mais falar, não podiam se manifestar nas assembléias, as pessoas que iam eram intimidadas porque alguém da SEMEC ia lá tirar fotos, as pessoas ligavam pra gente e não queriam se identificar, professores choravam ao telefone denunciando abusos de autoridade da diretora indicada que trocava as pessoas de turma, transferiam, exercia pressão psicológica. Havia uma autonomia muito grande nas mãos destas diretoras, um respaldo da Secretaria de Educação, que tudo o que elas quisessem fazer elas tinham apoio total, carta branca. Foi muito horrível. [...] Isso deixou uma marca muito forte na categoria, machucou muito, fragilizou. As pessoas sentiram medo, foram perseguidas, muito ameaçadas. Qualquer motivo era lavrado uma ata, acionado o CAP⁵⁰, chamado para o gabinete da Secretária, encaminhado sindicância. Foi um caos. (Ana Inés)

Os depoimentos, acima transcritos, são reveladores do quadro caótico que atingiu a rede municipal e se instalou em maior ou menor grau, em cada estabelecimento de ensino. Em algumas escolas, especialmente onde foi indicada uma diretora estranha ao corpo docente, o clima ficou insuportável para muitos/as educadores/as, do ponto de vista administrativo, pedagógico, pessoal e profissional, como é o caso da E.M.E.F. Maria Emília de Paula, que abordaremos no seguimento do presente trabalho.

5.5. Retomar a construção da Gestão Democrática nas Escolas Públicas Municipais

“Nós vínhamos num processo de democratização na educação municipal, mas o processo foi cortado, interrompido violentamente e retomar não é uma coisa fácil”. Essas palavras da professora Rosane, ex-presidente do CEPROL-Sindicato, sintetizam a “terra arrasada” em que a nova Administração Municipal encontrou os/as trabalhadores/ em educação de São Leopoldo, no início de 2005. Muitos/as professores/as com depressão, abalados física e psicologicamente, outros/as tantos/as paralisados/as, silenciados/as, inseguros/as e com muito medo de se expressarem. Pessoas estigmatizadas e rejeitadas por suas posturas, decisões e atitudes durante os últimos dois anos. Grupos esfacelados e esmorecidos buscando razões para alimentar suas esperanças e poder continuar acreditando que *um outro mundo é possível*.

E os prédios dos estabelecimentos municipais? Sim, há de se admitir que os prédios, na sua grande maioria, estavam bonitos e muito bem cuidados. A aparência da educação municipal encobria o sofrimento imposto aos/às seus/suas professores/as, que protagonizaram muitas lutas por respeito e valorização profissional, bem como pela democratização e qualificação da rede que integram.

⁵⁰ CAP: O Conselho Administrativo e Pedagógico da escola tem caráter consultivo e propositivo.

(Re) Construir nesse contexto torna-se um grande desafio, especialmente para a equipe da SMED⁵¹ que atualmente está na condução das políticas educacionais do município. Ainda mais, quando um de seus objetivos é justamente a democratização da gestão e do espaço escolar.

A implementação da gestão democrática em São Leopoldo, também foi pautada nas entrevistas que integram a presente pesquisa. A primeira referência, ao abordá-la, foi a eleição de diretores/as, compreendida, de forma geral, como um aspecto da gestão.

De forma unânime, os/as entrevistados/as se posicionaram pela não concretude desse princípio constitucional, junto aos estabelecimentos de ensino do município. “Nós mal engatinhamos”, “tínhamos só a eleição”, “houve ensaios” e “ainda não vivi uma gestão democrática”, foram algumas expressões utilizadas para manifestar sua percepção acerca do assunto. Elas retratam uma concepção de gestão mais ampla, com participação efetiva da comunidade escolar.

Houve um momento em que uma das professoras entrevistadas admitiu que, por muito tempo, a concepção de gestão se resumia à eleição de diretores/as e que, atualmente, sentia vergonha ao olhar para a participação proporcional dos segmentos pais/mães e alunos/as, regulamentada na legislação municipal. Porém, reconhece que esse pensamento fez parte de um processo histórico e que hoje se encontra num outro patamar de discussão e exigência.

Mencionada enquanto um elemento fundamental para a democratização, a eleição de diretores/as, realizada nas escolas municipais, foi analisada em algumas entrevistas. O professor Gilberto, presidente do CEPROL no período em que ela foi efetivada pela primeira vez, lembrou que, embora não tenha sido inserida no texto legal, a apresentação da plataforma de trabalho, numa reunião com participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, constituía-se numa exigência do processo eleitoral. Segundo o ex-presidente, este procedimento objetivava assegurar a discussão dos problemas que envolviam o ambiente escolar e apresentação de possíveis soluções que pudessem ser “cobradas” do/a candidato/a eleito/a. Acrescenta que, com o passar do tempo, as direções se vincularam às vontades dos/as eleitores/as, agindo de maneira politiqueira.

Essa visão é compartilhada pela ex-diretora Susana, quando afirma que “as pessoas não têm respeito umas pelas outras, fica um clima horrível dentro da escola, não se pensa

⁵¹ Em 2005, a sigla da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer passou a ser “SMED”.

mais na educação”. Conclui dizendo que a eleição “não pode ser um processo de te destruir, de te prejudicar no profissional e no pessoal”. Certamente, a escolha da direção, permeada por ataques pessoais, em detrimento de construção de propostas coletivas, pouco ou nada contribui para estabelecer uma gestão democrática.

Todavia, essa situação não pode ser generalizada nos processos das escolas da rede municipal, ao longo de seu exercício e, tampouco, justifica a suspensão de sua realização com o argumento de que a comunidade escolar não está preparada para uma gestão democrática. A democracia só se aprende no exercício do conflito que dela faz parte.

A professora Dirlei, liderança histórica na categoria, busca explicações para as debilidades do processo, manifestas pela ex-diretora Susana, ao dizer que...

[...] nunca foi feito um trabalho para as pessoas se conscientizarem do que é afinal essa tão falada democracia, sua importância, a responsabilidade que ela implica. [...] falta é trabalhar o valor desse princípio, falta desacomodar, tirar o sossego para que se pense no valor da democracia, enfim, que sociedade a gente quer formar. Ao mesmo tempo que a gente diz que a sociedade precisa mudar, que do jeito que está é impossível continuar, não se desenvolve um cidadão novo com práticas ou com formas de pensar mais coerentes [...] Eu acho que para uma escola democrática é preciso desassossegar essa gente, é preciso fazer com que descubram o valor de tudo isso, e que se reencontrem com os verdadeiros valores que eu acredito que todos nós temos. (Dirlei)

Essa fala é reforçada pela professora Neusa quando afirma que, em São Leopoldo, ...

[...] intencionalmente, não há formação das equipes diretivas por parte do governo.[...] A democracia é um exercício difícil. [...] Eu acredito que construir processos democráticos, demanda um grau de conhecimento grande, de tolerância e de capacidade de articulação. (Neusa)

Ambas as falas, acima transcritas, apontam para a insuficiência do pleito, no processo de gestão, mesmo que com ampla participação dos diferentes segmentos constituintes da comunidade escolar. É preciso acompanhar, orientar permanentemente e investir intensamente na formação continuada de toda a equipe diretiva.

Essa tarefa é de responsabilidade da Administração Municipal, mas é, também, inerente a função de quem assume como gestor público. Como lembraram algumas pessoas entrevistadas, “falta conscientização de cada um”, “retomar sua posição” e “assumir o papel político que tem, exercendo e permitindo o exercício da democracia por todos os segmentos”.

Ou seja, “participar e possibilitando a participação, buscando o melhor, para o coletivo, na diferença” (Gilberto).

Implementar a gestão democrática exige, portanto, uma mudança paradigmática, de superação de posturas particularistas e corporativas dos/as educadores/as, pela participação das camadas populares nos destinos da escola pública. Em outras palavras poderíamos dizer que é preciso assumir o compromisso de tornar a escola pública cada vez mais pública. Como afirma Erasto Mendonça,

A participação da população no processo de gestão democrática da escola não pode ser considerada uma benesse do Estado ou de seus funcionários. Assim como a participação dos profissionais foi o resultado de uma luta histórica pela democratização das relações de poder nos sistemas de ensino, também a participação da população será qualitativamente relevante uma vez que se constitua como resultado de sua própria luta. Não se trata, portanto, de outorga de privilégio pelo Estado, de uma concessão de participação na estrutura da escola e dos sistemas de ensino. O Estado enquanto administrador da escola pública é que precisa ser empurrado na direção dos interesses da maioria da população”. (MENDONÇA, 2000, p.160)

A citação do autor remete a necessidade de reforçar a organização autônoma da população e o estabelecimento de mecanismos de participação efetiva nas discussões e decisões da escola.

Nesse sentido, é preciso avançar na atual estrutura de participação das escolas municipais de São Leopoldo, restrita, em sua ampla maioria, ao caráter meramente colaborativo e executivo do CPM. A criação e implementação de Conselhos Escolares e de Grêmios Estudantis, bem como a (re)construção do projeto político-pedagógico de cada unidade escolar configuram instrumentos fortemente impulsionadores da participação deliberativa.

Todavia, conforme Mendonça (2000), torna-se necessário superar os obstáculos objetivos como a falta de tempo, o cansaço, os horários, o despreparo, entre outros, que exigem a “adoção de uma política voltada a facilitar e incentivar a participação da população” de forma organizada.

Enquanto os profissionais que atuam nas unidades escolares, por força de seu próprio trabalho, são formados para a participação e os horários, em geral, os contemplam, os pais, além de serem penalizados nos horários, não têm capacitação sistemática para a participação. Por isso, são dignas de menção as iniciativas de alguns sistemas de ensino que adotam políticas de capacitação de membros da comunidade escolar para a gestão participativa. (MENDONÇA, 2000, p. 162)

Como já afirmamos anteriormente, descendemos de uma tradição autoritária arraigada em nosso país e, portanto, a democracia se constitui num processo de aprendizagem permanente e que deve ser exercitada nos diferentes espaços sociais. E nesse sentido, a escola, enquanto uma instituição social que trabalha com as relações e com o saber, coloca-se como um espaço privilegiado de possibilidades deste aprendizado. Todavia, é imprescindível que todos/as os/as envolvidos/as no processo educacional se comprometam com essa luta. Como afirma Paulo Freire (2001),

Uma rede pública pode ir criando em si mesma as condições de ser democrática, na medida em que a sociedade, historicamente, venha experimentando mais democracia, na medida em que o “sabe com quem está falando?” vá desaparecendo até tornar-se uma absoluta estranheza. [...] Uma rede pública pode criar condições de ser democrática na medida em que, mobilizando-se, lute contra o arbítrio, supere o silêncio que lhes esteja sendo imposto e leve o poder arbitrário do governo a conceder. Em qualquer das hipóteses, a luta é indispensável. (FREIRE, 2001, p.203)

Por fim, torna-se importante registrar a concepção expressa pela maioria dos/as entrevistados/as, de que o Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses – CEPROL tem um papel importante nesse processo, fomentando o debate sobre a escola pública, as relações de poder que a permeiam e o papel dos/as profissionais que nela atuam. Entendem que, ao retomar essa discussão, estará promovendo cidadania e ocupando um espaço, hoje aberto e favorável, para reconstruir sua própria força e organização junto ao Magistério Municipal.

6. OS REFLEXOS DA PERDA DA ELEIÇÃO DIRETA PARA DIRETORES/AS NO INTERIOR DE UMA ESCOLA

O capítulo que ora iniciamos se apresenta enquanto o estudo de um caso dentro da temática abordada e tem o objetivo de explicitar os desdobramentos decorrentes de uma política adotada dentro de um contexto histórico.

Referimo-nos à retirada da eleição direta para diretores/as nas escolas municipais e seus reflexos no interior de uma escola. A análise focaliza a E.M.E.F. Maria Emília de Paula, na qual atuava naquele momento. O ato do Prefeito, retomando a prática da indicação dos/as dirigentes escolares atingiu o projeto político-pedagógico da instituição, suas práticas e a vida pessoal e profissional, especialmente das professoras⁵².

6.1 - Situando a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Emília de Paula

A E. M. E. F. Maria Emília de Paula, localiza-se na zona norte do município de São Leopoldo, no bairro Arroio da Manteiga, loteamento denominado Jardim Luciana.

Trata-se de uma escola que iniciou suas atividades, em 19 de maio de 1994, como anexo da E.M.E.F. Professor José Grimberg. Mesmo na situação de dependência legal de outra escola, a instituição sempre funcionou com autonomia de decisões que eram respeitadas e respaldadas pela escola-sede. Nesse período, a escola estava sob a coordenação da professora Almerinda Cecília Pacheco Bonez.

Sua oficialização se deu através do decreto de criação nº 3.311, de 30 de abril de 1999. Ao ser assim legalmente criada, a Administração Municipal valendo-se do que lhe facultava a Lei 3.878/93⁵³, indicou a professora Suzana Luiza Müller, integrante do corpo docente da escola, para assumir a direção.

⁵² Na E.M.E.F. Maria Emília de Paula, atuavam somente profissionais do gênero feminino, no período em foco.

⁵³ A Lei nº 3878/93 que regulamentava a eleição de diretores/as nas escolas municipais, assegurava, no Art. 20, que “Na criação de Escola novas, o Diretor será indicado pelo Secretário Municipal de Educação, para um período de 06 (seis) meses, ao término do qual será convocada eleição, conforme o art. 17.”. O art. 17 previa que “Se a vacância for superior a 06 (seis) meses, antes do término do período de administração, o Diretor em

exercício convocará Assembléia Geral, composta de professores e funcionários da Escola, para eleger o novo Diretor, no período de 10 (dez) dias”.

Participando do processo oficial de eleição de diretores/as, em novembro do mesmo ano, a comunidade escolar reconduziu a professora Almerinda Cecília Pacheco Bonez para o exercício da função. A supervisão ficou a cargo da professora Sandra Suzete Schaedler Wentz.

Com a brusca interrupção do processo de eleições diretas para diretores/as, em 2002, ao final do ano foi indicada a professora Carla Tanize Metz que passou a integrar o corpo docente da E.M.E.F. Maria Emília de Paula, a partir de janeiro do ano seguinte. A professora Carla optou por levar a professora Cláudia Anita Fernandes, também estranha ao grupo, para exercer a função de supervisora da escola. Ao finalizar o ano de 2003, a professora Cláudia pediu sua alteração de designação alegando não suportar as reiteradas críticas ao trabalho da equipe diretiva, especialmente ao pedagógico no qual atuava. Por isso, a pedido do corpo docente, em 2004, a professora Leocádia Inês Schoffen exerceu essa função.

Com a vitória da oposição para a Administração Municipal, ao final de 2004, a diretora Carla exonerou-se de sua função, sendo substituída, temporariamente, pela professora Judithe Rita Cruz da Cruz, atendendo ao critério de antigüidade na escola, estabelecido pela nova equipe da Secretaria Municipal de Educação.

Atualmente, retomado o processo de eleições diretas e realizado o pleito em 30 de abril de 2005, a E. M. E. F. Maria Emília de Paula está sendo administrada pela professora Sandra Suzete Schaedler Wentz, tendo, como supervisora, a professora Deise Regina Mentz Schubert Faleiro.

A instituição conta com 209 alunos, divididos em 9 turmas da Educação Infantil à 5ª série do Ensino Fundamental. Na escola, atuam 16 professoras, um secretário, 2 merendeiras e duas funcionárias (vinculadas a uma empresa de terceirização) para os serviços de limpeza em geral. No contra-turno, oportuniza o atendimento aos/às alunos/as que necessitam de Estudos de Recuperação.

O loteamento Jardim Luciana, onde se situa a escola, apresenta boa infra-estrutura, com rede de água, luz, telefone e calçamento. Nele existem algumas microempresas geradoras de empregos, como a Elege Alimentos S/A, Madebrumi Comércio e Representações Ltda. e a

FIREZZI Luigi Calçados Ltda. Estas micro-empresas empregam muitos/as pais/mães de alunos/as da escola.

O comércio local conta apenas com alguns mini-mercados, lojas de revenda de roupas e lojas de R\$ 1.99, fato que obriga os/as moradores/as ao deslocamento a outros bairros em busca do atendimento de suas necessidades. Os/As moradores/as construíram uma Associação de Moradores com sede própria, que promove algumas atividades e eventos, além de encaminhar as reivindicações de quem representa.

Os/As alunos/as atendidos/as pela escola são, na maioria, moradores/as do loteamento. Todavia, algumas crianças se deslocam das proximidades: Vila Baum, Parque Campestre, Vista Alegre e Parque Mauá.

Percebemos que a maioria dos/as alunos/as são providos/as das necessidades básicas e poucos são muito carentes. A grande maioria dispõe do material escolar solicitado. Os/As pais/mães mostram-se bastante participativos/as no que se refere à vida escolar dos/as alunos/as. Muitos/as deles/as participam das reuniões, promoções e festividades realizadas pela escola e comparecem, espontaneamente, para buscar informações sobre a aprendizagem das crianças.

Em Assembléia Geral do CPM (Círculo de Pais e Mestres) da escola, é definido um valor-referência como contribuição espontânea. Percebe-se que a maioria realiza essa ajuda financeira, o que possibilita a aquisição de alguns recursos materiais para a escola. Os/As pais/mães oportunizam e facilitam a participação de seus/suas filhos/as em eventos e passeios realizados pela escola, contribuindo financeiramente.

Uma preocupação que, desde sua existência, norteou a proposta de trabalho lá desenvolvida, foi a busca de um trabalho sério, íntegro e coeso procurando atender às necessidades dos diferentes segmentos escolares.

As práticas pedagógicas exercidas pelas professoras, atualmente, são bastante diferenciadas, principalmente no que se refere à metodologia de trabalho, devido à postura e ao embasamento teórico de cada uma. Porém, na ampla maioria, há receptividade e seriedade em aperfeiçoar e buscar práticas pedagógicas que visem à promoção e ao crescimento integral dos/as alunos/as.

6.2. Situando a caminhada na escola

Em março de 2000, o grupo de professoras da E.M.E.F. Maria Emília de Paula iniciou a construção do Projeto Político-Pedagógico da escola, definindo sua filosofia de trabalho e pressupostos teóricos, apontando e traçando objetivos a curto, médio e longo prazo a serem atingidos pela escola como um todo. Envolveu, na discussão, as funcionárias e os/as integrantes do CPM da escola.

O corpo docente passou a realizar duas reuniões mensais de estudo, momento em que discutia suas dúvidas e construía o embasamento teórico para suas ações. Também aproveitava esse espaço para a realização de palestras com profissionais que pudessem auxiliar no crescimento pessoal, grupal e profissional.

O respeito mútuo, tanto pelas colegas quanto pelas crianças ou pela comunidade escolar, sempre era norteador das ações desenvolvidas.

Buscava-se construir a escola das utopias, num processo permanente de reflexão-ação-reflexão, com respeito à opinião, à individualidade e à caminhada de cada integrante do grupo. A democracia e a solidariedade eram valores fundamentais exercitados na vivência cotidiana e a socialização de novos saberes e práticas, se transformava no suporte da ação pedagógica. Por isso, as reuniões haviam se transformado em oficinas pedagógicas enriquecidas e enriquecedoras pela troca dos diferentes saberes entre as profissionais envolvidas. Dentre elas, existiam diversos talentos e pessoas com habilidades e conhecimentos específicos. Por isso, as trocas impulsionavam o avanço, a reflexão sobre as ações e traziam conseqüentes mudanças para a prática na sala de aula. Além disso, a busca de atualização e qualificação, em nível superior, mestrado ou em cursos de extensão era estimulada e facilitada pela direção e supervisão que ocupavam àquela função com legitimidade.

Tratava-se de um grupo em que o comprometimento profissional, a sensibilidade e a alegria contagiavam quem chegasse. Sim, era um grupo, acima de tudo um grupo de educadoras, responsáveis pelo avanço de cada uma e de todas; um grupo que tinha clareza do sujeito que pretendia ajudar a “formar”, que tinha discernimento sobre a sociedade em que estava inserido e que tinha certeza da importância do seu papel no espaço escolar, na Educação e na História. Enfim, um grupo onde o desafio e a utopia eram acolhidos e transformados em possibilidades concretas de mudança.

As professoras sentiam-se co-responsáveis pelo trabalho administrativo e pedagógico que vinha sendo desenvolvido. Tinha-se a pretensão de lançar sementes, vivenciar valores,

desenvolver saberes necessários e significativos, fomentar o respeito ao próximo e tornar o ambiente escolar um espaço prazeroso a todos os sujeitos que o frequentassem. A coerência entre o discurso e a prática era perseguida pela ampla maioria das educadoras da escola e se traduziu num compromisso coletivo.

No ambiente escolar, atendiam-se vários/as alunos/as portadores/as de necessidades especiais. Sempre que possível, os procedimentos e encaminhamentos a serem dados eram discutidos em grupo, visando ações que possibilitassem o sucesso e o crescimento dessas crianças. Procurava-se olhar cada um/a na sua individualidade, acreditando e estimulando o desenvolvimento do seu potencial. E, inúmeras vezes, as professoras foram surpreendidas com os resultados alcançados em conjunto e que orgulhavam a todas.

Junto à Comunidade Escolar, eram desenvolvidas algumas atividades que se tornaram tradicionais, aumentando a cada ano sua receptividade e o público participante. Era assim com a rifa de Páscoa, cuja arrecadação era revertida integralmente nos “ninhos” uniformizados para os/as alunos/as; a gincana preparatória da “Festa Julina”; a própria “Festa Julina” que se transformou num espaço de integração e diversão para adultos e crianças; a “Festa da Família” com o único propósito de integrar toda a comunidade no espaço escolar; a “Mostra de Talentos” que encantava e surpreendia a todos/as.

Pedagogicamente, no ano de 2002, o corpo docente chegou a reconstruir, de forma coletiva, grande parte do currículo de pré a quinta série. Realizou isso durante as reuniões, possibilitando que todas as professoras se manifestassem sobre os conhecimentos a serem trabalhados em cada série, independentemente da área de atuação.

A supervisora não se limitava a questões burocráticas de verificação de cadernos de chamada, preenchimento de formulários e acompanhamento de reuniões. Ela era responsável pela coordenação do estudo, pela articulação do trabalho pedagógico coeso e integrado, pela desacomodação das profissionais, pelo olhar atento e auxiliar na busca de coerência entre as discussões realizadas e as práticas cotidianas. À supervisora, cabia a responsabilidade de acompanhar todo o trabalho pedagógico desenvolvido pelas professoras em sala de aula. E isso era feito no horário de planejamento semanal de cada professora, momento em que era possível reunir e discutir o trabalho específico de cada turma, dificuldades apresentadas pelos/as alunos/as, avaliar atividades desenvolvidas, encaminhar projetos de trabalho e realizar encontros com pais/mães e/ou outras profissionais, com vistas a qualificar a ação pedagógica e promover a efetiva aprendizagem de todos/as os/as discentes.

Havia dificuldades? Muitas, pois se tratava de profissionais e pessoas diferentes, críticas, convictas e humanas, mas que, acima de tudo, prezavam pelo diálogo, pela união, pela ética profissional, pela democracia. Talvez esse fosse o seu diferencial de grupo. Talvez fosse, justamente por isso, que, logo após o cancelamento da eleição, as educadoras tiveram certeza de que não havia entre elas alguém da confiança do Prefeito para ser indicada a assumir o cargo de direção daquela escola e que, inevitavelmente, viria, portanto, alguém de fora para assumir a função. O grupo sofreu junto, chorou junto, lutou junto contra a violência que o atingia e tentava destruir aquele espaço construído com tanto carinho.

Passada a indignação do momento, as professoras da E. M. E. F. Maria Emília de Paula passaram a preparar seus espíritos para o que a perversidade do ato do Prefeito lhes reservava. Cabe ressaltar que havia apenas uma candidata disputando as eleições e o clima, durante o processo eleitoral, era de absoluta tranquilidade e confiança na plataforma de trabalho que apontava para a continuidade da caminhada de riqueza pedagógica indescritível. A tranquilidade baseava-se na certeza de que a candidata seria eleita por unanimidade e que desenvolveria uma belíssima gestão em conjunto, ampliando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

6.3. O impacto da(s) perda(s)

Para as professoras, foi muito duro ver o Projeto Político-Pedagógico ser interrompido, desrespeitado e completamente desconsiderado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC que, mesmo conhecendo a riqueza de sua trajetória, impôs pessoas inexperientes e desqualificadas para coordenar o trabalho administrativo e pedagógico junto àquela escola. Quando as educadoras se depararam com o poder da decisão que lhes era imposta, de um processo sem volta, tiveram a certeza de que um período muito difícil as aguardava.

Antes de findar o ano de 2002, já souberam quem seria a sua diretora e que, junto com ela, viria, também, uma supervisora, fato que colocou duas professoras como excedentes no panorama escolar, resultando, por isso, na sua transferência. Forçando uma reunião com a nova diretora e supervisora, ainda no final do ano letivo de 2002, as professoras buscavam saber quais as metas da nova equipe (não tinham!!!!), para garantir respeito ao panorama elaborado pelo grupo, para externar-lhes a insatisfação com a situação e dizer-lhes que não eram bem-vindas, pois o grupo tinha outras pessoas para ocupar suas funções. Deixaram

claro, nessa reunião, que não se tratava de questão pessoal, mas do ato que elas representavam e do lugar que ocupavam de forma indesejada pelo grupo e, portanto, sem legitimidade.

Os dois dias de reunião administrativa que antecederam o início do ano letivo confirmaram a angústia das profissionais. No primeiro dia a equipe diretiva apresentou uma explosão indescritível de autoritarismo, abuso de poder e imposições de regras que provocaram reação imediata das professoras. Cada questionamento era interpretado como afronta. A nova diretora chegou a ameaçar dizendo que tinha o poder de chamar a SEMEC para intervir no grupo, a qualquer momento.

No segundo dia de reunião, as professoras foram surpreendidas quando a Secretária de Educação, acompanhada do Setor Jurídico e Pedagógico, adentraram na sala para “apaziguar” os ânimos. As professoras externaram sua insatisfação especialmente com a postura autoritária que as ofendia enquanto profissionais. A Secretária ouviu, reconheceu a insegurança e inexperiência da nova diretora e pediu ao grupo que ajudasse as pessoas que estavam lá, ocupando as funções indicadas por eles (Prefeito e SEMEC), pois as mesmas estavam demonstrando muita vontade de acertar.

Não passou um mês e a Secretária de Educação retornou à escola para intervir, visto que o clima estava muito tenso, pois as atitudes da nova direção estavam desrespeitando e destruindo toda a caminhada da comunidade escolar. As docentes acreditavam, naquele momento, ainda ser possível reverter aquele contexto, através da resistência coletiva, visto que a manutenção daquela situação parecia-lhes insuportável e inadmissível. Porém, mais uma vez, ouviram da Secretária que deviam ensinar as duas que chegaram e ajudá-las no desempenho de suas funções, já que eram inseguras e inexperientes (para não dizer incompetentes), mas cheias de vontade de fazer o melhor trabalho.

6.4. Situando a opinião das professoras, no impacto da convivência com uma diretora indicada

No decorrer dos primeiros sessenta dias de mandato da diretora indicada, foi lançado um questionário aberto para ser respondido espontaneamente pelas professoras buscando compreender melhor o contexto que se vivenciava na escola. Das quatorze profissionais em função docente, seis se dispuseram a responder e outras justificaram não o fazerem devido ao acúmulo de tarefas, naquele momento.

Para facilitar a análise dos dados coletados, através dos questionários, foi elaborada uma tabela (Anexa) contendo a síntese dos mesmos. Os dados revelam um ambiente desfavorável aos fins da educação.

Em primeiro lugar, o grupo de professoras encontrava-se profundamente insatisfeito, de forma geral, com as relações existentes no espaço escolar, especialmente entre as docentes e direção/supervisão. O descontentamento é evidenciado, não só pela perda da eleição direta para a direção, mas, também, pela imposição de uma pessoa estranha ao grupo, como expressam as professoras:

As relações foram cortadas sendo que foi imposta uma pessoa que não fazia parte da comunidade escolar e não conhecia sua história, realidade e encaminhamentos. (Profª “D”)

A SEMEC força as professoras a aceitarem a diretora mediante a ameaça de enviar outra pessoa com mais experiência (18 a 20 anos de direção). Faz o grupo prometer que vai cooperar e ensinar o óbvio porque nem esse ela enxerga. Depois que ouve os relatos das professoras, pede que esqueçam o que passou, que dêem uma nova chance. No final da conversa, convida todos para orar (Profª “B”).

Depois do ocorrido, não tenho a mínima vontade de me envolver em nada na escola, estou um pouco apática, não acreditando que realmente seja verdade. Quanto a elas (diretora e supervisora), vejo que o que vale é o que é dito por elas mesmas não aceitando questionamentos e sugestões que são vistas como afronta. Ficam no seu espaço, “sala da direção”, e não interagem em nada com o grupo (Profª “E”).

Constata-se, aqui, o que Vitor Henrique Paro (1996) aponta ao comparar a escolha dos/as diretores/as por indicação e por concurso, ou seja, em ambos os casos, segundo ele, falta o compromisso político com a comunidade escolar. No contexto em análise, a situação é agravada pelo fato de a pessoa indicada ser imposta, de fora para dentro, para atuar junto a uma comunidade que ela desconhecia, que também não a conhecia e nem a reconheceu como legítima na função. A falta de (re)conhecimento, de ambos os lados, bloqueou as relações desde o início, inviabilizando uma gestão minimamente participativa.

Pelas respostas das professoras, percebe-se outro entrave na relação com a nova equipe diretiva: a interrupção da caminhada pedagógica em processo de consolidação na escola. A supervisora, trazida pela diretora, afirmava que ia dar continuidade ao trabalho da supervisão anterior, o que, segundo o grupo docente, seria impossível por diversos motivos apontados: despreparo, imposição de idéias, não exposição de suas concepções impossibilitando a discussão das divergências e/ou afinidades com o grupo, desconhecimento teórico do referencial assumido pelas professoras, falta de sintonia e vínculo com as

expectativas e caminhada do grupo que coordenava. Como a supervisora anterior vinha desenvolvendo um trabalho de coordenação, articulação, estudo, reflexão e acompanhamento permanente da prática das profissionais, estas não hesitaram em afirmar, no novo contexto, a inexistência da sua atuação pedagógica.

Os dados revelam, também, que, num espaço onde se tentava construir, permanentemente, uma relação democrática, de tomada de decisões coletivamente, voltou a existir hierarquia de funções e autoritarismo. Com a falta de legitimidade no grupo que coordenava, a diretora indicada passou a centralizar o poder e impor suas decisões aos diferentes segmentos da comunidade escolar, respaldada por outro poder superior – SEMEC e Prefeitura.

Houve uma desmobilização total da comunidade escolar uma vez que o espaço democrático foi perdido (Profª “D”).

Sua postura é autoritária e não permite participação direta. Todos os papéis e decisões devem passar pela diretora. Não divide funções (Profª “F”).

Percebe-se, nas falas, as marcas de um poder autoritário assumido pela autoridade local, no caso a diretora, porém delegado a ela numa cadeia hierarquicamente constituída. Para Cruz (2000), o poder pode se fazer presente, em diversas situações seja pela posse de objetos, domínio sobre pessoas, detenção de cargos ou funções, ou nos vínculos que se estabelecem na prática pedagógica. Ele se realiza por entre e no interior das pessoas. Para o autor, não se trata, portanto, de uma ação isolada, mas de uma constituição coletiva.

No quesito *postura profissional*, as declarações das professoras manifestaram desconforto provocado pelas atitudes de quem as coordenava e que se expressavam em desacordo com o pensamento do grupo (Profª “C”). Além disso, voltou a aparecer o autoritarismo, bem como o compromisso e a submissão da diretora a quem lhe confiou a função.

Total falta de ética e desorganização. Permite que falem da direção anterior, das professoras e dos próprios pais. Fomenta fofocas e intrigas. Conversa a portas fechadas com professoras e pais. Não sabe dar respostas precisas, pergunta tudo ao pessoal da SEMEC (falta de preparo, conhecimento e competência) (Profª “A”).

Perdeu-se a postura profissional dando lugar à indicação político-partidária e a pessoas que concordam com a necessidade de calar uma categoria (Profª “D”).

A desorganização nos diferentes setores e atividades desenvolvidas foi apontada por todas as professoras que responderam o questionário. Esse fator se tornou visível para toda a comunidade escolar que enfrentou situações constrangedoras (pais/mães barrados/as ao entrarem no pátio da escola), desagradáveis (bate-boca entre pais/mães na Assembléia) e revoltantes (transferência induzida de docentes). Como afirmou uma professora, “Tudo está uma bagunça, ninguém sabe nada de nada, todos reclamam” (Profª “E”).

A desorganização do espaço físico da escola, das reuniões realizadas, de encaminhamentos equivocados, de comunicações e documentação extraviadas, se traduziu na maior prova, não de insegurança, mas da incompetência administrativa e pedagógica das pessoas indicadas (diretora e supervisora).

Não há organização, nem mesmo para receber a comunidade para uma Assembléia. Extravia documentos. Esquece de comunicar os alunos sobre dias letivos (Profª “A”).

As regras entregues às professoras foram elaboradas pela direção e supervisão (possivelmente copiadas de outra realidade) e lidas na primeira reunião do ano. Apresentaram, apenas, alterações na forma de organização e no conteúdo em relação ao grupo docente para o qual estavam sendo destinadas.

As regras foram trazidas prontas, elaboradas pela nova direção da escola, baseadas numa realidade que não é a nossa, e sim, de outras escolas em que haviam trabalhado anteriormente. Antes, as regras eram discutidas no CAP (Conselho Administrativo e Pedagógico) e trazidas para o grupo dar opiniões e fazer os devidos ajustes (Profª “A”).

Quanto aos/as alunos/as, “as regras vêm se perdendo e o professor já observa resultados desastrosos em sala de aula” (Profª “D”). Ou seja, deixou-se de construir regras com os/as alunos/as e a inexistência de normativas para a convivência harmoniosa foi evidenciando comportamentos resultantes dessa lacuna, especialmente o aumento de problemas de indisciplina. Aos pais e às mães, entre outras questões, foi impedido o ingresso/acesso no pátio da escola, por um longo período. A diretora e a supervisora se colocaram como porta-vozes dos recados entre pais/mães e professoras. Conseqüentemente, a relação de proximidade, de parceria e de acompanhamento direto entre pais/mães e professoras deixou de ser corriqueira e expressiva, como vinha sendo até então.

Os procedimentos adotados, como tantas outras situações, destoaram muito da prática anteriormente realizada que apostava na participação e comprometimento de todos/as os/as envolvidos (professoras, funcionárias, pais/mães e alunos/as) no processo de aprendizagem.

Quando as professoras procuram para um esclarecimento, nunca há uma resposta clara e com os pais há uma preocupação com a necessidade de manter uma imagem e não de fazer encaminhamentos de forma clara e correta (Profª “D”).

Estabelecendo um comparativo entre a gestão anterior e a que se vivenciava no momento da pesquisa, as docentes afirmam que, antes, as decisões eram tomadas em conjunto, ouvidas e discutidas as diferentes opiniões. Depois, não houve mais discussão, nem consulta. “Somos consultadas por intermédio de um caderno que é levado em sala de aula, a cada professora, que rubrica mostrando que tomou conhecimento das decisões” (Profª “B”).

Cruz (2000) analisa a estrutura de poder presente na falta de diálogo e imposição de regras, aos/às docentes e discentes, no espaço escolar. Para ele, a escola de forma geral objetiva dominar o corpo através do controle da mente e controlar a mente através do domínio do corpo.

O domínio do corpo e da consciência das pessoas exige dominar o espaço e o tempo em que eles são e se movem. É o que fazem as escolas ao limitar os alunos a espaços restritos e impor regras para as quais os alunos (e professores) têm “democraticamente” duas opções: ou concordam ou obedecem [...]. Ela reproduz a sociedade, produzindo internamente estruturas e relações de controle e usando o conhecimento como tecnologia de dominação, sob o nome de educação (CRUZ, 2000, p. 65).

As maiores preocupações apontadas pelas professoras, na gestão anterior, relacionavam-se ao crescimento de todos/as os/as integrantes da comunidade escolar. Algumas manifestaram, inclusive, a inexistência de aspectos que preocupassem pela caminhada que vinha sendo traçada e que teria continuidade se fosse eleita a candidata de consenso. Porém, depois, passou a prevalecer o receio da destruição do trabalho construído, das relações estabelecidas, de represálias, de uma estagnação e/ou um retrocesso pedagógico.

Que tudo o que construímos, através de uma relação de muito respeito mútuo, tanto entre direção/pais e professoras/pais se perca em virtude da falta de diálogo e entendimento (Profª “A”).

Que a relação autoritária resolva castigar, punir os que recusam aceitar seus pensamentos e premiar quem os aceita passivamente, bem como influenciar a comunidade escolar (Profª “A”).

Em relação às reuniões pedagógicas que antes aconteciam e eram momentos de reflexão e aprendizagem, em que todas eram desafiadas a envolverem-se, os dados revelam que antes as dificuldades eram enfrentadas pelo grupo e, em conjunto, buscavam-se soluções. Talvez esse fato justifique a resposta da maioria das educadoras manifestando não lembrar ou não saber apontar “a maior dificuldade”. Em contrapartida, depois, vários obstáculos foram registrados: incompetência administrativa e pedagógica, relacionamento, falta de diálogo e de respeito, transferência de papéis e falta de confiança na diretora que só cumpre as ordens da mantenedora.

Em relação ao espaço escolar, as expectativas evidenciadas nos dados coletados eram elevadas, no período das gestões eleitas, com ênfase para o debate, desafios e crescimento profissional, além de avanços materiais e em todos os sentidos. Após a indicação, o maior anseio manifestado traduzia-se na retomada imediata das eleições diretas, visualizada como única forma de restabelecer o espaço democrático e acabar com a angústia, o retrocesso e o desmantelamento da caminhada construída pelo grupo.

A análise dos dados dos questionários respondidos pelas professoras evidenciou a inversão dos papéis no espaço escolar com o processo de indicação de diretores/as. Ao invés de se ter uma direção e uma supervisão apontando o caminho e estimulando o grupo na caminhada, passou-se a ter duas pessoas que impediram o avanço de um grupo que, por sua vez, recebeu a incumbência da SEMEC de ajudar e orientar as pessoas lá colocadas para coordená-lo. Configurou-se, dessa forma, uma direção e uma supervisão instituídas, indicadas, impostas e investidas de poder que passaram a assumir uma postura extremamente autoritária. Não havia, concretamente, a possibilidade de sintonia entre as profissionais da educação, naquele espaço, diante da imposição de concepções e práticas administrativas e pedagógicas ultrapassadas para aquele grupo. Houve, para exemplificar, um momento em que a equipe diretiva questionou quem era “esse tal de Paulo Freire” ao qual, reiteradamente, o grupo se referia. Isso aconteceu em 2003!!!!

O contexto analisado revelou uma realidade onde os valores e critérios utilizados para a nomeação da diretora estavam absolutamente desvinculados do Projeto Político-Pedagógico da instituição. Aliás, este teve seu processo de implementação interrompido pela situação colocada e, conseqüentemente, suas metas e objetivos foram abandonados.

No caso da E. M. E. F. Maria Emília de Paula, o que se constata é que houve um retrocesso na autonomia e gestão participativa na escola, bem como uma estagnação no seu processo de qualificação pedagógica.

Como o grupo de professoras vinha construindo e pautando sua prática em experiências e relações democráticas, resistiu à intervenção, não reconhecendo, nem legitimando sua diretora. Ao contrário, buscou, na discussão solidária e responsável, estratégias coletivas de disputa da hegemonia do projeto educacional em construção anteriormente, junto à comunidade escolar.

Dominar, impor-se aos demais é também uma questão de atitude pessoal, de constituição de subjetividade, por isso superar e lutar para que as estruturas de poder estejam a serviço da maioria, e não em benefício de poucos, é opção pessoal, é compromisso individual com uma sociedade democrática participativa (CRUZ, 2000, p. 73).

Apesar da resistência coletiva, não foi possível reverter a situação imposta, o que forçou a democracia a voltar a povoar os sonhos e os anseios daquele grupo de educadoras.

6.5. Reflexos pedagógicos e pessoais na E.M.E.F. Maria Emília de Paula

Com a indicação da equipe diretiva, muita coisa mudou naquele espaço de trabalho. Estabeleceu-se um clima de intrigas entre docentes, com a comunidade, Círculo de Pais e Mestres - CPM, funcionárias e alunos/as. Como já foi citado, as regras para alunos/as e professoras foram impostas e, sem legitimidade, a nova diretora passou a utilizar-se do poder que lhe foi conferido pela SEMEC para enfrentar e atacar, de forma autoritária e desrespeitosa, as manifestações do grupo.

Em 2003, perdeu-se o espaço das discussões no coletivo. As professoras passaram a ser chamadas individualmente ao gabinete da diretora para serem advertidas por gestos, palavras ou atitudes que tivessem desagradado ou levantado suspeita de discordância com o pensamento da direção ou supervisão. E todas essas “conversas” passaram a ser, devidamente, lavradas em ata, intimidando as profissionais. A tortura psicológica a que o grupo foi submetido diariamente, lembrava, em muito, o tempo da ditadura. O questionamento era encarado pela equipe diretiva como afronta e o silêncio como boicote ao seu trabalho.

Reiteradamente, durante todo o ano, a diretora e/ou a supervisora interrogavam sobre os motivos da insatisfação e dificuldade do grupo em assumir sua proposta de trabalho. Em

diversas ocasiões, ambas manifestaram não conseguirem compreender porque as profissionais que atuavam naquele espaço levavam tão a sério seu fazer pedagógico. Afinal, como confessaram abertamente, elas tinham outras ambições e sua estadia no cargo de professora era passageira.

Para um grupo como aquele, que vinha construindo um processo permanente de debate, socialização e reflexão da prática, que de forma solidária e responsável apontava críticas e alternativas às colegas, sempre que as visualizava, tornou-se muito árduo caminhar sem espaço para discutir a ação cotidiana. Era inadmissível estar concluindo um ano letivo sem que reuniões pedagógicas tivessem sido realizadas. No único momento em que a supervisora havia proposto reformular a filosofia da escola, a mesma tomou como texto-base “A abordagem humanista”, extraído do livro de Maria da Graça Nicoletti Mizukami: “Ensino: as abordagens do processo”, publicado em 1986. O ano letivo terminou e a discussão do texto não foi realizada e não se teve, sequer, a oportunidade de externar as diferenças entre o texto proposto e as concepções que embasavam teoricamente o corpo docente, uma vez que estas não haviam sido identificadas pela equipe diretiva.

Ao final do ano letivo, a situação que se vivenciava na escola, era de absoluto desconforto, indignação e desesperança por parte das profissionais da educação que vinham atuando de forma comprometida com o Projeto Político-Pedagógico, elaborado coletivamente. A maioria desacreditava na possibilidade de retomar a caminhada. O autoritarismo que havia se instalado paralisou e/ou deprimiu algumas e desgastou e/ou transferiu outras. As circunstâncias impediam as profissionais de realizarem seu trabalho de forma qualificada em sala de aula, visto que a pressão as atormentava e a tristeza de ver desmantelada uma caminhada construída com tanto esforço, carinho e riqueza, estava estampada no semblante de cada uma que havia participado ativamente do processo.

O sentimento que predominava, no ambiente escolar era de impotência, estagnação e retrocesso pessoal e profissional. Movimentos de discussão e registro de situações incabíveis no ambiente escolar e outras articulações coletivas, por parte dos pais e mães que integravam o CPM buscando, num primeiro momento, colocar-se como mediadores/as e, sem êxito, posicionando-se do lado das professoras e lutando para mudar aquela realidade, eram insignificantes e insuficientes aos olhos de quem constituía essa “teia de relações de poder” (Cruz, 2000) que sustentava a diretora na sua função.

O depoimento livre registrado por uma das professoras, no seu questionário, demonstra e ratifica o exposto:

Eu, sinceramente, não consigo entender, nem aceitar, como pessoas que não estão preparadas e não são bem quistas pelo grupo em virtude do ocorrido, assumem uma Direção e ainda querem impor suas normas “goela abaixo”. Parece que o que é ruim é valorizado e todo o trabalho que foi feito não importa. Que o que importa é o PODER e não ser coerente com a fala e a prática, mas aparentar. É uma experiência nova pra mim, tenho 14 anos de profissão e nunca tinha passado por isso. Parece que estamos regredindo ao invés de progredir. Fala-se tanto em democracia, que democracia é essa? É só de fachada? Se já é difícil ser diretora quando temos um grupo que nos apóia, imagina assim! (Professora “E”).

Esta fala é reveladora do sentimento que perpassava o grupo das professoras e dos reflexos pessoais e profissionais desencadeados com a interrupção do processo de eleição de diretores/as. Castro et al. (1992) analisam o contexto:

[...] se era difícil administrar a escola mesmo para o diretor eleito, caso ele não tivesse continuado apoio de professores, pais e alunos, no dia-a-dia, muito mais difícil será a tarefa do diretor por ser indicado pelo sistema de ensino, pois conta com a confiança da hierarquia mas não com a dos demais segmentos da comunidade escolar. Estes diretores, ademais, não têm, necessariamente, formação específica e que encontra a escola pública sem uma nova redefinição do trabalho em seu interior. (CASTRO et al., 1992, p. 41-42).

De que forma seria possível minimizar os reflexos provocados no interior das escolas com a indicação dos/as diretores/as?

Esse questionamento perseguia todos os segmentos constituintes da comunidade escolar que não reconheciam o espaço, outrora aberto, harmônico e acolhedor. Muitas professoras também já não eram as mesmas, pois o contexto atrelava a sua prática ao medo e à insegurança. Muitos/as pais/mães, especialmente ligados/as ao CPM não se conformavam em assistir passivamente ao desmoronamento de todo um trabalho construído, chegando a reivindicar um posicionamento da SEMEC através de audiências com a Secretária de Educação, na qual expunham diferentes situações inaceitáveis e por eles/as testemunhadas.

O texto abaixo, publicado no Jornal Vale dos Sinos, na edição do dia 31 de dezembro de 2003 e 1º de janeiro de 2004, aqui reproduzido na íntegra, objetiva registrar o olhar e o sentimento de alguns pais de alunos/as da E.M.E.F. Maria Emília de Paula, acerca do período histórico que vivenciavam.

SOS Maria Emília

ILVO GOLDSCHMIDT, IVO F. RECH E VALDIR J. DOS SANTOS

Durante todo o ano letivo de 2003, vivenciamos uma série de dificuldades relacionadas aos encaminhamentos dos trabalhos na Escola Municipal Maria Emília de Paula e podemos dizer isto com propriedade, porque somos membros do Círculo de Pais e Mestres (CPM) e participantes ativos da comunidade do bairro Jardim Luciana. As relações que eram construídas com base no diálogo, no respeito, no rigor e na seriedade com que as ações eram desenvolvidas sofreram muitas modificações a partir do momento em que foi indicada uma direção pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semec).

Como integrantes do Círculo de Pais e Mestres, tentamos por diversas vezes mediar e aproximar direção, corpo docente e comunidade escolar, mas essa não se constituiu em tarefa fácil, pois percebíamos que os objetivos das partes não se aproximavam. Também vivenciamos vários conflitos, divergências e dificuldades com a direção da escola, visto que trabalhar em parceria tornou-se inviável.

Assim sendo, recorremos à secretaria de Educação pedindo que providências fossem tomadas e a direção da escola fosse afastada. Soubemos que grande parte do corpo docente e algumas funcionárias também procuraram a secretaria, no mês de novembro, para fazer denúncias em relação à direção e suplicar que outra pessoa assumisse este

cargo na Maria Emília de Paula, alguém do grupo de professores. Estamos esperando a resposta de tais encaminhamentos até hoje!

Nem CPM, nem professoras e funcionárias foram notificados sobre as providências tomadas. Se é que foram tomadas...

Assistimos estarecidos a comentários descontentes de pais de alunos, percebemos a indignação com que muitos profissionais vão desenvolver seus trabalhos junto aos alunos e tivemos que assistir à perda de bons profissionais, que resolveram buscar outros espaços para o seu fazer docente, ante a impossibilidade de continuar em nossa escola.

Pensamos até em transferir nossos filhos para outra escola, mas a lição que iríamos lhes ensinar é que diante de obstáculos se foge ou se recua. Então, decidimos continuar buscando

soluções em todas as instâncias necessárias, para que consigamos reverter este triste quadro que vivenciamos em nossa escola.

Acreditamos que nossos governantes não esperarão que a Escola Maria Emília de Paula se descaracterize totalmente, que haja um pedido de transferência em massa das professoras que trabalham na instituição desde a sua criação ou que aconteça algo irreversível para tomarem as providências necessárias.

Ilvo Goldschmidt, Ivo F. Rech e Valdir J. dos Santos são integrantes do CPM da Escola Maria Emília de Paula

Estamos esperando a resposta de tais encaminhamentos até hoje

A resposta ao texto dos pais foi dada pela própria Secretária de Educação, em 09 de janeiro de 2004, através do mesmo veículo de imprensa. Nele, ressalta as obras de ampliação da escola, inauguradas no ano anterior, como forma de comprovar a preocupação da Administração com os espaços físicos educacionais. E acrescenta:

Somado a este preocupar-se estão as ações da administração escolar com equipe diretiva capacitada, procurando realizar um trabalho sério, coeso e responsável, norteador por uma construção solidária para com todos os membros da escola: alunos, professores, funcionários e pais. [...] A eleição de diretores fez com que alguns membros da própria comunidade não aceitassem a nova proposta [...] Hoje, temos à testa desta escola uma direção jovem, capaz e com vontade perene de acertar. (RITTER, 2004)

A fala da Secretária terminou com o pouco de esperança que ainda teimava em impulsionar a luta para mudar a situação com a troca de direção. Parecia que ela estava falando de outra realidade ao usar termos como “trabalho sério, coeso” e “construção solidária” com todos os segmentos da comunidade escolar. Além disso, soava como ofensa a frase de que “A eleição de diretores fez com que alguns membros da própria comunidade não aceitassem a nova proposta”. Ou seja, um processo democrático que propiciou participação efetiva nas discussões da escola estava sendo o grande culpado pela situação deprimente em que se encontrava a educação no interior daquele prédio físico bem cuidado e ampliado. A sensação de impotência, depois dessa fala, atingia também e profundamente, muitos/as pais/mães, especialmente do CPM.

Mas uma notícia voltou a animar as professoras: diante das inúmeras e reiteradas críticas acerca da inexistente ação supervisora, a coordenadora pedagógica decidiu pedir transferência da escola, deixando vaga a função. O grupo de professoras não teve dúvida: era preciso que alguém, dentre elas, ocupasse o espaço para amenizar os insuportáveis e permanentes conflitos e, na medida do possível, retomar e viabilizar o trabalho pedagógico.

Assim, o ano letivo de 2004 iniciou com novas perspectivas, apesar da direção indicada. A supervisão estava a cargo de uma colega, legitimada pelas professoras. A ela cabia, além da coordenação pedagógica, a função de mediar as relações, com vistas a melhorar o ambiente escolar, não só para as professoras, mas para todos os setores insatisfeitos com a situação estabelecida.

Porém, o que se pôde constatar, foi a continuidade dos conflitos e de uma relação sem possibilidade de mediação, junto à direção. O fechamento nas idéias antagônicas, de ambos os lados, inviabilizava qualquer tentativa de aproximação e reconstrução de um ambiente mais harmônico e propício ao espaço educativo.

Pedagogicamente, iniciou-se a (re)construção, apesar das limitações da ação supervisora, não só pelo descomprometimento pedagógico da direção e heterogeneidade nas práticas das profissionais que passaram a integrar o corpo docente, mas, principalmente, pela divergência nas concepções políticas acerca do espaço educacional que ocupavam.

Porém, traduziu-se num ano de muito aprendizado, de convivência com a diversidade de idéias, alimentando intensamente o desejo de restituir a democracia. Seguramente, se comparado ao ano anterior, foi um ano menos sofrido, profissionalmente, para a maioria das educadoras, bem como para os demais segmentos da comunidade escolar.

Algumas professoras continuavam manifestando-se incrédulas diante da permanência da diretora. Outras preferiram canalizar sua energia no convencimento dos/as eleitores/as leopoldenses de que era chegada a hora de escolher um novo projeto para a cidade, cujos princípios propagados acenassem para a participação, o respeito e uma gestão pública democrática.

Em outubro de 2004, a oposição venceu as eleições municipais afirmando o fim das indicações de diretores/as e comprometendo-se a restabelecer a eleição direta para a função, nas escolas municipais, já em 2005.

Ao findar o ano, a diretora indicada exonerou-se da função e pediu sua transferência de escola, abrindo espaço para que a comunidade escolar preparasse, com tranquilidade, o processo eleitoral, que objetivaria a sua substituição.

APONTANDO DEDUÇÕES

O presente trabalho lança um olhar sobre os movimentos de (des)construção da gestão democrática na educação municipal, através da reconstituição histórica do processo de organização dos/as professores/as municipais, das ações do gestor público e da implementação da eleição de diretores/as, com articulações entre estes três focos de análise.

Por que (des)construção da gestão democrática? Em primeiro lugar, porque trata-se de políticas, concebidas como processo e, portanto, nunca acabadas e definitivas, mas em permanente construção. Em segundo lugar, porque nesse movimento de discussão, formulação e prática das políticas educacionais relacionadas à eleição de diretores/as, não há um único e um mesmo ator envolvido. Há uma articulação entre a categoria junto ao CEPROL, a Administração Municipal e as direções das escolas e que, também em seus diferentes espaços, exercitam ou não a democracia. Em terceiro lugar, porque a escolha de diretores/as, conquistada pelo Magistério em 1985, traduziu-se, num importante mecanismo da gestão democrática, na medida em que foi assumido pelos/as professores/as. Porém, sem avançar na discussão coletiva, proposição e implementação de outros mecanismos, acabou se distanciando de seus objetivos, aproximando-se de práticas eleitoreiras, o que pouco acrescentou para a democratização da escola pública municipal. Ainda, porque a retirada da eleição de diretores/as pelo Executivo Municipal, em 2002, demonstrou o quanto as políticas são instáveis e sujeitas aos interesses dos/as governantes. A gestão democrática precisa, mais do que ser expressa num texto legal, ser assumida na concepção dos/as professores/as enquanto um elemento que qualifica a educação.

Nossa reflexão buscou resgatar e apontar diversos movimentos e articulações realizadas pelos/as professores/as, pela Administração Municipal e pelos/as diretores/as dentro de um contexto histórico.

Nesse sentido, buscando avaliar a hipótese inicial, constatamos que não foram os/as diretores/as que impulsionaram a organização do CEPROL, mas um grupo deles/as. Este grupo sim, juntamente com outras lideranças das escolas, teve papel fundamental tanto na criação da entidade representativa dos/as professores/as como nos diversos movimentos de luta por educação de qualidade e valorização profissional. Todavia, seu engajamento não resultava unicamente do comprometimento com quem o/a elegeu, mas principalmente, de sua postura profissional democrática. Essa diferenciação na postura das direções passa a ser alvo de cooptação por parte da Administração Municipal, enfraquecendo e inibindo não só o movimento pela gestão democrática nas escolas, como o processo coletivo de organização da categoria.

Como nos lembra Paulo Freire (1996), a educação é uma forma de intervenção no mundo, que implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto seu *desmascaramento*. “Neutra e ‘indiferente’ a qualquer destas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser” (p.111).

Neste sentido, enquanto a ideologia neoliberal se esforça para nos convencer que a globalização é algo natural ou quase natural, relutamos contestando que trata-se de uma produção histórica. Acreditamos no ser humano como um ser social e não fadado a exacerbar o individualismo, fazedor da história e não condenado ao seu *determinismo*.

Perseguimos o objetivo de evidenciar a interferência da política econômica internacional, nacional e local na definição das políticas educacionais e sua materialização no cotidiano escolar. Isso significa considerar o protagonismo de agências internacionais na formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais e as diferentes ações dos governos dali decorrentes. Mas significa, também, reconhecê-las numa dimensão mais abrangente na qual os/as professores/as são, igualmente, construtores/as de políticas, pois “influenciam fortemente a interpretação que se faz das directivas governamentais e envolvem-se em questões políticas quer em nível nacional das directivas formais, quer ao nível informal, na arena das relações professor-aluno” (OZGA, 2000, p.22).

Assim, as políticas educacionais, ao longo da História, vêm sendo pensadas, formuladas, interpretadas, implementadas ou não e reconstruídas num processo permanente de intervenção dos atores envolvidos, especialmente da Educação.

Como nos lembra Miguel Arroyo (2000),

A história do magistério não se escreve isolada dos processos culturais mais amplos, das idéias e valores, da herança histórica que vem consolidando uma determinada cultura social e política, nem dos interesses das classes, dos governos, das forças econômicas que podem fazer avançar ou retardar a consolidação dessa cultura. (p.189)

A história do Magistério leopoldense, que aqui buscamos registrar, apresenta-se encharcada de um contexto mais amplo, desde a sua origem até os dias atuais. Não é possível pinçar determinada ação, seja do processo organizativo dos/as docentes, seja do Executivo Municipal ou dos/as diretores/as e estudá-la em separado. Sua fragmentação, assim como a fragmentação das disciplinas no currículo escolar, limitaria a leitura da realidade e, conseqüentemente, sua compreensão.

Ao olhar para esse contexto, torna-se importante ler as linhas históricas escritas, através dos avanços e retrocessos, como as entrelinhas nem sempre tão evidenciadas, mas extremamente significativas. Miguel Arroyo (2000) refere-se a esta questão, ao dizer:

Penso que as transgressões e inovações do professorado não podem ser avaliadas apenas pelos resultados das greves, nem pelo crescimento dos índices de aprovação trazidos pelas suas inovações pedagógicas, é muito e é pouco. Merecem ser ponderadas pelos valores que afirmam, pela experiência pessoal e coletiva, pelo que nos fazem repensar sobre o sentido da vida pública, da gestão pública, pelo quanto os mestres crescem, se afirmam como sujeitos políticos e profissionais. (ARROYO, 2000, 144-145)

Nessa análise, entendemos que o período histórico vivenciado em âmbito nacional, de redemocratização, bem como protagonizado pelos/as professores/as estaduais, nas lutas junto a sua entidade representativa, constituíram-se em ingredientes propulsores da organização do Magistério Municipal.

Esta organização docente, em muitos momentos, assegurou o êxito das políticas educacionais traçadas em âmbito municipal, na medida em que os/as profissionais assumiram estas políticas. O texto legal era fruto da discussão realizada pelo conjunto da categoria, a partir da prática vivenciada no cotidiano. Não reduzia-se, portanto, a um instrumento normativo, pensado por alguns/as intelectuais em seus gabinetes⁵⁴, muitas vezes distanciados/as do contexto destinado para sua aplicação.

É com base nessa constatação que é possível analisar a primeira Lei de Eleição de Diretores que apresenta, apenas quinze dias, como interstício entre a promulgação do texto

⁵⁴ Não queremos, com esta expressão menosprezar os intelectuais, até porque também o somos. A intenção é chamar a atenção para alguns que assim se intitulam desprezando as contribuições de tantos outros, cujos saberes foram ou não legitimados pela academia.

legal e a realização da eleição. Ou seja, a categoria já estava exercitando um processo que, naquele momento, apenas foi legitimado pela força da lei.

Da mesma forma, foi o processo de discussão e de exercício dessa normativa que provocou sua reformulação em diferentes momentos. Isso é evidenciado pela consciência de que é preciso ampliar a participação dos segmentos pais/mães e alunos/as que, no início, era de um terço dos/as professores/as, passou para 50% destes e, ao final, apontava para a um voto de cada pai ou mãe e a participação de todos/as os/as alunos/as acima de doze anos. O mesmo ocorre na inserção de um artigo na lei, prevendo a não existência de candidatura à direção, na ampliação do mandato de dois para três anos e na possibilidade de recurso diante do resultado, que igualmente refletiram a prática vivenciada, discutida e integrante de um contexto mais amplo.

Destacamos, ainda seguindo a lógica anterior, o artigo incorporado à segunda lei que versa sobre a criação de escolas novas, nas quais “o Diretor será indicado pelo Secretário Municipal de Educação, para um período de seis meses”, ao término do qual realiza-se sua eleição. Chamamos a atenção, pois trata-se de uma indicação aceita e compreendida pela categoria, diante da realidade concreta e caráter transitório. Nas situações onde a escola criada já existia como “Anexo” de outro estabelecimento municipal, havia uma prática de indicar um/a integrante do próprio grupo e que, na maioria das vezes, já exercia a coordenação daquele espaço. Porém, no caso de algumas, criadas ao final da década de noventa, passou-se a observar que o critério atendia interesses da Administração Municipal. Foi assim, por exemplo, no caso da E.M.E.F. Santa Marta, onde a diretora indicada e a remoção de seu grupo aliado da E.M.E.F. Castro Alves significava a rearticulação política interna da última, objetivando a recondução da diretora derrotada nas urnas.

O fato citado, somado a tantos outros, evidencia que a eleição de diretores/as ultrapassa o espaço escolar ampliando-se para o âmbito municipal, com fortes influências de decisões de gestão, tomadas pelo Executivo.

Esse movimento manifesta-se mais intenso no período em que a Administração Municipal adota uma prática de gerir a educação pela fragmentação e pelo ofensivo desmantelamento de suas lideranças. A sistemática de reunir as direções por grupos, os convites e “presentinhos” dirigidos a elas, a retribuição em benefícios para as escolas coordenadas por quem correspondia com a aproximação, o apelo a integrarem chapa de oposição nas eleições sindicais, a exigência da colocação de adesivos nos carros no período pré-eleitoral, são alguns indicativos de ações articuladas com o intuito de cooptá-las. Ao

mesmo tempo, revela, também, uma postura autoritária e sectária de administrar a educação, na medida em que expõe e desqualifica profissionalmente tanto as lideranças sindicais quanto as direções que não se submetem a sua política, desrespeitando o processo de sua eleição ou destituindo-as de sua função.

Diante desse contexto mais próximo, agravado por outros fatores e pela conjuntura nacional, houve um enfraquecimento na organização coletiva dos/as professores/as municipais, atingindo, em grau diferenciado, os grupos em cada escola.

A dissonância entre as escolas quanto à vivência política de seus componentes, manifestou-se em diferentes períodos históricos. Lembramos, para exemplificar, a prática de eleições internas para a direção que algumas escolas realizavam, antes mesmo do processo ser legitimado por força legal. Enquanto integrantes de alguns grupos achavam “loucura” abrir a consulta aos/às colegas, outros grupos concebiam esta prática como um processo de avaliação da própria gestão que poderia apontar para a necessidade de mudança na direção. Também identificamos uma postura diferenciada das direções na organização do CEPROL e nos momentos de mobilização, estimulando ou dificultando a participação. O mesmo ocorre diante das reiteradas atitudes da Administração na tentativa de cooptação onde muitas aderiram às jantas, composição de chapa para a diretoria do CEPROL-Sindicato, colocação de adesivo no carro e assumindo como diretora indicada, enquanto outras se posicionaram ética e profissionalmente na defesa da educação e do conjunto da categoria.

No entanto, é importante ressaltar esta permanente coexistência de visões conflitantes que, por sua vez, favorecem a instituição de um diálogo da oposição, do debate, da busca da alternativa que contemple os interesses diversificados, enfim, a divergência que é possível e necessária à democracia.

Como nos lembra Paulo Freire (2001), “a democracia é uma criação social, é uma construção política paciente e persistentemente trabalhada, sobretudo em sociedades como a nossa de tradições autoritárias tão arraigadas”(p.201). Sua prática, dentro da escola, “será o resultado do enfrentamento do conflito entre diferentes grupos e interesses e também da construção decorrente da análise reflexiva da vivência realizada.” (CASTRO e WERLE, 1001, p.112). O que não é possível dentro da vivência democrática, é valorizar e permitir que os ataques pessoais ocupem o lugar privilegiado da discussão, em detrimento do debate de idéias acerca do Projeto Político-Pedagógico da escola, de políticas educacionais, da educação formal e informal.

Retorna aqui, com maior consistência a idéia de que a eleição de diretores/as, por si só, não assegura uma gestão democrática, ou, como diz Dourado (1998), “a forma de provimento do cargo/função de dirigente escolar não define o exercício da respectiva função, mas interfere no curso desta” (DOURADO, 1998, p.61). A eleição direta, com ampla participação da comunidade escolar, pressupõe o comprometimento do/a eleito/a com quem o/a elegeu. No caso da indicação, seu compromisso é com quem o/a indicou, além de faltarlhe a legitimidade conferida através do reconhecimento de sua liderança junto ao grupo que irá coordenar.

O retrocesso histórico vivenciado em São Leopoldo, com a retomada da indicação das direções das escolas municipais, após dezessete anos de exercício da escolha direta, atingiu todos os segmentos de todas as comunidades escolares da rede municipal. O grau de interferência na dinâmica de trabalho ou na execução do Projeto Político-Pedagógico de cada estabelecimento foi maior ou menor, dependendo da pessoa indicada e da sua relação com a escola. Alguns grupos não sofreram tanto, pois a indicada já pertencia ao corpo docente ou era a diretora anteriormente eleita.

Porém, para outros grupos, significou o dismantelamento do trabalho construído, por muitos anos, com reflexos na ação pedagógica em cada sala de aula e na vida pessoal dos/as profissionais. O ambiente que antes deixava transparecer entusiasmo, companheirismo, construção coletiva, confiança, participação, comprometimento, profissionalismo, depois amargurava sentimentos de frustração, humilhação, impotência, indignação, desânimo, isolamento, medo, solidão, depressão, subserviência.

No entanto, esta situação vivenciada no interior destas escolas e compartilhada por integrantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, se opunha às condições materiais das escolas que continuavam a receber investimentos. Ou seja, os prédios estavam bonitos e bem cuidados numa contradição com as relações estabelecidas em seu ambiente interno.

Diante deste contexto, Paulo Freire estimula os/as educadores/as a continuar acreditando que *‘um outro mundo é possível’* e depositando a sua contribuição, ao dizer:

O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica, etc., que nos estão condenando à desumanização. O *sonho* é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz.” (FREIRE, 1992, p.99)

Cabe ressaltar os inúmeros momentos históricos, aqui pesquisados, marcados pela interferência político-partidária, e/ou nominados como tal. Citamos, para exemplificar, a saída do professor João Carlos da Secretaria Municipal de Educação e várias alternâncias na titularidade da SEMEC que atenderam unicamente a conveniências de articulação política por parte da Administração Municipal.

Em alguns movimentos de greve e outras mobilizações realizadas pela categoria, bem como na situação de emendas encaminhadas junto à Câmara de Vereadores, o envolvimento político-partidário foi o argumento usado, pelo Executivo, para o não atendimento das reivindicações.

O conflito provocado por posições político-partidárias foi, também, o grande motivo, expresso pelo Prefeito, para a arguição da inconstitucionalidade da Lei de Eleição de Diretores, de sua própria autoria.

Vitor Paro (2002), refletindo sobre “as implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública fundamental” analisa que a política é concebida, na prática escolar, em seu sentido restrito: “como luta que se deve travar entre contendores na disputa pela posse ou manutenção do poder” (p.3). Baseado em várias pesquisas realizadas, o autor explicita sua avaliação ao dizer:

Numa sociedade dividida em classes, com o domínio de uns grupos sociais sobre outros ou sobre o conjunto da sociedade, é de se esperar que isso aconteça, sendo a luta entre interesses antagônicos o modo dominante de fazer política. Ao mesmo tempo, onde predomina essa forma de exercer a política, a educação se apresenta como um terreno em disputa, desempenhando o papel de instrumento nas mãos do grupo social ou dos grupos sociais que lograrem mantê-la sob seu controle. Acrescente-se que a visão de educação e a percepção do papel da escola fundamental são condicionados pela visão de mundo que orientam a ação dos grupos contendores. (PARO, 2002, p.3)

A fala do autor converge para a análise que as pessoas entrevistadas fizeram acerca dos motivos do retorno à indicação de diretores/as, isto é, a proximidade das eleições municipais apontando para a vitória do projeto político adversário, resultou na utilização de diferentes instrumentos para manter o seu domínio, incluindo a educação.

Por fim, faz-se necessário salientar a complexidade e multiplicidade de dimensões e temas abordados ao longo desta pesquisa. O entrelaçamento do momento histórico, as estratégias de gestão da Administração Municipal, a organização dos/as professores/as, a liderança do CEPROL-Sindicato, a importância de organização do espaço dos/as profissionais

da educação através do Plano de Carreira e valorização salarial, são elementos necessários ao entendimento do processo de eleição de diretores/as vivenciado na rede municipal.

A gestão democrática não é um produto, é um processo em construção constante. Não é um espaço de execução de uma política, mas se constitui enquanto uma política. Uma política que, mesmo formulada, não está assegurada, mas sujeita à modificações e reformulações.

Ao recuperar as políticas educacionais de uma perspectiva histórica, tornou-se possível mostrar esta conflitualidade da política no período analisado. Isso reforça a concepção que política e história não se descolam, assim como política e gestão.

Portanto, (re)construir uma cultura política, de participação efetiva nas decisões da sociedade e da escola, além de ser um desafio enorme, especialmente aos/às gestores/as e profissionais da educação, apresenta-se como uma grande contribuição social, na busca de espaços educativos com maior significação e qualidade.

Ressaltamos, ainda, que as considerações aqui apresentadas estão contextualizadas no momento histórico atual e, passíveis de releituras. Da mesma forma, a abrangência e complexidade da temática abordada como a riqueza de dados disponíveis abre um leque de investigação, impossível de ser abarcado diante das circunstâncias em que a pesquisa foi realizada. Esta não esteve descolada da prática de políticas educacionais expressas em ações que objetivam (re)construir a gestão democrática nas escolas municipais.

Portanto, novos estudos são necessários para aprofundar várias temáticas levantadas, como: o sindicalismo docente, o papel do Legislativo Municipal, estratégias de gestão do poder público municipal, a prática do clientelismo na gestão pública, as influências político-partidárias na gestão da Educação, mecanismos de gestão democrática, entre outras.

O sentimento latente de incompletude instiga-me a continuar na busca permanente do exercício da teoria na prática e da prática em processo de teorização. Conhecimento também é processo e seu sentido “se encontra na tríplice articulação entre compreender o mundo que vivemos, usufruir do patrimônio acumulado pela humanidade e transformar este mundo, qual seja, colocar este conhecimento à serviço da construção de um mundo melhor, mais justo e solidário. (VASCONCELLOS, 1995, p.58).

Concluindo, quero deixar registrada uma frase da professora Berenice Corsetti, repetida insistentemente, nos Seminários do Mestrado: “O educador não tem o direito de

perder a esperança”. E para renová-la, nada melhor do que projetar e reafirmar a escola de nossas utopias, como o faz o professor Euclides Redin (1999), com estas palavras:

Uma grande escola exigirá docentes competentes, abertos para o mundo e para o saber, sempre de novo redefinidos. Docentes e estudantes conscientemente comprometidos. Uma grande escola exigirá espaços físicos, culturais, sociais e artísticos, equipados que abriguem toda a sabedoria acumulada da humanidade e toda a esperança de futuro – que não seja continuidade do presente, porque este está em ritmo de barbárie – mas seja sua ultrapassagem. Uma grande escola exigirá tempo. Tempo de encontro, de encanto, de canto, de poesia, de arte, de cultura, de lazer, de discussão, de gratuidade, de ética e de estética, de bem-estar e de bem-querer e de beleza. Porque escola grande se faz com grandes cabeças (é certo!), mas também com grandes corações, com muitos braços, que se estendem em abraços que animam caminhadas para grandes horizontes.” (REDIN, 1999, p 17)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRAÇÃO, Waldir Schmidt – Hardi Leichtweis. **Rua Grande**. São Leopoldo, RS: 31 dez. 1984, v.20, n.1027, p.14.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supra-nacional. **Educação e Sociedade**. Ano XXII, n. 75, p. 15-32, ago 2001.

ALEXANDRI, André de. Secretário. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 12 jul.1985. Geral: Tribuna Livre sempre alerta, n. 2057, p.4.

ANULADA eleição na Castro Alves. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 08 dez. 1999. Geral, p.5, n. 6450.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AZEVEDO, José Clóvis de. Educação e Neoliberalismo. **Paixão de aprender. Escola cidadã: construindo sua identidade**. Porto Alegre: SMED/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Dez/1995, n 9, p.26-39.

BALL, Stephen J. Diretrizes, políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**. v.1,n.2, p.99-116, jul./dez. 2001.

BARROSO, João. Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In: BARROSO, João (org). **A Escola Pública: regulação, desregulação e privatização**. Porto, Portugal: ASA Editores, 2003, p.19-47.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001: Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <www.mec.gov.br/acs/pdf/pne.pdf> Acesso em: 28/05/2004.

CANDEIAS, Antônio. Políticas Educativas Contemporâneas: Crítica e Alternativas. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, p. 155-189. v.20, n.1, Jan/Jun.1995 .

CASTRO, Marta Luz Sisson de; WERLE, Flávia Obino Corrêa; GARCIA, Maria Mercedes da Silva e TETELBOM, Sofia. A prática democrática do professor no contexto da eleição de diretores. In: CASTRO, Marta Luz Sisson de e FRANCO, Maria Estela Dal Pai (orgs). **A prática de Administração da Educação: um debate em aberto**. Porto Alegre: ADESGS/ANPAE Região Sul, 1992, p.11-42.

CASTRO, Marta Luz Sisson de; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Eleição de Diretores: Reflexões e Questionamentos de uma Experiência. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, , n.3, p. 103-112, Jan-jun. 1991.

CEPROL 20 anos: uma história de lutas e conquistas. São Leopoldo, RS: Edição Histórica do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses, 2004. 14 p.

CPERS-Sindicato 50 anos: compromisso com a cidadania. Porto Alegre, RS: TCHÊ, 1995, 176 p.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. A constituição dos poderes na escola. In: **Revista de Educação AEC. Senhor e Escravo: uma metáfora para a Educação**. Brasília: AEC, p.62-74, Vol. 29, nº 114, Jan/Março/2000.

CRUZ, Tatiana. Suspensão de eleição escolar gera protesto em São Leopoldo. In: **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre: 09 nov. 2002, p.32.

DEMOCRACIA para valer. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 08 dez. 1999. Olho Vivo, n. 6450, p.2.

DOURADO, Luiz Fernandes e COSTA, Messias. **Escolha de Dirigentes Escolares no Brasil: relatório final da pesquisa**. Brasília: ANPAE, 1998, 62p.

ELEIÇÃO para diretores de escolas volta por decreto. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 05 out. 2004. Geral, n.7933, p.3.

ELEIÇÕES Diretas. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 12 dez. 1985. Geral, n.2166, p.4.

ENGUITA, Mariano. **Trabalho, escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, 351 p.

ESCOLAS municipais se preparam para eleições. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 11 dez. 1985. Cidade, n. 2165, p.6.

ESCOLAS preparam nova eleição de diretores. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 29 out. 1987. Geral, n. 2705, p.6.

EXONERADO o secretário de Educação e Cultura. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 09 jul. 1985, n. 2054, p.5.

FIGUEIREDO, Rosane Rech. Democracia Ameaçada na Educação. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 08 nov. 2002, Geral, n. 7353, p.10.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 245 p.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 165 p.

_____. **Professora SIM, tia Não? Cartas a quem ousa ensinar**. 9.ed. São Paulo: Olho d'Água, 1998, 127p.

_____. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: Editora UNESP, 2000, 134 p.

_____ e FREIRE, Ana Maria Araújo (org). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001, 300 p.

FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. **A produção de ignorância na escola: uma análise crítica do ensino da língua escrita na sala de aula**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991, 132 p.

GENTILI, Pablo. Como reconhecer um governo neoliberal? Um breve guia para educadores. In: SILVA, Luiz Heron da e AZEVEDO, José Clóvis (org). **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.128-137.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil. (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 1993, p.101.

GOMES, Cândido Alberto. Gestão participativa nas escolas: resultados e incógnitas. In: XAVIER, Antônio Carlos da R.; SOBRINHO, José Amaral e Marra, Fátima (orgs). **Gestão escolar: desafios e tendências**. Brasília: IPEA, 1994, p. 23-50.

GOLDSCHMIDT, Ilvo; RECH, Ivo F. e SANTOS, Valdir J. dos. SOS Maria Emília. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 1º jan. 2004, Opinião, n. 7369, p.04.

HENN, Ronaldo. Jogos políticos. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 10 jul. 1985, Geral, n. 2055, p.2.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: artes e ofícios de participação coletiva**. Campinas, SP: Papirus, 1994. 143p.

JUSTIÇA manda suspender as eleições para diretores. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 08 nov. 2002, Geral, n. 7353, p.3.

KRUPPA, Sônia M. Portella. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Paulo R. C. Democracia e escola – Lições dos Eleitores de Diretores das **Redes Públicas de Ensino**. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**. GT 5, 23ª Reunião Anual. Disponível em: <www.anped.org.br/23/textos/0511t.PDF> Acesso em: 16/06/2004.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas, SP: FE/UNICAMP; R. Vieira, 2000.

_____. A gestão democrática nos sistemas de ensino brasileiro: a intenção e o gesto . **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**. GT 5, 23ª Reunião Anual, 2000. Disponível em: <www.anped.org.br/23/textos/0521t.PDF> Acesso em: 16/06/2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2003, 118 p.

NASCIMENTO, César do. Des...educação. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 13 dez. 2002, Opinião, n. 7.382, p.4.

OZGA, Jenny. **Investigação sobre políticas educacionais: terreno de contestação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000, 239 p.

PAIS e professores são contra mudanças na Semec. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 14 jan.1988, Geral, n. 2769, p.4.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. Campinas, SP: Papirus, 1996, 141p.

_____. **Escritos sobre Educação**. São Paulo: Xamã, 2001, 144 p.

_____. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública fundamental. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**. GT 5, 25ª Reunião Anual. Disponível em: <www.anped.org.br/25/vitorhenriqueparot05.rtf> Acesso em: 16/06/2004.

PLANO de Carreira: um sonho tornado realidade. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 10 maio 1985, Especial, n. 2012, p.5.

POZZA, Rosilene. Olímpio destaca ensino entre suas prioridades. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 10 jul. 1989. Geral, n. 3232, p.8.

PROFESSORES Municipais de São Leopoldo. O Magistério Inconformado. **Rua Grande**. São Leopoldo, RS: 12 jul. 1985, n. 1057, p.4-5.

REDIN, Euclides . Nova Fisionomia da Escola Necessária. Reinventando a Educação. **Revista da Secretaria Municipal de Educação de Esteio**, Esteio - RS, p. 10 - 20, 01 jan. 1999.

REI, Janete Caetano. Empossada titular da Semec em SL. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 03 fev. 1995, Geral, n. 4951, p.3.

RITTER, Carmen Renée Herlin. Maria Emília de Paula. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 09 jan. 2004, Opinião, n.7711, p.04.

RUMO aos anos de Chumbo. **BRASIL 500 ANOS**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p.732-733.

SANTOS, Carlos Alberto. Professores municipais sem motivação para trabalhar. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 23 mar. 1992, Geral, n. 4062, p.7.

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 2.991, de 05 de dezembro de 1985: Institui e regulamenta a eleição de Diretores nas Escolas Municipais.

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 3.878, de 30 de agosto de 1993: Institui e regulamenta a eleição de Diretores nas Escolas Municipais.

SÃO LEOPOLDO. Lei nº 5.050, de 26 de dezembro de 2001: Estabelece o Plano de Carreira e Cargos do Magistério Público Municipal, institui o respectivo quadro de cargos e dá outras providências.

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 4.715, de 27 de dezembro de 1999: Institui Projeto de Auxílio a professores do Ensino Fundamental do Município para obtenção, em nível superior, de curso de licenciatura, de graduação plena.

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 4.910, de 17 de abril de 2001: Altera o artigo 2º da Lei 4.715/99, que institui Projeto de Auxílio a Professores da Rede Municipal de Ensino, para obtenção de graduação plena em cursos de licenciatura, em nível superior.

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 5.089, de 05 de abril de 2002: Altera a Lei 4.715/99, com a redação dada pela Lei nº 4.910/2001, que Institui Projeto de Auxílio a Professores da Rede Municipal de Ensino, para obtenção, em nível superior, de curso de licenciatura, de graduação plena.

SÃO LEOPOLDO. São Leopoldo. Lei Municipal nº 1.680, de 13 de outubro de 1972: Cria o Conselho Municipal de Educação de São Leopoldo e dá outras providências.

SÃO LEOPOLDO. São Leopoldo. Lei Municipal nº 3.603, de 18 de outubro de 1990: Dá nova redação ao Conselho Municipal de Educação.

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 4.994, de 26 de outubro de 2001: Altera o parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Municipal nº 3.603 de 18 de outubro de 1990 – que dá nova redação ao Conselho Municipal de Educação.

SÃO LEOPOLDO. São Leopoldo. Lei Municipal nº 5.225, de 17 de março de 2003: Dá nova redação ao Conselho Municipal de Educação.

SCHERER, Janete. A Luta do Magistério Municipal. **Rua Grande**. São Leopoldo, RS: 18 ago. 1989, n. 1276, p.47.

SCHMIDT, Waldir Arthur. A Nota Oficial e a exoneração. **Rua Grande**. São Leopoldo, RS: 12 jul. 1985, n. 1057, p.4-5.

SCHOFFEN, Leocádia Inês. A falência programada do IAPS. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 16 maio de 1997, Geral, n. 5657, p.12.

SILVA, Luiz Heron da e AZEVEDO, José Clóvis (orgs). **Reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Luiz Heron da e AZEVEDO, José Clóvis e SANTOS, Edmilson Santos dos (orgs). **Identidade social e a construção do conhecimento**. Porto Alegre: Ed. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre – Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Libertad, 1995.

VERZA, Severino Batista. **As políticas públicas de educação no município**. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2000, 280 p.

WARTCHOW, Martina. Professores descontentes com aprovação do estatuto. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 20 maio 1992, Geral, n. 4111, p.5.

_____. Ceprol e Semed discutem magistério. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 11 mar.1993a, Geral, n. 4360, p.3.

_____. Magistério estadual discute intervenção. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 16 dez. 1993b, Geral, n. 4599, p.56.

_____. Democracia é destaque na posse dos diretores. **Jornal Vale dos Sinos**. São Leopoldo: 24 dez. 1993c, Geral, n. 4606, p. 40.

WEFFORT, Francisco. Escola, Participação e Representação Formal. In: SILVA, Luiz Heron da e AZEVEDO, José Clóvis de (orgs). **Paixão de aprender II**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Estado e a política de eleição de diretores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, p.35-45, jul./dez. 1991.

INEP, Censo Escolar 2004 – São Leopoldo. Disponível em: <www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2004.asp?metodo=1&ano=2004&UF=RIO+GRANDE+DO+SUL&MUNICIPIO=Sao+Leopoldo&Submit=Consultar> Acesso em 27/04/2006.

ANEXO I

TABELA I: SÍNTESE DOS QUESTIONÁRIOS

PROFESSORA "A"	PROFESSORA "B"	PROFESSORA "C"
Poder centralizado na Diretora. Direção e Supervisão não trocam idéias com professores, não se relacionam, não se comunicam. Direção não respeita decisões tomadas em grupo.	SEMEC é intermediária, coagindo e forçando o grupo a aceitar, cooperar e ensinar até o obvio à diretora. No final da conversa/relatos convida todos a orar.	Constrangimento, desconfianças, discórdia, insatisfação.
Desconectada do trabalho desenvolvido, até então, na escola. A caminhada do grupo foi interrompida. Ao invés de avanços, estamos retrocedendo	A Supervisora fala em dar continuidade ao trabalho. Impossível, pois não expõe as concepções de educação, sociedade, sujeito que deseja e meios que usará.	Em desacordo com as perspectivas e caminhada do grupo.
As professoras não participam de decisões a serem tomadas, este papel cabe apenas à direção.	Em que? Onde? Quando? – Ainda não aconteceu.	Estanque e algumas não coerente com o que se esperava.
Total falta de ética e desorganização. Fomenta fofocas e intrigas. Demonstra falta de preparo, conhecimento e competência. Recorre em tudo à SEMEC (hierarquia).	Deseja perpetuar a cadeia de alienação: professores e funcionários submetendo a diretora, esta à SEMEC, esta ao Prefeito, que controla o sistema escolar.	Em desacordo com o pensamento do grupo.
Não há organização, nem para receber os pais em Assembléia. Extravvia documentos, esquece de comunicar os alunos sobre dias letivos.	Nem com seus pertences. Apesar de ter recebido pastas identificadas, feito tombamento de tudo que tem na escola, quando solicitam algo se atrapalha.	Ainda deixa a desejar.
As regras foram trazidas prontas, elaboradas pela direção, baseadas numa realidade de outras escolas em que havia trabalhado anteriormente. Antes, as regras eram discutidas pelo CAP e trazidas para o grupo avaliar e fazer os ajustes.	Das profª - foram copiadas de outra escola, sendo a nossa escola construiu as suas e avaliava a cada ano. Dos alunos- Não ouvi a diretora falar sobre isso c/eles. Dos pais – Foram ditas verbalmente (Esperar fora do portão, não falar com profª, a diretora será porta voz.	Em desacordo com o que já havia se construído.
Antes: Em grupo, após discussão e ouvida a opinião de cada um/a.	Antes: Participação efetiva de todos os integrantes, prevalecendo a melhor idéia e decisão pela maioria.	Antes: Consultas ao grupo no que se julgava necessário.
Depois: Às vezes os assuntos são postos em discussão, mas as opiniões não são aceitas. Algumas decisões combinadas no grupo foram descumpridas por decisão posterior da direção.	Depois: Somos consultadas por intermédio de um caderno que é levado em sala de aula e rubricado mostrando que tomou conhecimento da decisão.	Depois: As consultas se extinguiram e tornaram-se apenas comunicados do que se irá fazer.
Antes: Que todos pudessem perceber a dedicação empenho e amor de todos os profissionais da escola	Antes: Nenhuma, porque tinha certeza da continuidade do trabalho sério, responsável e organizado.	Antes: Cada vez mais a humanização do espaço escolar.
Depois: Que a construção feita no respeito mútuo se perca pela falta de diálogo e entendimento.	Depois: Que a relação autoritária resolva castigar, punir os que recusam aceitar seus pensamentos e premiar quem os aceita e influenciar a comunidade.	Depois: Como promover a alegria satisfação de trabalhar com qualidade e fazer o melhor.
Antes: Encontrar novas formas da participação cada vez mais expressiva de pais na escola.	Antes: As dificuldades eram enfrentadas em conjunto, encontrando-se, por isso, a solução.	Antes: ?
Depois: A comunicação, o diálogo, o respeito. A falta de competência admin. e pedag. da Direção e Supervisão.	Depois: Dialogar e confiar na diretora atual. Ela não convence o grupo e cumpre ordens da Mantenedora.	Depois: O entrosamento grupo-diretora
Antes: Seremos cada vez mais audaciosas ao propor mudanças, vendo cada um como um ser singular, único, merecedor de atendimento diferenciado e adequado.	Antes: De avanços em todos os sentidos.	Antes: Melhorar cada vez mais minha prática docente
Depois: Retomar a eleição direta para diretores e acabar com a angústia e desentendimento que vivenciamos.	Depois: De retrocessos em todos os sentidos.	Depois: Que a paz e as boas relações se concretizem para o bem-estar profissional e do educando.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em abril/2003, na E.M.E.F. Maria Emília de Paula. São Leopoldo, RS

ANEXO II

Susana	Rosmari
45 anos	45 anos
Casada	Casada
-	2 filhos
São Leopoldo	General Câmara
1960	1978
Magistério Jornalismo Ped c/ Espec em Sup.Esc. Pós-Gradua. em Psicopedag.	Magistério Pedagogia Especial. Em Gestão da Educação
1979	1978
Efetiva	Efetiva
Supervisor a escolar na rede estadual	Supervisora escolar na rede municipal
Professor Diretora	Professor Diretora Supervisora Secretária
E.M.E.F. Otilia Rieth 1987 a 1999 E.M.E.F. Álvaro Luis Nunes: 2000 a 2005	E.M.E.F. Olimpio V. Albrecht: 1983 a 19 93 E.M.E.F. Castro Alves: jan-dez/2000

ANEXO III

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Mestranda: Leocádia Inês Schoffen

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados pessoais

Nome, Idade, Estado civil, Nº de dependentes

Naturalidade

Ingresso no magistério municipal

Formação

Funções exercidas no magistério

Espaços de atuação (entidades, partido,...)

Atividade atual

Relação com a cidade

Há quanto tempo reside em São Leopoldo?

De forma geral, como você analisa as políticas educacionais implementadas nesta cidade?

Voltando no tempo

Como se deu a organização dos professores na década de 80?

O que motivou esta organização?

Quem liderava o movimento?

De que forma a categoria reagia ao processo de organização e movimentos?

Como era a relação do CEPROL com a Administração Municipal (Executivo e SEMEC)?

Quais eram as maiores dificuldades da categoria, ao longo deste período?

Na sua opinião, que mudou na década de 90 e após o ano de 2000, em relação ao processo de organização da categoria? O que motivou estas mudanças?

Eleição de Diretores

Na sua opinião, São Leopoldo conseguiu implementar a gestão democrática prevista na constituição? De que forma?

Que papel exerceram os diretores eleitos, ao longo do período (84-2002)?

O que mudou com a indicação dos diretores em 2002?

Na sua opinião o que motivou o Executivo Municipal a retirar a eleição direta para diretores das escolas municipais?

Qual a sua opinião sobre este processo?

Como a categoria reagiu?

Que reflexos você visualiza a partir da interrupção das eleições provocada em 2002: na categoria como um todo e na vida das professoras?

Na sua opinião, o que falta para democratizar a gestão da escola pública de São Leopoldo?

ANEXO IV

RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

ESCOLA	ENDEREÇO	FONE	Modalidade
nicipal de Ensino Fundamental Barão do Rio Branco	R. Valdomiro Vieira, nº 50 - Pinheiro - CEP 93042-080	3554-2976	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Bento Gonçalves	Estrada da Pedreira, nº 3966 - Morro do Paula - CEP 93032-530	99118636	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Maria Emilia de Paula	R. Rio Paraitaba, s/nº - Bairro Jardim Luciana - CEP 93145-130	3568-4954	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Dr. Borges de Medeiros	R. Antônio Becker, nº 181 - Vila Esperança - CEP 93032-300	3588-7180	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Castro Alves	R. Soldado H. Lopes, nº 196 - Vila Vicentina - CEP 93025-200	3554-0991	Pré à 8ª
nicipal de Ensino Fundamental Henrique M. Coelho Neto	R. Afrânio Peixoto, nº 100 - Vila Otacília - CEP 93022-360	3589-7833	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Prof. Emilio Meyer	R. João C. Becker, nº 71 - Feitoria - CEP 93052-120	3588-7310	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Franz Louis Weinmann	R. Castro Alves, nº 175 - Jardim América - CEP 93032-130	3588-4412	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Imãio Weibert	Av. João Correa, s/nº - Bairro Fião - CEP 93020-690	3592-3468	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Prof. José Grimberg	R. Sérgio Barra, s/nº - Vila Boa Vista - CEP 93150-000	3590-5657	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Profª Mª Gusmão Britto	Av. João Correa, nº 286 - Morro do Espelho - CEP 93020-690	3592-3972	Pré a 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Dr. Osvaldo Aranha	R. Frei A. da Piedade, nº 55 - Feitoria - CEP 93054-040	3575-2417	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Profª Otilia Carvalho Rieth	R. Paraná, s/nº - Jardim Viaduto - CEP 93120-020	3590-5133	Pré à 8ª
nicipal de Ensino Fundamental Paul Harris	R. Montividiu, nº 57 - Vila Tereza - CEP 93037-010	3589-7811	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Rui Barbosa	Av. João Alberto, nº 135 - Bairro Fião - CEP 93020-550	3590-6230	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental São João Batista	R. Aurélio Reis, s/nº - Vila Batista - CEP 93022-540	3589-4467	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Senador Salgado Filho	R. Bom Jesus, nº 64 - Santo André - CEP 93044-040	3588-1722	Pré à 8ª
nicipal de Ensino Fundamental Zaira Hauschild	Av. São Borja, s/nº - São Borja - CEP 93032-000	3588-6559	Pré à 8ª + EJA
nicipal de Educação Infantil Jesus Menino	R. Presidente Roosevelt, nº 409 - Centro - CEP 93010-060	3592-3122	Educ. Infantil
nicipal de Artes Pequeno Príncipe	Av. Dom João Becker, s/nº - Centro - CEP 93010-010	3590-2611	Escola de Artes
nicipal de Ensino Fundamental Olímpio Vianna Albrecht	Av. Integração, nº 955 - Madezzati Feitoria - CEP 93052-270	3575-4592	Pré à 8ª + EJA
nicipal de Ensino Fundamental Dr. Paulo da Silva Couto	R. Veranópolis, s/nº - Esp. Manoel Bandeira - CEP 93135-580	3568-4535	Pré à 8ª
nicipal de Ensino Fundamental Prof. João C. Hohendorff	R. Eugênio Berger - Parque Itapema Scharlau - CEP 93125-480	3568-4764	Pré à 8ª + EJA
nicipal de Ensino Fundamental Dr. Jorge Germano Spert	R. Manoel de Moura, nº 1501 - Vila Born - CEP 93048-190	3588-1075	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental General Mário Fonseca	R. 12-13 - Av. Alta Tensão - Parq. Campestre - CEP 93042-280	3568-5105	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Paulo Beck	R. Leopoldo Vieira, nº 195 - Bairro São Miguel - CEP 93025-540	3554-1042	Pré à 5ª + EJA
nicipal de Ensino Fundamental João Belchior M. Goulart	R. Leopoldo Wasum - Rua 1 do Lot. Novo - CEP 93115-380	3568-4050	Pré a 8ª + EJA
nicipal de Ensino Fundamental Arthur Ostermann	Av. Integração, nº 2119 - Esq. Quadra G - Feitoria - CEP 93052-270	3588-7309	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Cidomir Vianna Moog	R. Leopoldo Kamal, s/nº - V. Santo Augusto - Scharlau - CEP 93140-060	3568-1594	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Senador Alberto Pasqualini	R. Randolfo Guasque, s/nº - Vila Brasília - CEP 93135-200	3568-4084	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Profª Dilza Flores Albrecht	R. Cambolha, nº 15 - Bairro Feitoria - CEP 93056-150	3590-4495	Pré à 8ª + EJA
nicipal de Ensino Fundamental Edgard Coelho	R. Maconaria, nº 511 - Santos Dumont - CEP 93115-090	3568-5087	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Mª Edla da Silva Schmidt	R. Atalibio Taurino de Rezende, s/nº - Rio dos Sinos - CEP 93110-360	3592-1311	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Prof. Alvaro Luis Nunes	R. Edmundo Félix Nunes, s/nº - B. Campina - CEP 93130-480	3589-3477	Pré à 5ª
nicipal de Ensino Fundamental Santa Marta	Vila Santa Marta - Arroio da Mantega	3568-9536	Pré à 5ª + EJA
nicipal de Educação Infantil Acácia Mimosa	Rua Alfredo Genhardt, 798 - Bairro Paim	3592-4023	Ed. Infantil
nicipal de Educação Infantil Amor Perfeito	Rua Eugênio Schardong, 232 - Bairro Rio Branco	3588-7138	Ed. Infantil
nicipal de Educação Infantil Bem-Me-Quer	Rua Azambuja Fortuna, 152 - Bairro Fião	3592-3079	Ed. Infantil
nicipal de Educação Infantil Ipê Amarelo	Rua General Osório, 135 - Vila Duque	3589-8557	Ed. Infantil
nicipal de Educação Infantil Grissol	Rua Leopoldo Wasum, s/nº - Vila Brás	3572-5610	Ed. Infantil
nicipal de Educação Infantil Vitória Régia	Rua Erni Steigleder esq. João Artur Koch - Santo Dumont	3572-0588	Ed. Infantil

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de São Leopoldo. - Dados referentes ao ano de 2005.

